

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**SILVIA REGINA ACKERMANN**

**QUANDO PREFERIR UM SAMBA AO HINO NACIONAL É CRIME:  
INTEGRALISMO, ETNICIDADE E OS CRIMES CONTRA O ESTADO E  
A ORDEM SOCIAL (ESPÍRITO SANTO – 1934-1945)**

**SÃO CARLOS  
2009**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**SILVIA REGINA ACKERMANN**

**QUANDO PREFERIR UM SAMBA AO HINO NACIONAL É CRIME:  
INTEGRALISMO, ETNICIDADE E OS CRIMES CONTRA O ESTADO E  
A ORDEM SOCIAL (ESPÍRITO SANTO – 1934-1945)**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Sociologia da  
Universidade Federal de São Carlos,  
para obtenção do Título de doutor em  
Sociologia.**

**Orientador: Dr. Karl Martin Monsma**

**SÃO CARLOS  
2009**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

A182qp

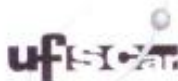
Ackermann, Silvia Regina.

Quando preferir um samba ao hino nacional é crime :  
integralismo, etnicidade e os crimes contra o estado e a  
ordem social (Espírito Santo – 1934-1945) / Silvia Regina  
Ackermann. -- São Carlos : UFSCar, 2010.  
335 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos,  
2009.

1. Sociologia. 2. Ação integralista brasileira. 3. Segunda  
guerra mundial. 4. Imigrantes. 5. Processos criminais. 6.  
Brasil - Tribunal de Segurança Nacional. I. Título.

CDD: 301 (20<sup>a</sup>)




Universidade Federal de São Carlos  
Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Rodovia Washington Luis, Km 235 – Cx. Postal 676  
13505-905 São Carlos-SP - Fone/Fax: (19) 3351.8673  
[www.ppgs.ufscar.br](http://www.ppgs.ufscar.br) - Endereço eletrônico: [ppgs@ufscar.br](mailto:ppgs@ufscar.br)


### **Silvia Regina Ackermann**


Tese de Doutorado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Sociologia.


Aprovado em 24 de agosto de 2009

#### BANCA EXAMINADORA:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Karl Martin Monsma  
Orientador e Presidente

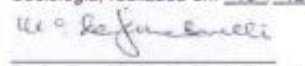
  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Oswaldo Mário Serra Truzzi  
Universidade Federal de São Carlos

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Rodrigo Constantino Martins  
Universidade Federal de São Carlos

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Carlos Vinícius Costa de Mendonça  
Universidade Federal do Espírito Santo

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. René Ermaini Gertz  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Para uso da CPG  
Homologado na \_\_13\_\_ª Reunião da CPG-  
Sociologia, realizada em \_\_15 / 12 / 2009\_\_

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Maria da Glória Bonelli  
Coordenadora do PPGS

**Para Marcelo  
Amor da minha vida.**

## AGRADECIMENTOS

Talvez esta seja a parte mais difícil de escrever de uma tese, não só porque normalmente é escrita por último, quando sentimentos como alegria e cansaço se misturam, como também pelo receio de esquecer alguém que tenha feito parte, de alguma forma, da trajetória do trabalho. Mas acredito que o risco valha a pena. Então, vamos aos agradecimentos!

Ao meu orientador, Karl Martin Monsma, pela confiança e profissionalismo demonstrados (e também pelas estadas em Porto Alegre).

Aos entrevistados que confiaram em mim e gentilmente compartilharam comigo parte de suas vidas.

Àqueles que de diferentes formas contribuíram para este trabalho, especialmente: Alonço Brito Família, Anivaldo Kuhn, Armino Klitzke, Edimar Pereira das Neves, Felipe Falcão, Fernandinho, Francisco Aurélio Ribeiro, Hélmur Meyerfreund, Joel Velten, Tinoco dos Anjos.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Giovanni, Dakyere e Michel).

Do mesmo modo que uma tese sofre as influências da vida pessoal de seu autor, sua vida também fica marcada pela escritura deste trabalho. Assim, os agradecimentos devem se estender àqueles que, embora não compartilhem do mesmo *métier*, estiveram comigo durante esses anos e com certeza foram atingidos, de alguma forma, por esta pesquisa.

Em primeiro lugar, devo agradecer a Marcelo, meu companheiro de todas as horas, que suportou minha ansiedade, passou finais de semanas ensolarados dentro de um apartamento e, mesmo assim, sempre tinha palavras de incentivo (com uma pitada de pressão), necessárias à conclusão desta tese. Por certo, de hoje em diante teremos mais tempo para andar na praia e curtir Santa Cruz.

Aos meus pais pelo estímulo e orgulho que sempre demonstraram por mim. Amo vocês!

Às amigas que, mesmo fisicamente longe, sempre estão por perto (Eliza, Lucésia e Tatiane) e aos amigos que agora poderei ver com mais frequência (Alonço e Glaucon; Daniele, Laudir e Jamilly; Edimar, Edna e Diogo).

Devo um agradecimento especial ao meu amigo Rogério, não apenas por todos esses anos de sincera amizade, como também por ter me recebido com carinho e paciência em Ilhéus, quando precisava de alguém para escutar minhas ideias e devaneios...

À minha família no Espírito Santo pelo carinho e acolhimento.

Aos novos colegas do Ifes por partilharem a parte final e, por certo, mais complicada deste trabalho.

Ao povo brasileiro que, por intermédio do CNPq, financiou esta pesquisa.

**Apenas se vê bem com o coração,  
pois nas horas graves os olhos ficam cegos.**  
Antonie de Saint-Exupéry



## RESUMO

Este trabalho focaliza o Estado do Espírito Santo nas décadas de 30 e 40 do século XX e objetiva analisar os conflitos que se situaram no encontro de dois acontecimentos marcantes desse período: a repressão ao integralismo e as consequências da Segunda Guerra Mundial. É importante ressaltar que o Estado do Espírito Santo, assim como outros Estados brasileiros, teve sua história marcada pela imigração europeia no século XIX recebendo, principalmente, imigrantes alemães/pomeranos e italianos. Parte desses imigrantes e descendentes, na década de 30, atuou na Ação Integralista Brasileira (AIB), um partido de extrema direita e com influências do nazifascismo europeu. Com a entrada do Brasil na guerra, em 1942, vários conflitos que imbricaram questões étnicas e a atuação da AIB que, oficialmente, estava proibida de funcionar desde o golpe do Estado Novo, tornaram-se mais visíveis e resultaram em processos criminais. Constatamos que a AIB teve uma forte atuação no Espírito Santo, especialmente, nas regiões de colonização italiana e alemã/pomerana. Verificamos também que conflitos étnicos não se mostraram tão relevantes como se esperava, parecendo que os maiores conflitos estavam marcados por um sentimento nacionalista e por confrontos que ainda tinham a AIB como explicação. Sugere também que, para o governo, as práticas culturais diferenciadas dos imigrantes e descendentes não eram entendidas como tão perigosas do que quando acompanhadas de representatividade econômica e política, caso do Sul do País. Utilizamos, como fontes privilegiadas, os processos criminais originados no Estado do Espírito Santo que chegaram ao Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Analisamos também a documentação e fotografias apreendidas pela polícia capixaba dos núcleos da AIB, os ofícios da Secretaria de Educação e Justiça, jornais e revistas, além de entrevistas com moradores do município de Domingos Martins (ES). O recorte temporal efetuado tem início com o Congresso Nacional da AIB em Vitória (1934) e encerra-se com o fim da Segunda Guerra Mundial (1945).

Palavras-chave: Ação Integralista Brasileira. Segunda Guerra Mundial. Imigrantes. Processos criminais. Tribunal de Segurança Nacional.

## ABSTRACT

This work focuses on the State of Espírito Santo in the 30 and 40 decades in the 20<sup>th</sup> century and aims to analyze the conflicts that took place in the meeting of two relevant events of this period: the repression to the Integralism and the consequences of the Second World War. It is important to stand out that the State of Espírito Santo, as well as other Brazilian States, had its history marked by European immigration in the 19<sup>th</sup> century. At that time the state received, mainly, Pomeranian/German and Italian immigrants. Part of these immigrants and descendants, in the decade of 30, acted in Brazilian Integralist Action (AIB), a right extreme party and influenced by European Nazi-fascism. Some conflicts that imbricated ethical issues and the acting of AIB, officially forbidden since the coup of the New State, became more visible and resulted in criminal proceedings. It was ascertained that AIB had strong presence in Espírito Santo, especially, in the regions of Pomeranian/German and Italian settlement. Also, it was verified that ethical conflicts did not seem to be so prominent as it was expected to. It seemed that the major conflicts were marked by a nationalistic feeling and confrontations that still had AIB as an explanation. It can also be suggested that differentiated cultural practices of the immigrants and descendants were not understood as so dangerous by the government since they were followed of economic and politic status, for instance, case of the South of Brazil. Originated criminal proceedings in the State of Espírito Santo, which were presented at the court of National Security (TSN), were used as privileged sources. Some paper was analyzed such as: documents and photographs apprehended by the Espírito Santo police from AIB nucleus, official letters from the Education and Justice department, newspaper and magazines, besides interviews with inhabitants of Domingos Martins city (ES). The historical event reported starts with AIB National Congress in Vitória (1934) and it closes up with the Second World War end (1945).

**Key words:** Brazilian Integralist Action. Second World War. Immigrants. Criminal Proceedings. National Security Court.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTO 1.	Casamento integralista.....	37
FOTO 2.	Material apreendido nos núcleos de Cariacica e Santa Tereza .....	76
FOTO 3.	Material apreendido nos núcleos de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim .....	77
FOTO 4.	Armas apreendidas .....	78
FOTO 5.	Material apreendido pela Delegacia de São José do Calçado .....	79
FOTO 6.	Armas enterradas na Fazenda Boa Esperança.....	80
FOTO 7.	Integralistas no interior do Estado .....	82
FOTO 8.	Em frente à Igreja: “Viva a justiça divina” .....	83
FOTO 9.	Um camisa-verde entre as blusas-verdes .....	85
FOTO 10.	Sessão doutrinária em sede da AIB .....	86
FOTO 11.	Grupo de integralistas .....	87
FOTO 12.	Sessão doutrinária da AIB .....	89
FOTO 13.	Auditório presente em sessão doutrinária da AIB .....	90
FOTO 14.	Um grupo de camisas-verdes de Domingos Martins .....	91

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
AN	Arquivo Nacional
ANL	Aliança Nacional Libertadora
APEES	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
APERJ	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
DEIP	Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda
DESPS	Delegacia Especial de Segurança Política e Social
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
a DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
o DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
FAB	Força Área Brasileira
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IHGES	Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo
NSDAP	Partido Nacional Socialista Alemão
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PL	Partido da Lavoura
PP	Partido Proletário
PROEPO	Projeto de Educação Escolar Pomerana

PRP	Partido de Representação Popular
PSD	Partido Social Democrático
PSD-ES	Partido Social Democrático do Espírito Santo
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEP	Sociedade de Estudos Políticos
STF	Supremo Tribunal Federal
STM	Superior Tribunal Militar
TSN	Tribunal de Segurança Nacional

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	15
2	ANOS CONTURBADOS: AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA (AIB) E IMIGRANTES .....	24
2.1	Ação Integralista Brasileira: História e Historiografia .....	25
2.2	Quando o integralismo chega ao Espírito Santo .....	35
2.3	Confrontos entre integralistas e “comunistas” .....	42
2.4	A perseguição do governo e o ano de 1938 .....	50
2.5	Integralismo e imigrantes .....	59
2.6	Imagens do integralismo .....	74
3	ANOS CONTURBADOS: IMIGRANTES E SEGUNDA GUERRA MUNDIAL OU REFLEXÕES SOBRE O ESPÍRITO SANTO E O SUL DO PAÍS .....	94
3.1	Diversidade cultural e nacionalismo nos anos 30 .....	94
3.2	O “alemão perigoso” <i>versus</i> o “alemão ignorante” .....	101
3.3	O ano da guerra: 1942 .....	125
3.4	Campos de concentração .....	132
3.5	As línguas proibidas e outras restrições .....	137
4	COTIDIANO, VIGILÂNCIA E HUMOR .....	146
4.1	Cotidiano e vigilância .....	147
4.2	A denúncia do humor .....	156

4.3	Notícias da guerra .....	178
5	FRONTEIRAS E REDES .....	201
5.1	Uma comunidade cindida pelo integralismo .....	202
5.2	A atuação da comunidade nos processos criminais .....	211
5.3	Usos da guerra .....	234
6	SOBRE A MEMÓRIA .....	242
6.1	O Vale do Javé e a memória .....	243
6.2	O município de Domingos Martins .....	246
6.3	Encontros e entrevistas .....	249
6.4	Memórias de Domingos Martins .....	254
6.4.1	<i>Se elas são verídicas ou não é outra história</i> .....	255
6.4.2	<i>“Eta tempo atacado aquele!” [riso]</i> .....	269
6.4.3	<i>“Tinha um tempo...”</i> .....	283
6.4.4	<i>O texto sobre a Segunda Guerra e os versinhos pomeranos</i> .....	289
6.4.5	<i>Algumas considerações sobre as entrevistas</i> .....	298
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	304
8	FONTES .....	308
9	REFERÊNCIAS .....	312
	ANEXOS .....	326
	ANEXO A – DIVISÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA - ESPÍRITO SANTO: 1940 .....	327

ANEXO B –	MAPA DA COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO ESPÍRITO SANTO .....	329
ANEXO C –	MAPA DA COLONIZAÇÃO ITALIANA NO ESPÍRITO SANTO .....	330
ANEXO D –	BRASIL .....	331
ANEXO E –	HINO AO MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS .....	332
<b>APÊNDICE</b>	.....	<b>333</b>
APÊNDICE A –	MODELO DE FORMULÁRIO PARA ANOTAÇÃO DE DADOS .....	334



## 1 INTRODUÇÃO

Na noite de 16 de abril de 1940, no *Bar Sport*, em São José do Calçado, Manoel Maximiliano Monteiro – natural do Espírito Santo, carpinteiro, pardo, 35 anos, ex-integralista – jogava *bilhar* quando começou a tocar no rádio o Hino Nacional, marcando o encerramento da transmissão da *Hora do Brasil*. Conforme a acusação, ao ouvi-lo, Manoel teria dito que tinha ódio e antipatia pelo Hino Nacional, preferindo um samba.

Talvez o jogo tivesse terminado sem maiores atropelos, mas Manoel não estava apenas em companhia de seus amigos de *bilhar*. O delegado, naquele momento, encontrava-se à janela e assistiu à cena. Como resultado, a autoridade abriu inquérito e a denúncia contra Manoel foi encaminhada, posteriormente, ao Tribunal de Segurança Nacional (TSN).<sup>1</sup> Seu crime foi ter proferido frases injuriosas ao Hino Nacional.<sup>2</sup>

Os processos que chegaram ao TSN trazem situações como a vivida por Manoel e que, embora pareçam inusitadas, foram realidade na década de 40 e sinalizavam um tempo de nacionalismo aflorado em que as questões abertas pela atuação da Ação Integralista Brasileira (AIB), alguns anos antes, ainda não haviam sido resolvidas e se uniam às problemáticas decorrentes da Segunda Guerra Mundial.

Inicialmente, o interesse pelos processos criminais do TSN vinculava-se à possibilidade de verificar se os imigrantes alemães e italianos e seus descendentes no Espírito Santo haviam sido reprimidos por parte do Estado na época da Segunda Guerra Mundial.

Sabia-se, por exemplo, que as denúncias ao TSN, em torno do uso de língua estrangeira, tinham sido recorrentes em processos vindos de Santa Catarina. Mas, logo no primeiro contato com essas fontes, algumas diferenças foram notadas. Ao contrário do esperado, verificou-se que nenhum processo capixaba foi motivado por denúncia do uso da língua alemã, pomerana ou italiana. Teriam os

---

<sup>1</sup> O TSN era um tribunal de exceção e foi criado pela Lei nº 244, de 11 de setembro de 1936. Era composto por juizes civis e militares escolhidos pelo presidente da República. Pelo Decreto-Lei nº 431, de 18 de maio de 1938, ficou estabelecido que o TSN julgaria os crimes contra a integridade do Estado e contra as instituições, além dos crimes contra a economia popular (CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. **Repressão judicial no Estado Novo**: esquerda e direita no banco dos réus. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982).

<sup>2</sup> A história de Manoel será analisada no Capítulo 4.

descendentes de pomeranos, por exemplo, aprendido em tão pouco tempo a língua portuguesa? Teriam simplesmente se calado ou outros motivos explicariam a ausência deles?

Ao lado dessa ausência, uma presença se impunha. Um número significativo de processos, da década de 40, fazia claras referências ao integralismo que teve suas atividades proibidas após o golpe do Estado Novo.

Embora exista um intervalo temporal – 1937 é o fim oficial da AIB e 1942 a entrada do Brasil na guerra – as fontes mostravam uma clara ligação entre os eventos. Dessa forma, algumas inquietações partiram do encontro com essas fontes. Parecia ser necessário explicar, por um lado, essa ausência e, por outro, essa presença. Como resultado, este trabalho encontra-se no cruzamento dessas duas problemáticas: integralismo e Segunda Guerra.

Deve-se dizer também que esses acontecimentos são comumente tratados pela historiografia de forma separada. Entende-se que, dependendo da problematização, não há nada de estranho ou censurável em tal procedimento, afinal, quando o Brasil entrou na guerra, o integralismo, em tese, já havia acabado.<sup>3</sup>

Entretanto, para muitos brasileiros e estrangeiros que vivenciaram aqueles dias em solo brasileiro, as fronteiras entre a repressão à AIB e a repressão ligada aos conflitos da Segunda Guerra não são tão rígidas e, na verdade, mostraram-se bastante fluidas tanto nos documentos pesquisados, quanto na memória daqueles que viveram aqueles dias, ao menos no caso do Espírito Santo.

Os documentos, especialmente, os processos que chegaram ao TSN, deixam ver que as marcas do integralismo continuaram a construir diferentes significados. Ter pertencido ou não à AIB influenciava o modo pelo qual o acusado era “visto” não só pela própria comunidade, como também pela Justiça. Isso significa que a recepção das palavras, comportamentos e omissões partiam de diferentes quadros interpretativos. É claro que ter sido ou não integralista não era o único elemento considerado, já que o local de origem do processo, etnia, nacionalidade, religião, capital econômico e social se combinaram de forma bastante variada, gerando diferentes resultados, como o aumento ou não da importância atribuída a um passado integralista.

---

<sup>3</sup> Alguns autores já sinalizaram que os ex-integralistas eram vistos como suspeitos nos anos de guerra: PAYER, Maria Onice. **Memória da língua: imigração e nacionalidade**. São Paulo: Escuta, 2006. FAVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2004.

Assim, grupos e indivíduos vivenciaram diversamente a relação integralismo e a guerra: nos municípios em que o integralismo ganhou expressão; nas regiões de colonização europeia que aderiam ao sigma; naqueles lugares em que seus moradores experimentaram a sensação de serem vistos como “*quinta-colunas*” sem, no entanto, terem ouvido falar de Plínio Salgado. Enfim, não há somente um contexto a ser analisado, mesmo que o interesse recaia sobre um único Estado brasileiro.

Partindo de tal junção – integralismo e Segunda Guerra – cabe perguntar: quais discursos e práticas estavam em evidência no Espírito Santo, uma região marcada pela forte atuação da AIB e com um significativo número de imigrantes e descendentes, mas que não se encontrava no centro da visibilidade nacional?

Para tanto, outras questões tiveram de ser respondidas: qual foi a importância da AIB no Estado? Qual a sua relação com os imigrantes e descendentes? O discurso do “perigo alemão” encontrava-se difundido no Estado do mesmo modo que no Sul do País? Como o Estado reagiu às mudanças decorrentes da guerra? Como os imigrantes e descendentes vivenciaram essa experiência? A ligação – integralismo e Segunda Guerra – encontrada nos processos também se evidencia na memória?

A historiografia nacional já desenvolveu uma considerável produção acadêmica sobre o integralismo, assim como sobre os conflitos decorrentes da Segunda Guerra. Mas, ao contrário da realidade nacional, existem poucas pesquisas que enfoquem as décadas de 30 e 40 no Espírito Santo e, sobretudo, ainda não foram produzidos estudos acadêmicos que analisem, especificamente, o integralismo ou as consequências da Segunda Guerra, em nível regional.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Os trabalhos mais significativos que enfocam as décadas de 30 e 40 no Espírito Santo são: SOARES, Renato. **Spini Nei Fiori**: a nacionalização das escolas dos imigrantes no Espírito Santo na Era Vargas. Vitória: Darwin, 1997. MENDONÇA, Carlos Vinicius Costa de. **O êxtase autoritário**: a política educacional de segurança nacional no período Vargas e sua repercussão no Espírito Santo (1930-1940). 2002. 232 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. ACHIAMÉ, Fernando Antônio de Moraes. **Elites políticas espírito-santenses e reformismo autoritário** (1930 -1937). 2005. 356 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Política, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005. GRAZZIOTTI, Marinete Simões. **Dever do Estado e direito do cidadão**: as políticas públicas no governo varguista no Espírito Santo (1930-1945). 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Política, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

Assim, a contribuição deste trabalho para a historiografia sobre o integralismo está, em primeiro lugar, no rompimento desse silêncio. Mas, para além da afirmação de sua existência e expressividade, o caso do Espírito Santo interessa pela sua semelhança com o padrão de colonização dos Estados do Sul do Brasil.<sup>5</sup> Dessa forma, enfocando o contexto capixaba, é possível contribuir para a discussão sobre a relação AIB e imigrantes, atentando para suas semelhanças e diferenças.

Do mesmo modo que a historiografia sobre a AIB, várias pesquisas já tiveram como foco a relação imigrantes e Segunda Guerra Mundial, especialmente no Sul do País, e revelaram a violência física e simbólica sofrida pelos imigrantes e descendentes considerados “súditos do Eixo”.<sup>6</sup> Embora não tenham sido produzidos trabalhos acadêmicos sobre esse contexto no Espírito Santo, dois documentários foram filmados: *Incêndio nas mentes* (1980) e *Bate-paus* (2005).<sup>7</sup>

Esses documentários mostram que conflitos e represálias também existiram no Espírito Santo, mas aconteceram em locais específicos e não tiveram a dimensão e a disseminação que poderiam ter alcançado.<sup>8</sup> Assim, cabe perguntar: o que preocupava o governo Vargas eram, realmente, as práticas culturais diferenciadas ou o perigo que elas representavam quando aliadas à expressão econômica e política dessas populações? Em outras palavras: os alemães/pomeranos do Espírito Santo eram tão perigosos aos olhos do governo quanto aqueles que habitavam o Sul do País?

<sup>5</sup> ROCHE, Jean. **A colonização alemã no Espírito Santo**. São Paulo: Edusp, 1968.

<sup>6</sup> Exemplificam essa abordagem os seguintes trabalhos: FAVERI, 2004 já citado; DALMOLIN, Kátia. **Mordaça verde e amarela: imigrantes e descendentes no Estado Novo**. Santa Maria: Pallotti, 2005; MOSER, Anita. **A violência do Estado Novo brasileiro contra os colonos descendentes de imigrantes italianos em Santa Catarina durante a Segunda Guerra Mundial**. Disponível em: [www.brazil-brasil.com/content/view/311/78/](http://www.brazil-brasil.com/content/view/311/78/) Acesso em: 23 out. 2007.

<sup>7</sup> INCÊNDIO nas mentes. Direção: Amylton de Almeida. Produção: Luiz Cláudio Gobbi. Vitória: Rede Gazeta, 1990. Fita de vídeo (45min). As imagens e entrevistados são da região de Serra Pelada, Afonso Cláudio, município capixaba com grande número de descendentes de pomeranos. O documentário retratou a cultura camponesa e a memória de seus moradores sobre a violência ocorrida após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Já o documentário *Bate-paus* foi filmado em Vila Pavão. Segundo o vídeo, bate-paus era o nome atribuído aos grupos de homens armados que atemorizaram essas populações. Não se sabe se eram policiais ou bandidos. O vídeo fez parte do projeto *Revelando os Brasís* e participou de vários festivais internacionais (BATE-PAUS. Direção: Jorge Kuster Jacob. Produção: Ylênia Silva. Vitória: Galpão Produções, 2005. DVD, 15min). Além dos documentários, Pacheco cita uma monografia de Pós-Graduação que focaliza a violência em Domingos Martins, mas que infelizmente não foi localizada (PACHECO, Renato. **Os dias antigos**. Vitória: EDUFES, 1998. p.140).

<sup>8</sup> Deve-se ressaltar que os imigrantes não formavam um bloco coeso e também não eram vistos pelo governo dessa forma. Como resultado, alemães e italianos não foram tratados da mesma forma e a repressão atingiu mais fortemente os alemães/pomeranos. É preciso esclarecer que, durante o quebra-quebra, imigrantes e descendentes de alemães e italianos foram reprimidos da mesma forma.

Para analisar o contexto esboçado, diferentes fontes foram utilizadas. A principal delas foram os processos que chegaram ao TSN. O acervo do TSN, localizado no Arquivo Nacional (AN), no ano pesquisado, encontrava-se em fase de reorganização e microfilmagem e, por consequência, havia restrições à sua consulta.<sup>9</sup> Os processos que chegaram ao TSN do Espírito Santo totalizam 73 processos. Destes, 13 não se encontravam no arquivo do TSN e seis não estavam disponíveis à consulta.<sup>10</sup> Os 54 processos restantes foram consultados e podem ser classificados, segundo a acusação, da seguinte forma: 9 – comunismo; 1 – integralismo; 13 – injúria; 16 – economia popular; 3 – posse de arma; e 12 – outros.

É importante ressaltar que os processos que envolvem a AIB não se restringem apenas àquele assim identificado, pois, entre os processos classificados como “injúria” e “posse de arma”, também há acusados que participaram da AIB.

Nos processos classificados como “outros”, estão, principalmente, denúncias de agiotagem, disputas econômicas e casos singulares, como uma denúncia de trabalho escravo.

Dentre os 54 processos disponíveis, foram selecionados aqueles considerados mais ricos para os objetivos deste trabalho. Assim, foram descartados os processos relacionados com a Lei de economia popular (denúncias contra comerciantes sobre preços acima da tabela, monopólio, etc.) por não se verificar ligação com questões étnicas ou com o integralismo, e também aqueles classificados como “outros”.<sup>11</sup>

Os processos restantes podem ser divididos, de modo geral, em dois blocos: os originados em 1938 e aqueles oriundos no contexto do ano de 1942. Em 1938, estão reunidos os processos em que a acusação é a prática do comunismo, além de um único processo que investigava a participação dos integralistas capixabas no movimento de 11 de maio daquele ano.<sup>12</sup> Os processos que se referem à prática do comunismo são bastante simples e parecem derivar de uma

---

<sup>9</sup> O e-mail AN/COACE/COADI nº 861/2005 recebido em 7-4-2005, do Arquivo Nacional (AN), informou que, naquele momento, o acervo estava dividido em três etapas de reorganização que implicavam restrições de acesso.

<sup>10</sup> Os 13 processos foram enviados para diferentes autoridades e órgãos: à Procuradoria-Geral da Justiça do Espírito Santo, ao Superior Tribunal Militar, à Auditoria da 4ª Região Militar, à Justiça Militar da 1ª Região e ao Ministério da Guerra.

<sup>11</sup> Apenas dois processos classificados como “outros” foram analisados já que se imbricavam com questões étnicas.

<sup>12</sup> Nessa data, houve a tentativa frustrada de tomada do Palácio Guanabara, conhecida como “Intentona Integralista”. Plínio Salgado foi preso e depois exilado em Portugal.

suspeita da polícia, mas acabavam resultando na imediata prisão do acusado por dias ou até meses. O processo era então remetido ao TSN e acabava arquivado por falta de provas. Os próprios procuradores desse tribunal explicitavam as deficiências encontradas nesses processos:

O presente processo, como aliás quase todos os vindos ultimamente a esta procuradoria do Estado do Espírito Santo, consta somente das declarações do indiciado que nada adiantam ao Ministério Público e do auto de apreensão dos documentos e sem a assinatura do acusado.<sup>13</sup>

Sobre as prisões arbitrárias, em outro processo, o procurador adjunto afirma:

Tudo aliás que consta desse processo é inconsistente e não traz sequer presunção que autorize uma denúncia, muito menos, prisão em Colônia de Imigração como consta do próprio relatório. Requeiro arquivamento e relaxamento da prisão, telegrafando-se imediatamente a autoridade.<sup>14</sup>

Pelos depoimentos, percebe-se que os suspeitos da prática de comunismo presos no ano de 1935 voltaram à cadeia em 1938.<sup>15</sup> Como já salientado, os próprios processos atestam a falta de critério nessas prisões. Assim, por essas características, esses processos acabaram não sendo usados, pois praticamente não trazem informações, além da existência da perseguição e da prisão sem provas.

Já os processos de 1942 e dos anos imediatamente anteriores ou posteriores àquele ano remetem-se à acusação de “injúria”. Essas denúncias quase sempre vinham acompanhadas de acusações como: “partidário do integralismo”, “extremista”, “simpatizante do Eixo”, “germanófilo”, “derrotista”. Porém a relação mais frequente é entre injúria e integralismo.

Assim, ao contrário dos processos de acusação de comunismo, os processos da década de 40 deixam entrever situações que colaboram no

<sup>13</sup> Processo Criminal nº 485, de 3-3-1938 (CX. 408), originado em Alegre. Processos Criminais do Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Arquivo Nacional (AN). Rio de Janeiro.

<sup>14</sup> Processo Criminal nº 482, de 3-3-1938 (CX. 408), originado em Vitória. Processos Criminais do Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Arquivo Nacional (AN). Rio de Janeiro.

<sup>15</sup> Essas prisões parecem se relacionar com o impacto da tentativa de golpe integralista, já que a retórica do governo Vargas era o combate aos “extremismos de esquerda e de direita”.

entendimento da relação integralismo, etnicidade e os crimes contra o Estado e a ordem social.

Para empreender uma leitura mais sistematizada dessas fontes, foi preenchida uma ficha para cada processo.<sup>16</sup> Procurou-se criar uma breve descrição do processo, com informações consideradas básicas, tais como: número do processo, local, data, nome do juiz, sentença, além do resumo da acusação e de cada depoimento, tanto no inquérito, quanto no processo.

As informações padronizadas mais significativas encontradas nas descrições dos réus foram: nacionalidade, naturalidade, idade, profissão e se o acusado era ex-comunista ou ex-integralista. Apenas em casos raros, informações, como cor, nome de pai e mãe, foram registradas. Junto à descrição foi feito um resumo do primeiro depoimento do réu. O quadro “denunciador” só foi preenchido em poucos casos, pois, na maioria das vezes, não foi possível identificá-lo e, como os crimes são considerados “crimes contra o Estado e a ordem social”, teoricamente, o grande acusador é o Estado. Nas descrições das testemunhas, as informações sobre os itens – relação com o réu e relação com o denunciador – também foram difíceis de serem extraídas.

As outras partes do processo, como declarações, abaixo-assinados, acareações, relatórios, etc., também foram resumidas. Após o preenchimento das fichas, os elementos de contato entre os processos ficaram mais nítidos.

Foram analisados todos os processos que, de alguma forma, trouxessem pistas para o entendimento de conflitos que tivessem em seu bojo questões étnicas, políticas (comunismo, integralismo, nazismo, fascismo) e/ou vinculadas à situação de guerra.<sup>17</sup>

Além dos processos criminais, foram utilizados outros tipos de fontes. Foram pesquisados os documentos da Secretaria do Interior e Justiça; a documentação dos núcleos integralistas apreendida pela polícia; fotografias, além de

---

<sup>16</sup> Ver Apêndice A. As fichas foram adaptadas de MONSMA, Karl. Histórias de violência: inquéritos policiais e processos criminais como fontes para o estudo de relações interétnicas. In: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri.; TRUZZI, Oswaldo (Org.). **Estudos migratórios: perspectivas metodológicas**. São Carlos: EdUFSCar, 2005. p. 159-221.

<sup>17</sup> Infelizmente, o acesso aos inquéritos produzidos pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), não foi permitido. Foi enviada uma carta solicitando o acesso e mostrando a utilização desse tipo de fonte por pesquisadores em outras partes do Brasil, inclusive com nomes divulgados, mas o máximo de retorno obtido foi uma tabela com nome e nacionalidade daqueles *fichados* no DOPS e a promessa da formação de uma comissão para verificar a possibilidade do acesso. Até a data de conclusão desta pesquisa, não houve resposta.

jornais e revistas do período.<sup>18</sup> Por fim, foram realizadas entrevistas com moradores de Domingos Martins na época enfocada.<sup>19</sup>

Antes de finalizar, é necessário ressaltar que, embora esse seja um período marcado pela violência, especialmente nas localidades com expressivo número de descendentes de imigrantes alemães, italianos e japoneses, este trabalho não está focalizado na denúncia da violência.

Por certo, não se pode, de forma alguma, negar essa experiência, pois o medo de emitir opiniões ou, simplesmente, de falar um português com sotaque foi uma realidade que fez parte do cotidiano dessas populações.

Contudo, a ênfase à violência daqueles dias acaba escondendo as relações também conflituosas que são anteriores ao período de guerra, como a experiência integralista que também envolveu diretamente as populações de imigrantes e descendentes. Naquele ano de 1942, especialmente, os discursos sobre o nazifascismo, os “quinta-colunas” reacenderam a imagem (se é que um dia foi apagada) daqueles que foram considerados por muitos como seus parentes brasileiros: os integralistas.

Assim, o intuito é analisar as situações enquadradas como “crimes contra o Estado e a ordem social” e suas relações com conflitos anteriores advindos da experiência integralista e também a existência de localidades com significativo número de imigrantes e descendentes de alemães e italianos no Espírito Santo.

A tese foi dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo está centrado na história da AIB no Espírito Santo e tem como objetivo demonstrar a sua inserção no Estado e a adesão dos imigrantes e descendentes de alemães e italianos, dialogando com a realidade do Sul do País.

O segundo capítulo visualiza as populações de imigrantes e descendentes, especialmente de alemães/pomeranos, na década de 30, e enfatiza as transformações advindas da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e como esses imigrantes foram atingidos por essa situação. Além disso, busca sublinhar a existência de um discurso sobre o “imigrante alemão” que se contrapunha ao discurso do “perigo alemão” difundido no Sul do Brasil.

O terceiro capítulo, por sua vez, utiliza como fonte os processos criminais do TSN e visa a perceber, por meio de uma aproximação da escala de

---

<sup>18</sup> Não foi permitido o acesso ao acervo do Jornal *A Tribuna* no APEES, nem à própria sede do jornal.

<sup>19</sup> A fim de proteger a identidade dos entrevistados, preferiu-se omitir seus nomes verdadeiros.



observação, os conflitos que chegaram à Justiça e traziam como motivação questões que imbricavam sentimentos nacionalistas, questões étnicas e a ação da AIB. Para facilitar a análise, foram reunidos os processos que além desses pontos tiveram em comum a presença do riso e as discussões decorrentes das notícias da guerra.

Do mesmo modo que o anterior, o quarto capítulo utiliza como fonte as narrativas presentes nos processos criminais, porém busca visualizar as fronteiras surgidas ou ressignificadas com a experiência integralista e as redes tecidas entre réu, comunidade e justiça local que deixaram pistas sobre as ações tomadas diante da instauração do inquérito e, posteriormente, do processo no TSN.

O quinto e último capítulo objetiva problematizar a memória dos moradores do município de Domingos Martins. Assim, além de tentar perceber como aquela população vivenciou o período de repressão que se iniciou com a Campanha de Nacionalização do Ensino, busca perceber se, tal como os documentos escritos, a memória também uniu integralismo e Segunda Guerra.

## 2 ANOS CONTURBADOS: AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA (AIB) E IMIGRANTES

O crime tem a mesma explicação que teve o assalto do Palácio Guanabara; é uma demonstração de que os elementos do Sigma não se esquecem de que foi o Presidente Vargas que impediu as suas nocivas e impatrióticas atividades.<sup>20</sup>

A declaração do delegado da DOPS, transcrita acima, exemplifica a atitude da polícia capixaba diante dos acusados que tinham em seu histórico o fato de ter pertencido à Ação Integralista Brasileira.

Em verdade, é difícil explicar boa parte dos conflitos que aconteceram depois de 1937 no Espírito Santo – ano em que a AIB foi, oficialmente, extinta – e que se desdobraram em processos criminais, sem entender a importância da experiência integralista nesse Estado.

Este capítulo visa, sobretudo, a sublinhar a importância da AIB na política capixaba, problematizar a ampla adesão dos imigrantes e descendentes de alemães e italianos no Estado, dialogando com a realidade do Sul do País.

Para tanto, inicialmente, apresenta uma breve contextualização do período que influenciou Plínio Salgado, a criação da AIB e uma discussão historiográfica sobre o integralismo no Brasil e no Espírito Santo. Em seguida, visualiza as principais forças políticas presentes no Estado, as mudanças no cenário político com a chegada da AIB, ressaltando os conflitos entre os integralistas e os “comunistas” e a perseguição sofrida pela AIB no governo de João Punaro Bley,<sup>21</sup> mas também o seu contínuo crescimento. O texto ainda enfoca a relação entre integralismo, Catolicismo e imigrantes e tece comparações sobre essa problemática entre o Espírito Santo e o Sul do Brasil, especialmente Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Por fim, analisa as imagens produzidas pela polícia sobre a AIB e aquelas registradas pela própria AIB.

<sup>20</sup> Processo Criminal nº 1.697 (C8.0.APL.742), de 23-5-1941, originado em Santa Teresa. Processos Criminais do Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Arquivo Nacional (AN). Rio de Janeiro.

<sup>21</sup> João Punaro Bley nasceu em Montes Claros (MG), em 1900. Continuou seus estudos no Rio de Janeiro para onde sua família se dirigiu em 1907. Em 1928, ingressou na Escola do Estado-Maior do Exército e foi promovido a capitão em 1930. Foi enviado ao Espírito Santo para combater as forças rebeladas, mas rompeu com o seu comandante, atuando como conciliador e porta-voz da Revolução. Punaro Bley permaneceu no comando do Estado por 12 anos: como interventor entre 1930 e 1935, como governador entre 1935 e 1937 e, novamente, como interventor entre 1937 e 1942 (BELOCH, Israel; ABREU, Alzira (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, CPDOC/FINEP, 1985, apud MENDONÇA, 2002).

Este capítulo foi escrito, principalmente, a partir da documentação e fotografias apreendidas pela polícia nos núcleos integralistas, além da revista *Vida Capichaba*.

## 2.1 Ação Integralista Brasileira: História e Historiografia

Com o lema “Deus, Pátria e Família”, o integralismo, movimento surgido após a Revolução Constitucionalista de 1932, e seu chefe, Plínio Salgado, ganharam a confiança de inúmeros brasileiros.

Para compreender a ideologia propagada pelo integralismo e sua difusão no Estado do Espírito Santo, faz-se necessário um breve retorno aos anos 20, a fim de acompanhar mais de perto as ideias em voga no período e a vida de seu “chefe supremo”, Plínio Salgado.

A sociedade brasileira, na década de 20, passou por intensas transformações. O ano de 1922, que começou com um terremoto na cidade de São Paulo, abalou também o pensamento, reunindo diferentes marcos político-culturais. Vale lembrar, então, a Semana de Arte Moderna; a fundação do Partido Comunista Brasileiro; as disputas em torno da sucessão presidencial; a eclosão do movimento tenentista; e a criação do Centro D. Vital de orientação católica.<sup>22</sup>

Também, nessa década, a economia brasileira tornava-se mais complexa. Após os primeiros anos, marcados pelas dificuldades devido aos baixos preços do café no mercado internacional, o Brasil diversificou sua agricultura e buscou desenvolver as atividades industriais. Paralelamente a esse processo, tem-se o crescimento das camadas urbanas e da classe trabalhadora, além da própria diversificação de interesses no interior da elite brasileira.<sup>23</sup>

Conforme Trindade, é possível perceber nesse período uma “mutação ideológica”, que exercerá forte influência na construção da ideologia integralista,

---

<sup>22</sup> FERREIRA, Marieta Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v.1, p. 387-415.

<sup>23</sup> FERREIRA; PINTO, 2003.

caracterizada pelo autor como: “o despertar nacionalista”, “a revolução estética” e “a renovação espiritual”.<sup>24</sup>

Para Sevcenko, a publicação de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha (1902), pode ser considerada a base de uma tradição da cultura nacionalista militante que se desdobrou na cruzada de Olavo Bilac, na Academia do Largo de São Francisco e na criação da Liga de Defesa Nacional.<sup>25</sup> A obra *Os Sertões*, além de ser uma denúncia da situação de abandono e descaso da população que habitava as regiões centrais do País por parte das elites políticas, era também um chamado para as peculiaridades do povo brasileiro.

Também a experiência da guerra (1914-1918) fez crescer os debates sobre as relações entre os países e fomentava atitudes nacionalistas que tiveram contornos mais definidos no pós-guerra ao exaltar virtudes cívicas e militares, além de comportar uma dimensão econômica, à medida que apontava a necessidade de proteger a indústria nacional da concorrência estrangeira. Foi esse contexto que Trindade chamou de “o despertar nacionalista”.<sup>26</sup>

O segundo ponto levantado por Trindade, “a revolução estética”, refere-se à atuação do Movimento Modernista<sup>27</sup> que não pode ser compreendido sem o “despertar nacionalista”.<sup>28</sup>

No período do pós-guerra, houve uma mudança brusca na forma de pensar o País, já que o contexto internacional permitia visualizar um Brasil que não estava mais destinado à decadência em virtude da miscigenação racial de seu povo. Assim, em contraposição ao declínio da cultura europeia, a América surgia como o espaço do novo e fonte de inspiração para artistas e intelectuais.<sup>29</sup>

---

<sup>24</sup> TRINDADE, Hégio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

<sup>25</sup> SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

<sup>26</sup> TRINDADE, 1979, p. 3.

<sup>27</sup> As ideias que se tornaram conhecidas pela geração dos anos de 1920 são resultado de um longo e sinuoso processo, pois pensar “a brasilidade” já era uma questão colocada pela geração de 1870 e que preocupou também a geração de 1920. Nesse sentido, é necessário compreender que as ideias que deram vida ao movimento modernista não foram geradas apenas no ano de 1922, nem tiveram por palco somente a cidade de São Paulo. Deve-se entender o Movimento Modernista Brasileiro como resultado de um longo processo que resultou numa pluralidade de pontos de vista e propostas de ações (VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano**: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v.1, p. 351-386).

<sup>28</sup> TRINDADE, 1979.

<sup>29</sup> VELLOSO, 2003.

Longe de ser uma simples importação de ideias sem referência com o contexto nacional, os artistas e intelectuais modernistas brasileiros fizeram uma releitura das tradições e valores europeus tentando estabelecer um diálogo com a realidade local entre tradição e modernidade, nacional e regional, popular e erudito. Como se pode imaginar, não se obteve uma única resposta. Os diferentes grupos dentro do Movimento Modernista, como o verde-amarelo e o pau-brasil, são reflexos dessas diversas perspectivas.<sup>30</sup>

Por último, a ideia de “renovação espiritual” levantada por Trindade está relacionada com a emergência dos intelectuais católicos nos anos 20 e sua acentuada influência que pode ser sentida até o fim dos anos 40.<sup>31</sup>

Conforme Trindade, a formação intelectual de Plínio Salgado foi envolvida por essa “mutação ideológica” processada nos anos 20.<sup>32</sup>

Natural de São Bento de Sapucaí, no vale do Paraíba, Plínio Salgado (1895-1975) era descendente de uma família católica ligada às forças políticas conservadoras de quem recebeu uma formação religiosa e o interesse pela política. Desde muito jovem, dedica-se à leitura de obras filosóficas e acaba sendo atraído pela concepção espiritualista que o aproxima dos escritos de Jackson Figueiredo. Já residindo em São Paulo, Plínio vai trabalhar no *Correio Paulistano* ao lado de Menotti del Picchia, redator-chefe do jornal. O contato com Menotti del Picchia o levou a participar do Movimento Modernista. Nesse Movimento, Plínio Salgado aderiu ao grupo de perfil conservador, intitulado *verde-amarelo*.<sup>33</sup>

Para esses intelectuais “nacionalistas” do grupo *verde-amarelo*, era preciso voltar ao passado para encontrar a verdadeira brasilidade e, para tanto, recorreram ao folclore brasileiro como forma de alcançar a “alma brasileira”. Mais tarde, criou-se o grupo *Anta*, uma espécie de ala esquerda do grupo *verde-amarelo*, da qual fez parte Plínio Salgado, Cassiano Ricardo, Guilherme de Almeida e Menotti del Picchia. O nome escolhido pelo grupo realçava as raízes do povo brasileiro e simbolizava o nacionalismo proposto pelo grupo. Os seus adversários eram vistos como “intolerantes”, e o grupo se colocava na posição daquele que conseguiria unir

---

<sup>30</sup> VELLOSO, 2003.

<sup>31</sup> TRINDADE, 1979.

<sup>32</sup> TRINDADE, 1979.

<sup>33</sup> BRANDI, Paulo. Verbete Plínio Salgado. In: BELOCH, Israel; ABREU, Alzira (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, 2002.

os brasileiros em torno de uma “mestiçagem integradora”, criando uma nova raça que teria por convergência o elemento tupi.<sup>34</sup>

Mas, para além das influências do Movimento Modernista sobre Plínio Salgado, uma viagem ao Oriente e à Europa em 1930, como preceptor de Joaquim Carlos, filho de Sousa Aranha, o fez conhecer a Itália de Benito Mussolini. A experiência fascista produziu os contornos finais na elaboração de seu pensamento político, cujo resultado é o Movimento Integralista.<sup>35</sup>

O Manifesto de Outubro (1932) é considerado o marco inicial da Ação Integralista Brasileira que, após dois anos, realizava o seu primeiro Congresso Nacional, sediado na capital capixaba, Vitória. Nessa ocasião, organizou-se a estrutura da AIB que deveria transmitir ao povo as ideias discutidas na Sociedade de Estudos Políticos (SEP) e Plínio Salgado foi eleito seu “chefe perpétuo”. Em 1935, a AIB registrou-se no Superior Tribunal Eleitoral, deixando de ser uma associação político-cultural e tornando-se um partido político.<sup>36</sup>

Na busca por uma definição, pode-se dizer que “O integralismo foi um movimento de extrema direita, que cultuava a figura do ‘Chefe Nacional’ e pregava a centralização política nas mãos de um Estado com plenos poderes contrário à pluralidade de partidos políticos”.<sup>37</sup> A AIB combatia o comunismo, a liberal-democracia, o cosmopolitismo, assim como o judaísmo e a maçonaria.

O símbolo que identificava o movimento era a letra grega sigma, que, segundo Falcão, “[...] tanto identifica o cálculo integral como a primeira letra da palavra ‘soteros’, ou seja, ‘salvador’ em grego, associado a Jesus Cristo”.<sup>38</sup>

A saudação romana, com o braço direito levantado, era acompanhada da palavra Anauê! Segundo Gustavo Barroso, seria a junção de diferentes formas de saudações existentes na língua tupi.<sup>39</sup>

---

<sup>34</sup> SEVCENKO, 1992.

<sup>35</sup> BRANDI, 2002.

<sup>36</sup> SILVA, Rogério Souza. A política como espetáculo: a reinvenção da história brasileira e a consolidação dos discursos e das imagens integralistas na revista Anauê. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 61-95, 2005.

<sup>37</sup> OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **Perante o Tribunal da História: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)**. 2004. 229 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2004. p. 20.

<sup>38</sup> FALCÃO, Luiz Felipe. **Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX**. Itajaí: UNIVALI, 2000. p.148.

<sup>39</sup> Gustavo Barroso, apud SILVA, 2005.

O culto ao líder era estimulado de diferentes formas. Uma delas era a difusão da imagem de Plínio Salgado. No primeiro número de Anauê!, o leitor recebeu uma foto de Plínio Salgado com a recomendação de emoldurá-la e colocá-la na sala de visitas para que todos pudessem ver sua imagem.

Por certo, quando se observam as indumentárias, rituais, saudações e a mística que envolve o “chefe” no integralismo, mais a imagem dos movimentos nazifascistas se aproxima.

Seja como for, o integralismo alcançou vários Estados brasileiros. De acordo com Trindade, a atuação da AIB foi mais intensa no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Ceará.<sup>40</sup>

A AIB foi extinta oficialmente em 1937 e, após a tentativa de derrubar Getúlio Vargas do poder em 1938, Plínio Salgado seguiu para o exílio político em Portugal, retornando ao Brasil em 1945, quando fundou o Partido de Representação Popular (PRP).<sup>41</sup>

Porém, mais interessante do que as informações sobre o movimento aqui esboçadas é percorrer, mesmo brevemente, os debates acadêmicos sobre o tema em âmbito nacional e regional.

Vários cientistas sociais, historiadores e filósofos já tomaram o movimento integralista por objeto de estudo, mas, como o pesquisador não está livre do seu tempo, nem de suas paixões, o tema ganhou diferentes contornos.

Oliveira faz um balanço historiográfico sobre o integralismo e propõe a sua divisão em duas grandes partes:<sup>42</sup> os primeiros estudos acadêmicos ainda nos anos 30, e os trabalhos surgidos a partir da tese de Héglio Trindade, defendida em 1972. Nessa última divisão, o autor identificou interpretações que poderiam ser agrupadas em três fases, representando a evolução da temática nos últimos 30 anos.

A primeira parte, segundo Oliveira, seria caracterizada por dois estudos acadêmicos pioneiros realizados ainda na década de 1930 e defendidos na Alemanha por “teuto-brasileiros”. São eles: *O integralismo brasileiro: história do*

---

<sup>40</sup> TRINDADE, 1979.

<sup>41</sup> BRANDI, 2002.

<sup>42</sup> Oliveira (2004) ressalta que essa divisão é arbitrária, já que alguns trabalhos poderiam ser enquadrados em mais de uma fase. A divisão, portanto, tem como objetivo uma visualização mais didática da evolução dos estudos sobre o tema.

*movimento fascista no Brasil*, de Carlos Henrique Hunsche, e o livro *Plínio Salgado: o criador do integralismo brasileiro na literatura brasileira*, de Arnaldo Nicolau de Flue Gut.<sup>43</sup>

A pesquisa de Hunsche foi o primeiro trabalho acadêmico desenvolvido sobre a AIB. O autor analisou historicamente as influências internas recebidas pela AIB que se conformaram no nacionalismo propagado por ela, assim como as influências externas, isto é, recebidas dos movimentos autoritários europeus que também se condensaram na configuração da ideologia integralista.

Oliveira salienta que a tese defendida pelo autor em plena Alemanha nazista, embora tenha recebido influências desse meio, não pode ser caracterizada como uma leitura nazista sobre a AIB. O autor tentou manter uma postura neutra e isenta de juízo de valor, embasando suas críticas com fontes e comparações com a realidade vivida na Alemanha daquele período. Ao final, o autor conclui que o integralismo é simultaneamente um fenômeno “[...] brasileiro, sulamericano e internacional”.<sup>44</sup>

No ano seguinte, em 1938, outra tese sobre a AIB era defendida na Alemanha. Ao contrário do primeiro trabalho, Flue Gut não se ateve à ideologia propagada pela AIB, mas partiu dos escritos, literários e políticos, de Plínio Salgado.

Além da problemática escolhida, igualmente diversa foi a postura do pesquisador ante o seu objeto de estudo: Flue Gut não conseguiu (ou pretendeu) esconder a simpatia que nutria pelo líder da AIB, demonstrando a sua identificação com o movimento. O autor ainda lançou críticas a Hunsche por aquele pesquisador tentar manter uma postura neutra diante do tema e, também, pelo fato de ressaltar a influência de uma “lusitanidade” sobre o movimento.<sup>45</sup>

A segunda parte, conforme Oliveira, surge com a tese de Hégio Trindade que inaugura um período bastante profícuo nos debates sobre o movimento integralista. Trindade defende a hipótese de que o integralismo pode ser considerado um movimento fascista. Para tanto, argumenta:

[...] o integralismo seria um movimento fascista em função da composição social dos seus aderentes; das motivações de adesão de seus militantes; do tipo de organização do movimento; do

---

<sup>43</sup> OLIVEIRA, 2004.

<sup>44</sup> OLIVEIRA, 2004, p. 27.

<sup>45</sup> OLIVEIRA, 2004.



conteúdo explícito do discurso ideológico; das atitudes ideológicas de seus aderentes; enfim, do sentimento de solidariedade do movimento com relação à corrente fascista internacional.<sup>46</sup>

Oliveira divide essa segunda parte, iniciada pela tese de Trindade, em três fases.<sup>47</sup> A primeira fase, denominada pelo autor como *A AIB como um movimento de massas organizado nacionalmente*, contempla os debates envolvendo Héglio Trindade, Gilberto Vasconcelos e José Chasin.

Interessava, sobretudo, nesse momento, buscar as origens da ideologia do movimento e discutir as possíveis influências externas, isto é, as continuidades e rupturas entre o integralismo e os movimentos fascistas europeus.

Os estudos regionais assinalam uma segunda fase das pesquisas sobre a AIB. Percebeu-se que, além das questões de cunho ideológico e aquelas relacionadas com a organização nacional do movimento, o integralismo teve características próprias nas diversas regiões em que foi organizado.

Assim, os estudos regionais trouxeram novos debates, como a adesão ao movimento das populações imigrantes e seus descendentes. A concentração desse tipo de estudos no Sul do País talvez seja explicada pelo significativo número de adeptos do integralismo na região; pela relação com os imigrantes e descendentes; e, também, pela consolidação dos Programas de Pós-Graduação.

Cabe ressaltar que o Espírito Santo ficou à margem desse interesse pelas peculiaridades regionais, apesar de a AIB ter alcançado um número expressivo de adeptos no Estado e possuir algumas características próximas ao Sul do Brasil, como a presença de imigrantes e descendentes fixados em pequenas propriedades, o que poderia sugerir um diálogo entre essas realidades.

A última fase, identificada por Oliveira, congrega preocupações bastante diversas. A obra de Dutra pode ser um primeiro exemplo desses trabalhos.<sup>48</sup>

A autora, que teve por objetivo analisar o imaginário político dos anos 30, confrontou-se com discursos que demonstravam a existência de uma disposição totalitária da sociedade brasileira no período. Para ela, estavam na base da

---

<sup>46</sup> TRINDADE, 1979, p. 4.

<sup>47</sup> Nessa discussão historiográfica, será feito uso das divisões e análises propostas por Oliveira (2004).

<sup>48</sup> DUTRA, Eliana. **O ardil totalitário**: imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: UFRJ, Belo Horizonte: UFMG, 1997.

construção dessa nova ordem quatro pilares discursivos e estratégicos: anticomunismo/revolução, trabalho, pátria e moral. É interessante perceber que a autora analisou discursos da “direita” e da “esquerda”, identificando nos dois lados, esses mesmos pilares, que só se opõem no primeiro deles, anticomunismo/revolução. Como atores centrais nesse debate, estão a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a Ação Integralista Brasileira.

A dissertação de Bulhões também é um bom exemplo nas mudanças de perspectivas de análise presenciadas nessa terceira fase.<sup>49</sup> A autora partiu das fotografias e imagens veiculadas em dois periódicos cariocas: a revista *Anauê!* e o jornal *A Offensiva*, objetivando entender as razões que levaram a AIB a investir na produção e veiculação das fotografias, assim como perceber a maneira pela qual a AIB utilizou esse material.

Bulhões argumenta que a revista *Anauê!* buscou, nesses textos e fotografias, dar visibilidade ao movimento e a seus atores, assim como criar uma identificação dos leitores com aqueles militantes que tinham suas histórias de vida e imagens veiculadas nas páginas da *Anauê!*. Já o jornal pautava sua atuação na criação de um espaço que desse visibilidade à militância da AIB, por meio da divulgação de congressos, reuniões, desfiles, ao mesmo tempo em que desfechava ataques contra aqueles entendidos como os inimigos da AIB e apresentados como inimigos da Pátria. Assim, a autora aponta que, mesmo atuando de forma diferenciada na construção da imagem pública da AIB, os dois periódicos acabaram sendo complementares nesse objetivo.

Por fim, há ainda pesquisas que podem ser alocadas nessa terceira fase, abordando o integralismo como uma forma de problematizar outras questões. Esse é o caso da tese de Falcão.<sup>50</sup>

O autor partiu dos discursos separatistas que ganharam força no início da década 1990, em Santa Catarina, para buscar as raízes que permitiram que tais discursos fossem produzidos e ganhassem certa audiência.

Nessa trajetória, Falcão destacou: as imagens do “perigo alemão”, ainda na Primeira República; o integralismo, o nazismo e o processo de

---

<sup>49</sup> BULHÕES, Tatiana da Silva. **Evidências esmagadoras dos seus atos**: fotografias e imprensa na construção da imagem pública da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). 2007. 176 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

<sup>50</sup> FALCÃO, 2000.

nacionalização nas décadas de 1930 e 1940; a atuação do tradicionalismo gaúcho em terras catarinenses; e, por fim, os movimentos, declaradamente, separatistas, como *O sul é o meu país*. O autor explora as múltiplas experiências produzidas nesses diferentes contextos históricos, que acabam sinalizando, em sua visão, certo desconforto por parte da população de Santa Catarina em se adequar a um determinado projeto de nação.

Na historiografia capixaba, o integralismo ainda não foi pesquisado de forma mais aprofundada, embora existam referências ao movimento em alguns títulos.<sup>51</sup>

A pesquisa mais significativa está, sem dúvida, no livro de Lazzaro, Coutinho e Franceschetto, intitulado *Lembranças camponesas*. Trata-se, de fato, de uma coletânea de entrevistas, transcritas e publicadas na íntegra, realizadas com moradores idosos, descendentes de italianos, do município de Venda Nova do Imigrante (ES).<sup>52</sup> Embora não tenha por objetivo principal discutir o integralismo, mas problematizar a memória de Venda Nova, o livro acabou, indiretamente, abordando essa temática.

Entre os breves capítulos que antecedem as entrevistas, o quarto é destinado ao integralismo. Nele os autores expõem, inicialmente, algumas informações gerais sobre o integralismo no Brasil e confirmam a existência de núcleos da AIB no Espírito Santo. Com base nas entrevistas realizadas, os autores procuram identificar o motivo que levou a população de Venda Nova a aderir à AIB. A resposta sugerida foi o anticomunismo (o medo de perder as terras) e a simpatia pelo fascismo.<sup>53</sup>

---

<sup>51</sup> O livro *Dias antigos*, escrito pelo historiador Renato Pacheco, busca caracterizar o cotidiano da cidade de Vitória durante o período Vargas. Com tal proposta, os textos, que lembram crônicas, atravessaram temas muito diversos nos quais há breves referências à AIB, tais como: o nome dos membros mais famosos e a localização de sua sede em Vitória (PACHECO, 1998). Referências esparsas aparecem em outros livros e materiais, como um encarte do jornal *A Gazeta*, que tratou do tema ressaltando o apoio que a AIB recebeu dos imigrantes italianos (A SAGA do Espírito Santo: das caravelas ao século XXI. Fascículo 9. **A Gazeta**, Vitória (ES), 23 dez. 1999. Encartado, p. 10 e 11).

<sup>52</sup> O livro é fruto do *Projeto Resgate da Cultura da Imigração Italiana no Espírito Santo* (RECIES) e possui 280 páginas. As 50 primeiras trazem breves capítulos explicativos sobre os temas que foram recorrentes nas entrevistas e a metodologia utilizada na pesquisa, além de apresentar algumas fotos. Foram entrevistadas 91 pessoas (35 mulheres e 56 homens) com idades entre 50 e 105 anos. Desses os autores selecionaram 69 entrevistas (44 homens e 25 mulheres) para compor o livro. Os autores não explicam qual foi o critério de seleção utilizado (LAZZARO, Agostinho; COUTINHO, Gleci Avancini; FRANCESCETTO, Cilmar. **Lembranças camponesas**: a tradição oral dos descendentes de italianos em Venda Nova do Imigrante. Vitória: [s.n.], 1992).

<sup>53</sup> Garcia escreveu um artigo objetivando perceber as representações sociais dos integralistas sobre a perseguição política no Espírito Santo. Conclui que a repressão foi associada à violência, ao desrespeito e ao enfraquecimento de laços identitários e sociais. Conforme o autor, a repressão

O segundo trabalho que traz informações um pouco mais detalhadas sobre a AIB é a dissertação de Achiamé defendida pelo programa de Pós-Graduação em História da UFES, em 2005, cujo objetivo era analisar a implantação e consolidação da interventoria de João Punaro Bley após a “Revolução de 30”.<sup>54</sup>

É digna de nota a observação feita por Achiamé, logo na introdução ao seu trabalho, em que relata a sensação de estar desbravando uma “selva escura historiográfica” e pontua que nem mesmo os “fatos” estão configurados corretamente na historiografia capixaba, sendo necessário, antes de propor qualquer análise, voltar-se inicialmente a eles. Embora, à primeira vista, possa parecer exagero, tal afirmação não é, de todo modo, inexata. Depois de citar os silêncios que ainda reinam sobre o período analisado, o autor se lança aos documentos e à tecitura de sua análise.

Assim, após discorrer sobre a “Revolução de 30” no Espírito Santo, o autor centra sua análise na “consolidação da interventoria” de João Punaro Bley, destacando a reorganização dos “partidos” tradicionais e a criação de novos “partidos”. Nesse ponto figuram a Igreja, a Maçonaria, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES), a *Revista Vida Capichaba*, os Sindicatos, o *Rotary Club* e, por fim, os partidos políticos. É nesse último que, ao lado do Partido Social Democrático (PSD), do Partido da Lavoura (PL), do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Partido Proletário (PP) e da ANL, está a AIB.

Com referência aos estudos sobre a AIB no Espírito Santo, o autor destaca, novamente, o silêncio. Como a AIB não era o foco do seu trabalho, Achiamé optou por reunir algumas informações, reproduzir algumas fotos a fim de demonstrar a força da AIB no Espírito Santo e esboçar alguns apontamentos.

Conforme o autor, a grande quantidade de fontes sobre a AIB já é um indício de que ela era tolerada por autoridades civis e religiosas no Estado. Assim, parte da Igreja se posicionava, abertamente, a favor do integralismo, o que colaborou para a sua difusão nas colônias alemãs e italianas católicas. O autor afirma ainda que, até determinado período, entenda-se até quando Vargas permitiu,

---

significou ainda o término de um período profícuo culturalmente na comunidade. Apesar de afirmar ter utilizado todas as fontes que “[...] possibilitassem o resgate tanto de dados históricos, quanto de material simbólico a respeito do tema [...]”, o autor usou, de fato, apenas cinco entrevistas publicadas no livro *Lembranças camponesas* e assinalou a falta de pesquisas sobre as peculiaridades da AIB no Estado (GARCIA, Aldemir Luiz. Autoritarismo, repressão e memória: as representações sociais dos integralistas sobre a perseguição política no Espírito Santo. **Revista Sapientia**, ano II, n. 3, p. 5-10, ago. 2004. Disponível em: <[www.cesat.br/sapientia.asp](http://www.cesat.br/sapientia.asp)>. Acesso em: 1 maio 2009).

<sup>54</sup> ACHIAMÉ, 2005.

o integralismo foi seguido por parte da elite e jovens das classes média e baixa capixabas.

Ao que parece, até o momento, o único livro que aborda especificamente o integralismo no Espírito Santo situa-se no terreno da literatura.<sup>55</sup> *Anauê! A apaixonante saga integralista numa colônia de imigrantes italianos*, escrito por Grillo, conta a história do movimento integralista no distrito de Floresta, em uma trama de amor proibido. O autor, que utilizou entrevistas, documentos e fotografias, acabou deixando pistas interessantes sobre as “fronteiras” erguidas entre integralistas e não integralistas e que extrapolaram as questões políticas.<sup>56</sup>

Para finalizar, é possível recordar Achiamé e os muitos silêncios que são encontrados por aqueles que percorrem a história do Espírito Santo e as vantagens e desvantagens que decorrem dessa situação.<sup>57</sup>

## 2.2 Quando o integralismo chega ao Espírito Santo

Em 28 de fevereiro de 1934, no Teatro Carlos Gomes, em Vitória, a AIB iniciou as atividades do Primeiro Congresso Integralista Brasileiro. Foi nessa ocasião que a AIB definiu sua estrutura organizacional e Plínio Salgado foi eleito “chefe supremo e perpétuo”.<sup>58</sup> O evento que se prolongou nos dias seguintes ganhou as páginas da revista quinzenal *Vida Capichaba*. A edição de março informou que 21 Estados enviaram seus representantes para o acontecimento que contou também com “[...] seleta contribuição feminina”, recebendo os “[...] aplausos da elite social vitorienne”.<sup>59</sup> Ilustravam as páginas as fotos de Plínio Salgado e de Arnaldo Magalhães, chefe da Ação Integralista no Estado. Além das lideranças citadas, compareceram ao evento, vindos do Rio de Janeiro, outros “[...] ilustres e festejados camisas verdes”, inclusive o médico e também escritor capixaba Madeira

<sup>55</sup> GRILLO, José M. **Anauê!** A apaixonante saga integralista numa colônia de imigrantes italianos. Cachoeiro de Itapemirim: [s.n.], 2001.

<sup>56</sup> O livro será analisado no Capítulo 5.

<sup>57</sup> ACHIAMÉ, 2005.

<sup>58</sup> MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWYCZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano**: o tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 42.

<sup>59</sup> Revista *Vida Capichaba* n° 360, de 15-3-1934.

de Freitas, conhecido por Mendes Fradique,<sup>60</sup> que pode ter sido o responsável pela escolha da Capital do Espírito Santo para sediar o evento.<sup>61</sup>

A edição de maio da revista voltou a comentar o sucesso do Congresso da AIB, divulgando também as principais ideias do movimento integralista – “Deus, Pátria e Família” – e o seu principal inimigo, o “comunismo vermelho”. Nas palavras do advogado e integralista Jair Etienne Dessaune,

Verde é o produto da terra que o homem lavra e ainda verdes são todos os sonhos dos que tem uma crença, dos que tem uma Pátria, dos que tem uma família, um canto sagrado que se chama lar, para sintetizar o afeto e as manifestações mais puras e cristalinas da renúncia em benefício de outrem. Unamo-nos todos, em torno desta camisa verde, cheia de fé e de esperança, que resume todos os nossos anseios ainda não postergados pelo interesse vil, porque se ela não tivesse nenhum mérito, teria como tem, pelo menos, a grande qualidade de ser a barreira que se levanta, o dique que cresce, o exército que se forma, a armada que se prepara, a avalanche que precisa crescer e se tornar intransponível, para se sobrepor a essa onda rubra de sangue e de guerra, de destruição do direito, do lar, da honra, da dignidade, da família, e da Pátria, que é o comunismo vermelho que progride com a covardia dos governos desamparados da opinião pública.<sup>62</sup>

A matéria, que ocupou toda uma página, voltou a estampar algumas fotografias. Uma delas mostrava a liderança integralista em Domingos Martins: Arthur Schneider, Octaviano Santos e Theodoro Schmambach. A outra fotografia retratava o primeiro casamento camisa-verde espírito-santense, realizado em Campinho, Domingos Martins.<sup>63</sup>

---

<sup>60</sup> Nascido em 1893, no município de Alfredo Chaves (ES), José Madeira de Freitas era filho do juiz João Madeira de Freitas e de Maria Elisa Madeira de Freitas. Em 1910, foi para o Rio de Janeiro, formando-se em Medicina sete anos mais tarde. Foi colaborador de várias revistas humorísticas, escrevendo sob o pseudônimo de Mendes Fradique, tornando-se conhecido pelas obras humorísticas baseadas no chamado “método confuso”. Deixou a literatura humorística para dedicar-se à Medicina, envolvendo-se também com a esfera política, por meio do apoio ao manifesto político da Legião Revolucionária de São Paulo, escrito por Plínio Salgado. Também foi membro do Centro Dom Vital. Aderiu à Ação Integralista Brasileira da qual se tornou um membro de destaque, ocupando o cargo de chefe do Departamento Nacional de Propaganda, além de redator-chefe da revista *A Ofensiva* e colaborador de outros periódicos integralistas. Faleceu em 25 de fevereiro de 1944, no Rio de Janeiro (JOSÉ Maria de Freitas. BELOCH, Israel; ABREU, Alzira (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, 2002).

<sup>61</sup> ACHIAMÉ, 2005.

<sup>62</sup> Revista *Vida Capichaba*, n° 364, de 15-5-1934.

<sup>63</sup> Conforme Trindade (1979), no casamento religioso, admitia-se que a noiva usasse o tradicional vestido branco com o emblema integralista do “lado do coração”. O noivo, por sua vez, deveria usar o uniforme integralista.



Fotografia 1: Casamento integralista  
 Fonte: Revista *Vida Capichaba*, nº 364, de 15-5-1934.

O noivo, devidamente uniformizado, era Theodoro Schwambach. Na foto, as autoridades do movimento no Estado, como Arnaldo Magalhães, chefe integralista provincial, estão sentadas ao lado dos noivos e ao fundo vários homens uniformizados fazem o gesto da saudação romana.<sup>64</sup>

O primeiro núcleo integralista no Estado havia sido criado ainda em 1933.<sup>65</sup> No ano seguinte foram preenchidos os cargos previstos no Estatuto da Ação Integralista Brasileira aprovado durante o evento. Já no mês de novembro, encontra-se referência à exoneração e à nomeação de integralistas para os cargos do Departamento de Organização Política, Finanças, Milícia, Propaganda e Justiça e das Secretarias de Estudos e de Cultura Artística.<sup>66</sup> Além desses departamentos, havia outras “divisões”, como o Serviço de Informação que, por sua vez, se dividia

<sup>64</sup> Revista *Vida Capichaba*, nº 364, de 15-5-1934. Fotografias do integralismo no Espírito Santo serão analisadas no subitem *Imagens do integralismo*.

<sup>65</sup> Em 17-8-1935, comemorava-se o segundo aniversário da fundação do primeiro núcleo integralista da Província do Espírito Santo no cinema Polytheama, conforme Circular do Núcleo de Vitória para Chefes Municipais, de 17-8-1935 (Caixa nº 37. APEES).

<sup>66</sup> Resolução sem número de 27-11-1934 (Caixa nº 37. APEES). Conforme Trindade (1979), a estrutura aprovada no Congresso de Vitória vigorou até o ano de 1936. Na data do Congresso de Vitória, era realizado o ritual intitulado: *A Vigília da Nação*.

em quatro seções: Seção de Desenhista, Tropa de Engenharia, Tropa de Trabalhadores e Seção de Telegrafia e Telefonia.<sup>67</sup>

Também nesse ano de 1934, já é possível verificar a existência de contribuições para o movimento e as viagens para outros municípios e distritos, visando a divulgar as ideias integralistas e, conseqüentemente, conseguir novas adesões.<sup>68</sup>

A revista *Vida Capichaba* noticiou, no mês de julho, um desfile de 400 integralistas nas ruas da cidade de Colatina, norte do Estado, enfatizando que os participantes estavam cheios de “fé e entusiasmo”. No dia 7 de setembro, eles voltaram a aparecer na revista em uma nova marcha, dessa vez na Capital. Alguns caminhões trazendo adeptos vieram do interior do Estado para participar da manifestação cívica.<sup>69</sup>

Nesse período, encontrou-se referência da existência de núcleos nos municípios de Vitória, Domingos Martins, Pau-Gigante, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina. Mas, possivelmente, eles já existissem também em Santa Teresa e Castelo.<sup>70</sup>

Em 1935, a propaganda dos camisas-verdes já havia conquistado muitos adeptos, principalmente no interior do Estado, porém a sua estrutura ainda estava em fase de organização. Em Cachoeiro, as várias Secretarias e Departamentos, exigidos pela hierarquia do movimento, não funcionavam regularmente, uma realidade que, possivelmente, se repetia em outros municípios.

O núcleo de Cachoeiro estava instalado nos fundos de uma casa comercial no centro daquela cidade, onde se realizavam reuniões internas e outras abertas ao público. Às reuniões compareciam pessoas de camadas sociais diferenciadas, “[...] empregados no comércio, operários, comerciantes, médicos, engenheiros, senhoras e senhoritas”.<sup>71</sup> No mês de outubro, percebe-se um crescimento desse núcleo, pois já dispunham de uma nova sede com maior estrutura, inclusive com um salão para conferências.<sup>72</sup>

<sup>67</sup> Ofício sem número de 14-5-1934 do Chefe de Serviço de Comunicação para o Departamento de Milícia (Caixa nº 37. APEES).

<sup>68</sup> Finanças Núcleo Acyoli, em Pau-Gigante. 1934 (Caixa nº 37. APEES). Parece que os municípios responsáveis pela difusão do movimento foram Cachoeiro, Domingos Martins e Santa Teresa.

<sup>69</sup> Revista *Vida Capichaba*, nº 369, de 30-7-1934.

<sup>70</sup> Ver Anexo A. Mapa da Divisão Política e Administrativa - Espírito Santo (1940).

<sup>71</sup> Ofício do Núcleo de Cachoeiro para o Núcleo de Vitória, de 27-5-1935 (Caixa nº 37. APEES).

<sup>72</sup> Ofício do Núcleo de Cachoeiro para o Núcleo de Vitória, de 7-10-1935 (Caixa nº 37. APEES).



Os integralistas de Cachoeiro visitavam distritos e municípios próximos, fazendo apresentações públicas sobre o movimento. Pretendia-se alcançar os lavradores da região, objetivo que determinava o horário escolhido para o comício: “A hora escolhida teve em vista facilitar o comparecimento dos lavradores dos arredores, que desejam regressar aos lares ainda com a luz do sol”.<sup>73</sup>

Os habitantes do distrito de Floresta, hoje Burarama, foram qualificados de “[...] gente boa, amiga, religiosa e verde em todos os sentidos”. Em uma viagem a Castelo para divulgar o movimento, conseguiram que 30 pessoas se inscrevessem. Mas, para os integralistas de Cachoeiro, isso ainda era pouco. Castelo era visto como um núcleo bastante promissor, que poderia agrupar “[...] 800 ou 1.000 [membros] dentro de pouco tempo, pois a alma daquela população, principalmente os lavradores, é totalmente integralista”.<sup>74</sup>

Nessa mesma visita a Castelo, quando passaram pelo distrito de Conduru, um chefe político chamado Gerônimo Moreira de Souza foi ao encontro da comitiva. Esse político foi descrito como um industrial, proprietário de serraria, trabalhador, honesto, correto, que contava com numerosos amigos. Um homem considerado “[...] às direitas e que não tem pecados políticos, salvo o de haver concorrido com alguns votos para as eleições de certos políticos do regime atual”.<sup>75</sup> Logo, organizou-se uma viagem para o distrito de Conduru, enfatizando-se que Gerônimo já estava com o “coração verde”, dando por quase certa a criação de um novo núcleo.<sup>76</sup> Assim trabalhavam os integralistas visando às eleições de dezembro de 1935.

Neste momento, faz-se necessária uma digressão. É necessário conhecer, mesmo superficialmente, os principais partidos que disputavam o poder depois da Revolução de 30 no Espírito Santo e foram considerados pela AIB seus opositores.

Conforme Achiamé, em 1933, foi criado o Partido Social Democrático do Espírito Santo (PSD-ES) para dar sustentabilidade ao governo do interventor federal e depois governador, Capitão João Punaro Bley.<sup>77</sup>

<sup>73</sup> Ofício do Núcleo de Cachoeiro para o Núcleo de Vitória, de 27-5-1935 (Caixa nº 37. APEES).

<sup>74</sup> Ofício do Núcleo de Cachoeiro para o Núcleo de Vitória, de 1935 (Caixa nº 37. APEES). A AIB elegeu em 1936, quatro vereadores em Castelo.

<sup>75</sup> Ofício do Núcleo de Cachoeiro para o Núcleo de Vitória, de 1935 (Caixa nº 37. APEES).

<sup>76</sup> Ofício do Núcleo de Cachoeiro para o Núcleo de Vitória, de 14-6-1935 (Caixa nº 37. APEES).

<sup>77</sup> ACHIAMÉ, 2005.

Algumas importantes figuras políticas do Estado se uniram ao interventor no novo partido. O autor afirma ainda que Punaro Bley enviou Carlos Lindenberg ao Rio de Janeiro para convidar seu tio, Jerônimo Monteiro, a ocupar a presidência do novo partido, mas este não aceitou.<sup>78</sup> Outros coronéis ligados a Jerônimo Monteiro acabaram aderindo ao novo partido. Aqueles que não se uniram ao PSD fundaram o Partido da Lavoura (PL), que funcionou como partido de oposição. Além da AIB, havia ainda o pequeno Partido Proletário (PP).

Se a história do movimento integralista no Espírito Santo ainda é bastante nebulosa, piores são as informações relativas aos partidos de “esquerda”: Partido Comunista, Partido Proletário e a Aliança Nacional Libertadora.

Achiamé afirma que existem indícios da presença de partidários do comunismo ainda na década de 20 atuando na cidade de Cachoeiro de Itapemirim.<sup>79</sup>

Na Nacional Constituinte de 1933, dois deputados “classistas” foram eleitos para representar os trabalhadores, apoiando Getúlio Vargas, sugerindo uma possível ligação com o PSD.<sup>80</sup>

Dentre as poucas informações sobre os movimentos de esquerda, sabe-se que, na década de 30, um abaixo-assinado com 340 assinaturas foi entregue à polícia da Capital, pedindo a libertação dos “presos políticos proletários” detidos nas noites de 28 de fevereiro e 1º de março de 1934, na cidade de Vitória.<sup>81</sup>

Conforme Pacheco, o Partido Proletário (PP) foi fundado nesse mesmo ano de 1934, já que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) estava proibido de funcionar.<sup>82</sup>

Em 1935, foi fundada, em nível nacional, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) unindo “[..] partidos políticos, sindicatos, diversas organizações

---

<sup>78</sup> A família Monteiro é o símbolo do coronelismo capixaba. Jerônimo foi presidente do Estado entre 1908 e 1912 e senador em 1918. Seu irmão Bernardino também foi eleito presidente do Estado em 1916. Seu outro irmão, Dom Fernando, era bispo no Estado. Após o golpe de 1930, nas eleições para a Assembleia Constituinte, Jerônimo novamente se elege, mas morre no dia da diplomação dos candidatos (VASCONCELLOS, João Gualberto M. **A invenção do coronel**: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro. Vitória: EDUFES, 1995).

<sup>79</sup> ACHIAMÉ, 2005. Sobre a ANL encontraram-se apenas alguns documentos apreendidos pela polícia no APEES.

<sup>80</sup> Conforme Achiamé (2005), a indicação de dois representantes “classistas” pelo Espírito Santo, que não possuía muitos sindicatos, sugere uma ligação com o PSD e o apoio a Getúlio Vargas.

<sup>81</sup> Ofício enviado para o chefe de Polícia do Estado do Espírito Santo, de 2-3-1934 (Caixa nº 37. APEES, grifo no original).

<sup>82</sup> PACHECO, 1998.

femininas, culturais, estudantis, profissionais liberais e militares”.<sup>83</sup> Porém, de acordo com a mesma autora, em julho do mesmo ano, um discurso de Luís Carlos Prestes foi utilizado pelo governo para proibir a atuação da ANL que, por sua vez, não conseguiu sobreviver na ilegalidade.<sup>84</sup>

Sabe-se também que, no mês de julho desse ano, os integralistas de Vitória informavam aos integralistas de Cachoeiro que, desde o dia 1º, na Capital, havia greve dos funcionários da Companhia Central Brasileira de Forças Elétricas e, diante da “inépcia” do governo, a greve havia se alastrado para *chauffeurs*, caminhões, transportes terrestres e marítimos, estivadores, sindicatos de construção civil e, para o dia seguinte, atingiria os padeiros e outros. Argumentavam que os comunistas da Aliança estavam iludindo os operários para dar um golpe. Aos integralistas operários as recomendações da chefia integralista local era para que tomassem parte na greve, como “solidariedade à classe” e para que não fossem apontados como “furadores de greve”. Mas, diante de qualquer ameaça, deviam proteger os poderes constituídos, pois “A liberal-democracia não presta, mas devemos apoiá-la, quando estiver o comunismo querendo o lugar”. Informavam, ainda, que, no dia 5, o movimento grevista deveria alcançar também a cidade de Cachoeiro de Itapemirim.<sup>85</sup>

Não há dúvidas de que, após a “Intentona Comunista”, a AIB conseguiu reunir ainda mais adeptos, já que uma de suas principais bandeiras era o anticomunismo e o ocorrido tornou mais real a “ameaça vermelha” tão propagada por eles.<sup>86</sup>

Assim, o ano de 1935 foi marcado pela realização do Primeiro Congresso Integralista da Província do Espírito Santo e por vários confrontos com os simpatizantes da Aliança Nacional Libertadora (ANL).<sup>87</sup>

---

<sup>83</sup> VIANNA, Marly de Almeida. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 81.

<sup>84</sup> Vianna (2003) afirma que a identificação entre a ANL e o PCB partiu primordialmente do próprio governo, para melhor atacá-la, pois, quando o PCB soube da organização, preferiu dar o seu apoio sem, no entanto, aderir ao movimento. Foi, em especial, a figura de Luis Carlos Prestes que uniu comunistas e aliancistas.

<sup>85</sup> Ofício do Núcleo de Vitória para o Núcleo de Cachoeiro, em 3-7-1935 (Caixa nº 37. APEES).

<sup>86</sup> MAIO; CYTRYNOWYCZ, 2003.

<sup>87</sup> Nos documentos, os integralistas de Cachoeiro utilizam ora o termo aliancistas, ora comunistas, parecendo não distingui-los. Optou-se em usar o termo “comunistas”.

### 2.3 Confrontos entre integralistas e “comunistas”

Dutra afirma que tanto integralistas quanto comunistas sustentavam suas práticas em torno de quatro pilares discursivos e estratégicos: anticomunismo/revolução, trabalho, pátria e moral. Dentro de cada item, a autora identificou a existência de vários pares antitéticos.<sup>88</sup> Como exemplo, podem-se citar os pares identificados pela autora no pilar anticomunismo/revolução: ordem/subversão, bem/mal, civilização/barbárie, saúde/doença, razão/loucura, liberdade/escravidão.

Assim, os discursos desse período, de ambos os lados, são marcados, largamente, pelas dualidades. Para construir sua própria identidade, era necessário definir “o outro” e este aparece como seu oposto, o inimigo a combater.

No Espírito Santo, integralistas e comunistas estavam em franca propaganda de suas ideias. O número 387 da revista *Vida Capichaba*, de 1935, trazia uma nota comunicando a instalação oficial da ANL no Theatro Glória e uma foto retratando a sessão doutrinária, realizada pelos integralistas no Teatro Polytheama.<sup>89</sup> Nessa época, a AIB também possuía outro veículo para propagar as suas ideias, um jornal intitulado *A Marcha* que, provavelmente, não teve vida longa.<sup>90</sup>

No mês de julho desse mesmo ano, começaram os preparativos para a realização de um congresso estadual que seria sediado na cidade de Cachoeiro de Itapemirim. Os núcleos deveriam levantar dados estatísticos sobre a atuação da AIB nos diversos municípios para a apresentação durante o evento.<sup>91</sup>

De acordo com os integralistas, existiam comunistas nas cidades de Vitória, Santa Leopoldina e Cachoeiro de Itapemirim, mas foi a última que concentrou os maiores embates entre a AIB e a ANL.<sup>92</sup> Conforme Cauby da Silva Rego, coordenador do Núcleo de Cachoeiro, a situação na cidade era bastante preocupante:

---

<sup>88</sup> DUTRA, 1997.

<sup>89</sup> Revista *Vida Capichaba*, n° 387, de 30-5-1935.

<sup>90</sup> Revista *Vida Capichaba*, n° 386, de 15-5-1935. Não se encontram mais referências a esse jornal nos documentos pesquisados.

<sup>91</sup> Ofício coordenador-geral da Província, de 31-7-1935 (Caixa n° 37. APEES).

<sup>92</sup> Ofício do Núcleo de Vitória para o Núcleo de Santa Teresa, de 11-9-1935 (Caixa n° 37. APEES).

Vimos sofrendo aqui forte campanha dos componentes da Aliança Nacional Libertadora (que não é aliança, nem nacional, nem libertadora) que tem um corpo de choque composto de indivíduos reconhecidamente desordeiros. Já fomos ameaçados, em boatos só, pois eles não têm coragem bastante para nos dizer de viva voz, de um ataque à sede e aos coordenadores pessoalmente.<sup>93</sup>

Segundo o documento, os integralistas haviam feito contato com o juiz de Direito que teria dado todas as garantias de proteção e auxílio aos integralistas. Por sua vez, a ANL também preparou comícios, discursando contra as ideias da AIB e, conforme os integralistas, nesses “[...] fossem todos rasgar as camisas verdes”. Tudo isso regado a muitos boatos sobre possíveis ataques. Diante desse clima, enquanto durava o comício da ANL, os integralistas se preparavam para um ataque real, colocando “companheiros armados” em pontos estratégicos.<sup>94</sup>

Os “cavaleiros do sigma” da cidade de Cachoeiro, nessa época, ainda eram poucos. Em 14 de maio, encontrou-se referência a 76 membros, porém outros distritos daquele município, como o de Floresta, nesse mesmo período, já possuíam um número bastante superior.<sup>95</sup>

Os dados fornecidos por Darcy Pereira, no mês de agosto, são bastante significativos. Ele informa que os partidários chegaram a reunir em uma concentração 1.000 integralistas em Cachoeiro. Castelo, por sua vez, também estaria próximo de mil. Pode-se suspeitar da grandeza desses números, mas não há dúvidas de que a AIB conquistou um grande espaço no sul do Estado.

Mas, também era no sul do Estado que a ANL se mostrava mais expressiva. Um levante comunista era aguardado pelos integralistas para a noite de 12 de setembro daquele ano, notícia embalada, talvez, pela Greve Geral ocorrida em Vitória. Nessas circunstâncias, conforme os integralistas, as cidades que deveriam merecer maior atenção eram Cachoeiro e Muqui.<sup>96</sup> O levante não aconteceu.

Os integralistas de Cachoeiro se mostravam bastante apreensivos com a realização do Congresso da AIB naquela cidade. Para eles era necessário antes combater os comunistas:

<sup>93</sup> Ofício do Núcleo de Cachoeiro para o Núcleo de Vitória, de 1935 (Caixa nº 37. APEES).

<sup>94</sup> Ofício do Núcleo de Cachoeiro para o Núcleo de Vitória, de 1935 (Caixa nº 37. APEES).

<sup>95</sup> Ofício do Núcleo de Cachoeiro para o Núcleo de Vitória, de 1935 (Caixa nº 37. APEES).

<sup>96</sup> Ofício do Núcleo de Vitória para o Núcleo de Cachoeiro, de 10-9-1935 (Caixa nº 37. APEES).

Sou de opinião que essa Chefia deve providenciar junto ao Secretário do Interior, pois se o ambiente até Outubro for o mesmo que o atual, dificilmente se poderá realizar um Congresso Integralista em Cachoeiro, tal a audácia e a liberdade, verdadeiramente absurda, dos elementos comunistas de nossa cidade [...]. Pelo que temos observado Cachoeiro tornou-se o centro das atividades extremistas no Estado, pois a cidade está cheia de elementos estranhos e bastante suspeitos. Fazem reuniões quase que diariamente e pregam idéias comunistas sem a menor cerimônia. Enfim, gozam da mais absoluta liberdade, como se fossem ótimos elementos sociais e políticos.<sup>97</sup>

O congresso estava previsto para os três primeiros dias de novembro e contaria com a presença do chefe nacional, Plínio Salgado. Boatos tomaram força nesse período:

Os nossos inimigos vêm espalhar o boato de uma concentração, com título 'proletariado', para os dias do nosso Congresso, e durante a qual seriam insultados os camisas verdes, numa propaganda anti-fascista (sic), impedindo-se, ao mesmo tempo, o desembarque do CHEFE NACIONAL.<sup>98</sup>

A confirmação da presença de Plínio Salgado foi recebida pelo núcleo de Vitória em 14 de outubro e o número estimado de membros no congresso era de aproximadamente três mil.<sup>99</sup> Novamente, o núcleo de Cachoeiro pediu um entendimento anterior com as "altas autoridades estaduais" para conter a ação dos comunistas e evitar um possível conflito.

Em 26 de outubro, informavam que o clima sombrio na cidade de Cachoeiro continuava aumentando:

O ambiente em nossa cidade vai, à proporção que se aproxima a data do nosso Congresso, se tornando cada vez mais sombrio. Os boatos espalhados pelos aliancistas são os mais sanguinários possíveis, e o objetivo deles começa a ser alcançado, pois muitas famílias já cogitam de se retirar de Cachoeiro nos dias 1, 2 e 3 de novembro [...]. Ainda agora mesmo, Sr. Ary Lima, [...] pessoa influentíssima nas rodas da política governamental acaba de declarar abertamente em Praça Pública, que vai se retirar de Cachoeiro, porque o que vai acontecer no dia da chegada do Chefe Nacional, será uma verdadeira chacina.<sup>100</sup>

<sup>97</sup> Ofício do Núcleo de Cachoeiro para o Núcleo de Vitória, de 9-8-1935 (Caixa nº 37. APEES).

<sup>98</sup> Letras maiúsculas e (sic) conforme original. Ofício do Núcleo de Cachoeiro para o Núcleo de Vitória, de 14-10-1935 (Caixa nº 37. APEES).

<sup>99</sup> Ofício do Núcleo de Vitória para o Núcleo de Cachoeiro, de 14-10-1935 (Caixa nº 37. APEES).

<sup>100</sup> Ofício do Núcleo de Cachoeiro para o Núcleo de Vitória, de 26-10-1935 (Caixa nº 37. APEES).

O chefe de Cachoeiro pediu ainda que se comunicasse ao núcleo de Campos a necessidade de reforço para a proteção de Plínio Salgado, pois os comunistas anunciavam “aos quatro cantos” que ele não passaria da cidade de Campos.

O conflito tão anunciado realmente aconteceu. O palco foi a estação ferroviária, onde integralistas e simpatizantes da ANL esperavam Plínio Salgado. A confusão acabou se espalhando pelas ruas da cidade. Houve tiros, feridos e mortos. O Chefe Nacional não veio. Não se sabe quem começou o confronto, mas sabe-se que um integralista e dois comunistas morreram.<sup>101</sup>

Tanto integralistas, quanto comunistas fizeram de seus mortos mártires. Os dois “proletários” mortos, Quitito e Orestes, dez anos depois, ocupavam as páginas do jornal comunista *Folha Capixaba*. Alberto Secchin, o integralista morto, por sua vez, tornou-se nome de uma escola integralista e sua família recebeu um retrato do Chefe Nacional.<sup>102</sup>

Por certo, os enfrentamentos ficaram na memória de integralistas e comunistas, mas “pintados” com diferentes cores. No ano de 1945, o jornal *Folha Capixaba* “relembrou” os fatos ocorridos naqueles dias na cidade de Cachoeiro. A reportagem foi dividida em várias partes, e os subtítulos escolhidos foram bastante sugestivos, tais como: “Repulsa unânime”, “Barradas todas as entradas”, “Sob tremendíssima vaia”, “A batalha na estação” e, finalmente, “Salve-se quem puder”.

No atropelo indescritível, sob a saraivada de bofetões, rasteiras, pontapés nos fundilhos, etc. os chefes sigmóides foram os primeiros a dar o grito de ‘salve-se quem puder!’. Verificou-se desse modo uma cena extremamente grotesca. Uivando de medo, os ‘heróis’ do sigma, desabalaram pela estação a fora, buscando as saídas! O porão do hotel da estação encheu-se a cunha de integralistas, uns atirados por cima dos outros. Os que ganhavam à rua eram unhados pelo povo, que os descamisava num ápice, aplicando-lhes um par de bofetadas. Outros entravam pelas casas particulares pedindo proteção, e dali só saíam sem camisa verde disfarçados de gente.

<sup>101</sup> Conforme o jornal comunista *Folha Capixaba*, morreram os proletários Quitito e Orestes e três integralistas. Na documentação do núcleo integralista de Cachoeiro, encontra-se referência à morte do camisa-verde Alberto Secchin. Fagundes fala em três mortos e dez feridos e afirma também que Gustavo Barroso estava no trem (FAGUNDES, Pedro Ernesto. Os integralistas e as eleições de 1935 no ES. In: SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais...** Londrina: Associação Nacional de História, 2005. Disponível em: <<http://www.anpuh.uepg.br/Xxiii-simposio/anais/textos/PEDRO%20ERNESTO%FAGUNDES.pdf>> Acesso em: 26 abr. 2007).

<sup>102</sup> Conforme Silva (2005), a revista integralista de maior expressão nacional – *Anauê* – trouxe, no seu primeiro número, a foto do Chefe Nacional para ser emoldurada, constando a recomendação de colocá-la na sala de visitas para que todos pudessem ver a imagem do líder.

Em resumo, nunca foi assistida em Cachoeiro do Itapemirim uma surra igual a essa.<sup>103</sup>

Após os levantes de novembro, Vargas decretou o Estado de Sítio. Viana afirma que os eventos, que culminaram na conhecida “Intentona Comunista”, termo usado, conforme o autor, para depreciar o movimento, devem ser interpretados mais como uma manifestação ligada às insatisfações dos militares e ao movimento tenentista do que a um levante comunista.<sup>104</sup> O que ligava tenentes e comunistas era a figura de Luis Carlos Prestes, o antigo “Cavaleiro da Esperança” que, naquele momento, já pertencia à Internacional Comunista.

O movimento integralista do Espírito Santo, que se via como “[...] um elemento de ordem e contra qualquer manifestação comunista”, baseando-se no Estado de Sítio, mandou as seguintes orientações para os seus núcleos no dia 25 de novembro: a) suspender imediatamente reuniões e qualquer tipo de propaganda e, se a reunião fosse necessária, não poderia juntar mais do que 19 pessoas de cada vez; b) continuar os trabalhos eleitorais, fazendo o preparo de chapas, divulgação por escrito, registro, etc.; c) preparar por meio de recomendações, sem caráter de reunião ou propaganda, o “espírito das populações” e, principalmente, dos próprios integralistas para a necessidade de auxiliar o governo na repressão de qualquer tentativa de subversão da ordem; d) acatar todas as ordens do governo por mais “absurdas” que fossem.<sup>105</sup>

Em 13 de dezembro, a chefia provincial solicitava que os integralistas não cometessem o menor ato de violência contra os jornais que faziam uma “campanha difamadora” contra a AIB, declarando que seu objetivo primordial era a luta contra o comunismo e a vigilância das famílias e da Pátria. Os chefes provinciais, municipais e distritais estavam autorizados a desmentir qualquer notícia sobre o integralismo, ainda que favorável, devendo considerar verdadeiras somente as notícias recebidas da própria AIB. Informava também que a Chefia Nacional havia proibido qualquer cooperação com as autoridades, salvo quando estas solicitassem por escrito.<sup>106</sup>

---

<sup>103</sup> JORNAL FOLHA CAPIXABA, de 15-6-1945, APEES.

<sup>104</sup> VIANNA, 2003.

<sup>105</sup> Ofício do Chefe Provincial para Núcleos, de 25-11-1935 (Caixa nº 37. APEES).

<sup>106</sup> Circular da Chefia Nacional nº 1005, de 28-12-1935, remetida pelo Núcleo de Vitória para os demais Núcleos em 13-1-1936 (Caixa nº 37. APEES).



Assim, apesar da situação política bastante delicada, a AIB continuou a sua campanha para as eleições de dezembro de 1935. Os integralistas conseguiram eleger vários vereadores em diferentes municípios, tanto no centro, quanto no norte e sul do Estado, como demonstra a tabela a seguir:

**Tabela 1 – Vereadores Integralistas**

<b>Município</b>	<b>Nº de vereadores</b>
Alfredo Chaves	01
Cachoeiro de Itapemirim	01
Castelo	04
Colatina	03
Domingos Martins	03
Guarapari	01
Iconha	01
Pau Gigante	02
Rio Novo do Sul	01
Santa Tereza	05
Siqueira Campos	01
Viana	01
Vitória	02
<b>Total</b>	<b>26</b>

Fonte: Relatório da AIB do ano de 1936. Caixa nº 37. APEES.

Além dos 26 vereadores, a AIB elegeu também os prefeitos dos municípios de Domingos Martins – Octaviano Santos – e de Santa Teresa – Enrico Ildebrando Aurélio Ruschi.<sup>107</sup> Não obstante a vitória nos dois municípios, a AIB perdeu as eleições para a Prefeitura de Castelo, lugar em que havia depositado grandes esperanças, já que acreditavam contar com o apoio das três figuras de maior prestígio da localidade – Archilau Vivacqua, José Colla e João Rangel.

Porém, mesmo diante dessa derrota, o chefe de Cachoeiro informou sua satisfação com as palavras de João Rangel, o candidato da AIB vencido em Castelo:

<sup>107</sup> Circular nº1, de 4-2-1936, e diretiva sem número, de 17-2-1936 (Caixa nº 37. APEES). Octaviano Santos era dono de um cartório em Domingos Martins e Enrico Ruschi era agrônomo.

[...] tive uma grande satisfação devido à atitude do companheiro João Rangel, que no dia seguinte a apuração disse-me que agora ia mostrar aos políticos, que afirmam ter ele entrado para o nosso movimento somente para ser Prefeito, e que é um Camisa Verde e como se trabalha para o Integralismo.<sup>108</sup>

A acusação dos adversários mostra que o integralismo podia mesmo ter ganhado as eleições também em Castelo. João Rangel fez seu juramento no mês de outubro e antes disso seu nome já era cogitado para disputar a Prefeitura por outro partido. Naquela ocasião, foi advertido pelos integralistas de que, depois do juramento, levaria uma nova vida e, portanto, deveria abandonar para sempre todas as suas atividades de antigo liberal-democrata.<sup>109</sup> Assim, Rangel deixava o PSD e aderiu ao movimento. Dois meses depois, transformou-se no candidato da AIB.

Durante a campanha em outro município – Calçado – num panfleto intitulado “A Ação Integralista Brasileira à Família Calçadense”, os integralistas afirmavam que as mais conceituadas famílias calçadenses apoiavam o movimento. Entretanto, nesse município não conseguiram eleger nem o prefeito, nem vereadores. Mais do que o resultado da eleição em Calçado, importa-nos a mensagem de tal panfleto. Este lembrava que o mal do comunismo não havia sido “extirpado” totalmente do “corpo” da Pátria, após novembro de 1935:

Deveis vos prevenir, porque o grande mal ainda perdura. O acontecimento nesses últimos dias exemplifica a dor que acusa uma infecção no organismo da Pátria. A carnificina do massacre e da rendição não constitui cura. Precisamos reagir, nós que somos o organismo da nação.<sup>110</sup>

Dutra afirma que a identificação do inimigo com o mal, como doença, era recorrente nos discursos anticomunistas na década de 30.<sup>111</sup> O próprio Vargas fez uso da metáfora médica em seus discursos. Assim, o comunismo era visto como um mal externo, exótico, que tentava se infiltrar no corpo da nação. Era urgente a

<sup>108</sup> Ofício do Núcleo de Cachoeiro para o Núcleo de Vitória, de 13-1-1935 (Caixa nº 37. APEES). Provavelmente a data está equivocada, pois o resultado da eleição saiu no início de 1936 (Caixa nº 37. APEES).

<sup>109</sup> Ofício do Núcleo de Cachoeiro para o Núcleo de Vitória, de 7-10-1935 (Caixa nº 37. APEES).

<sup>110</sup> Rascunho de telegrama do Núcleo de Cachoeiro para o Núcleo de Vitória, de 16-5-1936 (Caixa nº 37. APEES).

<sup>111</sup> DUTRA, 1997.

“extirpação” desse mal, mas não bastava punir, pois o “massacre e a rendição” ainda não traziam a cura; eram necessárias “medidas preventivas” e “saneadoras”, a fim de evitar uma nova contaminação. Sobre o anticomunismo da AIB, Falcão salienta que,

O anticomunismo, que era por sua vez uma das marcas registradas do ideário integralista, produzia certas manifestações que poderiam ser tomadas como simples comicidade ou desvario, se não tivessem profundas implicações na construção de um imaginário visceralmente negativo acerca de seus adversários.<sup>112</sup>

Era necessário construir a imagem do inimigo e, para tanto, os integralistas difundiam “informações” sobre os comunistas e o seu governo. As notícias que se difundiam entre os integralistas sobre a Rússia e o comunismo eram bastante impactantes. Esses “fatos” colocavam em xeque a existência da instituição familiar e dos seus valores, como a hierarquia e a moral, trazendo o retorno de uma era de barbárie e escravidão.

Em carta que dirigi a um companheiro de Venda Nova, relatei um facto altamente expressivo que acaba de se dar na Rússia sovietica. O Governo no firme proposito das realizações materialistas acaba de construir um grande pateo, medindo 1 quilometro quadrado, todo cercado de fortes e gigantescos muros. Nessa prisão que é guarnecida por soldados, interna e externamente, foram presas grandes numeros de moças arrancadas de todas as classes sociaes, bem como numero correspondente de homens também escolhidos em identicas condições. Ahi vivem nus como verdadeiros animais realisam a procriação como si fosse animaes irracionaes. São obrigados a praticas de todos os actos animalisantes na presença da guarda sempre attenta e armada de metralhadoras, fuis e bayonetas. É uma verdadeira escravidão.<sup>113</sup>

Em 1936 o movimento integralista continuou se organizando e, para facilitar a comunicação entre os vários núcleos, a Província do Espírito Santo foi dividida em seis regiões (Quadro 1):

<sup>112</sup> FALCÃO, 2000, p. 139.

<sup>113</sup> Carta de 15-10-1935 enviada por Archilau Vivacqua ao chefe do núcleo integralista de Venda Nova (LAZZARO; COUTINHO; FRANCESCHETTO, 1992, p. 265-266).

<b>Regiões</b>	<b>Núcleos</b>
1º região	Pau-Gigante (sede), Colatina, Fundão, Serra, São Mateus e Conceição da Barra
2º região	Santa Teresa (sede), Itaguaçu, Afonso Cláudio e Santa Leopoldina
3º região	Vitória (sede), Cariacica, Viana, Domingos Martins, Guarapari e Anchieta
4º região	Cachoeiro de Itapemirim (sede), Vila de Itapemirim, Piúma, Iconha, Rio Novo e Alfredo Chaves
5º região	Castelo (sede), Muniz Freire e Rio Pardo
6º região	Calçado (sede), Alegre, Siqueira Campos, Muqui, João Pessoa e Mimoso

Quadro 1: Divisão da Província do Espírito Santo

Fonte: Resolução nº 20, do Núcleo de Vitória para Núcleo de Cachoeiro, de 9-7-1936. Caixa nº 37. APEES.

## 2.4 A perseguição do governo e o ano de 1938

Após o levante comunista, a situação política sofreu alterações. A AIB continuou sua campanha para difundir suas ideias e fundou novos núcleos, como o de Rodeio, no município de Rio Novo, que recebeu 250 novos membros, e Duas Barras, no município de Iconha, que reuniu mais 337 novos adeptos.<sup>114</sup> A campanha do ouro, para arrecadar fundos para a AIB, continuou ativa, recolhendo os mais variados objetos, como anéis de formatura, medalhas, alianças, etc. Porém, o ano de 1936 já foi marcado por perseguições que partiam do próprio governo.

Darcy Pereira informou, por telegrama, ao núcleo de Vitória que o delegado regional havia recebido ordens do secretário do Interior para “[...] agir com máxima energia contra o Integralismo”, não consentindo a realização de trabalhos internos nos núcleos e suspendendo, imediatamente, o funcionamento das escolas de alfabetização.<sup>115</sup>

<sup>114</sup> Telegramas do Núcleo de Cachoeiro para o Núcleo de Vitória, de 13-7-1936 e de 24-8-1936 (Caixa nº 37. APEES).

<sup>115</sup> Ofício do Núcleo de Vitória para o Rio de Janeiro, de 12-9-1936 (Caixa nº 37. APEES).

A sede da AIB de Cachoeiro era alvo de pixações. Os integralistas denunciavam ao governo a situação e pediam medidas contra os “bolchevistas” da cidade.<sup>116</sup>

Mas os conflitos envolvendo integralistas não se restringiram à cidade de Cachoeiro. Em outra estação – na localidade de João Neiva – no município de Pau-Gigante, às vésperas das comemorações do Dia da Pátria do ano de 1936, outro confronto resultou em morte. Dessa vez, a contenda envolveu um grupo de integralistas e a polícia local:

Infelizmente temos a lamentar a morte, do companheiro Amadeo Faustini, que recebeu uma bala pelas costas, que lhe varou o coração. O corpo desse companheiro ficou insepulto por várias horas, não tendo os comunistas junto com a polícia, permitido logo em seguida, a retirada do corpo. Não houve exame de corpo de delito. O médico foi o próprio Dr. Azevedório, mandante do crime, e que apenas atestou morte por hemorragia interna.<sup>117</sup>

Vários integralistas ficaram presos por alguns dias, inclusive o chefe do núcleo de Pau-Gigante, Lastenio Calmon Júnior. Em relatório interno da AIB, denunciaram que o inquérito foi realizado em Vitória, e não em Pau-Gigante como deveria ter sido. As testemunhas estavam sob coação e não leram o próprio depoimento que assinaram.

No mesmo documento, os integralistas ainda responsabilizam o Dr. José Simplício de Azevedorio, o prefeito local, e o secretário do Interior, Dr. Celso Calmon Nogueira da Gama, pelo ocorrido. Depois do conflito, os núcleos da sede Pau-Gigante e seus distritos, João Neiva, Accioly, Pendanga e Cavallinhos foram fechados pela polícia de acordo com a Lei de Segurança.<sup>118</sup>

O caso foi levado às tribunas dos vereadores. Tem-se então a versão do que aconteceu naquele dia na Estação de João Neiva, contada por um não integralista e aliado do governo. Conforme o relato, na estação de João Neiva desceram cerca de 60 integralistas uniformizados. Um policial abordou um deles e

---

<sup>116</sup> João Linhares remeteu, em 16-9-1936, o telegrama recebido do Núcleo de Cachoeiro no dia anterior para Bley exigindo providências e para o presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (Caixa nº 37. APEES).

<sup>117</sup> Ofício do Núcleo de Vitória para o Rio de Janeiro, de 12-9-1936 (Caixa nº 37. APEES).

<sup>118</sup> Ofício recebido por João Linhares em 13-9-1936, reproduzido no relatório enviado ao Rio de Janeiro, de 12-9-1936 (Caixa nº 37. APEES).

quis lhe tomar a arma. Discutiram e tiros foram disparados, morrendo um integralista, que, segundo o informante, “[...] era um dos mais exaltados”.<sup>119</sup>

No dia 14 do mesmo mês, dois membros do Partido Integralista chegaram à sede da AIB, espancados pela polícia local, “[...] apresentando todo o corpo numa só e bárbara *echymose*, coisa verdadeiramente horrível [...]”.<sup>120</sup> A liderança da AIB no Estado resolveu levá-los à presença do capitão João Punaro Bley. O interventor os recebeu e os integralistas disseram acreditar que ele desconhecia os fatos. Os homens espancados foram interrogados pelo interventor, que se mostrou “irritado e comovido” e disse, por fim, que tomaria enérgicas providências, redigindo, naquele exato momento, um telegrama ao prefeito. Contudo, segundo os integralistas, tudo não passou de uma “comédia”, ou o interventor suspendeu a ordem ou não mandou executá-la, pois, além de ninguém ter sido preso e nenhuma providência tomada, uma pessoa íntima no Palácio, conversando com a esposa do interventor “[...] que dizem ser simpatizante do movimento” percebeu que ela não tomou conhecimento dos espancamentos e da visita dos integralistas ao Palácio. Segundo eles, “Ter o governador ocultado à esposa tais fatos, que a cidade toda conhece, é índice claro, de conivência, anuência, complacência e porque não dizê-lo, de cumplicidade em tais crimes”.<sup>121</sup>

As perseguições e “[...] os atos da mais horripilante selvageria”, conforme a AIB, prosseguiram em Pau-Gigante. De acordo com o relator do documento, os integralistas de Pau-Gigante haviam se transformados em “judeus errantes”:

Ontem, 18, chegou aqui o companheiro Ettore Favalezza, que também foi ameaçado de pancada, e remetido para Vitória, para depor. É um dos meios de perseguir, porque o desgraçado colono não tem dinheiro para nada e menos para viajar e é obrigado a se endividar, para vir a Vitória. Aqui, perdem um e dois dias, ouvem descomposturas do delegado, e vão embora. Chegados lá, são perseguidos novamente, e viram ‘judeus errantes’.<sup>122</sup>

<sup>119</sup> Recorte de jornal, sem data, intitulado: *O conflito de João Neiva* (Caixa nº 37. APEES).

<sup>120</sup> Continuação do relatório sobre os acontecimentos em João Neiva. Do Núcleo de Vitória para o Rio de Janeiro em 19-9-1936 (Caixa nº 37. APEES).

<sup>121</sup> Continuação do relatório sobre os acontecimentos em João Neiva. Do Núcleo de Vitória para o Rio de Janeiro em 19-9-1936 (Caixa nº 37. APEES).

<sup>122</sup> Continuação do relatório sobre os acontecimentos em João Neiva. Do Núcleo de Vitória para o Rio de Janeiro em 19-9-1936 (Caixa nº 37. APEES).

O que mais interessa no acontecimento em João Neiva é perceber que, nesse momento, o capitão João Punaro Bley, apesar de não declarar abertamente, não via com simpatias o movimento integralista do Espírito Santo, permitindo e, talvez, até estimulando a perseguição de seus dirigentes.

O clima continuava tenso. Os integralistas de Cachoeiro também pretendiam realizar o seu desfile pelas ruas da cidade no dia 7 de setembro, mas, a fim de cumprir as ordens publicadas no Diário Oficial do dia 5, reuniram-se apenas dentro da sede.<sup>123</sup>

O relatório enviado pela Província do Espírito Santo, referente ao ano de 1936, deixa-nos algumas informações sobre a situação do movimento naquele ano. Informa que a Secretaria de Educação Moral e Cívica pouco conseguiu fazer em certos municípios onde a proibição da polícia foi mais severa. Os núcleos de Pau-Gigante e Cachoeiro de Itapemirim mantiveram, por algum tempo, turmas de ginástica e outros exercícios, mas os integralistas desses núcleos afirmavam que “Hoje em dia, a polícia não permite em absoluto, nenhuma reunião e principalmente ao ar livre”.<sup>124</sup>

Os serviços de assistência social atenderam os membros necessitados, provendo medicamentos e recursos monetários. De acordo com o documento, muitos “companheiros” necessitados vinham do “Norte do País” e aqui chegavam em busca de emprego ou de recursos para continuar a viagem até o Rio de Janeiro. O maior número de socorridos vinha da “Província mártir – Bahia”:

[...] devido as constantes perseguições, deixam sua Província e vem em procura de outros lugares aonde possam expandir as suas idéias, dando alento a seus corações de brasileiros, feridos naquilo que mais amam e que defenderão com as próprias vidas, si preciso for – A Pátria Brasileira.<sup>125</sup>

A Secretaria Provincial de Arregimentação Feminina e Pliniana, que tinha passado por um longo período de poucos trabalhos, informava que, no ano de 1936, por intermédio do seu Departamento Feminino chefiado por uma “companheira”, fizeram a campanha do Natal dos Pobres, distribuindo gêneros alimentícios, cobertores, doces, balas, etc. no orfanato Cristo Rei e roupinhas no Hospital Infantil.

<sup>123</sup> Telegrama de Linhares para Lastênio Calmon, de 5-9-1936 (Caixa nº 37. APEES).

<sup>124</sup> Relatório da AIB do ano de 1936 (Caixa nº 37. APEES).

<sup>125</sup> Relatório da AIB do ano de 1936 (Caixa nº 37. APEES).

Por sua vez, a Secretaria Provincial de Estudos e Doutrina criou os dados estatísticos sobre a Província e cuidou da orientação de artigos de jornais e conferências, atentando para que não desvirtuassem o sentido da doutrina de Plínio Salgado.

Já a Secretaria Provincial das Corporações e Serviços Eleitorais comunicou que criou um “fichário político”, informando também o número de integralistas da Província do Espírito Santo, por região:<sup>126</sup>

**Tabela 2 - População Integralista por região – Ano 1936**

<b>Região</b>	<b>Municípios</b>	<b>Total Município</b>	<b>Total Região</b>
1°	Pau-Gigante (Ibiraçu)	1.350	4.500
	Colatina	3.150	
2°	Santa Teresa	5.480	6.000
	Santa Leopoldina	120	
	Itaguaçu	250	
	Afonso Cláudio	150	
3°	Vitória	1.286	3.000
	Cariacica	234	
	Viana	350	
	Domingos Martins	820	
	Guarapari	310	
4°	Cachoeiro de Itapemirim	2.513	4.298
	Alfredo Chaves	637	
	Iconha	602	
	Rio Novo (Rio Novo do Sul)	508	
	Itapemirim	38	
5°	Castelo	3.449	3.621
	Muniz Freire	113	
	Rio Pardo	59	
6°	Calçado	60	2.099
	Alegre	1.156	
	Siqueira Campos (Guaçuí)	350	
	Muqui	480	
	João Pessoa (Mimoso do Sul)	53	
<b>Total</b>			<b>23.518</b>

Fonte: Relatório da AIB do ano de 1936 (Caixa nº 37. APEES).

<sup>126</sup> Mesmo que os números divulgados pela AIB possam estar supervalorizados, eles mostram em quais municípios a AIB encontrou maior apoio.



O relatório apresentava um gráfico intitulado “Aumento da População” que demonstrava o crescimento do integralismo no Estado.<sup>127</sup> Contudo, deve-se ter cautela quanto aos dados apresentados, pois o interesse em evidenciar aos seus superiores um bom resultado pode ter elevado os números. Não há dúvida, porém, de que, após o levante comunista, o número de adeptos ao integralismo cresceu. Transformando o gráfico em tabela, tem-se:

**Tabela 3 – Aumento da População**

<b>Ano</b>	<b>Nº de Integralistas</b>
1932	100
1933	5.000
1934	8.000
1935	12.000
1936	24.000

Fonte: Relatório da AIB do ano de 1936 (Caixa nº 37. APEES).

Sobre os trabalhos desenvolvidos pelas duas Prefeituras chefiadas por integralistas, o relatório afirmava que a opinião dos meios oficiais era bastante positiva.

Se todos os prefeitos mantivessem a atitude dos nossos dois camisas verdes, o Espírito Santo se tornaria uma das maiores Províncias do Brasil, pois eles só cuidam do desenvolvimento dos seus municípios, não perdendo tempo em politicalha.<sup>128</sup>

É interessante perceber a forma como os integralistas julgavam a política dos seus opositores. Para eles os únicos que se preocupavam com o desenvolvimento dos seus municípios e, por certo, com a Pátria eram eles próprios. Todos os seus adversários faziam “politicalha”. Em 29 de agosto, em uma resposta à Secretaria Provincial de Imprensa que perguntava sobre a situação política no

<sup>127</sup> Outra fonte indica o ano de 1933 para a fundação da AIB no Espírito Santo. Circular do Núcleo de Vitória para chefes municipais, de 17-8-1935 (Caixa nº 37. APEES).

<sup>128</sup> Relatório da AIB do ano de 1936 (Caixa nº 37. APEES).

Estado, foi emitida a mesma opinião: “No restante, é a luta mesquinha dos partidos, é a gabeiragem entristecedora de um regime velho”.<sup>129</sup>

O *novo* era pensado em contraposição à política da República Velha, às fraudes eleitorais e à suposta falta de ética e patriotismo. A ideia de que o integralismo marcava o início de um novo tempo, em oposição ao “Velho Regime” estava refletida no título do jornal integralista local, *Idade Nova*. Até aquele momento, o jornal contava com dez exemplares e era o único veículo pelo qual se fazia a “luta contra o comunismo”, enquanto os núcleos permaneciam fechados.<sup>130</sup>

A Secretaria Provincial das Corporações e Serviços Eleitorais afirmava ainda que o trabalho com os sindicatos continuava, pois sentiam uma certa animosidade em alguns deles. A ideia era infiltrar-se nesses meios para não deixar brecha para uma possível volta da influência comunista. Afirmavam também que alguns sindicatos eram responsáveis por uma “perigosíssima propaganda comunista e anti-integralista”. Segundo o documento, a infiltração dos integralistas nos meios proletários se fazia “muito lentamente”, devido à resistência encontrada, pois, até pouco tempo, os partidários do integralismo tinham sua adesão recusada por vários sindicatos.

Mas, com a instalação do Estado Novo e a posterior dissolução dos partidos políticos, esse contexto será radicalmente alterado. Inicialmente, os militantes não acreditavam que estariam fora dos planos de Vargas na implantação do Estado Novo. Dias depois do discurso de Vargas, em 10 de novembro, um militante escrevia para confortar e dar esperanças aos outros membros:

Vim hontem do Rio. Estive com o chefe Nacional. A nossa situação é bôa, porque é optima, formidavel mesmo. Nunca estivemos tão bem. Não falo assim para animar ninguém, mas porque é a verdade. [...] Plínio Salgado, o chefe nacional, só será preso no dia que o Presidente Getulio Vargas tambem for. Elles sim estão unidos para o bem da grandeza do Brasil.<sup>131</sup>

---

<sup>129</sup> Ofício nº 5 da Secretaria Provincial de Imprensa para a Secretaria Nacional de Imprensa, de 29-8-1936 (Caixa nº 37. APEES).

<sup>130</sup> Encontrou-se referência do jornal até o nº 25, ano 2. Processo Criminal nº 482. (CX. 408). Os jornais não foram localizados.

<sup>131</sup> Carta para Cachoeiro, de 14-11-1937. Processo Criminal nº 593 (CX. 411) de 8-7-1938, originado em Vitória. Processos Criminais do Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Arquivo Nacional (AN). Rio de Janeiro.

A situação da AIB não era boa. Logo após o golpe do Estado Novo, Vargas busca se afastar da imagem da AIB e, no dia 2 de dezembro, decreta a dissolução dos partidos políticos. A experiência integralista se encerra com a tentativa fracassada de tomar o poder em 11 maio de 1938.

A polícia capixaba decidiu abrir inquérito para apurar o possível envolvimento dos integralistas locais no último evento. Para tanto, 19 pessoas, entre ex-chefes e membros integralistas, foram chamadas a depor. A notícia do que ocorreria naquela madrugada veio pelos trilhos do trem e chegou até os integralistas de Cachoeiro que, por sua vez, comunicaram àqueles que residiam na Capital. O morador do andar de baixo da casa do padre integralista Ponciano Stenzel dos Santos confirmou, em depoimento, que, naquela noite, houve uma movimentação incomum naquela residência. Além da movimentação, a descoberta da existência de armas enterradas, depois do fechamento da AIB, também veio à tona nessa investigação.

Os envolvidos, inicialmente, negaram que sabiam de algo, mas, nos depoimentos subsequentes, confirmaram que houve boatos, mas não sabiam quem estaria promovendo a ação, se comunistas, integralistas ou outros.

É certo que os integralistas do Espírito Santo não ajudaram na revolta armada, mas sabiam do que aconteceria naquela noite. Nos depoimentos, embora declarassem discordar, veementemente, daquele tipo de atitude, ficou claro que a maioria dos depoentes ainda se identificava com a doutrina. Apenas um afirmou que sentia um “[...] profundo arrependimento de ter sido adepto do sigma”. Cinco dos depoentes declararam que, na Constituição de 1937, havia muitos pontos de vista integralistas e, portanto, teoricamente, achavam-se representados no Estado Novo. O problema é que não viam a teoria ser aplicada na prática. Todos, com exceção daquele que disse ser um integralista arrependido, afirmaram que a tomada de poder à força desvirtuava a doutrina integralista.<sup>132</sup>

João Linhares, ex-chefe provincial, acreditava que a rebelião tinha sido mais de fundo militar, apesar da cooperação de alguns integralistas. Para ele a doutrina integralista não pregava violências como meio de galgar o poder e assegurava que a AIB do Espírito Santo não teve participação nem remota com a

---

<sup>132</sup> Trindade (1979) assinala que, nos primeiros documentos da AIB, o uso da força não está excluído, porém afirma também que a violência parecia ser mais uma forma de ameaçar seus adversários do que uma possibilidade real.

“intentona” de 11 de maio. Ao final, arrematou que, “[...] por ter sido integralista não quer dizer que esteja implicado em todas as mashorcas em que figurem elementos integralistas”.

Já padre Ponciano, ex-secretário de estudos do movimento, julgava rebeliões como formas ilícitas para conquistar o poder, do ponto de vista cristão e social. Para ele a rebelião era um movimento armado do Exército, da Marinha e de integralistas. Afirmava que, naturalmente, desejava o Estado Integral ou um regime parlamentar de partidos organizados dentro da lei, como era antigamente. Se a Constituição de 1937 fosse posta em prática como está em teoria, sob o Estado corporativo, o padre estaria identificado e integrado ao Estado Novo, mas, nesse momento de transição, ele não se sentia identificado, porém acatava e respeitava as ordens emanadas.

Darcy Pereira, ex-chefe do núcleo de Cachoeiro, estava convencido de que a ação não era exclusivamente de elementos integralistas e não se constituía uma revolução, mas, sim, vingança pessoal promovida por elementos heterogêneos e despeitados – políticos da situação passada, militares, civis e uma ala dos integralistas que queriam o poder a qualquer forma, mesmo com a “desgraça do Brasil”. Declarou ainda que fazia votos a Deus para que a Constituição conduzisse o País para seus grandes destinos e, caso ficasse provado o envolvimento de Plínio Salgado nessa ação, começaria a duvidar “[...] das palavras dos homens”.

Outro depoente também duvidava da aprovação do Chefe Nacional. Para ele os responsáveis eram um “Grupo de integralistas aliado a descontentes políticos da velha guarda e alguns militares a revelia do chefe nacional”.<sup>133</sup>

Por fim, um depoente afirmava que tinha sido integralista até a sede ser fechada, mas continuava com os princípios integralistas de acordo com o manifesto-programa de 1936 e o manifesto de outubro de 1932. Até aquele momento, não acreditava que se tratava de um golpe integralista,

[...] pois, aquele que assim agiu no momento que tomou tal atitude divorciou-se completamente dos princípios básicos da doutrina e se foi o golpe dado com acquiescência do chefe nacional, ele seria o maior contraditor de sua própria idéia. Conhecendo de perto Plínio, o seu feitiço é educar e não destruir.<sup>134</sup>

<sup>133</sup> Processo Criminal nº 593 (CX. 411).

<sup>134</sup> Processo Criminal nº 593 (CX. 411).

A promotoria pediu arquivamento do processo alegando que não foi provado que os acusados fizeram articulação ou aliciaram elementos para tomar parte do movimento integralista. Havia ficado provado apenas que alguém deu a notícia ao chefe integralista local, tendo este e outros divulgado a adeptos.

A partir dos depoimentos, percebe-se que, mesmo buscando as aproximações entre a política do Estado Novo e os ideais integralistas, até para provar a polícia sua identificação com o “novo regime”, os integralistas não se sentiam representados, já que, para eles, a teoria não era colocada em prática. Assim, os integralistas do Espírito Santo continuavam ligados à doutrina do *sigma*.

## 2.5 Integralismo e imigrantes

A liderança integralista no Estado era formada, na sua maioria, por comerciantes e profissionais liberais. No processo aberto para averiguar a participação dos integralistas capixabas nos acontecimentos de 11 de maio de 1938, dos 17 integralistas e simpatizantes de Cachoeiro e Vitória, chamados a depor, nove se declararam comerciantes, dois engenheiros, dois advogados, um padre, um médico, um tabelião e um estudante.

Porém, a grande maioria dos seguidores do *sigma* no Espírito Santo era formada por pequenos proprietários rurais. Para os integralistas, o homem do campo seria aquele mais tocado pela ideologia da AIB:

O chefe nacional tem toda razão. É o caboclo de nossa terra, o homem nobre, corajoso e desinteressado dos sertões de nossa terra que mais compreende o integralismo. Nós, os homens da cidade já respiramos o ar miserável, viciado e corrupto da atmosfera da civilização atual, quase inteiramente dominada pelo judaísmo dissolvente e aniquilador.<sup>135</sup>

Embora não tenha sido encontrada na documentação da AIB referência quanto à etnia de seus membros, nem reflexões sobre essas adesões, percebe-se que esses pequenos proprietários rurais, na sua maioria, não se adequavam à imagem do “caboclo da nossa terra”, já que o integralismo se expandiu por boa parte da região colonizada por imigrantes alemães/pomeranos e italianos.

<sup>135</sup> Ofício do Núcleo de Cachoeiro, de 25-6-1936. Processo Criminal n° 593 (CX. 411).

Os motivos que levaram imigrantes e descendentes a aderir ao integralismo já foram pesquisados em outras regiões do País. Por certo, os apontamentos feitos pelos autores sobre a situação no Sul do País podem ajudar a entender a situação do Espírito Santo.

Seyferth informa que a explicação mais comum para a adesão dos teuto-brasileiros é a similaridade entre o integralismo e o nazifascismo, divulgada também pela imprensa teuto-brasileira.<sup>136</sup> Segundo a autora, a partir de 1934, uma das preocupações dos imigrantes alemães e descendentes era entender como o integralismo lidaria com a situação “peculiar” representada por eles. A resposta veiculada pelos jornais sinalizava tolerância, isto é, o integralismo respeitaria a existência das escolas alemãs, o uso da língua alemã e outras manifestações ligadas à cultura germânica, além de não exigir a miscigenação racial. Para a autora, em um momento em que se tornava mais viva a campanha de nacionalização, a tolerância da AIB era um grande atrativo.

O integralismo, para Seyferth, soube usar a noção de que o teuto-brasileiro poderia manter sua identidade étnica alemã e, ao mesmo tempo, ser um bom cidadão brasileiro. Conforme a autora,

Os símbolos que determinaram a identidade étnica teuto-brasileira são símbolos nacionais alemães, rotulados pela denominação *Deutschtum*, que os intelectuais teuto-brasileiros transformaram em *Deutschbrasilianertum*. Ambos os termos definem o componente nacional da identidade étnica teuto-brasileira e pressupõe uma raça, uma língua, uma índole, uma cultura e um caráter alemão. Mas existe um componente nessa identidade que não pode ser colocado à parte, e que motivou o próprio conceito de *Deutschbrasilianertum*: a cidadania brasileira, pela qual os membros do grupo também se definem.<sup>137</sup>

Dito isso, a autora conclui que, para o teuto-brasileiro participar do integralismo, era mais uma forma de preservar sua identidade alemã.

Gertz alerta que a historiografia, ao analisar a difusão do integralismo entre os teuto-brasileiros,<sup>138</sup> tem supervalorizado a variável etnia e naturalizado a

---

<sup>136</sup> SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

<sup>137</sup> SEYFERTH, 1981, p. 215.

<sup>138</sup> Gertz utiliza o termo “teuto-brasileiros” apenas para se referir aos descendentes de alemães. Já o termo “alemães” foi aplicado somente àqueles de passagem ou morando no Brasil que possuíam a cidadania alemã. Por sua vez, o termo “teutos” ficou reservado às pessoas de etnia alemã, isto é,

sua adesão ao integralismo. Nessa perspectiva, os descendentes de alemães que não eram aceitos no Partido Nazista acabavam aderindo à sua variação brasileira, o integralismo. Assim, nesse tipo de explicação, a similaridade entre a AIB e o nazismo explicaria, por si só, a adesão ao movimento.<sup>139</sup>

Conforme o autor, se o Rio Grande do Sul e Santa Catarina tinham em comum o fato de a AIB ter angariado mais adeptos nas regiões coloniais, a diferença gritante no resultado das eleições de 1936 precisa ser explicada. A AIB em Santa Catarina elegeu oito prefeitos (em praticamente todos os municípios de colonização alemã) e 72 vereadores, e no Rio Grande do Sul, somente quatro vereadores.

O autor propõe que a variável etnia seja retirada do primeiro plano e que se analisem as questões que envolvem a política e o contexto socioeconômico regional. Assim, segundo Gertz, tanto no caso do Rio Grande do Sul como em Santa Catarina, foi a combinação desses elementos que determinou a expansão da AIB, sendo necessário lembrar que esses fatores poderiam estar imbricados com a variável etnia, que entraria “indiretamente” na explicação.

Sendo assim, Gertz passa a analisar alguns casos locais e tece alguns apontamentos. Os integralistas das regiões de colonização alemã se assemelhavam nos dois Estados analisados quanto à posição na estrutura socioeconômica e idade. Então, uma diferença apontada pelo autor é o grau de industrialização. O autor afirma que as colônias alemãs de Santa Catarina passavam por um processo de industrialização mais intenso em relação àquelas do Estado gaúcho. Conforme o autor, “[...] tudo indica que também em Santa Catarina o integralismo se correlaciona antes com dinamismo econômico que com crise e estagnação”.<sup>140</sup>

Além desse aspecto, o autor lembra o contexto político após a “Revolução de 30”. Ao contrário do Rio Grande do Sul, em que não houve mudanças significativas na estrutura política, em Santa Catarina, as mudanças foram profundas. Se, em muitos municípios catarinenses, os coronéis acabaram apoiando a nova situação, nas colônias alemãs, em que a figura do coronel praticamente não existia, muitos políticos que atuavam na região acabaram se afastando, ocorrendo certa instabilidade na vida política que se somava à falta de uma estrutura estável de

---

aqueles que possuíam a cidadania alemã e também aos descendentes de alemães (GERTZ, René. **O fascismo no sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987).

<sup>139</sup> O Partido Nazista não aceitava os descendentes de alemães em suas fileiras (DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo tropical? O partido nazista no Brasil**. 2007. 378 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007).

<sup>140</sup> GERTZ, 1987, p.197.

instituições e associações. Isso, acrescido ao fato de o novo governo manter uma “hostilidade” com essas populações, levou à busca por uma alternativa política: o integralismo.

Enfocando, especificamente, o contexto catarinense, Falcão afirma que o interesse despertado pela AIB nesse Estado está relacionado com a desilusão perante os rumos da “Revolução de 30” e com o contexto internacional (nazifascismo), somado ao temor do comunismo.<sup>141</sup> No caso de Blumenau, lugar onde a AIB teve grande expressão, a vingança do governo pela derrota na Assembleia Constituinte Estadual (1933) materializada no desmembramento desse município aumentou ainda mais o descontentamento com o governo, como também o descrédito com a oposição tradicional.

Conforme o autor, a junção entre pequena propriedade, organização comunitária e prosperidade econômica delineava sentimentos de elevada autoestima e de autonomia nessas populações. Somados a isso estava um sentimento de identidade de origem, a opção por uma política de cunho conservador, além da influência do contexto internacional e das disputas partidárias locais. Tudo isso criou um contexto peculiar que levou à ampla adesão ao integralismo.

Falcão salienta que os discursos integralistas no Estado não exigiam que seus seguidores abandonassem suas referências culturais, porém não estimulavam o cultivo do germanismo ou italianismo, propondo que fosse criado um sentimento de brasilidade que ficasse acima dessas questões, superando, inclusive, os preconceitos de caráter étnico considerados fonte de conflitos.

Assim, os discursos da AIB em Santa Catarina indicavam que, para aquelas populações que estavam entre uma pátria deixada para trás e a imposição de um determinado nacionalismo, aderir ao movimento era uma forma de participar da construção de uma nacionalidade brasileira, o que não significava relegar a sua cultura ou apoiar a miscigenação,

Para elas, educadas que haviam sido, sob os preceitos de uma identidade étnica estrita, era mais confortável imaginar uma pátria onde cabiam várias culturas e onde, sobretudo, a simbiose de diferentes influências não implicava obrigatoriamente numa mescla cultural ou racial.<sup>142</sup>

---

<sup>141</sup> FALCÃO, 2000.

<sup>142</sup> FALCÃO, 2000, p.154.



Então, faz-se necessário perguntar: o que teria motivado populações culturalmente diferenciadas, como os alemães e pomeranos e seus descendentes no Espírito Santo, a vestir a camisa-verde?

Dois pesquisadores ligados ao *Terceiro Reich*, Giemsa e Nauck, estiveram no Espírito Santo, na década de 1930, para dar prosseguimento a uma pesquisa feita ainda na década de 1910 pelo pesquisador alemão Ernst Wagemann, publicada na Alemanha em 1915.<sup>143</sup> As pesquisas visavam a esclarecer os problemas de povoamento e aclimação da “raça branca” nos trópicos, compreendendo as possibilidades do seu crescimento e da manutenção das características “étnicas originais”.

Segundo os pesquisadores, o Estado do Espírito Santo foi escolhido por três razões: ter uma população de colonos alemães que permaneceu “imune” à miscigenação; propiciar a comparação com as observações de Wagemann; e ter sido pouco explorado por cientistas.<sup>144</sup>

Giemsa e Nauck sublinharam que “É interessante notar que grande número de brasileiros, de origem alemã, filiaram-se ao partido integralista, usando a camisa-verde”. Os pesquisadores afirmavam que para os imigrantes não havia conflito entre servir o Exército brasileiro e guardar usos e costumes alemães, já que desde crianças cresciam com a convicção de que eram de origem alemã, mas de cidadania brasileira. Havia uma clara distinção entre etnia e cidadania. Talvez essa maneira de pensar explique por que não viam contradição em manter suas características culturais diferenciadas e aderir a um partido político com ideias nacionalistas.

O livro *O integralismo ao alcance de todos*, do médico integralista Wenceslau Júnior, traduzido para o alemão e editado em Curitiba, foi usado para a

---

<sup>143</sup> Ernst Wagemann era chileno e descendente de alemães. Sua pesquisa visava a trazer informações sobre a adaptação dos alemães nos trópicos que, por sua vez, trariam subsídios para as ações do governo alemão no povoamento das suas colônias africanas (FISCHER, George. Imigrantes de língua alemã e as visões do paraíso da elite capixaba (1847-1862). **Revista Espaço Plural**, ano IX, n.19, 2 sem., p. 59-66, 2008).

<sup>144</sup> Reginaldo Sant’ Ana, afirma, na abertura do livro de Wagemann, que Giemsa e Nauck estiveram no Espírito Santo no ano de 1938. Já Sérgio Buarque de Holanda aponta o ano de 1935 (GIEMSA, G.; NAUCK, E. G. Uma viagem de estudos ao Espírito Santo. Anais Geográficos. Hamburgo: Friederichsen, De Gruyter, 1939. Tradução de Reginaldo Sant’Ana. **Boletim Geográfico do Conselho Nacional de Geografia**, n. 88, 89 e 90, 1950. Disponível em: <[www.estacaocapixaba.com.br/textos/imigracao/giemsa\\_nauck/prefacio.html](http://www.estacaocapixaba.com.br/textos/imigracao/giemsa_nauck/prefacio.html)>. Acesso em: 18 abr. 2005. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Clima e raça. **Folha da Manhã**, São Paulo, 29 ago. 1950. Disponível em: <[www.1.folha.uol.com.br/folha/almanaque/sergiobuarque\\_climara%E7a.html](http://www.1.folha.uol.com.br/folha/almanaque/sergiobuarque_climara%E7a.html)>. Acesso em: 24 abr. 2005).

difusão da ideologia e chegou ao interior de Domingos Martins.<sup>145</sup> Segundo Trindade,

Este livro, editado em alemão, dirige uma mensagem ‘aos estrangeiros amigos do Brasil’ que é uma verdadeira chantagem. O autor explica que o integralismo ‘é somente contra os estrangeiros inimigos do Brasil, contra a maioria dos judeus e contra os capitalistas estrangeiros’. Contra estes últimos, ‘o integralismo será implacável’. E adiante acrescenta que os estrangeiros que ‘amam o Brasil’ podem ficar tranqüilos, sobretudo se eles ‘têm filhos brasileiros e, melhor ainda, se estes filhos são integralistas’.<sup>146</sup>

Aparentemente, a AIB do Espírito Santo estava mais preocupada em aumentar o seu contingente de adeptos do que em criticar a cultura alemã ou problematizar o apoio recebido pelos imigrantes e descendentes.<sup>147</sup>

Nos documentos do partido integralista, não foram encontradas referências ao nazifascismo, como também não se encontraram falas que expliquem como a AIB no Espírito Santo encarou a adesão dos imigrantes e descendentes de alemães e italianos.

Entretanto, com base nas discussões apresentadas pelos autores sobre essa questão, é possível alinhar algumas possibilidades de respostas.

A hipótese de quanto menor a assimilação, maior a adesão ao integralismo (para explicar o maior apoio nas regiões coloniais teuto-brasileiras) não se verifica, pois, entre os italianos e descendentes (considerados mais “assimilados” em comparação com os alemães), o integralismo conquistou um número ainda maior de adeptos.

Também a suposição de o apoio à AIB ser uma forma de fortalecer o germanismo não encontra evidências no Espírito Santo. Primeiro, porque as instituições responsáveis pelo seu cultivo, praticamente, inexistiam no Estado. A cultura germânica se apoiava basicamente na vida familiar e na Igreja Luterana, não existindo associações ou jornais para a sua difusão.<sup>148</sup>

---

<sup>145</sup> WENCESLAU JÚNIOR, J. **Der integralismus, leichtverständlich für alle**. Curitiba: Secretaria Provincial de Propaganda, 1937. A primeira edição, em 1936, foi publicada em São Paulo.

<sup>146</sup> TRINDADE, 1979, p. 241.

<sup>147</sup> Infelizmente, não foram localizados jornais produzidos pela AIB que poderiam esclarecer melhor essa questão.

<sup>148</sup> Há referências sobre a circulação de alguns jornais em língua alemã, editados no Rio Grande do Sul, e de jornais em língua italiana.

A explicação mais encontrada na historiografia – a similaridade entre integralismo e nazismo – parece, de fato, ter influenciado vários descendentes de alemães e italianos no Espírito Santo. Mas, por certo, essa não foi a única motivação.

É importante salientar que, nem o nazismo, nem o fascismo fizeram esforços para conseguir membros nessa região do País. Não há muitas informações sobre essa questão e as encontradas podem ser resumidas em poucas linhas: a existência do partido nazista no Espírito Santo que conseguiu reunir 41 membros;<sup>149</sup> um padre italiano que afirmou na delegacia não ser integralista, pois era fascista;<sup>150</sup> o navio *Itália* de Mussolini que trouxe, em 1925, um brasão com o Leão de São Marcos para o município de Nova Venécia; os pastores luteranos suspeitos de serem nazistas;<sup>151</sup> a denúncia da existência de um núcleo nazista em Siqueira Campos;<sup>152</sup> e uma suástica desenhada em um caderno de desenho escolar.<sup>153</sup>

Isso não significa, por outro lado, que inexistissem informações sobre a Alemanha do Terceiro *Reich* ou de Mussolini, muito menos que não houvesse admiradores dessas ideologias (e não apenas entre os imigrantes e descendentes), mas é certo que ambas não se tornaram concorrentes do integralismo no Espírito Santo.

Em relação ao nazismo, há indícios de contato entre os integralistas do Espírito Santo e o Partido Nazista, ao menos, no ano de 1934. Conforme Dietrich, a festa de comemoração da ascensão de Hitler ao poder, realizada no Rio de Janeiro, naquele ano, contou com a presença dos integralistas de Vitória e Nova Friburgo.<sup>154</sup>

Se o integralismo também não pode ser visto como o primeiro momento de contato dos imigrantes e descendentes com a política, ele pode ter significado pelas suas práticas – uniforme, novos hábitos, saudações, festas, reuniões –, uma forma mais próxima de participação política, um espaço de sociabilidade e uma resposta perante o descaso do governo. Falando em descaso,

---

<sup>149</sup> DIETRICH, 2007.

<sup>150</sup> Processo Criminal nº 670 (C8.0.APL.251) de 4-9-1938, originado em Vitória. Processos Criminais do Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro.

<sup>151</sup> Sr. Afrânio, 80 anos. Entrevista concedida à autora, Domingos Martins, 13 jan. 2007. Também no depoimento do delegado de Afonso Cláudio no documentário INCÊNDIO nas mentes.

<sup>152</sup> Ofício D-106 do secretário do Interior e Justiça ao diretor-geral do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda em 7-5-1942. Ofícios Expedidos pela Secretaria do Interior e Justiça, pasta nº 50, 1942.

<sup>153</sup> O caderno escolar pertencia, na década de 1930, a um menino de Domingos Martins.

<sup>154</sup> DIETRICH, 2007.

não se busca retomar os discursos do “imigrante abandonado” ou do “imigrante isolado”, mas fazer referência à situação enfrentada pela população do interior do Estado, isto é, não apenas pelos imigrantes e descendentes, marcada pela falta de infraestrutura e uma rede mais eficaz de comunicação.<sup>155</sup>

A postura dos pastores luteranos em relação à AIB parece ser menos transparente e aberta do que a dos padres católicos que se mostraram mais efusivos e participativos. Assim, em relação aos imigrantes e descendentes italianos, o catolicismo foi, com certeza, um grande motivo para aderir à AIB. Conforme Trindade,

Todo o conteúdo tradicionalista da ideologia integralista inspira-se, em parte, na doutrina social da Igreja e nos temas fundamentais da renovação das elites católicas. Embora a maioria dos intelectuais católicos não se engajasse pessoalmente no movimento, a A.I.B. contou com grandes simpatias nos meios intelectuais católicos e, sobretudo, entre a massa dos praticantes.<sup>156</sup>

Na relação entre o fascismo e o integralismo em São Paulo, Bertonha sublinha a dinâmica colaboração e rivalidade.<sup>157</sup> De fato, os dois movimentos disputavam o apoio dos descendentes de italianos.

Para o autor, embora existisse certa fluidez entre os militantes dos dois movimentos, uma divisão de gerações deve ser sublinhada. A burguesia industrial italiana de São Paulo, formada, majoritariamente, por italianos natos, identificava-se com o fascismo. Esse mesmo grupo também optou pelo projeto varguista que melhor se adequava aos seus interesses.

Já os descendentes de italianos viram no integralismo uma boa opção a ser seguida, pois significava a possibilidade de participar da política brasileira e de serem vistos como brasileiros.

Ribeiro, por sua vez, observa que, em Olímpia, interior de São Paulo, cidade onde era forte a presença de imigrantes de diferentes etnias, não havia

---

<sup>155</sup> Não restam dúvidas de que uma pesquisa detalhada sobre a política local nos municípios poderia propor algumas possibilidades de respostas. Por exemplo, sabe-se que, nas eleições de 1935, em Domingos Martins, a única oposição ao partido da situação (PSD) era o próprio integralismo. Assim, pode-se dizer que, em muitos municípios, a AIB era a única possibilidade de fazer oposição à situação, porém não se sabe sobre a realidade de outros municípios.

<sup>156</sup> TRINDADE, 1979, p. 2.

<sup>157</sup> BERTONHA, João Fábio. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o fascismo italiano, o integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21 n. 40, p. 85-105, 2001.

relações entre a “enorme colônia italiana” e o movimento integralista.<sup>158</sup> O grupo difusor do movimento, nessa cidade, era essencialmente urbano, elitista, guiado por ideias fascistas e não tinha por objetivo alcançar o campo. Como o autor concentrou sua análise no “fascio de intelectuais”, não se sabe muito a respeito da “colônia italiana”, com exceção da sua não vinculação à AIB e da suspensão das assinaturas de um jornal, como represália à publicação de um artigo contra o fascismo. Sobre a motivação para a entrada na AIB, o autor comenta:

A análise do discurso nos permite afirmar que o parentesco entre integralismo e fascismo foi o principal fator de motivação de adesão de olímpenses à Ação Integralista Brasileira, seguido do anticomunismo, do nacionalismo e do antisemitismo, características presentes na maioria dos artigos, além de seu caráter religioso (catolicismo).<sup>159</sup>

Levando em consideração a atitude de represália ao jornal e sabendo que o principal fator de motivação para a adesão ao movimento foi o suposto parentesco entre integralismo e fascismo, permanece a dúvida sobre o motivo da ausência de união entre a colônia e a AIB: eles não aderiram ao integralismo porque se consideravam fascistas ou devido ao caráter urbano da AIB em Olímpia a proposta não chegou até eles?

Em relação ao Espírito Santo, sabe-se que, em 1932, quando Dom Luiz Scortegagna, nascido na Itália e educado no Rio Grande do Sul, tornou-se bispo do Espírito Santo, trouxe como seu auxiliar o padre gaúcho Ponciano. Conforme Pacheco, “[...] com sua cultura, oratória e diplomacia, vai dominar o restrito ambiente vitorense nos próximos anos”.<sup>160</sup> O padre tornou-se bastante conhecido em Vitória e foi eleito vereador, na Capital do Estado, pela AIB, nas eleições de 1935.<sup>161</sup>

Esse mesmo padre foi alvo de uma denúncia em 1938, dois meses antes do levante integralista ocorrido nesse mesmo ano. Tudo começou quando alguns meninos do orfanato Cristo Rei resolveram subir nas calhas de parte do prédio ainda em construção “[...] para pegar pombos e comer com arroz”. Mas, ao se

<sup>158</sup> RIBEIRO, Ivair Augusto. **O integralismo no sertão de São Paulo**: um “fascio de intelectuais”. 2004. 277 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2004.

<sup>159</sup> RIBEIRO, 2004, p.123.

<sup>160</sup> PACHECO, 1998, p. 60.

<sup>161</sup> ACHIAMÉ, 2005.

lançarem nessa empreitada, encontraram mais do que pombos. Na calha estavam escondidas “bombas e munição de guerra”.

Após a descoberta, a irmã Elizabete, diretora do estabelecimento, informou à polícia e solicitou providências. Cinco meninos foram à delegacia depor. Foram citados como réus no processo: os padres Fulgêncio e Ponciano, Lamberto (professor), Otávio (comerciário), Aristides (carpinteiro) e Jansserico (encadernador). O último, na ocasião, era menor de idade. Além da munição encontrada, havia armas escondidas no quarto do falecido padre Leandro.

Em depoimento, padre Fulgêncio, italiano, declarou que era fascista, assim como todos os italianos e nutria simpatia pelo integralismo por ser um partido de ordem e semelhante ao fascista.

Padre Ponciano, por sua vez, afirmou que o material encontrado não tinha ligação com a AIB. Na verdade, era uma medida preventiva. Quando houve boatos de um levante comunista, deixou seu ajudante enrolar pregos em bombas, mas sabia que, devido à baixa compressão, só serviria para assustar ou ferir alguém que estivesse muito próximo. O padre alegou que se sentia ameaçado e, para sustentar sua argumentação, disse que, algumas vezes, o próprio chefe de polícia enviou a força policial para a catedral, onde, semanalmente, fazia conferências contra o comunismo.

Numa delas o local se encheu de elementos suspeitos que talvez não atacaram devido a força policial, lá estava o próprio governador que sabe perfeitamente de como andava sempre ameaçado da necessidade que tinha de se precaver, andando armado. A audácia e ameaça comunista em Vitória naquele tempo chegara ao ponto de atacarem as famílias e moças quase não poderem passar pelas ruas sem se exporem a ameaças indecorosas.<sup>162</sup>

Em seu depoimento, o padre Ponciano afirmou que os integralistas não sabiam das armas e só achava lícito o seu uso para se defender de uma agressão “[...] de elementos perversos como os comunistas”. Teve a intenção de entregar o material, mas teve medo que o relacionassem com a AIB, preferindo deixá-lo escondido até que o ambiente melhorasse. Afirmou ainda que “Nunca conservou armas para fins políticos, nem para conspirações, nem para fazer mal, mas para a defesa sua e de outros que hoje o incriminam. Só usaria caso de extrema

---

<sup>162</sup> Processo Criminal nº 670 (C8.0.APL.251).

necessidade, pois tendo sido integralista, nunca levou armas para a sede”. Os dois religiosos e os demais envolvidos foram enquadrados no art. 3º, nº18, do Decreto-Lei nº 431, de 18 de maio de 1938.

O advogado dos réus denunciou que Otávio e Aristides fizeram suas declarações na delegacia sob “severos castigos”:

[...] depoimento tomado depois de alguns dias de severos castigos, água fria jogada sobre o corpo alta noite, cubículo é o famoso e aterrorizador – saca-rolhas de confissões – da polícia espírito-santense cognominado três marias, que ao lado do chamado zepellin forma a mancha negra a enodoar as autoridades da ordem. Promotor público procurou, sem o conseguir, tirar do aparelho mantenedor da ordem e repressor de crimes neste Estado, essa nódoa que ao mesmo dá a impressão de uma segunda inquisição.<sup>163</sup>

O advogado afirmou também que o objetivo da polícia era atingir quem já havia sido integralista, lembrando que o delegado responsável pelo relatório era filho do Venerável da Loja Maçônica União e Progresso, contra a qual Ponciano havia lutado, pois acreditava que a loja estava ligada ao comunismo. Segundo a defesa, as armas eram destinadas à proteção do Orfanato Cristo Rei, que se localizava num dos pontos mais altos da região e, portanto, geograficamente estratégico, no caso de uma ação comunista.

Para corroborar suas afirmações, o advogado se reportou ao contexto espanhol:

Na Hespanha, especialmente no começo da luta que lá perdura, quantas irmãs de caridade foram queimadas, quantos asilos destruídos e mortas inocentes crianças pela orda sanguinolenta dos comunistas? Se lá essa mortandade era somente pelo espírito de destruição, aqui teriam os comunistas o interesse primordial de ficarem a cavaleiro do Palácio do Governo onde estão quase todas as repartições estaduais, num ponto excessivamente estratégico contra o quartel da Força Policial do Estado e esse ponto só poderia ser o Asilo Cristo Rei. Essa ferocidade comunista, na época, foi divulgada oficialmente.<sup>164</sup>

Após reforçar os estereótipos sobre o comunismo, o advogado apresentou o padre Ponciano como um baluarte da luta contra o comunismo e na

<sup>163</sup> O advogado de defesa era Fernando Monteiro Lindenberg. Processo Criminal nº 670 (C8.0.APL.251).

<sup>164</sup> Processo Criminal nº 670 (C8.0.APL.251).

defesa do Presidente Getúlio Vargas, o que teria lhe rendido ameaças de morte e ultrajes em público ainda antes do atentado comunista.

Si nessa ocasião foram os únicos a ter um sentimento de amor a nossa Pátria e ao nosso grande presidente Getulio Vargas, si nessa ocasião foram os únicos que não se acovardaram diante da grande massa comunista, na época, de fato, grande, porque principalmente as classes de menos instrução estavam sendo exploradas por falsos políticos de nossa terra, se chamaram contra si toda a ira desses falsos profetas e da sua gente, como pode algum mortal pensar que esses homens não corriam perigo de vida diante de seus inimigos?<sup>165</sup>

O advogado sustentou que as armas estavam guardadas apenas como uma forma de defesa em caso de um ataque comunista e afirmava que a denúncia do delegado estava pautada mais em “sentimentos filiais” do que no sentimento de apuração da verdade. Em outras palavras, para o advogado, o fato estava sendo usado como uma forma de se vingar da postura do padre Ponciano contra a maçonaria. Por fim, o advogado lançou mão dos bons contatos existentes entre o padre e as mais importantes figuras políticas do Estado:

Um homem que tanto se interessou pela causa de sua terra, especialmente no combate ao comunismo, que um homem que recebe um retrato da pessoa que ocupa o cargo de Governador do Estado, como recebeu o nosso patrocinado do Sr. Capitão João Punaro Bley, com a dedicatória tão íntima, reveladora de tanta amizade, que um homem que recebe um cartão de pessoa tão ligada a si como recebeu o Padre Ponciano do então Chefe de Polícia do Estado e hoje Secretário do Interior, Dr. Celso Calmon Nogueira da Gama [...] cartão esse em que o Dr. Celso confessa os favores recebidos na missão desempenhada na ‘cruzada pela nossa santa Causa’.<sup>166</sup>

Um ano antes da denúncia que desencadeou o processo contra o padre Ponciano, seu nome era cogitado pela AIB para ser candidato a deputado. Para eles, havia a possibilidade de o padre ser o deputado mais votado no Estado. Sobre isso, um membro da AIB de Cachoeiro salientou: “Temos aqui uma zona onde predomina a religião protestante, mas neste caso adotaremos outra política”.<sup>167</sup>

<sup>165</sup> Processo Criminal nº 670 (C8.0.APL.251).

<sup>166</sup> Processo Criminal nº 670 (C8.0.APL.251).

<sup>167</sup> Ofício do Núcleo de Cachoeiro para o Núcleo de Vitória, de 19-9-1937. Processo Criminal nº 593 (CX. 411).



Sem dúvidas, o envolvimento de vários padres com o lema “Deus, Pátria e Família” foi um ingrediente fundamental para a difusão do movimento no Espírito Santo.

Durante a fundação do núcleo integralista no município de Iconha, o vigário local, padre Emílio, solicitou fazer uso da “tribuna verde”:

[...] e ele, cheio de fé e verdadeiro civismo concitou a todos os fiéis a ingressarem nas fileiras integralistas, pois era a única força capaz de conter a onda de materialismo que tenta avassalar o mundo na hora presente.<sup>168</sup>

Em Venda Nova, na época, distrito de Conceição do Castelo, a memória dos descendentes de italianos confirma o amplo poder dos padres na comunidade e a estreita ligação entre catolicismo e integralismo.

Eu entendi que os italiano gostaram do integralismo porque eles achava que o integralismo seria o maior partido do catolicismo. Eles non entendia nada de socialismo, nada disso, num entendia de ideologia, nada. Eles achava que o que se identificava mais com a igreja era o integralismo, por isso entraro de corpo e alma. Nem sabia de Mussolini, de nada. Agora o governo sabia. Sabia que a lei de Mussolini podia predominá. O pessoal daqui tinha isso como um partido muito cristão, católico.<sup>169</sup>

Acho que a religião sempre foi o que manteve a comunidade unida. Acho que essa religiosidade não era tanto por questões religiosas não, era por alienação. Eu digo alienação porque, por exemplo, eles tinham o padre como se fosse um ser superior, o que o padre falasse, todo mundo ouvia, todo mundo acreditava. Olha, os italianos entraram todos no integralismo porque falava em Deus. O lema deles era ‘Deus, Pátria e Família’, e como falava em Deus, pra eles tinha religião no meio.<sup>170</sup>

Nos panfletos de propaganda da AIB, o convite para participar de suas atividades apelava para o bom uso do santificado “dia do descanso”.

Nós bem sabemos que, como nós outros, tu estás cansado do teu trabalho e que tens no Domingo o dia de repouso para a luta que manténs pelo bem estar dos teus. Santificarás o dia de descanso assistindo ao culto que prestamos a Deus, á Pátria, á Família, á

<sup>168</sup> Ofício do Núcleo de Cachoeiro para o Núcleo de Vitória, de 27-4-1936 (Caixa nº 37. APEES).

<sup>169</sup> Entrevista com Nilo Bragato (LAZZARO; COUTINHO; FRANCESCHETTO, 1992, p. 120).

<sup>170</sup> Entrevista com Pedro Altoé (LAZZARO; COUTINHO; FRANCESCHETTO, 1992, p. 56).

Moral, á Honra ás Tradições Nacionais, aos Bons costumes, á Ordem e a Diciplina.<sup>171</sup>

O bispo Dom Luiz Scortegagna esteve em Venda Nova no ano de 1937. Dois entrevistados lembraram-se de sua visita e do desagrado do bispo ao vê-lo vestindo a camisa-verde:

Nós recebemos aqui a visita do bispo diocesano e todos foram receber o bispo de uniforme. E o bispo que tinha uma visão mais ampla da coisa não achou muito interessante aquilo não. Ele advertiu o pessoal que não devia se empolgar tanto com o integralismo. Mas o pessoal já estava tão contagiado pela idéia que continuou. Depois, quando foi debelado o integralismo, foi uma decepção pra todos e aquela marca ficou durante muitos anos.<sup>172</sup>

Eu me lembro que eu era bem pequena e fiz um discurso para o bispo de Vitória que veio aqui, Dom Luiz Scortegagna, e de repente ele viu as camisas todas e falou do sentimento de tristeza dele. Fez um ligeiro comentário sobre a ingenuidade dos italianos.<sup>173</sup>

Nesse período, era claro, ao menos para a alta hierarquia da Igreja Católica, que Vargas já não via com bons olhos a AIB e a repressão não tardaria a chegar.

Para Lazzaro, Coutinho e Franceschetto, a principal motivação dos italianos e descendentes ao aderir ao integralismo foi o anticomunismo e depois a simpatia pelo fascismo. Talvez os autores devessem incluir no rol das “principais motivações” também a influência do catolicismo.

Essa constatação ganha ressonância se lembrarmos que, no caso dos imigrantes italianos, foi criado um vínculo (em parte construído pela Igreja Católica) entre etnicidade e catolicismo, fundido no sentimento de *italianità*. Outros elementos da identidade étnica italiana seriam a língua, o *ethos* do trabalho (criado em oposição aos brasileiros), além de hábitos e costumes trazidos da Itália.<sup>174</sup>

<sup>171</sup> Encarte de propaganda intitulada *Brasileiro!* Secretaria de Propaganda do Núcleo de Siqueira Campos. Província do Espírito Santo. Processo Criminal n° 593 (CX. 411).

<sup>172</sup> Entrevista com Benjamim Falchetto (LAZZARO; COUTINHO; FRANCESCHETTO, 1992, p. 100-101).

<sup>173</sup> Entrevista com Haydê Bernabé Feitoza Perin (LAZZARO; COUTINHO; FRANCESCHETTO, 1992, p. 86).

<sup>174</sup> Sobre isso ver: SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: UNB, 1990. SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 199-228.

Percebe-se também que a AIB funcionou como um espaço de sociabilidade entre os moradores desses pequenos municípios. Além das festas, cantos e reuniões, talvez seja significativo o fato de os integralistas terem se unido para abrir uma estrada entre Venda Nova e Povoação, região de imigração italiana no Estado.

Pela repressão que se seguiu em Venda Nova, percebe-se que o receio do bispo tinha fundamento. Houve invasão de casas, camisas-verdes foram queimadas, agressões físicas e armas apreendidas. Um documento enviado pela comunidade de Venda Nova, em janeiro de 1939, ao interventor Punaro Bley denunciou alguns fatos cometidos por Pedro Paixão, inspetor da polícia no município de Castelo e com jurisdição em Venda Nova.

Na casa do Sr. Baptista Pagotto, homem trabalhador e honesto, habitante de longos annos de Venda Nova. Esse Snr. foi espancado barbaramente. Não ficou nisso: duas filhas desse Snr., meninas ainda menores, foi despida em plena sala pelo individuo Antonio Cola e um capanga do mesmo. Snr. Interventor, os signatários appellam para o seu generoso coração de pae, de honrado e bondoso chefe de família. Essa pobres meninas embora filhas de um modesto lavrador merecem respeito. As vestes dessas meninas, Snr. Interventor, parece mentira, mas é a pura verdade e um inquérito apurará a veracidade da affirmativa, foram rasgadas a ponta de faca. Como pode uma população viver tranquilla sinão tem a menor garantia em estando ainda exercendo esse cargo o referido individuo? Elle continua como autoridade. Continua ameaçando e continua perturbando o trabalho honesto de uma população inteira.<sup>175</sup>

Para a Igreja Católica ou, mais precisamente, para o padre Ponciano, o governo também mandava a sua mensagem:

Quando um sacerdote desviado do caminho legal e religioso é apanhado nas malhas preventivas e repressivas, não é o sacerdote que está sendo chamado a ajustar constas com as leis de sua pátria, mas o homem político, e político ambicioso, que na perspectiva do mundo que sonha burlou as leis divinas e as leis dos homens, afastando-se de sua missão sagrada e por todos nós respeitada [...]. A sua censura à autoridade do Estado, embora feita da tribuna sagrada, é um crime que se inscreve hoje na Lei de Segurança Nacional.<sup>176</sup>

---

<sup>175</sup> Documento enviado pela comunidade de Venda Nova ao interventor do Estado do Espírito Santo, João Punaro Bley, denunciando a repressão aos integralistas (janeiro de 1939) (LAZZARO; COUTINHO; FRANCESCHETTO, 1992, p. 270-271).

<sup>176</sup> Diário Oficial, Vitória, 1-7-1938, p. 1, apud MENDONÇA, 2002, p.198.

## 2.6 Imagens do integralismo

Da mesma forma que os documentos escritos, os desenhos, gravuras, charges e fotografias não apenas complementam as fontes escritas, como também propõem novas questões aos pesquisadores.

Nesse trabalho, as fotografias surgiram nas fontes escritas e não pareceu razoável deixá-las, simplesmente, de lado ou usá-las somente como forma de ilustração ou de “evidência” da presença da AIB no Espírito Santo.

Assim, as fotografias foram entendidas como mais uma forma de se aproximar da atuação da AIB nesse Estado e perceber, por meio delas, algumas questões que já despontavam na documentação escrita e outras que surgiram a partir dessas fontes, como a imagem que a AIB pretendeu mostrar para a sociedade capixaba criando, ao mesmo tempo, a memória do movimento. Porém, além de analisar as fotografias da própria AIB, buscou-se analisar também as fotografias produzidas sobre a AIB pela polícia.

Nos diferentes Estados em que atuou, a Ação Integralista Brasileira fez uso de um diversificado aparato imagético. Ilustrações, desenhos e fotografias foram amplamente utilizados em suas publicações, como pode ser constatado, por exemplo, nas páginas da revista ilustrada *Anauê!* ou no jornal diário *A Offensiva*.<sup>177</sup>

Embora a fotografia carregue, em um primeiro olhar, uma aura de verdade, afinal ela é um fragmento incontestável do “real”, a sua produção, da mesma forma que qualquer outro documento, está saturada de subjetividade. Segundo Mauad, “Ao selecionar um recorte espaço-temporal preciso, a fotografia compõe, constrói e filtra determinados aspectos de uma realidade múltipla, cuja imagem final é retirada de um conjunto de escolhas possíveis”.<sup>178</sup>

A imprensa integralista, os jornais e revistas simpatizantes ao movimento utilizaram as fotografias como uma “prova” incontestável do fato. Dito de outro modo, as fotografias demonstravam, por exemplo, o grande número de adeptos do *sigma* e sua expansão pelo Brasil; os retratos dos “mártires” confirmavam que havia pessoas dispostas a morrer pela causa integralista; Plínio Salgado retratado em meio ao povo criava a imagem do chefe carismático; e as

<sup>177</sup> SILVA, 2005; BULHÕES, 2007.

<sup>178</sup> MAUAD, Ana Maria. O olho da história: análise da imagem fotográfica na construção de uma memória sobre o conflito de Canudos. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 6, n.1-2, p. 25-40, 1993, p. 27.

fotografias enviadas pelos próprios filiados às revistas demonstravam que os valores integralistas atingiam toda a família.<sup>179</sup>

Regionalmente, a AIB construiu um acervo considerável de fotografias sobre o movimento. Foi possível localizar 75 fotografias, entre publicadas e não publicadas pela AIB, e aquelas produzidas pela própria polícia.<sup>180</sup>

A análise das fotografias produzidas pela AIB permite perceber que tipo de imagem os integralistas capixabas buscaram construir e divulgar criando, ao mesmo tempo, uma determinada memória do movimento.

Por outro lado, por meio das fotografias produzidas pela polícia, no período de repressão, é possível se aproximar da imagem da AIB construída pelo próprio aparelho repressivo que, dialeticamente, formava também sua própria imagem.

Para tanto, o acervo foi dividido em três séries: as fotografias produzidas pela polícia, as fotografias produzidas pelos próprios membros da AIB e aquelas escolhidas pela AIB para serem reproduzidas nas páginas da revista *Vida Capichaba*.

Localizaram-se apenas sete fotografias produzidas pela polícia. As fotos estavam no APEES e no Processo Criminal n° 593, fundo TSN, AN. Cinco fotos produzidas no “Gabinete de Identificação, Estatística e Technica Policia” foram feitas pelo fotógrafo da instituição e seguiram o mesmo padrão. O cenário foi cuidadosamente montado, percebendo-se uma preocupação estética.

---

<sup>179</sup> BULHÕES, 2007.

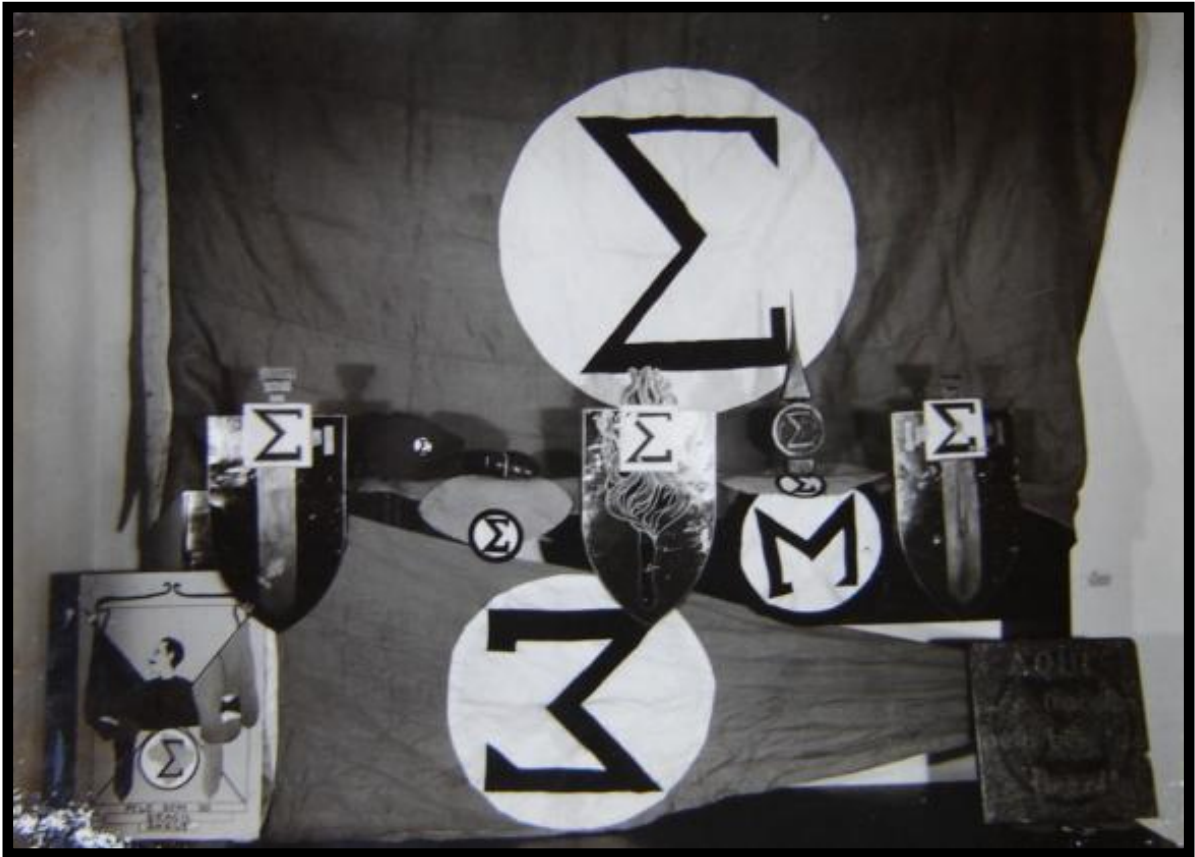
<sup>180</sup> Caixa n° 37. APEES: 27 fotos; Processo Criminal n° 593 (CX. 411) de 8-7-1938, originado em Vitória. Processos Criminais do Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Arquivo Nacional (AN). Rio de Janeiro: 14 fotos (2 fotos têm cópias na Caixa n°37); Acervos pessoais: Pastor Anivaldo Kuhn: 1 foto e Roberto Kautsky: 1 foto; reproduzidas na Revista *Vida Capichaba*: 1934 (10 fotos), 1935 (11 fotos); reproduzidas no livro *Lembranças Camponesas* (7 fotos); reproduzidas no livro *Anauê!* (4 fotos), totalizando 75 fotos.



Fotografia 2: Material apreendido nos núcleos de Cariacica e Santa Tereza.  
Fonte: Caixa nº 37. APEES

Na fotografia acima, o material apreendido – armas, camisas-verdes, corneta, tambores, bandeira – foram dispostos buscando uma simetria. Um tambor e um revólver em cada extremidade e as espingardas ao centro e colocadas de pé ganharam maior expressão. A camisa com detalhes mais elaborados que, provavelmente, pertencia a algum chefe local, ganhou destaque no centro da fotografia. Houve o cuidado para que o sigma – de todas as camisas – estivesse sempre visível.

Encontraram-se duas cópias dessa fotografia: uma avulsa, no APEES, e outra no Processo nº 593. A última está colada em folha timbrada, do Gabinete de Identificação, Estatística e Technica Policial. Abaixo da foto, lê-se: “Armas, cacetes, tambores, bandeiras, camizas e outros instrumentos, pertencentes aos integralistas de Cariacica e Santa Thereza, apreendidos nas sedes daquellas localidades. 30 de maio de 1938”. Assinado pelo chefe de Gabinete e fotógrafo oficial.



Fotografia 3: Material apreendido nos núcleos de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim  
Fonte: Caixa nº 37. APEES

Já, nesse arranjo, foram escolhidos os objetos que continham o sigma. Uma segunda cópia dessa fotografia consta no Processo nº 593 e informa: “Bandeiras, flâmulas, escudos e outros objectos de propaganda integralista, apreendidos nesta Capital e no Município de Cachoeiro de Itapemirim. 30 de maio de 1938”. Nos quadros apreendidos, lê-se: “Pelo bem do Brasil. Anauê” e “Aqui se trabalha pelo bem do Brasil”. Em outra fotografia, que seguiu o mesmo padrão, foram reunidos alguns quadros de Plínio Salgado, cartazes de propaganda e quadros contendo dizeres, como: “Deus, Pátria e Família”.



Fotografia 4: Armas apreendidas.  
Fonte: Processo nº 593 (CX.411). Fundo TSN, AN.

As várias espingardas colocadas de pé e as facas fincadas, com o enquadramento na vertical, tornaram as armas ainda maiores, criando um maior impacto. O documento informa: “Armamentos apreendidos em Cachoeiro de Itapemirim e em outros municípios do sul do Estado, durante as diligências ali realizadas. 30 de maio de 1938”.

Em outra fotografia, com o carimbo da Delegacia de São José do Calçado, aparecem sobre uma mesa diversos objetos apreendidos: livros, espingardas, cartazes de propaganda, revólver, munição e ao fundo uma bandeira e uma camisa devidamente pendurada – que não mostra ou não possui o *sigma* – um quadro e um calendário com a foto do Chefe Nacional. Porém, já não se percebe o cuidado na exposição do material das fotografias antecedentes. Provavelmente, não se trata de um fotógrafo oficial.





Fotografia 5: Material apreendido pela Delegacia de São José do Calçado  
Fonte: Processo n° 593 (CX. 411). Fundo TSN, AN.

Apenas uma das fotos da polícia não foi retratada em local fechado, e há figurantes. Em meio à plantação, vê-se um baú vazio e aberto. Em torno dele, um policial fardado, um homem bem trajado (talvez o delegado ou o responsável pela fazenda) e dois trabalhadores, descalços e sujos que, possivelmente, fizeram a escavação. A existência dessas armas foi denunciada no processo que averiguou a participação dos integralistas capixabas na ação de 11 de maio daquele ano.



Fotografia 6: Armas enterradas na Fazenda Boa Esperança  
Fonte: Processo nº 593 (CX. 411). Fundo TSN, AN.

Abaixo da fotografia, lê-se: “Caixote de madeira, revestido de cimento, interiormente, que serviu para esconder, enterradas, na fazenda ‘Boa Esperança’ de propriedade de Nagib, no município de Itapemirim, varias armas pertencentes a alguns integralistas locais. 30 de maio de 1938”.

Embora uma preocupação estética seja claramente percebida nas cinco fotos do fotógrafo oficial, o objetivo da fotografia era criar um registro claro e indiscutível. Embalada pelos acontecimentos daquele mês de maio, a polícia capixaba tinha como intuito mostrar um inimigo forte, não apenas no armamento, mas também ideologicamente. Assim, era necessário registrar, por fotografia, as armas, material de propaganda, fotografias, livros, indumentária, bandeiras, dentre outros objetos. Quanto mais forte fosse o inimigo a combater, mais relevante seria o papel da polícia.

Portanto, a fotografia cumpria esse duplo papel: criava a imagem de um movimento forte e organizado, disseminado em vários pontos do Estado, e mostrava que o trabalho de repressão foi eficiente. Ficava estabelecida a imagem da luta e da vitória contra o “extremismo” em defesa do presidente Getúlio Vargas e do Estado Novo.

Com o objetivo de analisar a construção de uma determinada memória sobre a Guerra de Canudos, por meio de fotografias, Mauad propõe uma metodologia de análise da mensagem fotográfica baseada nas seguintes categorias: espaço fotográfico, espaço geográfico, espaço do objeto, espaço da figuração e espaço das vivências.<sup>181</sup> Para a autora o espaço fotográfico compreende:

[...] o recorte espacial processado pela fotografia, incluindo a natureza deste espaço, como se organiza, que tipo de controle pode ser exercido na sua composição e a quem este espaço está vinculado - fotógrafo amador ou profissional -, bem como os recursos técnicos colocados à sua disposição. Nesta categoria estão sendo considerados as informações relativas à história da técnica fotográfica e os itens contidos no plano da expressão - tamanho, enquadramento, nitidez e produtor - que consubstanciam a forma da expressão fotográfica.<sup>182</sup>

As fotografias produzidas pela AIB, diferentemente do material analisado por Mauad sobre Canudos, não compõem um álbum. São 44 fotografias no total, distribuídas em dois arquivos: APEES e AN (33 fotografias) e publicadas em dois livros (11 fotografias).<sup>183</sup> Somente uma foto de um grupo de integralistas e alguns retratos parecem terem sido feitos em estúdio e por fotógrafos profissionais.<sup>184</sup> No restante, os fotógrafos parecem ser amadores. Também não há indicação de ano ou da autoria nas fotografias.

Apoiando-se na classificação proposta pela autora para definir o tipo da fotografia, 31 delas podem ser caracterizadas como “fotografia para registro com pose”, 11 são “fotografias do ambiente sem pose” e 2 fotografias compõem uma panorâmica, totalizando 44 fotografias.<sup>185</sup> O grande número de “fotografias para registro com pose”, pela sua possibilidade de criar um determinado arranjo, adequava-se à proposta de documentar e fazer propaganda do movimento.

<sup>181</sup> É importante mencionar que, conforme Mauad, esses campos espaciais não são estanques, havendo uma intersecção entre eles. Ver: MAUAD, 1993, já citado, e MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996. Bulhões também utilizou a metodologia proposta por Mauad para analisar fotos de mulheres integralistas. BULHÕES, Tatiana. As camisas-verdes e a imagem. **Revista Tempo Presente**. Disponível em: <www.tempopresente.org>. Acesso em: 2 maio 2009.

<sup>182</sup> MAUAD, 1996, p.13.

<sup>183</sup> Os livros são: LAZZARO; COUTINHO; FRANCESCHETTO, 1992 e GRILLO, 2001.

<sup>184</sup> A fotografia feita em estúdio do grupo de integralistas está em péssimas condições de visibilidade.

<sup>185</sup> A autora propõe a classificação das fotos de Canudos em: fotografias panorâmicas, fotografia do ambiente sem pose, fotografia para registro com pose, fotografia posada simulando ação e fotografia em sequência para dar a ideia de movimento. Apenas as três primeiras formas foram encontradas (MAUAD, 1993).

Quanto ao enquadramento, a maioria das fotografias foi tirada em sentido horizontal e com direção central. Sobre as fotografias de Canudos, a autora sugere: “No presente estudo, onde o espaço fotográfico é prioritariamente horizontal e central, a mensagem transmitida enfatizaria significados de união, harmonia e confluência de interesses”.<sup>186</sup> Essa mensagem também se ajusta ao contexto analisado, já que esses valores deveriam ser compartilhados entre os membros da AIB. Algumas fotografias demonstram uma maior preocupação estética, mas o que prevalece é o registro documental, pois a fotografia é, ao mesmo tempo, propaganda e construtora de uma determinada memória.

O objeto central das fotografias é a figuração coletiva, dividindo-se em fotografias de eventos (casamentos, desfiles, sessões doutrinárias, missa campal, abertura de estrada, etc.) e fotografias de pequenos grupos de integralistas, como na foto abaixo.



Fotografia 7: Integralistas no interior do Estado  
Fonte: Caixa nº 37, APEES.

---

<sup>186</sup> MAUAD, 1993, p. 30.



Foram encontrados apenas seis retratos (com a camisa verde) e uma fotografia em que não há figurantes, pois o objeto central é a própria sede da AIB. A opção pela figuração coletiva é coerente com os princípios de um partido de massa.

As fotografias relacionadas com o espaço urbano retrataram o primeiro congresso da AIB, as sessões doutrinárias nos cinemas de Vitória e a passeata de 7 de Setembro, que registrou também a entrada na Capital dos caminhões que trouxeram os integralistas vindos do interior do Estado.

Quanto ao espaço geográfico, o ambiente externo é privilegiado. São encontradas fotografias de grupos em frente à igreja, às casas, às sedes da AIB ou com um fundo natural não definido.

Das 42 fotografias analisadas apenas sete estão em espaços fechados (duas no interior da sede da AIB, duas nos locais onde se realizavam os eventos e três no interior das igrejas). Além dessas três fotografias no interior das igrejas, há mais cinco tiradas próximas a elas.<sup>187</sup>



Fotografia 8: Em frente à Igreja: “Viva a justiça divina”  
Fonte: Processo nº 593 (CX.411). Fundo TSN, AN.

<sup>187</sup> Há, ainda, uma foto com a legenda, registrada no verso da foto “missa campal”. Porém, não há como saber se os figurantes estão em frente à igreja ou em outro espaço.

A maioria das fotografias, que retrata pequenos grupos, reporta-se às localidades no interior do Estado, o que caracteriza a força do espaço rural na AIB do Espírito Santo. Possivelmente, a foto anterior não seria escolhida para ser publicada numa revista, já que mostra uma AIB ainda desorganizada, com a maioria dos figurantes sem uniforme. Na faixa, lê-se: “Viva a justiça divina”.

Segundo Mauad, o espaço do objeto compreende

[...] os objetos fotografados tomados como atributos da imagem fotográfica. Analisa-se, nesta categoria, a lógica existente na representação dos objetos, sua relação com a experiência vivida e com o espaço construído. Neste sentido, estabeleceu-se uma tipologia básica constituída por três elementos: objetos interiores, objetos exteriores e objetos pessoais. Na composição do espaço do objeto estão incluídos os itens tema, objetos, atributo das pessoas, atributo da paisagem, tamanho e enquadramento.<sup>188</sup>

No espaço do objeto ganharam relevo a indumentária e objetos representativos da doutrina do *sigma*. Havia uma preocupação bastante grande com a padronização da roupa. Em carta de 18 de maio de 1935, o núcleo de Cachoeiro indagava ao chefe provincial quais as características regulamentares da camisa verde, pedindo para especificar: formato dos bolsos, cor dos botões, cor da linha, dimensões da passadeira, dimensões do sigma e a cor da calça. Ao final afirmava: “Longe de ser extravagante, a pergunta resulta do fáto de desejarmos uma uniformidade absoluta no núcleo”.<sup>189</sup> Nas fotografias, grupos com a indumentária padronizada são os mais frequentes. A padronização refletia os valores de organização, coletividade e coesão propagados pela AIB. Mas, mesmo em meio a tal uniformidade, traços atrelados ao universo do campo podem ser percebidos. Conforme Grillo, nos distritos ou núcleos rurais, era permitido o uso da calça de cor cáqui, além das calças pretas e brancas.<sup>190</sup> Por certo, uma forma de facilitar a vida do integralista no meio rural.

<sup>188</sup> MAUAD, 1996, p. 14.

<sup>189</sup> Carta do Núcleo de Cachoeiro para o Núcleo de Vitória. 18-5-1935 (Caixa nº 37. APEES).

<sup>190</sup> GRILLO, 2001.



Fotografia 9: Um camisa-verde entre as blusas-verdes  
Fonte: Caixa nº 37. APEES.

Os outros objetos, normalmente presentes nas fotografias das sessões doutrinárias da AIB e dos núcleos, são: bandeiras, tambores, escudos com o *sigma*, retratos de Plínio Salgado, quadros com escritos como: “Deus, Pátria e Família”, “A nossa hora chegará”, “Pelo bem do Brasil”. Em ambiente externo, encontrou-se também a cruz.



Fotografia 10: Sessão doutrinária em sede da AIB  
 Fonte: Processo nº 593 (CX. 144). Fundo TSN, AN.

Fazem parte do espaço da figuração homens, mulheres, crianças e animais. O gênero dominante nas fotografias é o masculino, mas as mulheres e crianças estão presentes em quase 89% delas. Essa presença remete a um dos pilares da AIB: a família. Os animais que aparecem em três fotografias – alguns cavalos e uma cabrita – marcam, mais uma vez, a importância do campo no movimento. Apenas uma foto não possui figurantes.

Algumas fotos expressam uma representação hierarquizada entre os figurantes: aqueles que ocupavam um cargo mais destacado apareciam em primeiro plano e permaneciam sentados, ao fundo, e em pé, ficavam os outros membros.

O corpo também expressava a ideologia por meio da saudação romana ou dos braços cruzados. São raras as fotografias que retratam momentos mais relaxados e intimistas ou, ainda, em que os figurantes esbocem um sorriso. Na fotografia a seguir, o grupo de integralistas aparece numa postura bastante relaxada em comparação com as demais. A disciplina não estava apenas enfatizada nos



discursos, mas deveria penetrar também nos corpos, construindo e divulgando novos comportamentos.<sup>191</sup>



Fotografia 11: Grupo de integralistas  
Fonte: Caixa n° 37, APEES.

Conforme Mauad, o espaço da vivência é uma espécie de síntese de todos os outros espaços e, ao mesmo tempo, é estruturado por eles. Estão reunidos nesse espaço as experiências e os eventos que são o objeto da fotografia.<sup>192</sup>

Nas fotografias da AIB, imperam os eventos coletivos: palestras, reuniões, desfiles, casamentos, missas, trabalho comunitário. Essas fotografias buscavam demonstrar a força do movimento, portanto era importante registrar o auditório cheio, os desfiles pelas ruas da cidade ou fotografias com grande número de membros, preferencialmente, uniformizados.

<sup>191</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

<sup>192</sup> MAUAD, 1996.

A ligação com a igreja também foi demarcada. Encontraram-se seis fotografias retratando membros da Igreja Católica com partidários da AIB. Em duas delas o bispo também estava presente. Outras quatro fotografias foram tiradas próximas às igrejas. Em outra, a legenda informa “missa campal”, embora não fique claro em que espaço a missa se realizava. Não foram encontrados registros de outras vivências, como os bailes integralistas ou fotografias no interior das casas.

De forma geral, os valores ressaltados nas fotografias são: ordem, hierarquia, coletividade, união, patriotismo, família e religiosidade.

Um dos veículos de difusão do integralismo foi a revista *Vida Capichaba*. Essa revista foi fundada em 1923 e circulava na Capital e em todo o interior do Espírito Santo, alcançando ainda cidades no leste de Minas e norte do Rio de Janeiro.<sup>193</sup>

Achiamé divide as informações veiculadas pela revista em cinco blocos: colaborações literárias, anúncios, artigos com informações diversas, seções fixas e reportagens fotográficas. Segundo Achiamé,

[...] predominavam as tais reportagens fotográficas que abordavam temas de interesse do governo, ou eventos em que os protagonistas eram autoridades e políticos de destaque, quase sempre da situação. [...] As fotos eram recortadas, guardadas, e os números da revista passavam de mão em mão, durante algum tempo depois de editados.<sup>194</sup>

Em alguns números da revista, as reportagens fotográficas focalizaram o movimento integralista.<sup>195</sup> As fotografias dos anos de 1934 e 1935 totalizaram 21 fotos e podem ser classificadas em: 13 “fotografias para registro com pose” e 8 “fotografias do ambiente sem pose”. Do total, 12 delas retrataram eventos, 6 pequenos grupos de integralistas, 2 retratos, um deles de Plínio Salgado com a legenda: “Plínio Salgado, Chefe Nacional, perpetuo e insubstituível, do grande movimento integralista do Brasil”. Há ainda uma fotografia retratando a filha de um integralista usando a indumentária característica do movimento e fazendo a saudação romana.

<sup>193</sup> ACHIAMÉ, 2005.

<sup>194</sup> ACHIAMÉ, 2005, p.182.

<sup>195</sup> Foram pesquisados somente os anos de 1934 e 1935 da revista *Vida Capichaba* do arquivo da Academia Espírito-Santense de Letras.

Na revista os eventos ganharam destaque. Há fotografias retratando o Primeiro Congresso Integralista Brasileiro, um desfile de “400 camisas verdes” pelas ruas de Colatina, três fotografias enfocando a participação dos integralistas na parada de 7 de Setembro de 1934, na Capital, além de sessões doutrinárias no Teatro Polytheama. Nas fotos dos eventos, não se esquecia também de fotografar a plateia.



Fotografia 12: Sessão doutrinária da AIB  
 Fonte: Revista *Vida Capichaba*, n° 387, de 30-5-1935.



Fotografia 13: Auditório presente em sessão doutrinária da AIB  
 Fonte: Revista *Vida Capichaba*, nº 387, de 30-5-1935.

Nas fotos em pequenos grupos, a revista *Vida Capichaba* destacava nas legendas os nomes dos chefes integralistas de localidades do interior do Estado.

As fotografias dos pequenos grupos e seus respectivos chefes fazem referência aos integralistas de Domingos Martins, Colatina, Pau Gigante, Siqueira Campos e da escola integralista da Capital.

Na foto de Domingos Martins, a seguir, é interessante perceber a participação de negros no movimento, mesmo em um município caracterizado pela imigração germânica.





Fotografia14: Um grupo de camisas-verdes de Domingos Martins  
 Fonte: Revista Vida Capichaba, nº 364, de 15-5-1934.

Era importante mostrar à população que se tratava de um movimento forte e organizado, com grande número de participantes e presente em diferentes municípios do Estado. Por certo, essa também era a memória do movimento que se buscava construir. Pelas fotografias veiculadas em *Vida Capichaba*, não era feita apenas a propaganda da AIB, mas era divulgado, ao mesmo tempo, um novo estilo de vida.

De modo geral, as fotografias cumprem a sua “função” e demonstram a difusão do integralismo no Espírito Santo. Porém, as fotografias não publicadas revelam muito mais do que aquelas que fizeram parte da Revista *Vida Capichaba* ao mostrar uma AIB amplamente rural.

Voltando à historiografia sobre o movimento, o integralista capixaba não parece ser aquele que Gertz propõe para Santa Catarina – um jovem em processo de ascensão social oriundo das classes médias e operárias – e se

aproxima mais da caracterização de Falcão proposta também para o contexto catarinense – na maioria, pequenos proprietários rurais e urbanos.<sup>196</sup>

No caso do Espírito Santo, as lideranças também pareciam ser jovens. No processo movido para averiguar a participação dos integralistas capixabas na noite de 11 de maio de 1938, dos 16 integralistas chamados a depor, a média de idade ficou em 35,62 anos.<sup>197</sup> Essa característica também pode ser notada pelas fotografias.

Outra afirmação possível baseia-se na análise dos sobrenomes das lideranças integralistas no Estado. Se, entre os seis governadores das regiões, apenas dois possuem sobrenomes italianos, nas lideranças dos municípios e distritos, a situação é diferente e pode-se perceber a ampla participação dos descendentes de imigrantes, especialmente, italianos.<sup>198</sup> Dos 61 sobrenomes analisados, 24 são italianos, 21 portugueses, 9 alemães e 7 não foram identificados.<sup>199</sup>

Já a maior penetração do movimento nos municípios mais industrializados, percebida por Gertz e Falcão, não encontra paralelo no Estado, mesmo porque as mudanças na estrutura produtiva no País, após 1930, não se verificaram no Espírito Santo que permaneceu, até o final da década de 50, com relações de produção basicamente familiares e em pequenas propriedades.<sup>200</sup> Portanto, pode-se questionar se uma maior industrialização significaria uma maior adesão às ideias propagadas pela AIB.

Em resumo, as fotografias e documentos analisados demonstram que no Espírito Santo a AIB contou com a participação de profissionais liberais e de uma maioria formada por pequenos proprietários rurais, distribuídos pelos municípios do interior do Estado, principalmente, naqueles de colonização alemã e italiana.

O caso do Espírito Santo demonstra que, embora não se possa discordar da necessidade de analisar a expansão da AIB atrelada ao contexto

<sup>196</sup> Consultar GERTZ, 1987; FALCÃO, 2000.

<sup>197</sup> Processo Criminal n° 593 (CX. 144).

<sup>198</sup> Dois são sobrenomes de origem italiana, três são de origem portuguesa e um não foi identificado. Conforme já salientado, em 1936, os integralistas dividiram o Estado do Espírito Santo em seis regiões (conforme o Quadro 1). Cada uma possuía o seu “governador”. Além desses governadores, havia ainda lideranças integralistas nos municípios e distritos.

<sup>199</sup> Relação dos núcleos da Província do Espírito Santo até a data de 23-1-1937. Relatório da AIB do ano de 1936 (Caixa n° 37. APEES).

<sup>200</sup> SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória (1950-1980)**. Vitória: EDUFES, 2001.

sociopolítico, não naturalizando a relação AIB e etnia, no Espírito Santo, essa relação mostrou-se relevante. Contudo, apenas estudos mais específicos sobre a atuação da AIB nos diversos municípios capixabas podem ratificar ou relativizar essa ligação.

Sobre a atração da AIB nas regiões de colonização, vários elementos se uniram. Entre os imigrantes italianos e seus descendentes, pode-se apontar, em primeiro lugar, o Catolicismo e, conseqüentemente, o anticomunismo. Já entre os alemães, a religião Luterana não pareceu ser tão atuante como a Católica em prol do movimento. Mesmo assim, a simpatia demonstrada pelos pastores luteranos pode ter influenciado muitos fiéis. A sociabilidade (trabalho comunitário, festas, bailes, etc.) parece ter sido mais expressiva e exercido maior fascínio entre os imigrantes italianos. Já a simpatia pelos regimes fascistas europeus parece ter influenciado mais os imigrantes e descendentes de alemães e pomeranos. Pode-se afirmar também que, para muitos, o integralismo foi visto como uma possibilidade de trazer melhorias para a vida no campo e, nesse sentido, a sua atuação significaria uma maneira de participar de forma mais ativa da vida política do País.

Dito isso, é possível afirmar que a maior parte dos seguidores da AIB no Espírito Santo não conhecia a ideologia desse partido, exceção feita aos valores que se reuniam na tríade “Deus, Pátria e Família” e na existência de seu tão propalado inimigo: o comunismo.

Evidenciar a forte entrada da AIB nos municípios capixabas ajuda a entender por que, mesmo quando já estava, oficialmente, extinta, a AIB continuou produzindo interações conflituosas que se desdobraram em processos no TSN.

### 3 ANOS CONTURBADOS: IMIGRANTES E SEGUNDA GUERRA MUNDIAL OU REFLEXÕES SOBRE O ESPÍRITO SANTO E O SUL DO PAÍS

De consciência negra como a lama dos mangues e exalando pútridos odores, vocês – inimigos do Brasil – verão a hediondez do seu gesto quando em as ruas das cidades marcharem garbosos os gloriosos soldados nacionais.<sup>201</sup>

Além de focar as mudanças decorrentes da situação de guerra, especialmente a violência física e simbólica sofrida pelos imigrantes alemães e italianos e seus descendentes durante o período da Segunda Guerra, o objetivo principal deste capítulo foi alinhar algumas possibilidades de explicação para o fato de existir, ao lado do discurso do “perigo alemão”, outro discurso que parece construir a imagem do “alemão ignorante”. Para tanto, buscou-se comparar a situação do Espírito Santo com a encontrada no Sul do Brasil.

Diferentes fontes foram utilizadas para compor este capítulo. As principais foram os relatórios dos pesquisadores enviados pela Alemanha: Waggeman, ainda na primeira década do séc. XX, e Giemsa e Nauck, já na década de 30. Outra fonte privilegiada foi o “Memorial” do Secretário de Educação e Saúde Fernando Rabelo, escrito em 1939, considerado o documento responsável pelas ações nacionalizadoras empreendidas no Estado.

Além dessas fontes, foram utilizadas notícias de jornais e revistas, processos criminais, relatórios consulares, depoimentos em documentários, entrevistas já publicadas e, ainda, entrevistas realizadas pela autora.<sup>202</sup>

#### 3.1 Diversidade cultural e nacionalismo nos anos 30

[...] Entre as medidas de efeito mais mediato, a mais relevante refere-se à obra de nacionalização iniciada nas escolas, em algumas regiões onde o afluxo da colonização estrangeira poderia criar, no curso do

<sup>201</sup> CUNHA, Nilo Martins da. O Castigo virá. *Jornal A Gazeta*, 20-8-1942, apud *Revista Capixaba*, Vitória, ano 1, n. 10, dez. 1967.

<sup>202</sup> É importante ressaltar que não foi possível pesquisar as notícias do jornal *A Tribuna*, para confirmar ou refutar as ideias apresentadas ao longo deste capítulo, já que seu acervo, localizado no APEES e na própria sede do jornal, encontra-se inacessível aos interessados. Do mesmo modo, deve-se lembrar também que o acervo do jornal *A Gazeta* disponível ao público no APEES não está completo.



tempo, centros estranhos às pulsações da vida brasileira, pela persistência de costumes, hábitos, tradições e modos de ser peculiares a outras raças. A língua é um nobre instrumento de afirmação da soberania nacional. A sua difusão, nos grupos de maior densidade que acabo de mencionar, formará gerações de bons brasileiros, na infância e na adolescência, que, até agora, aprendiam pela cartilha dos seus maiores e não conheciam outra história senão a dos seus antepassados do lado oposto do oceano ou de outras latitudes.<sup>203</sup>

A voz de Vargas não deixava dúvidas aos ouvintes: no Brasil estava sendo travada uma guerra. Não como aquela que era deflagrada na Europa, nesse mesmo ano de 1939, e, embora também suscitasse sentimentos de angústia e medo, o seu inimigo não estava no campo de batalha, mas sentado em bancos escolares ou frequentando o culto na Igreja Luterana. Tratava-se da campanha de nacionalização do ensino.

Não era a primeira vez que os imigrantes eram motivo de reflexões e ações por parte do governo, mesmo com resultados diversos. Sabe-se que, desde a década de 70 do século XIX, a discussão sobre a entrada de mão de obra estrangeira dividia os parlamentares brasileiros. Ainda que houvesse vozes dissonantes, por volta de 1880, os parlamentares já haviam resolvido que os imigrantes ideais seriam os europeus. Segundo Azevedo,

[...] os deputados voltaram-se resolutamente para aquele que as modernas teorias científicas raciais apontavam como o trabalhador, por excelência, disciplinado, responsável, enérgico, inteligente, enfim, *racional*.<sup>204</sup>

Por tais atributos, percebe-se que a chegada desses europeus foi acompanhada de boas expectativas. Eles eram vistos como o símbolo da modernidade e da racionalidade, supostamente o oposto dos negros e mestiços.<sup>205</sup>

Não tardou para que a experiência cotidiana se mostrasse bastante diferente e os conflitos começassem a surgir, especialmente quando se tratava de

<sup>203</sup> VARGAS, Getúlio. Entrevista de Getúlio Vargas ao *Paris Soir* e publicada no Rio, em 19 de julho de 1939. In: VARGAS, Getúlio. **As diretrizes da nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, [194-], p. 304.

<sup>204</sup> AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.154.

<sup>205</sup> Conforme Azevedo (1987), essa opinião não era unânime. Alguns deputados suspeitavam da idoneidade moral dos imigrantes que seriam encaminhados para o País, ou mesmo acreditavam que esses imigrantes estariam mais próximos das atividades comerciais e industriais, não suportando o trabalho exigido na lavoura.

imigrantes que vinham trabalhar nas grandes lavouras. Desentendimentos sobre o contrato de trabalho, as condições de moradia e outras desavenças sugeriam que a experiência não seria tão harmoniosa. Contudo, diante da necessidade de mão de obra barata e do fantasma da degenerescência, a imagem positiva do imigrante prevaleceu. Isso não significa que vozes deixassem de alertar sobre “perigo” advindo de culturas tão “estranhas” à brasileira, especialmente, no caso de alemães, japoneses e judeus.

Assim, em relação aos alemães, percebe-se que desde o final do século XIX, discursos sobre os “enquistamentos étnicos”, o próprio romance *Canaã* (1902) ou o conhecido ensaio de Silvio Romero (1906) atestam que a ideia do “perigo alemão” não foi uma criação do governo Vargas. Não obstante tenha *carregado nas cores*, Vargas não descobriu o “problema” dos vários *Brasis* e das nacionalidades com *hífen*, nem foi o primeiro a intervir nas escolas do Sul do País que ainda ensinavam nas línguas de origem dos imigrantes.<sup>206</sup>

Entretanto, essas questões tornam-se mais urgentes na década de 30. O projeto varguista propunha-se a construir o “novo brasileiro” fundado no mito das três raças, assegurando, dessa forma, as bases unitárias da nacionalidade. Porém, a fusão/caldeamento dessas raças não deveria resultar na imagem do caboclo, nem mesmo que fosse somente para adornar um prédio público.

Consta que, na época da construção do edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde, considerado exemplo do “novo” na arquitetura, o escultor Celso Antônio foi encarregado de criar um monumento simbolizando o “novo homem brasileiro”, porém Capanema e o escultor não chegaram a um consenso sobre como esse homem deveria ser. Se, por um lado, o artista insistia em construir um “caboclo”, o ministro, por sua vez, depositava suas esperanças na “ciência” e defendia que a imagem deveria estar pautada em cálculos antropométricos que lhe renderiam uma feição arianizada. Como solução para o impasse, veio o desmoronamento da escultura.<sup>207</sup>

Para combinar com o “novo homem”, eis que surgia, então, a nova nação homogênea. São fartos os discursos, nesse período, que recorreram à

---

<sup>206</sup> Sobre isso ver: CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na era Vargas**: proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil. Campinas: UNICAMP, 2006.

<sup>207</sup> LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. O novo em construção: o edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde e a disputa do espaço arquitetável nos anos 1930. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Capanema**: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 49-71.

imagem do corpo, uma imagem, ao mesmo tempo, política e sacralizada para invocar a nação.

A nação, por exemplo, é associada a uma totalidade orgânica, à imagem do corpo uno, indivisível e harmonioso; o Estado também acompanha essa descrição; suas partes funcionam como órgãos de um corpo tecnicamente integrado; o território nacional, por sua vez, é apresentado como um corpo que cresce, expande, amadurece; as classes sociais mais parecem órgãos necessários uns aos outros para que funcionem homoganeamente, sem conflitos; o governante, por sua vez, é descrito como uma cabeça dirigente e, como tal, não se cogita em conflituação entre a cabeça e o resto do corpo, imagem da sociedade.<sup>208</sup>

Todavia, era claro para o governo que, para alcançar o êxito desejado, era necessário intervir naquela que seria a base do “edifício social”: a família. Dessa forma, o governo atuou de modo amplo na saúde e educação das futuras gerações. Conforme Sousa, “[...] O Estado precisava compor-se de cidadãos selecionados por meio de processos eugênicos, saudáveis física e mentalmente, e para tanto se impunha a tarefa de proteger e assistir a maternidade, a infância e a juventude”.<sup>209</sup> A concepção do Departamento Nacional da Criança, do Instituto Nacional de Puericultura, as Conferências Nacionais de Saúde, a criação de instituições para abrigar “menores abandonados” e, até mesmo, a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, exemplificam o interesse do governo nessa área.

Dentre as ações promovidas pelo Ministério da Educação e Saúde, visando à construção da nacionalidade por meio da educação, podem-se identificar três aspectos básicos. O primeiro estava relacionado com a adequação da educação à causa nacional. Conquanto existissem imprecisões sobre o que seria exatamente isso, vigorou a noção de um conteúdo nacional composto por um discurso ufanista – como o proposto pelo modernismo verde e amarelo – aliado à história nacional povoada por heróis e grandes nomes, além do culto às autoridades. O segundo seria a busca pela padronização desse ensino (currículos únicos). O terceiro visava

---

<sup>208</sup> LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1986, p.16-17

<sup>209</sup> SOUSA, Cynthia Pereira de. Saúde, educação e trabalho de crianças e jovens: a política social de Getúlio Vargas. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Capanema: o ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 221-249, p. 247.

à homogeneização desse projeto, cerceando minorias étnicas, linguísticas e culturais por meio da assimilação forçada.<sup>210</sup>

As políticas direcionadas à família e à escola eram complementadas com a ampla divulgação desses novos ideais. Como se sabe, Vargas conseguiu adentrar as casas brasileiras utilizando uma forte política de propaganda nacional. Essa política começou a ganhar seus primeiros contornos com a criação do Departamento Oficial de Propaganda (1931). No ano de 1934, foi criado o Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural e, em 1939, surge o conhecido Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Eram atuações do DIP,

[...] coordenar, orientar e centralizar a propaganda interna e externa; fazer a censura a teatro, cinema, funções esportivas e recreativas; organizar manifestações cívicas, festas patrióticas, exposições concertos e conferências; e dirigir e organizar o programa de radiodifusão oficial do governo.<sup>211</sup>

O rádio teve um papel preponderante nesse cenário. Além de difundir os novos valores propagados pelo governo, por meio dele era possível inculcar o sentimento de participação nesse projeto, reunindo, simbolicamente, todos os brasileiros em torno do objetivo “maior”: a construção de uma nação una e homogênea. Ao mito da homogeneidade do homem e da nação, aguardado ansiosamente para um futuro próximo, contrapunha-se a realidade marcadamente heterogênea em boa parte do Brasil, disponível aos olhos de quem quisesse ver.

No Espírito Santo, os imigrantes começaram a chegar ainda no século XIX. O objetivo da política imigrantista para o Espírito Santo era povoar as regiões consideradas “desertas” trazendo, ao mesmo tempo, a elevação das rendas da província.<sup>212</sup> Ao lado da produção de café, nas pequenas propriedades dos colonos, fixadas na região central do Estado, estavam ao sul as grandes fazendas escravagistas que, após a abolição, receberam meeiros, italianos e brasileiros,

<sup>210</sup> SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra; FGV, 2000.

<sup>211</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi. O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo. In: BOMENY, Helena (Org.). **Constelação Capanema**: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 37-58, p. 49.

<sup>212</sup> É importante salientar que as populações indígenas que habitavam grande parte deste território considerado um “vazio demográfico” foram, praticamente, exterminadas.

vindos de outros Estados.<sup>213</sup> A região norte do Estado continuou “despovoada” até praticamente 1940, com exceção do litoral e do extremo norte.

Rocha divide a história da imigração estrangeira no Espírito Santo em três períodos.<sup>214</sup> O primeiro compreende os anos de 1847 a 1881 e seria caracterizado pelo apoio do Governo Central à política imigrantista que assegurava vários “favores” aos colonos que se tornavam pequenos proprietários. Se, até a década de 60, o número de imigrantes que chegou ao Estado pode ser considerado “pouco significativo”, com a imigração italiana, que se inicia na década de 70, tal situação se transformou. A autora pontua que, enquanto São Paulo recebeu, nessa década, cerca de 11.000 imigrantes, no Espírito Santo, esse número chegou a 10.300.

As colônias criadas durante esse primeiro período (de 1847 a 1881) foram Santa Izabel, Rio Novo, Santa Leopoldina e Castelo, perfazendo um total de 13.828 imigrantes. Conforme Rocha, uma especificidade que, desde o início, marcou a vida econômica nessas regiões foi o fato de se aliar a lavoura de subsistência à venda da produção do café para exportação.

O pesquisador alemão Wagemann, em 1915, utilizou as informações da Igreja Luterana e estimou o número de imigrantes alemães que vieram para o Estado em 3.000. Constatada a forte natalidade, calculava, para aquele ano de 1915, entre protestantes e católicos, 16.500 alemães e descendentes.<sup>215</sup>

Sabe-se que o grupo de maior expressão, no início da colonização europeia no Estado, foi o dos “alemães”. Sob esse rótulo, estavam famílias que vieram de Hunsrück, Hesse, Bavária, Prússia, Hannover, Luxemburgo, Holstein, Suíça, Áustria, Baden, Holanda, Pomerânia, dentre outros.<sup>216</sup>

No segundo período, de 1882 a 1887, observa-se uma mudança na política imigrantista. Os subsídios do Governo Central fornecidos àqueles que

---

<sup>213</sup> VASCONCELLOS, 1995.

<sup>214</sup> ROCHA, Gilda. **Imigração estrangeira no Espírito Santo (1847-1896)**. 1984. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1984.

<sup>215</sup> WAGEMANN, Ernest. A colonização alemã no Espírito Santo. Do original alemão *Die deutschen kolonisten im brasilianischen staate Espírito Santo*, Verlag von Duncker & Humblot — München und Leipzig, 1915. Tradução de Reginaldo Sant'Ana, publicada em Separata dos n.ºs 68-70 do **Boletim Geográfico**, IBGE, correspondentes aos meses de novembro e dezembro de 1948 e janeiro de 1949, Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1949.

<sup>216</sup> SEIDE, Frederico Herdmann. **Colonização alemã no Espírito Santo**. [Texto inédito produzido em 1980 para a Enciclopédia Histórica Contemporânea do Espírito Santo, ainda não editada]. Disponível em: <[www.estacaocapixaba.com.br/texto/texto.php?id=25&item=10](http://www.estacaocapixaba.com.br/texto/texto.php?id=25&item=10)>. Acesso em: 14 nov. 2007.

queriam se instalar como pequenos proprietários foram retirados, incentivando, em contrapartida, o estabelecimento dos imigrantes nas grandes propriedades, principalmente em São Paulo. Quanto à instalação de imigrantes nas grandes propriedades do sul do Estado, as dificuldades foram acentuadas. O descumprimento dos contratos estimulou revoltas, enquanto outros imigrantes, simplesmente, se recusavam a assinar tais contratos. O resultado quase sempre era o abandono da fazenda. A autora lembra ainda que outro obstáculo para a fixação do imigrante nas fazendas eram as grandes extensões de terras consideradas “devolutas” no Estado, além da existência de várias colônias oficiais. Nesse período, estabeleceram-se apenas 1.375 imigrantes.

Contudo, no terceiro período apresentado, que compreende os anos de 1888 a 1896, a imigração no Estado ganhou novamente expressão. Nessa época, devido à crise de mão de obra, é possível observar o rompimento da relativa “harmonia” existente entre os núcleos coloniais e as grandes fazendas. Os fazendeiros do Sul, utilizando os jornais locais, lançaram discursos contra a fixação de imigrantes nos núcleos coloniais. Como resposta, o governo instalou um núcleo chamado “Costa Pereira”, no município de Cachoeiro de Itapemirim, e outro em São Mateus, norte do Estado. Esses núcleos, que receberam também trabalhadores nacionais, tinham o objetivo de suprir a necessidade de trabalhadores nas grandes propriedades. Nesse período, ainda foram fundados os núcleos de Afonso Cláudio, Antonio Prado, Accioly Vasconcellos, Demétrio Ribeiro e Moniz Freire, voltados para a fixação dos imigrantes como pequenos proprietários.

Sem esquecer a “certa margem de imprecisão”, a autora afirma que, somando os três períodos, de 1847 a 1896, chega-se ao total de 36.700 imigrantes de várias nacionalidades vindos ao Estado. O relato do cônsul italiano Carlo Nagar, em 1895, marca o fim da imigração italiana para o Estado, encerrando, conseqüentemente, o período da grande imigração europeia para o Espírito Santo.<sup>217</sup> Na década de 30, os imigrantes e descendentes de alemães e italianos já se encontravam espalhados por boa parte do território capixaba.<sup>218</sup>

---

<sup>217</sup> O relatório do cônsul italiano expôs as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes italianos que se dirigiam ao Espírito Santo. NAGAR, Carlo. **O Estado do Espírito Santo e a imigração italiana** (janeiro de 1895). Relato de Carlo Nagar, cônsul italiano em Vitória. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1995. Segundo Derenzi, mesmo depois da proibição, os imigrantes italianos continuaram chegando ao Estado, porém em pequeno número. DERENZI, Luiz Serafim. **Os italianos no Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

<sup>218</sup> Ver mapas da colonização alemã e italiana no Espírito Santo (ANEXO B e ANEXO C).

### 3.2 O “alemão perigoso” versus o “alemão ignorante”

Desde o início do século, o fato de as populações, principalmente, alemãs e italianas, utilizarem os seus idiomas de origem e tentarem manter sua cultura foi entendido como um problema para as autoridades capixabas. Porém, as tentativas para melhorar o ensino nas regiões de imigração europeia, visando à “assimilação” dessas populações, acabavam esbarrando na grande carência de verbas ou na falta de vontade política.

Gomes Cardim, educador carioca, foi chamado, ainda no início do século, para modernizar a área educacional do Estado e isso incluía modificações também nas escolas de regiões de colonização estrangeira.<sup>219</sup> De acordo com Soares, como ação paliativa, Cardim propunha a utilização de “professores ambulantes” que ensinariam Português, Geografia, História do Brasil e Educação Física. No entanto, a solução viria com a implantação de escolas bilíngues, com a preponderância do idioma nacional. Mas, segundo o autor, grassava o descaso com a escola rural e a proposta não saiu do papel.<sup>220</sup> O sucessor de Cardim, Deocleciano Nunes de Oliveira, também visando a atacar o “problema”, propôs o aumento das escolas públicas nessas regiões, mas, igualmente, as ações não aconteceram.

Wagemann afirmava que, até o ano de 1915, o governo do Estado não havia cuidado da instrução dos colonos, assim os pastores luteranos, por conta própria, tentavam obrigar a frequência escolar, apenas admitindo para a confirmação<sup>221</sup> os meninos que já tivessem frequentado a escola. O pesquisador ainda informava que apenas um quarto ou um quinto dos colonos assinava a folha dominical e esta era, praticamente, a única leitura realizada pelos adultos. Assim, o pouco estudo dos imigrantes alemães era feito em sua própria língua.

---

<sup>219</sup> Conforme Vasconcellos (1995), Carlos Alberto Gomes Cardim foi o responsável pelas modificações implementadas pelo governador Jerônimo Monteiro (1908-1912). Dentre elas, incluem-se a criação da Escola Modelo, Escola Modelo Sapucaia, Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo, a eliminação de castigos físicos nas escolas, cursos de ginástica, dentre outras.

<sup>220</sup> SOARES, 1997.

<sup>221</sup> Conforme Bahia, a confirmação é um rito da Igreja Luterana e significa que o jovem, a partir daquele momento, assume, perante a comunidade e diante de Deus, o seu compromisso com Ele e a Igreja. Após o rito o jovem participa ativamente das atividades da Igreja. BAHIA, Joana. A lei da vida: confirmação, evasão escolar e reinvenção da identidade entre os pomeranos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n.1, p. 69-82, jan./jun. 2001.

Os colonos alemães, pelo menos os protestantes, embora vivam na nova pátria, há três gerações, não aprenderam o linguajar do país – um português misturado com muitos brasilianismos. Hoje, entre os católicos, já existem muitos capazes de se entenderem em português, pois os vigários teutos, que pastoreiam também a população nativa, fazem a prédica, primeiro, em português, e, depois, em alemão.<sup>222</sup>

Ainda sobre o uso da língua, Wagemann lembrava que os pomeranos mantiveram o velho dialeto, quase não sabendo falar o alto alemão. Os saxônios e os suíços conservaram seus dialetos, mas também faziam uso do alto alemão. Já os holandeses aprenderam um pouco de alemão. As novas palavras acrescentadas ao vocabulário dos imigrantes e descendentes estavam relacionadas, quase sem exceção, com a vida material. O autor enfatizava, então, o pouco contato existente entre os colonos e a população local.

Eles só têm contacto com a gente da terra, esporadicamente, quase todos os comerciantes da região que povoam, são alemães. É muito difícil que viajem até a capital, Vitória. Quando muito, vão a Pôrto do Cachoeiro, onde a maioria é alemã. É raro entrarem em contacto com as autoridades, quando tal sucede, é o mesmo superficial, pois não existe serviço militar obrigatório para todos, ou algo semelhante.<sup>223</sup>

Sobre a permanência da língua alemã e da Igreja Luterana, o pesquisador atribuía essa situação ao próprio governo brasileiro.

Falando com franqueza, é, em grande parte, a indiferença do povo e do Estado que os acolheram, no tocante à educação, que permite aos colonos se manterem fiéis à sua língua e à sua fé. A estreiteza espiritual, que impede o aparecimento de uma consciência nacional, é, entretanto – ousado dizê-lo – um firme reduto da alemanidade, no Espírito Santo.<sup>224</sup>

Giemsa e Nauck, já na década de 1930 e ligados ao *Terceiro Reich*, informavam que os pastores luteranos, com a ajuda de alguns membros da comunidade, haviam melhorado e ampliado a instrução, qualificando os resultados alcançados de “positivos”. Ainda salientavam que, recentemente, existia uma maior compreensão de que as escolas paroquiais e as das colônias deveriam transmitir os

---

<sup>222</sup> WAGEMANN, 1915-1949, p. 92.

<sup>223</sup> WAGEMANN, 1915-1949, p. 95.

<sup>224</sup> WAGEMANN, 1915-1949, p. 102.



conhecimentos indispensáveis da língua nacional, mesmo porque, embora particulares, essas escolas estavam sob a supervisão dos inspetores do governo brasileiro “[...] que podem exercer sobre elas certa pressão”. Por fim, os pesquisadores colocavam em dúvida o futuro das escolas alemãs, já que as “aspirações nativistas” estavam crescendo e o governo brasileiro pretendia dar uma organização diferente ao ensino nas zonas de colonização alemã, “[...] substituindo o cultivo dos costumes alemães, por uma educação brasileira”.<sup>225</sup>

Poucos anos antes da visita dos pesquisadores alemães, o governo capixaba discutia a política de colonização para o Estado. Assim, o Conselho Consultivo, no ano de 1932, sugeria que, quando se fizesse necessária a aquisição de novos colonos, não buscassem “sómente” europeus ou asiáticos, mas também, famílias de compatriotas, reconhecidamente lavradoras e que habitassem as zonas atingidas pela seca no Nordeste. O Conselho sustentava sua posição desfavorável aos “elementos alienígenas”, argumentando:

Ha todas as probabilidades de êxito com êles [nacionais] pela sua adaptação climaterica imediata, no emprego de sua atividade compensadora no arroteamento do solo. Já temos exemplos satisfatorios com os cearenses estabelecidos no Pau Gigante e Acioli, em suas prosperas lavouras. A questão imigrantista, atualmente, tem tomado aspectos tão complexos e variados e de soluções tão difíceis e graves no nosso meio geografico, social e politico que não convem confiarmos sómente em elementos alienígenas no povoamento de nossas terras.<sup>226</sup>

O secretário de Educação e Saúde, Fernando Rabelo, no ano de 1939, reproduziu no seu “Memorial” as impressões negativas presentes nos relatórios dos secretários de Instrução de anos anteriores. Por meio dele é possível acompanhar as denúncias, ainda na década de 20, contra as escolas nas zonas de colonização alemã. Em um relatório publicado em 1924, o secretário de Instrução afirmava que, nos municípios, em especial, Santa Leopoldina, Santa Izabel e Santa Tereza, as escolas dirigidas por alemães causavam mais danos do que “[...] os piores males reunidos”.

---

<sup>225</sup> GIEMSA; NAUCK, 1939-1950.

<sup>226</sup> Sala das Sessões, em 5-4-1932. In: ANNAES. Conselho Consultivo do Estado do Espírito Santo. De 1931 a 1932. Victoria: Imprensa Oficial, 1935. p. 73.

O seu corpo docente é alemão; os seus livros e cadernos de exercícios escolares tratam de assuntos estranhos ao nosso meio; a decoração de suas paredes de aula, e até mesmo os quadros que ornaram as suas salas, são todos calcados em motivos alemães: - nada ali se vê de brasileiro [...]. A atmosfera que ali se respira é alemã; a criação que ali entra, embora nascida no Brasil, dali sai alemã no coração e no espírito.<sup>227</sup>

O secretário denunciava ainda que os alemães tinham aversão à escola brasileira, afirmando que, naquelas localidades, elas existiriam em número elevado, mas com matrículas muito baixas. Ao contrário, as escolas dirigidas por alemães, vizinhas das brasileiras, tinham “frequência elevadíssima”. No seu memorial, o secretário também lembrou o seu próprio relatório datado de 1921, quando exercia a função de inspetor escolar. Nele, o então inspetor dizia que as escolas estrangeiras ensinavam a língua, a geografia e a história dos seus países, pois sabiam que esses conhecimentos “[...] constituem os mais fortes vínculos do cidadão para com a Pátria” e denunciava:

Zonas encontrei eu em minha viagem onde a língua dominante é, ora a italiana, ora a alemã, não sabendo as crianças nascidas, sob o céu do Brasil uma palavra sequer de português. Visitando a escola alemã do lugar denominado ‘25 de julho’, no município de Santa Tereza, tive mais uma oportunidade de assistir a um desses espetáculos que muito me impressionaram. Dos dezenove alunos presentes, apenas uns quatro se exprimiam em português [...]. A disposição que prescreve aos colégios particulares o ensino obrigatório da língua portuguesa encontra nas escolas estrangeiras o seu ludíbrio e ineficácia.<sup>228</sup>

Conforme Rabelo, os alemães, pomeranos e lituanos eram os grupos menos acessíveis a um trabalho de assimilação. Além de menos assimilados, para o secretário, nessas comunidades uma “[...] obra de infiltração alienígena através do campo propício da escola, estava realmente mais adiantada do que na verdade era de supor”.<sup>229</sup> Para sustentar sua afirmação, Rabelo invocou os panfletos, gravuras, alegorias sobre temas estrangeiros, livros didáticos e de religião, cadernos e mapas encontrados nessas localidades. Um mapa em língua alemã que mostrava a zona de fronteira com o Estado de Minas Gerais, marcando as ruas principais e vicinais,

<sup>227</sup> RABELO, Fernando Duarte. **Memorial**: o problema da nacionalização do ensino no Estado do Espírito Santo. Vitória: Imprensa Oficial, 1939. p. 5.

<sup>228</sup> RABELO, 1939, p. 6.

<sup>229</sup> RABELO, 1939, p. 7.

ferrovias, características geográficas, além das matrizes e filiais das comunidades luteranas e suas escolas foi considerado um documento “comprobatório” da obra de desnacionalização. Sobre os “mapas de estratégia militar”, Franz Stuhr, subdelegado no período, relembra:

A polícia, no período da guerra, perseguiu muito nossos pastores alemães, dizendo que eles guardavam em suas casas mapas de estratégia militar, eu disse: ‘Homens! Os pastores andam muito e eles elaboram mapas de suas Comunidades de trabalho’. Nossos pastores não eram analfabetos como a polícia queria.<sup>230</sup>

Mas, para o então secretário da Educação, os colonos eram “dóceis instrumentos” nas mãos dos pastores luteranos:

Como conseqüência de um inteligente trabalho de catequese, em torno da pessoa do pastor em regra estrangeiro sem nenhum apego a terra, nem amor as suas mais caras tradições, congregavam-se os colonos, indivíduos na sua maioria de baixo nível cultural, constituindo-se por isso mesmo, dóceis instrumentos de expansão alienígena e desnacionalização.<sup>231</sup>

Concluía, então, que os brasileiros estavam sendo ludibriados nos propósitos de hospitalidade e descuidados em relação à unidade nacional. Foi para solucionar tal problema que a Secretaria da Educação e Saúde baixou o Decreto nº 9.255, de 13 de abril de 1938.<sup>232</sup>

O art. 2º determinava que somente os brasileiros natos ou naturalizados que tivessem prestado serviço militar no Brasil, com requisitos de idoneidade moral, intelectual, profissional ou técnica, a juízo do Departamento de Educação, poderiam ministrar aulas ou dirigir estabelecimento particular de ensino.

O art. 4º destacava: a obrigatoriedade exclusiva do uso da língua vernácula e história da pátria; o uso da Bandeira Nacional em lugar de destaque; a utilização de livros didáticos aprovados pelo Departamento de Educação; a realização, semanal, de manifestações cívicas; o uso das canções e hinos patrióticos adotados pela escola pública, dentre outras recomendações. O objetivo, de acordo com o documento, era “[...] incutir no espírito dos educandos o sentimento

<sup>230</sup> PORT, Ido. **Os Altos de Itarana**. Itarana: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, 2004. p. 22.

<sup>231</sup> RABELO, 1939, p. 5.

<sup>232</sup> Publicado no Diário Oficial de 17-4-1938.

de brasilidade e de unidade de uma Patria nova e forte bem como o sentimento pan-americanista de confraternização dos povos americanos”.

Também estava determinado no art. 4º o uso da língua vernácula em todos os procedimentos administrativos das escolas, cartazes, placas, avisos, etc. Já o art. 8º proibia o financiamento, direto ou indireto, de quaisquer instituições ou governos estrangeiros, mesmo aqueles com sede no Brasil, ou associações e entidades ligadas às ideologias contrárias ao regime instituído.

As escolas poderiam ter o seu registro de funcionamento cassado “[...] quando prestar-se a fins ilícitos ou de propaganda de quaisquer credos políticos ou ideologias contrários ao regime instituído no país a 10 de Novembro de 1937”.<sup>233</sup> Ainda o art. 15º esclarecia que, visando ao interesse nacional, a Secretaria de Educação e Saúde poderia designar professores do quadro do magistério público para assumirem a orientação oficial em relação à nacionalização do ensino nas escolas particulares situadas em núcleos de populações estrangeiras.

O decreto, além de tornar obrigatória a matrícula e a frequência das crianças entre 7 e 14 anos, residentes na “circunscrição” de uma escola pública ou subvencionada, reservava uma multa aos pais, tutores ou responsáveis que, por algum motivo não justificável, impedissem ou dificultassem a frequência de menores matriculados na escola pública.

Conforme Soares, houve uma real intervenção nas escolas particulares alemãs do Espírito Santo. Assim, no ano de 1938, o Colégio Particular de Santa Maria de Jequitibá, o Colégio Paroquial de Santa Isabel, a Escola Particular de Paraju, a Escola Particular de Laranja da Terra e, por fim, a Escola Particular de Palmeira sofreram intervenções. Nas regiões de colonização italiana, apenas a propaganda da “nacionalização do ensino” chegou, pois, naquela data, já não havia mais escolas que usassem a língua italiana.<sup>234</sup>

Foi nesse clima que Fernando de Abreu, líder político do sul do Estado, discursava sobre o desejo de ser brasileiro e as diversas etnias que compunham no Brasil, segundo ele, uma “retorta étnica” ou “uma nacionalidade em caldeamento”. Para o político, o Brasil era “[...] o país da fraternidade, do velho pai João, da mãe preta, do vovô índio e de todos os homens, de todos os continentes que, vindo para o Brasil, tenham o ânimo e o desejo de ser brasileiros”. E continuava,

---

<sup>233</sup> Decreto nº 9.255, de 13 de abril de 1938. Publicado no Diário Oficial de 17-4-1938.

<sup>234</sup> SOARES, 1997.

Sim, quem não o terá, [desejo de ser brasileiro] nesta terra hospitaleira, de perene primavera, neste jardim tropical? Todos, creio eu, que, integrados no solo pátrio, libertaram-se da tradição metropolitana, confundindo-se conosco no mourejar quotidiano. Todos, creio eu, até mesmo grande parte dos que, pelo nosso erro político, ficaram insulados nos limites dos núcleos coloniais. Todos, com exceção, talvez, dos que pela nossa incúria, apenas tiveram escolas, mestres e assistência religiosa dos seus países de origem. Porém, mesmo esses, quais sejam? Possivelmente, apenas alemães, em Santa Catarina, e japoneses em São Paulo. Exceção destes grupos – a fusão se vae processando normalmente, em todo o território nacional.<sup>235</sup>

Embora realçando o “erro político” e a “nossa incúria”, o autor admitia a existência de imigrantes que não se sentiam fazendo parte da nação, transfigurada em “jardim tropical”. Todavia, esses são identificados como os alemães de Santa Catarina e os japoneses de São Paulo. Para o político capixaba, o Espírito Santo não comportava tal realidade.

Em matéria intitulada *Você está contra ou a favor?*, a ideia do perigo foi lançada, mas, em todo o texto, não se fez referências diretas aos imigrantes ou à existência de “quistos étnicos”. Mesmo se tratando de uma revista de circulação estadual, o inimigo apresentado permaneceu como uma figura genérica existente em todo o Brasil. Dessa forma, novamente, as populações capixabas não são lembradas, ao menos, diretamente.

Sabemos que, dentro do Brasil, existem milhares e milhares de inimigos, homens que prestam mais obediência a bandeiras estranhas de que propriamente ao símbolo nacional, soldados estrangeiros lutando dentro de nossas fronteiras, contra o nosso governo, com as armas da insídia, da confusão, da mentira e da intriga.<sup>236</sup>

Em 3 de março de 1942, o jornal *A Gazeta* trouxe uma matéria intitulada *A tal superioridade*, assinada por Christiano Fraga. Nela se afirma que as “famílias alemãs”, quando vinham para a cidade, eram “chefiadas por homens de cor, ou mesmo, por pretos velhos” que os orientavam nos negócios ou nos simples contatos com a vida urbana.

---

<sup>235</sup> No livro de Fernando de Abreu, *Espumas...* publicado em 1982, foram reunidos, sem correção, “[...] alguns discursos pronunciados e publicados, nos jornais da época no período de 1930 a 1948” (ABREU, Fernando de. **Espumas...** discursos políticos e acadêmicos. Cachoeiro de Itapemirim: Frangraf, 1982. p. 7).

<sup>236</sup> Revista *Vida Capichaba*, nº 592, de 30-4-1944.

Não queremos diminuir o moral desses imigrantes e descendentes, mas é claro que esses homens de cor tomados para seus procuradores e guias, merecem-lhes inteira confiança. Isso prova que o povo alemão é inteiramente despidido de preconceitos em questões raciais. Esses alemães são todos honestos e pacíficos trabalhadores, mas de inteligência tarda, muito mais tarda do que a dos nossos caipiras caboclos, pretos e mestiços. Alegar-se-á diferença de língua impedindo a esses estrangeiros um trato desembaraçado com as populações urbanas. Mas isso é outra prova de tarda inteligência. Pois, o que seria mais difícil? Um pequeno grupo de estrangeiro aprender a língua do país para onde veio, ou os naturais do país (e os mais atrasados desses naturais) aprenderem a língua estranha desse grupo? A permanência desses imigrantes em um país durante várias gerações sem aprenderem a língua desse país é unicamente prova de atraso. E esses pretos condutores falam e compreendem o dialeto alemão dos núcleos e falam, escrevem e lêem o português.<sup>237</sup>

Para o autor, da mesma forma que os colonos do Espírito Santo, os alemães sob o jugo de Hitler também faziam parte de um “[...] povo dócil, simples e trabalhador, [embora] profundamente místico, ludibriado e estonteado pelas torrentes incessantes do palavrório de Goebbel [...]”.<sup>238</sup>

Entretanto, mesmo que se tratasse de um povo considerado “atrasado”, era necessário cuidado com as suas lideranças: “Tentativas diversas tem sido habilmente desarmadas em nosso país, porém agora mais do que nunca, urge apertar com toda energia tanto os que vêm agindo sub-repticiamente pela sombra como os que vêm boquejando cinicamente à luz do dia”.<sup>239</sup> Para finalizar, o autor expôs, didaticamente, suas conclusões:

- 1 – Os colonos, alemães, embora trabalhadores e honestos são muito inferiores em inteligência aos mais obtusos dos nossos roceiros, sejam estes mulatos, pretos ou caboclos.
- 2 – Os chefes alemães fanatizam o seu povo para explorá-lo com maior crueldade.
- 3 – Essa fanatização se estende, por obra de agentes disfarçados, aos grupos alemães emigrados para os todos os países.
- 4 – Devemos nos manter em alerta militante contra os processos desses agentes estrangeiros e contra todos aqueles que por qualquer modo os favorece.<sup>240</sup>

<sup>237</sup> Revista *Vida Capichaba*, n° 592, de 30-4-1944.

<sup>238</sup> Revista *Vida Capichaba*, n° 592, de 30-4-1944.

<sup>239</sup> Revista *Vida Capichaba*, n° 592, de 30-4-1944.

<sup>240</sup> Revista *Vida Capichaba*, n° 592, de 30-4-1944.

O que para Fraga era prova da “inteligência tarda” dos alemães foi, por outros autores, apontado como um comportamento “desconfiado”. Talvez um dos motivos para esse tipo de comportamento mais reservado fosse resultado das decepções sofridas nas relações tecidas com as autoridades brasileiras que desde muito cedo foram sentidas e registradas.

Dentre as várias denúncias feitas pelo cônsul italiano Carlo Nagar, em 1895, sobre a situação dos imigrantes italianos no Estado do Espírito Santo, que resultou na proibição da imigração italiana para o Estado, Nagar incluiu sua opinião sobre a polícia brasileira:

[...] não se pode estar satisfeito com o modo com que tratam as pessoas de graus subalternos. Os abusos são freqüentes como são freqüentes as reclamações que chegam a este Régio Consulado. As punições pouco resolvem. Algumas pequenas autoridades do interior que não estão preparadas usam, arbitrariamente, do poder de que dispõem. Não são elementos idôneos à constituição de um corpo policial, ao qual é confiada a tutela dos cidadãos e da ordem pública.<sup>241</sup>

Esse contexto parece não ter se alterado nas décadas subsequentes. Wagemann, em seu livro, publicado em alemão ainda em 1915, reproduziu longos trechos da obra literária *Canaã*, lançada no Brasil em 1902, para demonstrar o abuso de autoridade e a exploração da Justiça sobre o camponês. Sobre a ação da Justiça brasileira, o pesquisador alemão afirmava: “A justiça é influenciável e insegura. Entretanto, se muitos crimes não se punem, uma das causas reside nas péssimas condições de transporte, que limitam, bastante, o poder das autoridades”.<sup>242</sup> Mas, na página seguinte, o autor critica as autoridades dizendo que “[...] dominada pela incúria e por todas as formas imagináveis de corrupção, embora revestida da pomposa aparência republicana, leva uma existência fantasmagórica e parasitária”.<sup>243</sup>

O pesquisador afirmava que os “traços do caráter do camponês alemão” eram vistos pelos brasileiros de forma depreciativa. Assim, qualificavam o camponês alemão como “lerdo, servil e limitado”. Ainda conforme o pesquisador, a população brasileira não apreciaria o seu “[...] amor à ordem, à exatidão, o

---

<sup>241</sup> NAGAR, 1895-1995, p. 43.

<sup>242</sup> WAGEMANN, 1915-1949, p. 16.

<sup>243</sup> WAGEMANN, 1915-1949, p. 17.

temperamento grave, o senso religioso [...]", vendo tais traços com "[...] ódio e desconfiança" como se fossem um "[...] fardo inútil e desagradável", e quando percebia a possibilidade de extrair vantagens, explorava esses camponeses.

Para Wagemann, os pomeranos que formavam a parte principal dos colonos protestantes no Estado do Espírito Santo, assim como os alemães de outras procedências, "[...] geralmente conservaram o seu antigo modo de ser". E ainda sobre a "índole étnica" sublinhava:

[...] um apêgo tenaz ao que vem do passado, o senso conservador do camponês germânico. Com êsse espírito de continuidade, sustém-se a organização da comunidade e transmitem-se usos e costumes antiquados, como se fossem doenças crônicas e eternas.<sup>244</sup>

Os pesquisadores enviados pela Alemanha, Giemsa e Nauck, na década de 30, também construíram um perfil para grande parte dos colonos alemães estabelecidos no Estado, mas, para eles, era necessário diferenciar os "alemães" dos "pomeranos".<sup>245</sup> Segundo eles, os alemães originários de Hunsrück possuíam maior capacidade de adaptação, agilidade intelectual e logo teceram relações com a população brasileira. Já os pomeranos, que vinham de camadas sociais pobres e viviam em condições opressivas na Europa, somado ao isolamento e possíveis experiências desagradáveis, mostravam-se desconfiados e fechados. Sobre os pomeranos do Espírito Santo, concluem os pesquisadores:

Distinguem-nos das outras populações capixabas não só as qualidades negativas, inerentes aos colonos de estirpe pomerana, como a obstinação e a tardeza mental, mas também, as positivas, como a constância, a perseverança, a altivez sadia, o senso das coisas práticas de sua vida simples [...]. A falta de espírito de empresa e o sentimento de independência tornam o colono pomerano desconfiado de quaisquer inovações, embaraçando sua capacidade de decisão: mas, ele não se inclina a externar sua desaprovação, ou a defender, com determinação seu ponto de vista. Quase não encontramos, nos sítios visitados, colonos originários de Hunsrueck ('Hundshuckler'), os quais possuem maior capacidade de adaptação e maior agilidade intelectual, abrem-se mais facilmente,

<sup>244</sup> WAGEMANN, 1915-1949, p. 102.

<sup>245</sup> Conforme Seide (2007, p. 5), a Pomerânia, na época da emigração, fazia parte da Prússia. Situava-se entre o mar Báltico e a Polônia e era colonizada por alemães que mantiveram sua cultura diferenciada diante dos poloneses e dos países dominadores, Dinamarca, Suécia e Prússia. O autor qualifica a chegada desses imigrantes, em 1859, como "[...] um fato que daria uma feição toda especial à colônia alemã no Espírito Santo".



tendo, por isso, se unido mais à população brasileira. Os pomeranos, na maioria, pouco familiarizados com a língua brasileira, não gostam de sair de suas colônias, sentem-se inseguros com os brasileiros, especialmente com as autoridades e a justiça, evitam o contato com estranhos e só raramente vão às cidades.<sup>246</sup>

Sessenta anos depois, Rolke, ao escrever sobre a história da Pomerânia e tentar “[...] entender a índole pomerana”, buscou também na história desse povo a resposta para o suposto “comportamento desconfiado”.<sup>247</sup> Embora o autor não lhes tenha atribuído características depreciativas, procurando, ao contrário, valorizar a cultura pomerana, a descrição comportamental conferida ao pomerano aproxima-se das afirmações dos cientistas. Assim, temos novamente um comportamento qualificado como “cuidadoso” e “desconfiado”.<sup>248</sup>

A experiência de terem forças de ocupação estrangeiras em seu território, é uma constante na vida deste povo. Essa dura experiência lhes deve ter ensinado que, melhor é viver em silêncio do que ter arrasado o resto da terra e pertences que sobraram [...]. Por ser objeto e não sujeito de sua história, o pomerano foi levado a ser ‘cuidadoso’, ‘desconfiado’, para aceitar novos paradigmas.<sup>249</sup>

Sob o título *Em paz absoluta*, o jornal *A Gazeta*, de 14 de novembro de 1942, afirmava que o Espírito Santo estava em paz, como sempre estivera. Embora as autoridades permanecessem vigilantes, excetuando as manifestações de protesto ocorridas pelo afundamento dos navios mercantes, nenhum outro fato tirou o sossego do povo capixaba. Porém, conforme o autor, alguns problemas de ordem prática estavam ocorrendo e os agricultores encontravam dificuldades para vender os seus repolhos em Vitória:

O nosso lavrador continua cuidando de suas terras: O nosso comercio funciona normalmente. E esta situação permite que o Estado caminhe para dias melhores. Um fato, no entanto está se passando e é para ele que pedimos a atenção das autoridades policiais: é que individuos desclassificados procuram por todos os meios amedrontar o nosso agricultor. Principalmente se este agricultor descende de súditos do Eixo. Ainda trás-ante-ontem, segundo nos informaram, veio de Itaguassú um caminhão carregado

<sup>246</sup> GIEMSA; NAUCK, 1939-1950.

<sup>247</sup> ROELKE, Helmar Reinhard. **Descobrimdo raízes**: aspectos geográficos, históricos e culturais da Pomerânia. Vitória: UFES, 1996. p. 88.

<sup>248</sup> No documentário *Incêndio nas mentes*, a imagem do “pomerano desconfiado” também é encontrada.

<sup>249</sup> ROELKE, 1996, p. 89.

de repolhos. Ao entrar o veículo na Vila Rubim, determinada pessoa, dirigindo-se ao Chauffeur, lhe foi dizendo: - corre, porque estão prendendo estrangeiros! E lá se foi o pobre homem, deixando aqui os seus repolhos para serem vendidos quando e por quanto quizerem....

O discurso traz a imagem de um agricultor inofensivo, assustado e vítima de “indivíduos desclassificados”. O texto ainda surpreende por colocar os descendentes dos “súditos do Eixo” no papel de vítimas que deveriam ser protegidas pelas autoridades policiais. Mais uma vez, a imagem projetada não se coaduna com o discurso do “perigo alemão”.

O caso do alemão Franz Kucht, acusado de possuir uma arma considerada de guerra, é elucidativo da imagem do “bom estrangeiro”.<sup>250</sup> O fato aconteceu em março de 1942. A arma era um sabre que Franz trouxe do seu segundo retorno da Alemanha, dez anos antes, e que usava para rachar lenha e matar porcos. Apenas duas testemunhas foram ouvidas. A primeira disse que via Franz usar o sabre para o fim que ele tinha declarado e que “[...] nunca ouviu qualquer referencia elogiosa a atitude de seu país de origem e se retraía quando se tocava no assunto. Nunca notou em Franz qualquer gesto ou ato suspeito e prejudicial ao País”. A segunda também afirmou que via Franz usando o sabre em tarefas domésticas e que “[...] nunca ouviu de Franz qualquer referencia desairosa ao Brasil, mesmo depois do rompimento do Brasil e Alemanha”. O laudo para verificar se a arma era de guerra foi positivo, mas o processo foi arquivado quatro meses mais tarde, concluindo que não havia qualquer culpabilidade no acusado.

Franz era a imagem do “bom estrangeiro”. Manteve uma postura humilde e, se não usou um discurso de “agradecimento ao país que o acolheu”, ao menos não tinha o hábito de elogiar seu país de origem, nem falava mal do Brasil. Ao que parece, a postura escolhida por Franz era a de manter-se calado, “retraído”, como afirmou a primeira testemunha.

É importante salientar, contudo, que isso não significa dizer que os discursos sobre a “índole alemã” ou do “estrangeiro mal agradecido e traidor” não tivessem penetrado no Espírito Santo, principalmente, após 1942. Um ano depois do

---

<sup>250</sup> Processo Criminal nº 2.158 (CX.457) de 24-3-1942, originado em Cachoeiro de Itapemirim. Processos Criminais do Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro.

processo de Franz, o processo contra um padre alemão no município de Santa Cruz, exemplifica essa atitude.<sup>251</sup>

Consta na acusação que João Bauer, afastado da localidade há quase um ano, quando retornou, percebeu a existência de objetos quebrados e a falta de um banheiro e uma instalação elétrica na casa paroquial. Enquanto celebrava a missa, acusou as autoridades de roubo e exigiu que devolvessem o que haviam tirado, caso contrário, tomaria providências, argumentando, ironicamente, que o barril do banheiro não era canhão, nem metralhadora.

Segundo o denunciador, médico e prefeito da localidade, após o torpedeamento dos navios, os moradores, acompanhados por ele próprio, percorreram os quintais da localidade à procura de material para ajudar na campanha da “pirâmide de metal”. Foi assim que entraram na casa paroquial, a fim de averiguar se havia lá “[...] algum material que pudesse ser prejudicial aos interesses nacionais e qualquer coisa que pudesse evitar que fosse perturbada a tranqüilidade pública”, pois sabiam que o último morador tinha sido um padre alemão. Diante da acusação de roubo, a autoridade replicou ao padre que,

[...] em sua residência não existia instalação elétrica nem banheiro e sim um barril velho e podre e em face da ousadia do referido ‘eixista’ repeli-o e protestei, levado por um sentimento patriótico muito do meu feitio, dizendo-lhe que não houve roubo em sua casa e que apenas pessoas de conceito apanharam no quintal pedaços de ferro velho que iriam servir para a nossa defesa para que os miseráveis submarinos alemães não continuassem a matar perversamente mulheres, crianças e velhos que se dirigiam para o norte do país; que o repeli, dizendo que nesta situação, absolutamente, um alemão não podia chamar de ladrões autoridades brasileiras.<sup>252</sup>

O prefeito telegrafou ao interventor solicitando providências para o caso. As testemunhas confirmaram as palavras da acusação. Duas testemunhas tinham visto o padre pela primeira vez naquela ocasião, acrescentando “ouvir dizer” que o padre gostava “[...] de se entregar ao vício da embriagues”, o que também foi dito por mais seis testemunhas.

Das 11 testemunhas presentes no inquérito, apenas quatro estavam na missa, as outras sabiam pois já era “voz geral” na localidade. Alguns acrescentaram

---

<sup>251</sup> Processo Criminal n° 3.852 de 24-7-1943, originado em Santa Cruz. Processos Criminais do Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro.

<sup>252</sup> Processo Criminal n° 3.852.

que o padre tinha o hábito de andar armado, que tinha servido ao Exército alemão, havia quebrado um barco a machado para não pagar imposto e que tinha uma filha no Estado do Rio de Janeiro. Embora mencionassem fatos pessoais da vida de João Bauer que depunham contra ele, as testemunhas não fizeram uso de um discurso ufanista, além do próprio prefeito. O delegado de estrangeiros, por sua vez, não se furtou ao uso das representações do “estrangeiro traidor”.<sup>253</sup>

Todos conhecemos a força prodigiosa do padre, a maior força social do mundo, quando no desempenho de sua augusta e divina missão. Não precisamos buscar exemplos na História de outros povos, por isso que o nosso querido Brasil em muito deve à missão sacrossanta do padre. Navarro. Nóbrega. Anchieta. Pedro Palácios. Vieira. Padre Roma. Padre Miguelino. Padre Feijó. Capítulos excelsos da história da Pátria.<sup>254</sup>

Mas o padre João Bauer não poderia estar entre aqueles citados, pois, para o delegado, “[...] o padre Johann Bauer não compreende a soberba e augusta missão que tem a desempenhar na vida, e nem mesmo sabe ser grato a Pátria que o recebeu de braços abertos, acolhendo-o em seu seio e tratando-o como seu filho!”<sup>255</sup> E continuou,

Será que ignora o padre Johann Bauer que é alemão e que nosso Brasil está em guerra com a sua Pátria? Não fosse o nosso País tão tolerante e o padre Johann Bauer já estaria de certo num campo de concentração. E ele que é alemão deve saber muito bem o que é um campo de concentração. Filho da mais repugnante das nações, a Alemanha que trocou a imortal Cruz de Cristo pela cruz gamada dos ímpios, vândalos modernos, desalmados destruidores das mais lidimas conquistas da civilização – descendente do sangue mais perverso da humanidade o padre Johann Bauer bem prova que, nem sendo padre, deixou de ser alemão, na expressão lata do vocábulo.

Assim, como expressa o relatório do delegado, existia o conhecimento desses discursos, porém ele não estava pulverizado na sociedade capixaba como parece ter acontecido no Sul do País. É possível levantar alguns indícios que possam explicar essa ausência.

---

<sup>253</sup> Conforme Koifman, a partir de 1941, a Diretoria-Geral do Expediente e Contabilidade da Polícia passou a se chamar Delegacia de Estrangeiros (KOIFMAN, Fábio. **Quixote nas trevas**: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo. Rio de Janeiro: Record, 2002).

<sup>254</sup> Processo Criminal nº 3.852.

<sup>255</sup> Processo Criminal nº 3.852.

Em primeiro lugar, pode-se sugerir que as atenções já estavam voltadas para o Sul do Brasil. Mas outras questões também podem ter influenciado na quase ausência do discurso do “Perigo Alemão”. Bastante diferente da situação encontrada no Sul, os imigrantes alemães e seus descendentes, no Espírito Santo, não criaram instituições para fomentar o *Deutschtum*, entendido como uma política de defesa da germanidade. Conforme Seyferth, na categoria *Deutschtum*, está embutida a ideia de pertencimento à etnia alemã baseada no direito de sangue (crença na mesma origem/raça, língua e na cultura compartilhada) unindo todos os imigrantes à nação alemã.

É importante também fazer referência ao uso da categoria *Deutschbrasilianer* (teuto-brasileiro) no Sul do País. Essa categoria de identidade, que era utilizada pela parcela mais instruída da população, consistia em sugerir uma dupla vinculação “[...] à nação alemã, como grupo étnico/nacional portador de uma cultura, uma língua e uma origem racial diversa dos demais brasileiros, e ao Brasil, na condição de cidadãos que não abdicam da sua etnicidade”.<sup>256</sup> Porém, os descendentes de alemães da zona rural continuaram a se identificar apenas como alemães.<sup>257</sup> Nas fontes do Espírito Santo, não se encontrou referência ao termo teuto-brasileiro, o que pode confirmar, mais uma vez, a falta dessa “camada de imigrantes mais instruída e politizada”.

Segundo Gertz, o cultivo da germanidade nos Estados do Sul do País tinha como veículo instituições de caráter esportivo, cultural, religioso e econômico. Contudo, no Espírito Santo, não foram encontrados registros da existência de Clubes de Caça e Tiro, Ginástica, Canto ou outras associações similares que pudessem fomentar uma maior sociabilidade entre os alemães e descendentes ou, mesmo, contribuir para o sucesso da germanidade.<sup>258</sup>

Giernsa e Nauck, na década de 30, registraram que, após o rito da confirmação, os jovens eram incentivados, pelos pastores luteranos, a criar uniões juvenis que não tinham objetivo religioso ou político, mas apenas fomentar o espírito de união e de comunidade, por meio de esportes, ginástica e cantos, reuniões e concentrações recreativas. Com essas atividades “[...] esperava-se o fortalecimento

---

<sup>256</sup> SEYFERTH, 1999, p. 203.

<sup>257</sup> Sobre o conceito de teuto-brasileiro, ver VOIGT, André Fabiano. O teuto-brasileiro: a história de um conceito. **Revista Espaço Plural**, ano IX, n. 19, p. 75-81, 2008. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/issue/view/252/showToc>>. Acesso em: 23 abr. 2009.

<sup>258</sup> GERTZ, René. **O perigo alemão**. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

da consciência étnica, sem se pretender pôr os colonos em choque com a cidadania brasileira”.<sup>259</sup> Não se sabe, contudo, se tais medidas foram, realmente, colocadas em prática. Por outro lado, é certo que a sociabilidade, nessas comunidades, acontecia nas celebrações religiosas luteranas ou católicas, nos casamentos, bailes, jogos de carta e nas conversas regadas à cachaça nos bares.

Também no Estado do Espírito Santo os imigrantes, alemães ou italianos, não fundaram jornais em suas línguas de origem, outro importante veículo para a difusão do *germanismo*. Isso não significa que periódicos em língua alemã e italiana não chegaram ao Estado. Alguns eram assinantes do jornal *Serra-Post*, editado em língua alemã em Ijuí (RS), que é lembrado por tratar de temas relacionados com a agricultura e outros interesses dos colonos. Alguns italianos e descendentes também tinham acesso a jornais em língua italiana.<sup>260</sup>

Giemsa e Nauck, ao enfatizarem o baixo nível intelectual dos colonos alemães, informavam que a maioria era capaz de ler e compreender apenas os versos do livro de cantos e as folhas religiosas. Eram poucos os colonos aptos a assinar jornais (*Deutsche Rio-Zeitung*, *Der Morgen*) ou ler um livro em alemão. Assim, os donativos de livros da Alemanha não atingiram seu objetivo, já que os leitores eram raros. Eles sublinhavam também que na família se falava ainda o dialeto pomerano, que era aceito pelos imigrantes como a linguagem dos colonos em geral.<sup>261</sup>

Os livros didáticos usados nas escolas particulares, quando ainda tinham permissão para funcionar, em língua alemã ou bilíngues, como os *Livros de Leitura para escolas teuto-brasileiras*, também vinham do Rio Grande do Sul. A relação dessas populações com a Alemanha ou a Itália era bastante diminuta. Wagemann, na década de 1910, salientava que

[...] existe um forte sentimento racial, mas a sua natureza é puramente instintiva. Se os colonos ainda se sentem alemães, depois de haver três gerações que estão radicados em terra brasileira, não expressam, por isso, nenhuma saudade pela velha pátria, ou a consciência de a ela pertencer culturalmente. Pelo contrário! Muitas vezes, ouvi dizer que se vive de maneira infinitamente mais agradável e melhor no Espírito Santo, no Brasil, do que na Alemanha.<sup>262</sup>

<sup>259</sup> GIEMSA; NAUCK, 1939-1950.

<sup>260</sup> LAZZARO; COUTINHO; FRANCESCHETTO, 1992.

<sup>261</sup> GIEMSA; NAUCK, 1939-1950.

<sup>262</sup> WAGEMANN, 1915-1949, p. 102.

Giemsa e Nauck, duas décadas depois, afirmavam que o rádio era o único meio de contato imediato com a “pátria de origem” e os votos de “feliz aniversário” da rádio de Berlim, endereçados aos filhos dos colonos, geravam imensa alegria. Para comprovar tal influência, os pesquisadores citaram o exemplo de um “velho colono” que foi induzido pelas notícias do rádio a viajar à Alemanha para assistir à Olimpíada de Berlim, sem nunca ter antes conhecido o País.

Ainda sobre a relação dos colonos com a Alemanha, afirmavam também que “São extraordinariamente reduzidas as idéias ou imagens que fazem sobre a Alemanha, limitadas ao que lhes transmitem os pastores ou alemães recém-chegados”.<sup>263</sup> Contudo, ressaltavam: “Apesar de todos os erros, de toda a estreiteza mental, e do espírito simplório dos colonos, permaneceu, com os usos e costumes, um patrimônio cultural alemão, cuja natureza ficou intacta em meio a um mundo estranho”.<sup>264</sup> Se havia um local responsável pelo cultivo da germanidade no Espírito Santo, era a Igreja Luterana do Sínodo Riograndense.<sup>265</sup>

Wagemann caracterizava de “[...] extraordinariamente rígida a organização dessas comunidades”, sendo possível compará-las com o Estado Jesuíta.<sup>266</sup> Afirmava ainda que diversos pastores luteranos dispunham de um poder quase autocrático. Além de pároco, era professor, médico e uma espécie de prefeito, já que era a única pessoa que possuía instrução superior na comunidade. O pesquisador também salientava que, de modo diverso da Igreja Luterana, a Igreja Católica atuava misturando o elemento “alemão e o nativo”.

Giemsa e Nauck, na década de 30, comungavam da visão de Wagemann sobre o papel da Igreja Luterana na manutenção dos “costumes teutos”, assim como da atuação da Igreja Católica em sentido contrário.

Os pastores evangélicos desempenharam uma missão cultural, através de um trabalho pertinaz, cheio de sacrifícios, e, ainda hoje, a organização religiosa é a guardiã dos costumes teutos. Os pastores que vêm da Alemanha formam a única ponte, que liga os colonos

<sup>263</sup> GIEMSA; NAUCK, 1939-1950.

<sup>264</sup> GIEMSA; NAUCK, 1939-1950.

<sup>265</sup> Conforme Gertz (1991), a Igreja Luterana do Sínodo Rio-Grandense (hoje, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil) fomentava o *Deutschtum* e a Igreja Luterana do Sínodo de Missouri (hoje, Igreja Evangélica Luterana do Brasil) não cultivava o *Deutschtum*. Marlow salienta que o Sínodo de Missouri não proibia o cultivo do germanismo, mas entendia que não era objetivo da Igreja defender esses ideais (MARLOW, Sérgio Luiz. **Nacionalismo e Igreja: a Igreja Luterana Sínodo de Missouri nos “porões” do Estado Novo**. 2006. 168 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Política, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006).

<sup>266</sup> WAGEMANN, 1915-1949.

com a velha pátria. Além do árduo trabalho na igreja e na escola e das longas e exaustivas viagens a cavalo, compete-lhes aconselhar os colonos em todas as necessidades e dificuldades da existência [...]. A igreja católica, de acordo com a sua natureza, cuidou menos da tarefa relativa à etnia. Não faz diferença nem de nacionalidade nem de raça, brasileiros e alemães ela os une na escola e na igreja, e a língua portuguesa predomina na doutrina e no ensino.<sup>267</sup>

Por certo, o maior ataque aos pastores luteranos foi desfechado por Rabelo, no seu *Memorial*. Além de identificá-los como responsáveis pela “desnacionalização” encontrada nas terras espírito-santenses, ainda afirmava que os pastores luteranos mantinham uma “resistência passiva” ou “resistência branca”, dificultando a ação do governo. Essa resistência, apontada pelo secretário, incluía: recusar instalar em suas comunidades as professoras enviadas pelo governo; omitir a obrigação da matrícula; incentivar a diminuição da frequência às escolas do governo, dentre outras. Conforme o secretário, os pastores luteranos buscavam incutir a desconfiança em relação às autoridades e à escola pública. Nas palavras de Rabelo:

É mister assinalar que grandes tropeços temos encontrado na pratica das medidas indispensáveis a uma campanha nacionalisadora de larga envergadura. Da ação demolidora, arrogante e desabusada, passaram os agentes das ideologias estrangeiras e os pastores daquelas comunidades a obra de resistência passiva, de sabotagem ladina e subrepticia, mais perigosa, por isso que escapa quasi sempre a vigilância das autoridades.<sup>268</sup>

Concluindo, percebe-se que a *germanidade*, no Estado do Espírito Santo, não possuía os vários sustentáculos de que dispunha no Sul do País, ficando restrita, praticamente, ao lar, à Igreja e à escola, o que a tornava menos visível e, portanto, menos ameaçadora aos olhos da elite capixaba. Sobre o pangermanismo, Soares afirma que

[...] o alegado pangermanismo, se existia, era bastante mitigado, sem atingir jamais o vigor que alcançou em outras regiões, ou o que era alegado na contra-propaganda oficial. Eles estavam mais sob a influência do integralismo, de comerciantes, chefes políticos e religiosos locais do que do Terceiro Reich ou do Duce.<sup>269</sup>

<sup>267</sup> GIEMSA; NAUCK, 1939-1950.

<sup>268</sup> RABELO, 1939, p. 10.

<sup>269</sup> SOARES, 1997, p. 115.



É necessário avaliar também outro fator que diferenciava, sobremaneira, as populações alemãs do Sul do País e aquelas do Espírito Santo: a questão econômica.

Campos assinala que, para as autoridades catarinenses, os núcleos poloneses, ucranianos e italianos tinham menor importância no projeto de nacionalização.<sup>270</sup> Segundo o governo, em relação aos dois primeiros grupos, o problema da língua não estava vinculado à questão racial, mas à religião, a qual não era prioridade das políticas interventoras. O fascismo, por sua vez, não passava de “delírio político” que pouco entusiasmo havia despertado nos núcleos coloniais de italianos e descendentes. Por outro lado, os alemães não eram vistos com tal benevolência.

Para a autora, a razão do tratamento diferenciado reside no fato de os três primeiros grupos exercerem atividades agrárias, já os alemães “[...] haviam construído um centro industrial significativo e um perfil de trabalhador fabril que fazia-se urgente nacionalizar”.<sup>271</sup> Dessa forma, para que o Estado conseguisse manter o controle sobre essas populações, era necessário criar estratégias disciplinares que utilizassem o discurso do “perigo alemão” para legitimá-las.

Soares se aproxima das conclusões de Campos ao sugerir que a nacionalização do ensino e as tentativas de controle no Espírito Santo não visavam à educação em si, mas, ao contrário, eram uma forma de “[...] atingir as formas autônomas de organização que pudessem escapar ao controle do Estado corporativo [...]”.<sup>272</sup> Para o autor, o problema do ensino seria facilmente resolvido com a ampliação da rede escolar, contribuindo, assim, para a integração daquelas populações. Por isso, conclui que medidas repressivas e acusações de serem “centros de subversão” não seriam atitudes necessárias.

Ainda segundo Soares, por “motivos diversos”, os fazendeiros escravocratas estabeleceram uma aliança com ex-jovens militares e parte da intelectualidade capixaba e fizeram, na década de 30, um acerto de contas com os imigrantes.

---

<sup>270</sup> CAMPOS, Cynthia Machado. **Controle e normatização de condutas em Santa Catarina** (1930-1945). 1992. 213 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

<sup>271</sup> CAMPOS, 1992, p. 161.

<sup>272</sup> SOARES, 1997, p. 116.

Mas, o que se encontra nas mensagens do governo do ano de 1936, junto à informação de que colonos poloneses continuavam chegando ao município de Águia Branca, não combina com a ideia de uma suposta vingança contra os imigrantes:

É por demais conhecido o abandono em que viviam os núcleos de colonização estrangeira, no tocante á educação [...]. Em geral a instrucção é ali ministrada por pastores protestantes vindos da Allemanha, e por isso mesmo desconhecedores do nosso idioma. Esses homens, apesar de todos os esforços empregados, não poderiam ensinar nosso idioma. Afim de obviar esses inconvenientes, foram creadas, no Município de Santa Leopoldina, 9 escolas e no de Domingos Martins 8 escolas. [...] Nessas escolas é obrigatório o ensino da Língua Nacional e de Historia Pátria.<sup>273</sup>

Não há acusações, nem mesmo aos pastores luteranos que, segundo o documento, não podiam ensinar a língua portuguesa porque, simplesmente, também não sabiam.

É necessário, portanto, levantar fontes que explicitem “os motivos diversos”, demonstre essa suposta aliança ou, ao menos, indique o grau de confronto entre imigrantes e fazendeiros.<sup>274</sup> Argumentar que a falta de integração já era colocada como problema anos antes e que propostas “nacionalizadoras” já haviam sido tentadas na década de 1920 não permite concluir que o período foi usado para um ajuste de contas entre fazendeiros ex-escravocratas e imigrantes. Acusações de não assimilação e tentativas de “integração” via educação são propostas antigas e não aconteceram somente aqui no Estado.<sup>275</sup>

Assim, ao contrário do contexto catarinense, apontado por Campos, no Espírito Santo, os alemães não estavam vinculados às indústrias, mas, sim, à produção de café para exportação em pequenas propriedades.

De modo geral, os agricultores entregavam a sua produção de café aos vendeiros que, então, passavam aos comerciantes estabelecidos nas cidades próximas à área de produção que, por sua vez, enviavam à Capital. Alguns

<sup>273</sup> Mensagem. Ano 1936. p. 369. Arquivo da Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

<sup>274</sup> De acordo com Rocha (1984), a história da imigração no Espírito Santo não é uniforme, portanto o relacionamento entre imigrantes e fazendeiros, por certo, foi alterado conforme as circunstâncias. Um momento em que esse confronto transparece foi na disputa pela mão de obra, entre os anos de 1888 a 1896. É importante salientar que, se não é possível falar de uma relação harmônica, tampouco esse conflito e “ajuste de contas” apareceram nos documentos pesquisados.

<sup>275</sup> Embora Mendonça (2002) pareça concordar com os argumentos de Soares (1997), o autor finaliza sua argumentação afirmando que Soares não consegue aceitar o fato de que o contexto analisado é marcado pela intolerância à diferença cultural e, portanto, a língua nacional tinha grande relevância no projeto varguista.

vendeiros entregavam a produção diretamente às casas comerciais em Vitória. Já no sul do Estado, por muito tempo, a exportação de café aconteceu pelos portos do Rio de Janeiro.<sup>276</sup> As casas de importação e exportação em Vitória, na sua maioria, pertenciam a estrangeiros.

Portanto, mesmo que pequenos plantadores de café e grandes fazendeiros cafeicultores estivessem trabalhando com o mesmo produto, não é clara uma disputa nesse mercado, o que não quer dizer que querelas por mão de obra ou contendas isoladas envolvendo posse de terra não tenham existido entre fazendeiros e colonos.

Ao lado do viés econômico, resta ainda levantar algumas informações sobre a relação das populações dos núcleos coloniais com a política local.

Em 1915, o pesquisador alemão Wagemann deixou registrado em seu relatório o caso emblemático da família Monteiro que dominou durante décadas a política capixaba.

No Espírito Santo, apesar de todos os princípios democráticos, governa-se oligarquicamente, como é regra na América do Sul. No fim, apenas algumas famílias dominam o estado. É significativo que os três irmãos do ex-presidente do estado, Jerônimo Monteiro, presidente atual do Congresso, exerçam as seguintes funções: um é o bispo do estado, outro, diretor fiscal do Banco Francês, e o terceiro, senador federal do Rio.<sup>277</sup>

De 1892 até 1927, encontramos inúmeros sobrenomes (de origem portuguesa) desfilando nas listas de deputados capixabas. Os únicos encontrados de origem alemã e italiana são: Francisco Carlos Schwab Filho (1910-1912) e Attílio Vivacqua (1912-1924 e 1925-1927).<sup>278</sup>

Sabe-se que a família Vivacqua não era uma típica família de imigrantes italianos, pois viera do Sul da Itália com condições financeiras suficientes para atuar no comércio. Tornaram-se proprietários de uma firma de importação e exportação bastante conhecida na Capital, chamada Vivacqua e Irmão Ltda. Utilizando a estratégia do casamento, teceram relações com outras famílias

---

<sup>276</sup> VASCONCELLOS, 1995.

<sup>277</sup> WAGEMANN, 1915-1949, p. 16.

<sup>278</sup> Pasta Cadastro de Deputados – Governo Republicano Federativo. Arquivo da Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

semelhantes, como os De Biase e com famílias tradicionais do Sul do Estado, como os Vieira Machado.<sup>279</sup>

Essas famílias de imigrantes italianos atingiram grande influência econômica e política. Atílio Vivacqua, além de deputado estadual, foi secretário da Instrução e chegou à cadeira do Senado. Já Archilau Vivacqua tornou-se um dos líderes do integralismo no sul do Estado.<sup>280</sup>

Soares afirma que várias outras famílias de imigrantes italianos também alcançaram expressividade no contexto capixaba. Em menor proporção estariam os alemães católicos, caso da família Salloker. Por último, os alemães protestantes.<sup>281</sup>

Mas a estratégia do casamento não foi usada somente pelos descendentes de italianos. Em Domingos Martins, a união da família Santos com a família Gerhardt é emblemática. Octaviano Santos, dono do cartório, casado com uma descendente de alemã da família Gerhardt, tornou-se chefe integralista, sendo eleito para prefeito por aquele partido em 1935. O filho deles, Arthur Carlos Gerhardt dos Santos, tornou-se governador do Estado na década de 70.

Por outro lado, Giemsa e Nauck, na década de 30, sublinhavam a falta de uma liderança entre os colonos alemães protestantes que pudesse lutar pelos seus interesses.

O futuro dirá, se, entre os colonos, surgirão chefes capazes de lutar pela solução dos problemas econômicos, e de defender seus pontos de vista nas questões culturais e educacionais. Falta justamente no Espírito Santo, essa camada de chefes, em condições de empregar suas forças e seu talento, em proveito do grupo étnico alemão e em benefício de todo o Estado brasileiro.<sup>282</sup>

Essa informação contrasta com a situação do Estado catarinense. Falcão nos informa que “[...] brasileiros de origem germânica passaram a competir, bem antes do conflito mundial, com frações importantes das elites dirigentes do Estado ou mesmo as deslocaram de suas tradicionais posições de mando”.<sup>283</sup>

Já no Rio Grande do Sul, nas décadas anteriores ao movimento de 1930, as concessões e negociações entre o poder tradicional e as forças

---

<sup>279</sup> LAZZARO; COUTINHO; FRANCESCHETTO, 1992.

<sup>280</sup> SOARES, 1997.

<sup>281</sup> SOARES, 1997.

<sup>282</sup> GIEMSA; NAUCK, 1939-1950.

<sup>283</sup> FALCÃO, 2000, p. 103.

emergentes, em que figuravam grande número de imigrantes e descendentes, já eram necessárias, embora aquelas continuassem mantendo a hegemonia política. A década de 30 aprofunda esse quadro, marcando o apogeu do crescimento da parte norte do Estado, em detrimento do tradicional Sul. Gertz aponta que, do início da República até 1937, encontrou no Legislativo gaúcho uma média de 15% representantes com nomes de origem alemã e italiana. Esse número fica em 41,8% em 1947 e 35,7% em 1950, além dos candidatos ao Executivo, que, até então, não eram sequer cogitados.<sup>284</sup>

Longe das disputas na cúpula do poder, no Espírito Santo, o imigrante não oferecia perigo, nem mesmo aquele visto como “o mais perigoso”, já que era menos propenso à assimilação: o alemão. O discurso do “alemão ignorante” parecia ter mais pontos de contato com a realidade capixaba.<sup>285</sup>

Se os imigrantes não ameaçavam os políticos tradicionais, também não é verdade que essas populações estivessem “alienadas” ou não se interessassem pela política do País. A história dos imigrantes e descendentes de italianos em Floresta, antes e durante a experiência integralista, romanceada no livro *Anauê!*, demonstrou isso e, por certo, a realidade de Floresta não foi única no Estado.<sup>286</sup>

Soares pontua que Rabelo pode ter exagerado o “perigo alemão”, a fim de, talvez, obter verbas até então destinadas, quase exclusivamente, ao Sul do País ou o secretário realmente acreditava no discurso do perigo alemão.<sup>287</sup> O fato é que o secretário conseguiu o dinheiro necessário para a construção de algumas escolas no interior do Estado. Ainda conforme o autor, apesar de o Estado, proporcionalmente, ser o terceiro em número de imigrantes europeus, aparentemente, a ameaça corporificada nos “alienígenas” e “quinta-colunas” não se propagou com grande força pela sociedade.

Os discursos veiculados na década de 30 em documentos do governo, jornais e revistas, com exceção do inflamado *Memorial*, de Rabelo, não pareciam ter o propósito de difundir o discurso do “perigo alemão” em terras capixabas.<sup>288</sup> Se,

<sup>284</sup> GERTZ, 1991.

<sup>285</sup> Franco e Hess afirmam que os alemães no Espírito Santo eram vítimas de preconceito, embora não especifiquem que tipo de preconceito era esse e nem sustentem com fontes ou com outros autores sua afirmação (FRANCO, Sebastião Pimentel; HEES, Regina Rodrigues. **A República e o Espírito Santo**. Vitória: Multiplicidade, 2003).

<sup>286</sup> A história do integralismo em Floresta será abordada no Capítulo 5.

<sup>287</sup> SOARES, 1997.

<sup>288</sup> Infelizmente não há trabalhos que enfoquem as representações dos imigrantes alemães na sociedade capixaba nos séculos XIX e XX. A única pesquisa encontrada analisa os discursos sobre a

realmente, os núcleos estrangeiros fossem uma preocupação para a oligarquia local, seja pelo viés econômico, seja pelo político, o discurso do “perigo alemão” poderia ter assumido proporções muito maiores. Afinal, não resta dúvida de que os indícios de uma “desnacionalização”, tal como o uso de língua estrangeira, além de outras práticas culturais diferenciadas, poderiam ser encontrados, facilmente, em vários municípios capixabas.

Por fim, algumas observações sobre a campanha de nacionalização no Rio Grande do Sul podem também ajudar a pensar a especificidade do contexto do Estado do Espírito Santo. Gertz afirma que

[...] uma interpretação adequada da campanha de nacionalização deve levar em conta no mínimo três fatores: o subjetivo, de longa tradição, a ideologia do ‘perigo alemão’; o objetivo, a existência de germanismo, nazismo e integralismo; e o material, o crescimento da região norte do Estado frente ao sul.<sup>289</sup>

Sobre o cenário capixaba, pode-se argumentar que a ideologia do “perigo alemão” não encontrou aqui um solo fértil para se desenvolver, devido às circunstâncias políticas, econômicas e culturais, que se tentou esboçar nas páginas anteriores. Sobre o “objetivo” – germanismo, nazismo e integralismo – pode-se afirmar que apenas o último, integralismo, chegou, de fato, até os colonos, italianos e alemães e teria boas chances de crescimento se não tivesse sido tolhido pelo Estado Novo. Quanto ao material, as regiões típicas de colonização não alcançaram um desenvolvimento econômico que ameaçasse as frações políticas já constituídas.

Importa também assinalar que, na documentação pesquisada, não foram encontrados indícios de que as distinções por “origem”, propagadas por Giemsa e Nauck, que separavam alemães de Hunsrück dos pomeranos, na década

---

imigração e os imigrantes no jornal *A Província do Espírito Santo* entre 1882 e 1889. O autor que esperava encontrar discursos mais enfáticos a favor da imigração salienta que, embora a postura do jornal tenha sido realmente favorável à imigração, o jornal não deixou de dar visibilidade aos problemas vividos pelos imigrantes e à falta de investimento do governo. Pelo material apresentado pelo autor, percebeu-se que os discursos que colocavam o imigrante como símbolo de progresso em oposição ao trabalhador nacional também não foi tão relevante. O autor, inclusive, aponta que, à medida que a mão de obra faltava, os discursos a favor dos trabalhadores nacionais também aumentavam (BARROS, Thiago Zanetti de. **Imigração estrangeira no jornal *A Província do Espírito Santo* (1882/1889)**. 2007. 99 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007).

<sup>289</sup> GERTZ, 1991, p. 76.

de 30, fizessem sentido entre os próprios “alemães” ou para a sociedade capixaba daquele período.<sup>290</sup>

Sendo assim, os discursos encontrados sobre os imigrantes alemães nos jornais desse período ao contrário de colocá-los como representantes do progresso e da civilização, aliaram a imagem dos imigrantes a uma situação de atraso. Parece que apenas a ideia do imigrante associado ao trabalho permaneceu.<sup>291</sup>

Para finalizar, registramos as palavras emblemáticas de Jean Roche, na década de 60, sobre as populações teuto-capixabas:

A impressão que tivemos, ao passar das colônias alemãs do sul do Brasil para as do Espírito Santo, foi de recuar no tempo, de reencontrar a evolução da família teuto-capixaba numa fase que ela conheceu no fim do século XIX no Rio Grande do Sul, quando os meios de comunicação eram limitados ou precários, a vida essencialmente agrícola, as tradições mais vivas, a religiosidade intensa, os ministros de culto mais influentes, os grupos mais fechados [...].<sup>292</sup>

### 3.3 O ano da guerra: 1942

No primeiro dia patriotismo; no segundo, saque; no terceiro dia, cachaçada.<sup>293</sup>

O chefe de Polícia, em seu relatório sobre o ano de 1939, informava que a tranquilidade reinava no Estado do Espírito Santo, mas a situação de vigilância perdurava a fim de evitar surpresas futuras:

<sup>290</sup> É necessário registrar que os “alemães” não devem ser entendidos como um bloco homogêneo. Prova disso são as diferenças percebidas no próprio grupo entre os antigos imigrantes e os “novos alemães”, ou seja, aqueles vindos de imigrações mais recentes, fato verificado por Giemsa e Nauck na década de 30 (GIEMSA; NAUCK, 1939-1950).

<sup>291</sup> A imagem dos pomeranos permaneceu, por muito tempo, ligada à ideia de atraso. Bahia cita uma reportagem da revista *Veja*, do ano de 1994, intitulada “Gente de outro mundo: descendentes de pomeranos vivem no Espírito Santo como se estivessem na Europa do século passado” (GRINBAUM, Ricardo. Revista *Veja*, 8-6-1994, apud BAHIA, 2001).

<sup>292</sup> ROCHE, 1968, p. 234.

<sup>293</sup> CUNHA, Ciro Vieira da. In: PACHECO, 1998, p. 134. Porém, conforme depoimento ao documentário *Incêndio nas mentes*, seria mais correto inverter a ordem, pois a cachaça foi usada para deflagrar o “patriotismo” e o saque.

Enquanto em outras partes, mórmente na Capital da Republica, ocorrem fatos de subversão e tentativa á honra e integridade da Pátria, nós, felizmente, nada temos a contar. Temos visto que a Policia da Capital Federal não se tem descurado um só instante. Agindo sempre com sabedoria e inteligência, tem feito descobertas sensacionais de elementos subversivos que se agrupam para desmoronar e esfacelar a grande obra construída pela sabedoria do grande patriota Dr. Getúlio Vargas. Estes grupos formandos em sua maioria de elementos comunistas, tem trazido desassossego em quazi todo o Paíz, mas, porem, não têm encontrado acolhida em nosso meio. Muito embora não tenhamos conhecimento da permanência de elementos subversistas, comunistas ou que professem ideologias contrarias ao regime do Paiz, mantemos sevéra vigilância para não sermos surpreendidos amanhã [...].<sup>294</sup>

Alguns anos antes, porém, a polícia capixaba tinha enfrentado algumas turbulências, principalmente com a repressão aos integralistas que curiosamente não aparecem no relatório, incluídos, talvez, naqueles que professavam “[...] ideologias contrarias ao regime do Paiz [...]”.<sup>295</sup> Entretanto, como se sabe, no mesmo ano de 1939, sobre o qual versa o relatório do chefe da Polícia, era deflagrada, em território europeu, a Segunda Guerra Mundial, deixando cair seus respingos na sociedade capixaba alguns anos mais tarde.

O ano de 1942 foi caracterizado por mudanças significativas no cotidiano da população capixaba decorrentes da situação de guerra. O estopim foi o torpedeamento dos navios brasileiros, atribuído às potências do Eixo. O interventor federal, capitão João Punaro Bley, em 20 de agosto daquele ano, agradeceu a serenidade e firmeza da atuação da Polícia Civil, Força Policial e Polícia Especial, cooperando na “[...] manutenção da ordem naquelas horas delicadas de exaltação popular”.<sup>296</sup>

Entretanto, parece que as autoridades não foram muito eficazes, pois o que ocorreu naqueles três dias, em Vitória, estava distante do que se convencionou chamar “ordem” e, assim como em outras cidades brasileiras, Porto Alegre, Blumenau, Florianópolis, as pessoas saíram às ruas, houve discursos, protestos, depredações e saques. O palco central em Vitória foi a Praça Oito. Pacheco assinalou que o comício ganhou maiores adesões pela notícia da morte do professor

<sup>294</sup> Relatório do chefe da Policia sobre o ano de 1939. Fundo Interior e Justiça. APEES.

<sup>295</sup> Relatório do chefe da Policia sobre o ano de 1939. Fundo Interior e Justiça. APEES.

<sup>296</sup> Ofício nº 4.064, de 20-8-1942, do interventor para o secretário de Interior e Justiça. Fundo Interior e Justiça. Ofícios recebidos pelo interventor federal. Fundo Interior e Justiça. Pasta 41. APEES.



de Educação Física, Adão Benezath. Ele estava no navio *Baependi* rumo a Pernambuco e morreu no naufrágio.<sup>297</sup>

O cinema também deixou registros desse acontecimento em outra praça do centro de Vitória. O documentário sobre a praça Costa Pereira relembrou os olhares de acusação lançados aos estrangeiros e descendentes, os xingamentos de quinta-colunas e as cadeiras, mesas e máquinas de escrever da Escola Olímpia jogadas pelas janelas.<sup>298</sup>

Em outro documentário, uma depoente afirmou suspeitar do envolvimento de funcionários dos correios e telégrafos, pois os “patriotas” sabiam os endereços dos alemães que viviam em Vitória. Segundo ela, uma família que havia mudado de endereço há pouco tempo conseguiu ficar a salvo, pois foi procurada no endereço antigo.<sup>299</sup>

Tal suspeita parece ter procedência, pois, alguns meses antes, o secretário do Interior e Justiça respondia ao diretor regional dos Correios e Telégrafos que, após sindicâncias da DOPS, podia afirmar que o casal Nicoletti era simpatizante dos países do Eixo.<sup>300</sup> Pode-se perceber, então, que havia troca de informações entre a DOPS e a Direção dos Correios e Telégrafos.

Esses dias de “exaltação popular” também ficaram marcados na lembrança de um garoto chamado Hélmüt, cujo pai era o empresário alemão Henrique Meyerfreund, dono da Fábrica de chocolates Meyerfreund, hoje Chocolates Garoto. Nessa época, a família de Hélmüt estava morando na casa do avô materno, em Alto Caratoíra, Vitória. Enquanto seus olhos permaneciam perdidos em algum lugar, ele relatava o episódio da qual afirmava se lembrar como se “estivesse vendo um filme”:

Eu me lembro direitinho que, numa noite, nós ainda não havíamos ido para cama. Era umas 19 horas, então chegou um monte de gente, gritando: ‘*alemão filho da puta*’. Eles quebraram tudo, roubaram, quebraram, depredaram. Nós saímos e fomos para fora. Era um casarão e meu avô tinha uma torrefação de café, meu avô materno, pai da minha mãe, ali do lado da casa, uns 50 metros. Tocaram fogo no café. Era uma coisa relativamente grande, era uma

---

<sup>297</sup> PACHECO, 1998.

<sup>298</sup> COSTA Pereira: a história da cidade de Vitória contada por uma praça. Direção: Rômulo Musiello. Produção: Rômulo Musiello. Vitória: Vitória Produções, 1996. Fita de vídeo (34min).

<sup>299</sup> INCÊNDIO nas mentes, 1990.

<sup>300</sup> Ofício nº 114, de 18-5-1942, expedido pela Secretaria do Interior e Justiça para o diretor regional dos Correios e Telégrafos. Fundo Interior e Justiça. Pasta 50. Ano 1942. APEES.

das maiores torrefadoras de café, Teutônia, isso eu me lembro como se estivesse vendo um filme, aquelas labaredas... Isso me marcou muito. Eu me lembro também de uma cena do meu avô: todo mundo saiu, ele estava num colchão, no pasto, na área livre. Ele já havia tido um ataque cardíaco e lá ele recebeu o segundo. Dois dias depois ele morreu. Mas eu me lembro do povo, depredadores enfurecidos gritando: “*Vamos tocar fogo no colchão desse alemão*”. Eles ameaçaram tocar fogo para o meu avô morrer queimado, mas eles não fizeram isso. Ele já não estava bem de saúde, ele já tinha tido um ataque, e nós assistindo [...].<sup>301</sup>

Várias empresas e propriedades de alemães foram depredadas pela população. A polícia capixaba, nessa ocasião, também realizou diligências nas casas dos estrangeiros encontrando onze contos e quinhentos mil réis no armário da esposa do Dr. Carl Schroeder<sup>302</sup> e, nos escombros da Casa Bayer, um conto setecentos e vinte e cinco mil réis.<sup>303</sup> Já a fábrica de chocolates foi mantida a salvo pela própria polícia:

Meu pai ficou preso três meses. Meu pai foi um dos que mais cedo foram liberados, por causa da fábrica. Colocaram um interventor na frente da *Garoto*, mas o interventor não entendia patavina [...] e então meu pai voltou depois de três meses. Então, o prefeito de Vila Velha telefonou para o 38 BI. O Batalhão foi lá, montou metralhadoras em frente à *Garoto*. A *Garoto* não sofreu um arranhão, não deixaram, meu pai era superquerido, meu pai já tinha, naquela época, mais de 400 empregados. A *Garoto* já era alguma coisa e depois cresceu muito, depois da guerra, com o meu pai, depois comigo. A *Garoto* foi a única propriedade que não foi destruída. A casa também não, porque sabiam que era do meu pai.<sup>304</sup>

Além da fábrica, a Joalheria e Relojoaria Petrocchi também conseguiu fugir da depredação. O proprietário, Mário Petrocchi, entregou as chaves do seu estabelecimento ao próprio capitão Punaro Bley que se responsabilizou pela guarda da loja.<sup>305</sup>

<sup>301</sup> MEYERFREUND, Hélmur, 70 anos. **As consequências da Segunda Guerra Mundial no Espírito Santo**. 2006. Entrevista concedida à autora, Vitória, 14 abr. 2006.

<sup>302</sup> Ofício nº 170, de 20-8-1942, recebido pela Secretaria do Interior e Justiça da DOPS. A Secretaria manda depositar a quantia no Banco do Brasil em nome da referida senhora. Fundo Interior e Justiça. Pasta 50. Ano 1942. APEES.

<sup>303</sup> Ofício nº 177, de 24-8-1942, expedido pela Secretaria do Interior e Justiça. Manda depositar a quantia no Banco do Brasil em nome do gerente da casa comercial. Fundo Interior e Justiça. Pasta 50. Ano 1942. APEES.

<sup>304</sup> MEYERFREUND, Hélmur, 70 anos. **As consequências da Segunda Guerra Mundial no Espírito Santo**. 2006. Entrevista concedida à autora, Vitória, 14 abr. 2006.

<sup>305</sup> PACHECO, 1998.

No mês seguinte, o secretário do Interior e Justiça informava à DOPS que não solicitasse a abertura de casas depredadas, pertencentes aos súditos da Itália e da Alemanha ou de outra nacionalidade, nem que permitisse a saída do Hospital Getúlio Vargas ou do Instituto Agrícola de Maruípe de qualquer dos indivíduos ali recolhidos.<sup>306</sup> Também no mês de setembro, o secretário do Interior e Justiça respondia à Firma Hard, Rand & CO que ela poderia proceder do modo que lhe fosse mais conveniente, desde que respeitasse a situação de guerra com a Alemanha e Itália e atendesse às recomendações do Governo brasileiro.<sup>307</sup>

Já a Jucutuquara Industrial, maior centro industrial fabril da Capital, pretendia colaborar “[...] no combate a ação devastadora da espionagem, na manutenção da ordem e no incitamento à disciplina que deve existir no seio das classes trabalhistas”<sup>308</sup> e, portanto, solicitava à Secretaria do Interior e Justiça “[...] reclames de propaganda educativa e preventiva contra os inimigos da nossa Patria”. Mas o governo não possuía o material solicitado.<sup>309</sup>

Cytrynowicz afirma que a historiografia construiu um elo entre o torpedeamento dos cinco navios brasileiros em agosto de 1942, a comoção popular exigindo uma resposta do Brasil e a declaração de guerra em 22 de agosto de 1942. O autor lembra ainda que as manifestações daqueles dias podem ser interpretadas como a demonstração de um sentimento anti o Estado Novo e de ideais mais democráticos ou, ao contrário, como o momento escolhido pelo governo para cooptar a população em torno do regime e neutralizar a oposição que começava a surgir.<sup>310</sup> A segunda hipótese parece ter mais pontos de contato com a realidade, ao menos para o Espírito Santo.

No vídeo *Incêndio nas mentes*, um depoente que, na época, era aluno do Dr. Ciro Vieira da Cunha, diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), contou que estava na sala do diretor e, enquanto o aguardava,

<sup>306</sup> Ofício nº 198, de 12-9-1942, expedido pela Secretaria do Interior e Justiça para DOPS. Pasta 50. Ano 1942. Fundo Interior e Justiça. APEES. Nos documentos consta Hospital Getúlio Vargas, já em outras bibliografias, encontra-se Sanatório Getúlio Vargas que também ficava em Maruípe.

<sup>307</sup> Ofício nº 203, de 17-9-1942, expedido pela Secretaria do Interior e Justiça para a firma Hard, Rand & CO. Fundo Interior e Justiça. Pasta 50. Ano 1942. APEES.

<sup>308</sup> Ofício nº 244, de 19-11-1942, recebido da Jucutuquara Industrial pela Secretaria do Interior e Justiça. Fundo Interior e Justiça. Pasta 50. Ano 1942. APEES.

<sup>309</sup> Ofício nº 244, de 19-11-1942, recebido da Jucutuquara Industrial pela Secretaria do Interior e Justiça. Fundo Interior e Justiça. Pasta 50. Ano 1942. APEES.

<sup>310</sup> CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra**: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: EDUSP, 2000.

leu, por acaso, um telegrama que estava sobre a mesa.<sup>311</sup> O telegrama era da Presidência da República e ordenava promover manifestações populares contra o Eixo, pois, em breve, o governo declararia guerra. O depoente disse que estranhou tal notícia, já que, para ele, o governo não parecia estar contra a Alemanha.

Entretanto, por volta do meio-dia, ele viu palanques sendo montados no centro da cidade e engradados de cachaça descarregados. Então, percebeu o que aconteceria. Segundo ele, o governo preparou oradores para insuflar os estivadores e outros trabalhadores contra o Eixo. A cachaça era o combustível. Portanto, as “manifestações populares” em Vitória, que culminaram no quebra-quebra, foram programadas e promovidas por ordem do Governo Vargas.

Por outro lado, não há dúvidas de que vários alemães, italianos e descendentes, além de muitos partidários do integralismo, gostariam que o Brasil tivesse ficado ao lado do Eixo. Alguns chegaram a comemorar o torpedeamento dos navios. Em depoimento, Cola afirma:

Eu queria ir para a guerra porque meu pai, que era um integralista como quase todos os italianos daquela época, delirava com as conquistas do fascismo e do nazismo. Por muito tempo eu fiquei contra meu pai e contra muitos que viviam aqui e torciam pela vitória do fascismo [...]. Para eles a pátria dos pais era a deles. No meu caso, eu já tinha um sentimento patriótico pelo Brasil [...]. Eu sempre dizia para o meu pai: Olha pai, o senhor fica alegre quando o navio afunda e eu fico muito triste.<sup>312</sup>

Assim, naquele momento, era importante expressar um sentimento patriótico, principalmente, quando se era suspeito. Foi para declarar o patriotismo dos colonos<sup>313</sup> que Octaviano Santos, um ex-integralista e prefeito de Domingos

---

<sup>311</sup> INCÊNDIO nas mentes, 1990.

<sup>312</sup> DEMONER, Sonia Maria. **Ângelo Cola e Catterina Monticello**: sua história: sua descendência. Cachoeiro de Itapemirim: [s.n.], 1994.

<sup>313</sup> Conforme Seyferth (1990), o termo “colônia” designa tanto uma região colonizada ou área colonial demarcada pelo governo em terras devolutas, como também é sinônimo de rural. Seus habitantes são identificados como “colonos”, uma categoria que designa o camponês. Ainda conforme a autora, o termo “colônia” também é usado para designar a propriedade agrícola do colono. Contudo, entre os italianos e seus descendentes no Espírito Santo, é perceptível a utilização do termo “colono” para indicar a condição de não proprietário, isto é, “ser colono” seria trabalhar na terra de outro. Esse entendimento do termo “colono” aparece no Processo Criminal nº 2.684 (C8.0.APL.1103), de 2-12-1942, originado em Muqui. Processos Criminais do Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Arquivo Nacional (AN). Rio de Janeiro. Também nas entrevistas com descendentes de imigrantes italianos em Venda Nova do Imigrante o mesmo sentido para o termo pode ser encontrado. Ver: LAZZARO; COUTINHO; FRANCESCHETTO, 1992.

Martins, município com grande número de descendentes de alemães e pomeranos, adiantou-se em elogiar a ação das autoridades,

[...] ação enérgica, sensata e patriótica do Tenente [...] que trouxe ao Município a calma e segurança tão necessárias neste momento crucial da Pátria Brasileira. Tenho recebido dezenas delegações homens campo que em movimento, norteando apenas pelo amor ao Brasil manifestam sua incondicional solidariedade ao benemérito governo Bley [...].<sup>314</sup>

Mas ações isoladas também aconteceram. Para não ser confundido com o “inimigo”, descendentes de alemães e italianos buscaram as páginas dos jornais para tornar pública sua condição de cidadão brasileiro, enquanto os estrangeiros alegavam tempo de moradia no País, filhos brasileiros ou, ainda, certa proximidade com o presidente da República, mesmo sob a forma de telegramas:

Helio Plazzi, natural da Itália, declara, para todos os efeitos, que residindo no Brasil desde a idade de 8 anos portanto há 47 anos, aqui tendo se casado com brasileira e tendo seis filhos brasileiros e vários netos brasileiros, é brasileiro para todos efeitos e mesmo de acordo com as leis do país. Declara mais, que é mecanico, funcionario da E. F. Vitória a Minas ha 32 anos, que em sua casa mantem filhos de brasileiros que cria como seus próprios filhos, que somente em João Neiva reside ha trinta anos, onde sua conduta poderá ser atestada como a conduta dos melhores brasileiros. Afinal declara que sempre condenou a política de conquistas e de perseguições e desse modo não poderia ir contra o regimen daqueles que amam a liberdade. Esta solidario com o Presidente Getulio Vargas, a quem já teve a honra e a satisfação de telegrafar e de quem possue dois telegramas. No estado recebe ordens do Sr. Interventor Federal. Faz essa declaração para que não seja tomado como inimigo deste país que tão bem recebe o estrangeiro.<sup>315</sup>

É bastante nítido o impacto daqueles dias na memória dos moradores de Vitória. Podemos imaginar que é realmente marcante, pois não é fato corriqueiro ver trabalhadores e estudantes depredando bens e furtando objetos. Durante a onda de depredação e roubo, Pacheco se lembra de um aluno com algumas máquinas fotográficas na mão que, ao se aproximar dele, perguntou: “Aqui, professor, o senhor quer?”. Ao que ele respondeu: “Não, muito obrigado”. E o aluno desapareceu na multidão.<sup>316</sup>

<sup>314</sup> Telegrama recebido pela Secretaria do Interior e Justiça da Prefeitura Municipal de Domingos Martins. Fundo Interior e Justiça. Pasta 46. Ano 1942. APPES.

<sup>315</sup> Jornal *A Gazeta*, 17-9-1942.

<sup>316</sup> PACHECO, 1998, p.134.

### 3.4 Campos de concentração

Durante aquele período de turbulência, vários cidadãos, estrangeiros ou brasileiros, foram recolhidos ao Hospital Getúlio Vargas e ao Instituto Agrícola de Maruípe, transformados em “presídios para os súditos do Eixo”.<sup>317</sup>

Cytrynowicz, enfocando os campos de internação dos alemães no interior de São Paulo e o episódio da tripulação do navio Winduck, afirma que qualificar esses locais como “campos de concentração” é equivocado, já que não há registros de maus-tratos.<sup>318</sup>

Já Faveri utiliza o termo “campos de concentração” para definir os locais em que os estrangeiros considerados perigosos ficaram presos no Estado de Santa Catarina.<sup>319</sup> Alguns desses espaços eram na Capital, outros no interior, onde muitas vezes os presos realizavam trabalhos forçados. A autora assinala também que a alegação de boas condições das prisões contrasta, explicitamente, com a amargura presente na memória, o que a faz desconfiar das informações oficiais. Porém, pode-se imaginar que o fato de serem retirados de suas casas, fichados e presos já se constituía em violência suficiente para deixar grandes ressentimentos.

Perazzo, por sua vez, clarifica a questão afirmando que “campos de concentração” ou “campos de internamento” eram termos usados na época para referir-se aos locais, normalmente presídios, utilizados para o recolhimento dos “Súditos do Eixo” ou simpatizantes.<sup>320</sup> Assim, percebe-se que a categoria não traz consigo a ideia da presença ou ausência de violência física e psicológica. Por certo, a atitude da polícia não foi homogênea, já que tais instituições existiram em diversos lugares e apenas pesquisas locais poderiam perceber o uso da violência. Porém, como dito, ser fichado e preso já era uma violência física e simbólica que deixou uma marca indelével na vida dessas pessoas.

A autora localizou a existência de alguns desses “campos de concentração” ou “campos de internamento” nos seguintes Estados (Rio Grande do

---

<sup>317</sup> Ofício nº 198, de 12-9-1942, expedido pela Secretaria do Interior e Justiça para DOPS. Fundo Interior e Justiça. Pasta 50. Ano 1942. APEES.

<sup>318</sup> Conforme Cytrynowicz (2000), os tripulantes do navio alemão Winduck ficaram no interior paulista até o fim da guerra. O autor afirma que os ex-tripulantes guardam boas recordações do período no Brasil, enfatizando a relação tecida entre eles e a população local, que englobou jogos de futebol e casamentos.

<sup>319</sup> FAVERI, 2004.

<sup>320</sup> PERAZZO, Priscila Ferreira. **O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco e Pará), assinalando a possível existência de outros. Assim, pode-se acrescentar o Estado do Espírito Santo à lista apresentada pela autora.

Como prisioneiros em Maruípe, encontramos vários pastores luteranos, lavradores, médicos, empresários, que tiveram de deixar a sua vida cotidiana depois que se tornaram um “perigo em potencial”. O Serviço de Identificação da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) no Estado produziu 171 prontuários. Com exceção de um, referente ao ano de 1944, todos os outros foram produzidos no ano de 1942. Na tabela, a seguir, é possível perceber que os suspeitos não se restringiam aos estrangeiros. Brasileiros, descendentes de alemães ou italianos e/ou, ainda, ex-integralistas poderiam ser considerados simpatizantes do “Eixo” ou, simplesmente, receberem a alcunha de “derrotistas”.

**Tabela 4 - Nacionalidade**

<b>Nacionalidade</b>	<b>Quantidade</b>
Brasileira	41
Brasileira (naturalizado)	2
Alemã	76
Italiana	39
Polonesa	2
Portuguesa	1
Norte-americana	3
Norte-americana (naturalizado)	1
Norueguesa	1
Argentina	1
Húngara	1
Espanhola	1
Não consta no arquivo	2
<b>Total</b>	<b>171</b>

Fonte: Prontuário DOPS. APEES.

Alguns nomes citados nos prontuários são encontrados entre aqueles que ficaram presos em Maruípe.<sup>321</sup> É possível identificar também dois indivíduos que foram processados pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN).

<sup>321</sup> Infelizmente, ainda não há livre acesso aos prontuários que se encontram no APEES. Portanto, não foi possível determinar o motivo alegado para as prisões. Foi cedida pelo APEES uma tabela

Conforme Perazzo, a polícia trabalhava sob a “lógica da suspeição ou lógica da desconfiança”, isto é, não era necessária uma acusação formal, apenas a suspeita poderia desencadear a vigilância, a perseguição e a prisão.<sup>322</sup> Faveri, em relação à Santa Catarina, também salienta tal procedimento: “Era *legal* deter e depois averiguar a culpabilidade ou não, cuja pena variava entre ficar horas, dias, meses na cadeia local, ou apresentar-se diariamente ao delegado”.<sup>323</sup>

Moser, em entrevistas com italianos e descendentes, em Santa Catarina, retrata a utilização da “prisão de 24 horas” como forma de intimidação. Um dos seus entrevistados afirma: “Colocavam na cadeia vinte e quatro horas, soltavam e mandavam embora estes não apareciam mais em público, falando italiano. Era mais para intimidar que eles faziam isto”.<sup>324</sup>

Ainda no mês agosto, o secretário informava que o tenente Anphrisio Carvalho de Araújo exerceria a função de administrador do Hospital Getúlio Vargas, devendo cuidar não só da parte econômica, mas também prover alimentação e fiscalizar as pessoas ali recolhidas e toda a correspondência. Além disso, salientava que era expressamente proibida a entrada de qualquer pessoa estranha e sem autorização por escrito da DOPS, da mesma forma que nenhuma pessoa poderia ser internada ou sair do hospital sem a ordem do respectivo delegado.<sup>325</sup> A memória, porém, registrou uma situação bastante diferente:

Numa certa penitenciária depois de alguns meses os alemães detentos notaram que alguns companheiros não apareciam mais na hora das refeições, os familiares dos presos preocupados com o destino dos desaparecidos foram tirar satisfação junto ao carcereiro chefe, este sem pestanejar simplesmente respondeu: Por mil cruzeiros posso lhes apressar a saída.<sup>326</sup>

As cartas vigiadas não eram apenas endereçadas às famílias, mas também às próprias autoridades, revelando algumas solicitações. O Dr. Carl B. Schroeder, em 19 de outubro de 1942, entregou uma carta ao delegado em que fazia um diagnóstico médico, atestando a suposta fragilidade de alguns presos.

---

com a relação dos 171 prontuários produzidos pelo Serviço de Identificação da DOPS entre 1942 e 1944, contendo o nº da caixa, nº do prontuário, nome, nacionalidade, ano e local de identificação.

<sup>322</sup> Segundo Perazzo (1999), os termos “lógica da suspeição” ou “lógica da desconfiança” foram utilizados pelos pesquisadores do APERJ no livro DOPS, a lógica da desconfiança.

<sup>323</sup> FAVERI, 2004, p. 96.

<sup>324</sup> MOSER, 2007.

<sup>325</sup> Ofício nº 173, de 22-8-1942, expedido pela Secretaria do Interior e Justiça para o tenente Anphrisio Carvalho de Araújo. Pasta 50. Ano 1942. Fundo Interior e Justiça. APEES.

<sup>326</sup> PORT, 2004, p. 53.



O Sr. K. esteve em meu tratamento no mês de abril do ano corrente. Diagnóstico – neurose do coração e herpes zoster também examinado pelo Dr. Artur Gerhardt. O Sr. G. está sofrendo, atualmente de uma ligeira arritmia. Ele é portador de uma nephrolithiase. Diagnóstico meu confirmado pela radiografia do Sr. Rousseau. O Sr. H. está sofrendo de nephrolithiase, tratado pelo Dr. Settele. O Sr. S. é portador de impaludismo crônico.<sup>327</sup>

Dr. Carl B. Schroeder também era um dos prisioneiros. No mês de outubro, João Pinto Pestana, encarregado dos seus negócios, pedia autorização da polícia para ceder a garagem da casa do citado médico para a família de “Manoel de Tal, pescador, pobre, brasileiro”, a fim de vigiar a respectiva casa enquanto os soldados designados para o serviço estivessem ausentes.<sup>328</sup> Sabe-se que Carl B. Schroeder tinha ligações com as populações alemãs que viviam no Estado e cultivava a “germanidade” assim como muitos outros alemães e descendentes. O referido médico, no ano de 1935, foi orador na Festa da escola de Pontal, em homenagem à Colônia Alemã. Na ocasião, cantou-se o Hino Nacional e o alemão e foram apresentadas músicas e peças teatrais realizadas ora em português, ora em alemão.<sup>329</sup>

Durante o “quebra-quebra”, sua residência e consultório foram depredados. Pacheco lembra que corriam boatos afirmando que, dentro do aparelho de raios x do seu consultório, havia um rádio transmissor e que submarinos se aproximavam da sua residência durante à noite.<sup>330</sup> Boatos como esses alimentaram o imaginário da população e acenderam sentimentos de desconfiança. Mas, ao que tudo indica, o Partido Nacional Socialista Alemão (NSDAP), ou simplesmente, partido nazista, não teve grande expressão e, como já dito, angariou apenas 41 membros dentre os 623 alemães natos que viviam no Espírito Santo.<sup>331</sup> Na memória ficou a lembrança de que em Vitória existiu um “[...] partidinho, uns poucos, e logo deixou de existir”.<sup>332</sup>

<sup>327</sup> Ofício recebido pela Secretaria do Interior e Justiça da DOPS, em 20-10-1942. A carta anexada ao ofício indica que vários pastores luteranos necessitavam de cuidados médicos.

<sup>328</sup> Ofício nº 45, de 3-11-1942, recebido da Delegacia do Primeiro Distrito da Capital pela Secretaria do Interior e Justiça. Carta em anexo. Fundo Interior e Justiça. APEES.

<sup>329</sup> Revista *Vida Capichaba*, nº 389, de 30-6-1935.

<sup>330</sup> PACHECO, 1998.

<sup>331</sup> DIETRICH, 2007.

<sup>332</sup> MEYERFREUND, Hélmüt, 70 anos. **As consequências da Segunda Guerra Mundial no Espírito Santo**. 2006. Entrevista concedida à autora, Vitória, 14 abr. 2006.

No mês de setembro de 1942, o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) divulgou nota afirmando que, enquanto aguardava instruções federais, a Secretaria do Interior e Justiça decidiu deixar em suas próprias residências, impedidos de receber visitas e sob vigilância policial, os alemães e italianos que estavam presos em Maruípe. As autoridades argumentavam que:

[...] esses homens terão que ser aproveitados no trabalho dos campos em benefícios da coletividade brasileira, ao invés de, como vinha sucedendo, só servirem para dispendio de dinheiro que representa, o resultado do nosso labor. Nada há, portanto, que justifique qualquer ações contrária à medida que vem de ser tomada pelos responsáveis pela ordem pública, sendo de esperar que nela vejam todos os bons brasileiros caminho seguro para defesa de nossa economia sem perigo de qualquer atividade antinacional por parte de elementos que, embora em seus lares, se acham sob controle vigilante das nossas autoridades.<sup>333</sup>

Não se sabe se houve alguma determinação em contrário ou se a medida não atingiu a todos, mas há referências de pastores luteranos presos no mês de outubro. Uma depoente afirmou que as mulheres alemãs também foram presas e libertadas depois de seis meses. As famílias estrangeiras presas que possuíam imóveis fizeram do aluguel de suas casas uma fonte de renda. Aquelas que não os possuíam enfrentaram dificuldades econômicas.<sup>334</sup>

No dia 14 do mesmo mês, outra nota oficial convocava os súditos alemães, italianos e japoneses, residentes em todo o Estado, a comparecerem à Delegacia de Ordem Política e Social em 48 horas.<sup>335</sup> Por certo, essa situação não seria resolvida em apenas um mês.

Em outra prisão, a guerra também trouxe consequências para um brasileiro chamado Sebastião Serra de Oliveira, vulgo *Camarão*. Conforme o diretor da Penitenciária de Pedra d' Água, após elogiar os atos “[...] deshumanos e condenáveis dos japoneses, como sendo atos de bravura, ridicularizou os fatos históricos e os grandes vultos do Brasil, pondo em dúvida a coragem, o patriotismo e a honra dos brasileiros”.<sup>336</sup> A atitude de *Camarão* transformava todos os outros detentos de Pedra d'Água em bons brasileiros.

<sup>333</sup> Jornal *A Gazeta*, 9-9-1942.

<sup>334</sup> INCÊNDIO nas mentes, 1990.

<sup>335</sup> Jornal *A Gazeta*, 14-10-1942.

<sup>336</sup> Ofício nº 339, de 20-8-1942, recebido pela Secretaria do Interior e Justiça da Penitenciária de Pedra d' Água. Fundo Interior e Justiça. APEES.

Tornou-se então um elemento desprezível, não podendo, sequer, ser considerado brasileiro. A insólita atitude assumida pelo 758 despertou, felizmente, a mais viva repulsa de todos quantos cumprem pena neste Presídio e o afastamento desse mau elemento do meio dos bons se impõe, como medida saneadora e moralizadora. Assim sendo, determino que o sentenciado 758 fique recolhido à sua cela, até o término de sua pena, visto ser um indivíduo indigno de conviver entre bons brasileiros.<sup>337</sup>

### 3.5 As línguas proibidas e outras restrições

Embora amplamente lembrada durante o período Vargas, a problemática que envolvia a utilização de línguas estrangeiras não nasceu nessa época. Presente há muito tempo no rol das preocupações dos intelectuais brasileiros, a língua nacional foi adquirindo, paulatinamente, uma maior importância, tornando-se, durante os fins dos anos 30 e início da década seguinte, uma questão estratégica para o Estado.<sup>338</sup>

O uso das línguas estrangeiras fazia parte de uma preocupação maior que estava relacionada com a suposta não integração das populações alemãs e italianas e seus descendentes à Nação brasileira.<sup>339</sup> Não havia passado despercebida às autoridades a importância atribuída à língua pelos imigrantes e descendentes. Sobre a população “teuto-brasileira” luterana, Seyferth afirma que “O primeiro e mais importante fator de ligação entre os valores étnicos e religiosos na comunidade evangélica é [...] a língua alemã”.<sup>340</sup>

A proibição do uso das línguas dos países do Eixo e a experiência da prisão foram as violências físicas e simbólicas que mais impactaram a vida das comunidades com grande número de descendentes de imigrantes.

Roberto A. Kautsky escreveu uma biografia de seu pai, Roberto C. Kautsky, em que qualifica a prisão de seu pai como o “maior vexame” da vida dele.<sup>341</sup> Enquanto seu pai foi levado preso para Vitória, seu avô, Antônio R. Kautsky também era preso em Campinho, Domingos Martins, por falar alemão:

<sup>337</sup> Ofício nº 339, de 20-8-1942, recebido pela Secretaria do Interior e Justiça da Penitenciária de Pedra d’Água. Fundo Interior e Justiça. APEES.

<sup>338</sup> CAMPOS, 2006.

<sup>339</sup> Sobre isso ver: GERTZ, 1991; FALCÃO, 2000; CAMPOS, 2006; PAYER, 2006.

<sup>340</sup> SEYFERTH, 1981, p. 144.

<sup>341</sup> Roberto Anselmo Kautsky é filho de um austríaco e nasceu, no ano de 1924, em Domingos Martins, onde ainda vive. É proprietário de uma conhecida fábrica de refrigerantes que hoje é

Em 17-8-1942 às 17:00, Roberto Carlos Kautsky sofreu o maior vexame de sua vida. Apesar de ser austríaco e a Áustria ter sido o 1º país a ser invadido pela Alemanha, foi preso juntamente com outros alemães de Vitória, tais como: Henrique Meyerfreund, Frankenfeld, Dr. Schroder, Dietze, Walter e outros, cujos nomes não me lembro mais, por ocasião do 'quebra-quebra' em Vitória – embora sempre respeitando as leis brasileiras – pelo então chefe de polícia Jurandir Ribeiro [...]. Foi solto depois de vários dias dado a interferência de amigos como: José Hygino de Oliveira (Tanéco), Armando Walsh [...] de onde saiu irreconhecível, acabrunhado e envelhecido, sofrendo depois ainda perseguições e humilhações. Enquanto isso, seu pai Antônio Ricardo Kautsky era preso em Campinho, em face da polícia tê-lo encontrado falando alemão com o pastor Carl Bielefeld, que também foi detido. Segundo me disse o Sr. Octaviano Santos (pai do ex-governador do Espírito Santo Dr. Arthur Carlos Gerhardt Santos) papai havia sido denunciado pelo próprio irmão de criação dele, de nome Cleto Neves.<sup>342</sup>

Entretanto, a proibição de falar as línguas das “nações inimigas” não era, propriamente, a lei. Segundo Campos, a lei proibia que essas línguas fossem usadas em lugares públicos e por veículos de comunicação.<sup>343</sup> Porém, as autoridades locais acabaram perseguindo aqueles que, simplesmente, faziam uso da língua no dia a dia.

Fáveri assinala que, mesmo não encontrando lei federal que desse suporte às proibições do uso da língua, a Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, em edital, incluía, dentre outras proibições, aquela que impedia o uso dos idiomas das nações do Eixo, inclusive hinos, cantos e saudações.<sup>344</sup> Situação também encontrada no Rio Grande do Sul.<sup>345</sup>

O Decreto-Lei nº 9.255, de 13 de abril de 1938, expedido pelo interventor João Punaro Bley, também pontuava o uso exclusivo da língua vernácula em todas as escolas, além de livros, estatutos, regulamentos, placas, cartazes,

---

administrada pelos filhos. Professor e autodidata, tornou-se um naturalista reconhecido, nacional e internacionalmente, pelo seu trabalho com orquídeas. Já descobriu 86 espécies de plantas nas matas do Espírito Santo. Um instituto, que leva o nome de seu pai, Roberto Carlos Kautsky, foi fundado em 23 de agosto de 2003 e objetiva desenvolver ações de recuperação e preservação do meio ambiente. Sobre o instituto, ver [www.institutokautsky.org.br](http://www.institutokautsky.org.br) (KAUTSKY, Roberto Anselmo, 81 anos. 2006. Entrevista concedida à autora, Domingos Martins, 10 mar. 2006. Nessa ocasião o entrevistado cedeu a biografia de seu pai escrita por ele).

<sup>342</sup> KAUTSKY, Roberto Anselmo. **Biografia de Roberto Carlos Kautsky** (14-12-1895/13-6-1953). Texto inédito cedido pelo autor.

<sup>343</sup> CAMPOS, 2006.

<sup>344</sup> FAVERI, 2004.

<sup>345</sup> DALMOLIN, Kátia. Mordaça Verde e amarela: imigrantes e descendentes no Estado Novo em Santa Maria e Região. In: \_\_\_\_\_ **Mordaça verde e amarela**. Santa Maria: Pallotti, 2005. p. 81-112.

avisos, etc. Porém, o documento se limitou à vida escolar, não mencionando regras ou proibições para o uso de línguas estrangeiras no trabalho, lazer ou família.

Nos relatos colhidos por Faveri, o “medo” ganhou relevância, somado às dificuldades encontradas no dia a dia e aos profundos rancores deixados por essa experiência. “Em casa, as pessoas falavam baixo, sussurravam, e mantinham sempre alguém da família, geralmente uma criança, à espreita de algum desconhecido.”<sup>346</sup>

Para Moser, a proibição do uso da língua italiana interferiu na vida social, comercial e cultural das comunidades do Vale do Itajaí (SC) e a técnica do amedrontamento, utilizada pela polícia, resultou na imobilização e mortificação do “Eu”.<sup>347</sup>

Embora o uso da língua alemã já sofresse restrição desde a campanha de nacionalização, tal situação se agravou em 1942. A proibição de falar e escrever em língua alemã atingiu fortemente a Igreja Luterana, principalmente porque muitos pastores luteranos eram alemães e não sabiam a língua portuguesa.

Dessa forma, vários pastores luteranos deixaram de fazer suas anotações nos livros da Igreja e, com a proibição de fazer prédicas em alemão, alguns fiéis ficaram responsáveis pelo culto enquanto aguardavam a chegada de um novo pastor brasileiro.<sup>348</sup> Há muito tempo os pastores luteranos eram vistos como os principais responsáveis pelo cultivo da *germanidade* nas regiões de colonização alemã no Espírito Santo.<sup>349</sup>

Segundo o pastor Heid, “Alguns dos pastores foram provavelmente admoestados, porém seriamente maltratado ninguém foi”.<sup>350</sup> Isso não quer dizer que a violência simplesmente não existiu. Frida Harckbart lembra que “Prenderam o pastor Ernesto Balbach e queriam que ele gritasse para todos ouvirem: ‘Viva o Brasil’, além de ter sido obrigado a cantar o Hino Nacional. O pastor não quis gritar, bateu com a lamparina no rosto de um dos oficiais do governo e foi preso, mas depois liberado”.<sup>351</sup>

---

<sup>346</sup> FAVERI, 2004, p. 115.

<sup>347</sup> MOSER, 2007.

<sup>348</sup> RETZ, Sidney. **Memória, vivência e testemunho**. Santa Maria de Jetibá: Graficol, 2005.

<sup>349</sup> Essa era a opinião dos pesquisadores alemães Wagemann, Giemsa e Nauck, compartilhada também pelo secretário de Educação e Saúde Duarte Rabelo.

<sup>350</sup> Depoimento do pastor Heid. RETZ, 2005, p. 98.

<sup>351</sup> HARCKBART, Ednéa. **Famillientreffen**: encontro de famílias. Vitória: Gráfica Espírito Santo, 2004. p. 25.

Dessa forma, a violência não se resumiu aos três dias do quebra-quebra, nem ficou restrita à cidade de Vitória. Na região de Serra Pelada, município de Afonso Cláudio, onde vivia grande número de descendentes de pomeranos, a violência também foi registrada.<sup>352</sup>

Segundo depoimento de um funcionário da DOPS daquela época, foram apreendidos, naquela localidade, com os pastores luteranos, bandeiras nazistas, além de livros e revistas publicados em língua alemã. Os religiosos foram presos e aqueles que tiveram a sua ligação com o nazismo confirmada foram deportados.<sup>353</sup>

As lembranças de Serra Pelada nos falam de famílias escondidas nas matas, residências metralhadas, bombas jogadas nos telhados das casas, xingamentos, humilhações públicas e do medo de ir à escola por não saber falar em português, sequer, um corriqueiro: bom-dia! A perseguição também não poupou as folhinhas com dizeres religiosos em alemão que adornavam as casas dos colonos, os livros do consulado italiano, as Bíblias, nem mesmo os túmulos.

Em outro município, Vila Pavão, igualmente conhecido pela presença dos descendentes de pomeranos, a violência surgiu logo após o término da Segunda Guerra. No documentário *Bate-Paus*, os entrevistados lembraram-se dos saques de objetos, de animais e alimentos, dos pertences enterrados nas matas e das humilhações sofridas.<sup>354</sup> Algumas situações vexatórias atingiram, sobretudo, as mulheres. Conta-se que, numa ocasião, os bate-paus mandaram as mulheres se lambuzar com melado, em seguida jogaram as penas que forravam os travesseiros e cobertores e as obrigaram a dançar, algumas, nuas.

No TSN, referentes ao Espírito Santo, não foram encontrados processos motivados pelo uso da “língua”, porém isso está distante de significar que as populações deixaram de falar pomerano, alemão ou italiano. As línguas continuaram a ser usadas, às vezes com maior cautela, outras vezes, com muito medo.

Ao lado da repressão, convivia a resistência que tomou inúmeras formas. Para exemplificar, diz-se que certo pastor luterano teria pedido ordem para

---

<sup>352</sup> INCÊNDIO nas mentes, 1990.

<sup>353</sup> INCÊNDIO nas mentes, 1990.

<sup>354</sup> BATE-PAUS, 2005.

usar a língua holandesa. Após obter a referida licença, o pastor continuou falando em alemão, já que não se sabia diferenciar tais línguas.<sup>355</sup>

Além das prisões e da proibição do uso das línguas dos países do Eixo, outras restrições foram impostas. Uma delas foi a obrigatoriedade de deixar o litoral brasileiro.

Tal medida significou um problema sério para muitos deles, pois, de uma hora para outra, deveriam deixar seus empregos, afazeres, compromissos, em alguns casos, deixar a família, para cumprir a lei. Fáveri salienta que várias cidades no interior do Estado de Santa Catarina foram usadas pelo governo para receber os estrangeiros deportados do litoral.<sup>356</sup> Lá os exilados ficavam hospedados em pensões às suas próprias custas. No caso paulista, Cytrynowicz afirma que a deportação para o interior dos súditos do Eixo foi a maior operação da polícia contra os imigrantes da comunidade japonesa.<sup>357</sup> No Espírito Santo, não foram encontrados indícios de uma “operação policial” para tal fim e, por certo, nem todos os estrangeiros deixaram Vitória.

Meu pai ficou. Meu pai não foi para o interior, porque tinha a fábrica que era do interesse do município e do Estado. Afinal, lá já tinha uns 400 empregos, se tivessem quebrado a fábrica eram 400 pessoas que iam ficar sem emprego. Muitos alemães, a grande maioria, foi transferida para o interior ou para outra cidade, por exemplo, meu sogro foi para Santa Maria de Jequitibá, minha sogra, que era alemã também. Meu sogro ficou três anos lá, acabou a guerra, ele voltou. Era obrigado sair do litoral. Mas, gozado, eu tive um tio que foi para o Rio, foi para o Leblon, bem pertinho do litoral, duas quadras.<sup>358</sup>

Não há registro na documentação do governo assinalando o descumprimento da ordem nem, tampouco, sobre ações para fazer cumprir a lei. Encontrou-se apenas um requerimento, de cunho estritamente pessoal, apelando para a justiça e a humanidade das autoridades.

Assim, em 15 de outubro de 1942, João B. Scampini, brasileiro, reservista do Exército, solicitou que seus pais, com 72 e 79 anos, italianos,

---

<sup>355</sup> PORT, 2004, p. 53.

<sup>356</sup> FAVERI, 2004.

<sup>357</sup> Conforme Cytrynowicz (2000), no livro de memórias de Handa, ficou registrado que a ordem de evacuação saiu no dia 8, às 13 horas e, às 20 horas, os japoneses deveriam pegar o trem. Segundo o autor, a etnia mais duramente reprimida nesse contexto foi a japonesa.

<sup>358</sup> MEYERFREUND, Hélmur, 70 anos. **As consequências da Segunda Guerra Mundial no Espírito Santo**. 2006. Entrevista concedida à autora, Vitória, 14 abr. 2006.

continuassem vivendo com o requerente. Alegou que seus pais eram alheios a qualquer situação política, nunca tendo feito parte de nenhuma sociedade ou agremiação fascista ou italiana e que raramente se afastavam da casa onde residiam com o requerente. Somado a isso, João informou que sua mãe estava gravemente doente e não possuía outros parentes que pudessem ajudá-los. O suplicante garantiu ainda que seus pais jamais poderiam ser considerados nocivos ao Brasil, “[...] país que adotaram há mais de 50 anos como sua verdadeira e querida Pátria”. Por fim, solicitou a suspensão da medida e se comprometia em mantê-los sempre no interior da sua residência, confiando no espírito de justiça e humanidade, sempre demonstrado nos atos daquela autoridade.<sup>359</sup>

Diferente da comunidade japonesa de Santos, analisada por Cytrynowicz, que foi duramente atingida por tais medidas, no Estado do Espírito Santo, o impacto não foi tão grande, principalmente porque a maior parte dos estrangeiros já residia no interior do Estado.<sup>360</sup>

A vigilância sobre o ir e vir dos estrangeiros estava cerceada pela obrigatoriedade do salvo-conduto, uma autorização que tinha de ser renovada a cada viagem e pela apreensão das carteiras de motorista. Também ficava proibido aos “Súditos do Eixo” vender ou comprar qualquer tipo de veículo, de tração animal ou motor, sem a devida autorização policial.<sup>361</sup>

Se esses estrangeiros não podiam dirigir, comprar ou vender veículos, a população também teve o seu ir e vir bastante limitado. Com o racionamento de gasolina, os carros particulares ficaram proibidos de circular. Para driblar a dificuldade, surgiram os veículos movidos a gasogênio e, para burlar a lei, alguns transformaram seus carros de passeio em carros de carga, já que estes tinham

---

<sup>359</sup> Carta recebida em 15-10-1942 pela Secretaria do Interior e Justiça da Secretaria do Governo. Pasta 45. Em 15-10-1942.

<sup>360</sup> O impacto maior foi sentido em Vitória, já que o censo de 1940 registra 1.060 estrangeiros vivendo na Capital, num total de 7.446 estrangeiros em todo o Estado. Deve-se lembrar, contudo, que esse número englobava também imigrantes de outras nacionalidades, como os libaneses que chegaram ao Estado entre 1910 e 1940. Brasil. Recenseamento Geral do Brasil (1º de set. de 1940). Série Regional, parte XIV, Espírito Santo. Rio de Janeiro: IBGE, 1951. Sobre os imigrantes libaneses ver: CAMPOS, Mintaha Alcuri. **Turco pobre, sírio remediado, libanês rico: a trajetória do imigrante libanês no Espírito Santo (1910-1940)** Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 1987.

<sup>361</sup> Ofício recebido pela Secretaria do Interior e Justiça da Chefatura de Polícia. Ano 1942. Pasta 39, segundo trimestre. Em 16-3-1942, comunica a apreensão das carteiras de *chauffeurs*, nomeando oito alemães e dois italianos, mas dizendo ser extensivo a todos daquela nacionalidade residentes no Espírito Santo. O ofício de 28-4-1942, recebido pela Secretaria do Interior e Justiça da Chefatura de Polícia, comunica a necessidade de autorização para comprar ou vender qualquer veículo. Ano 1942. Pasta 39. Segundo trimestre.



autorização para trafegar.<sup>362</sup> Mas, a “auto-caminhonete”, pertencente à Marinha de Guerra dos Estados Unidos da América, que se encontrava em missão especial no Estado, tinha licença especial para transitar ininterruptamente.<sup>363</sup>

A guerra ocupava várias páginas dos jornais e revistas locais e tornou-se assunto comum nos bares e praças da cidade. Além do racionamento de gasolina, havia a “pirâmide de metal” em plena praça 8 de Setembro. Não apenas as instituições públicas deveriam doar material metálico para a indústria bélica, mas também os particulares deveriam contribuir “patrioticamente” com a sua cota, aumentando a pirâmide de metal.<sup>364</sup>

O blackout, parte da Defesa Passiva antiaérea, deixou locais, como Marataízes, Barra do Itapemirim e Santa Cruz, sem iluminação.<sup>365</sup> O IBGE proibiu a divulgação de quaisquer dados estatísticos, a fim de que não fossem utilizados pelas nações inimigas,<sup>366</sup> e o tabelamento de gêneros de primeira necessidade lembrava a população que se atravessava um momento de guerra.

Cytrynowicz assinala que a escassez de alimentos, especialmente do pão, criou a sensação de guerra na cidade de São Paulo, mesmo que não tenha sido a situação de guerra que tenha provocado a “relativa” falta de pão.<sup>367</sup>

No Espírito Santo, a escassez parece não ter sido muito dura e o tabelamento de preços em Vitória não alcançou o resultado esperado. A Comissão de Abastecimento e Tabelamento de Preços dos Gêneros de Primeira Necessidade, criada em dezembro de 1939, informava que os esforços tinham sido “quase nulos” e infrutíferos. Respondia aos seus críticos que a instabilidade da cotação das mercadorias ocorria também em outras partes do País e em Vitória – uma fonte meramente consumidora – estava sujeita às constantes oscilações. O tabelamento era uma medida para evitar, tanto quanto possível, prováveis explorações locais,

<sup>362</sup> Ofício recebido em 24-7-1942 pela Secretaria do Interior e Justiça da DOPS. APEES.

<sup>363</sup> Boletim de Serviço da Inspetoria de Veículos de 14-10-1942, recebido pela Secretaria do Interior e Justiça da Chefatura de Polícia. Pasta 39, 4º trimestre. Fundo Interior e Justiça. APEES.

<sup>364</sup> Ofício de 18-4-1942 recebido pela Secretaria do Interior e Justiça das Autoridades Federais. Fundo Interior e Justiça. Ano 1942. APEES.

<sup>365</sup> Ofício nº 147, de 3-9-1942, expedido pela Prefeitura Municipal de Itapemirim para a Cia. Central Brasileira de Força Elétrica, e Ofício nº 141, de 3-9-1942, da Prefeitura Municipal de Santa Cruz ao Secretário do Interior e Justiça. Ofícios recebidos pela Secretaria do Interior e Justiça das autoridades federais. Fundo Interior e Justiça. Ano 1942. APEES.

<sup>366</sup> Resolução nº 139, de 25-8-1942, recebida pela Secretaria do Interior e Justiça da Secretaria do Governo. Pasta 45. Ano 1942. APEES.

<sup>367</sup> CYTRYNOWICZ, 2000, p. 124.

sendo diárias as reclamações recebidas.<sup>368</sup> Pacheco salienta que tal comissão teve uma poderosa influência, mas foi vencida pelo câmbio negro.<sup>369</sup>

A população, de forma geral, foi atingida, principalmente, pela falta da gasolina, trigo, açúcar e sal. No interior do Estado, sentia-se também a falta dos produtos que os colonos não produziam (sal, querosene e trigo). Até 1942, nessas regiões, a falta desses produtos era, praticamente, o único indicativo de que se vivia uma situação de guerra. Depois dessa data, as entrevistas feitas com moradores da região assinalam que a repressão também chegou às regiões do interior do Estado.

Numa crônica, o então menino Luis de Almeida lembrou aqueles dias em que os boatos anunciavam a presença de submarinos e espiões ameaçando os tesouros capixabas.

No porto da cidade, os holofotes das fragatas chifravam a noite nos treinos dos blecautes, afinal o Péla-Macaco era um cais estratégico, cobiçado pelo inimigo, dizia-se. Em Guarapari, as areias monazíticas ofereciam-se desguarnecidas como chamariz vulnerável, dizia-se. Submarinos boches, mui interesseiramente, periscopiavam essas preciosidades do nosso litoral recebendo mensagens quinta-colunas piscadas pelas lâmpadas das madrugada, dizia-se, pois, em tempo de guerra, boatos como terra.<sup>370</sup>

Além de focar as violências físicas e simbólicas vivenciadas pelos imigrantes e descendentes, especialmente, alemães/pomeranos e italianos, durante o período da Segunda Guerra, o objetivo principal deste capítulo foi buscar compreender a pouca difusão do discurso do “perigo alemão” no Estado e, por outro lado, entender alguns discursos que apontavam para a imagem de um “alemão ignorante”.<sup>371</sup>

A análise em torno dessa questão levou em consideração, além de aspectos culturais, aqueles diretamente relacionados com a sociedade na qual

---

<sup>368</sup> Ofício de 9-10-1942, recebido pela Secretaria do Interior e Justiça da Prefeitura Municipal de Vitória. Exposição da Comissão de Abastecimento e Tabelação de preços dos gêneros de primeira necessidade de 27-9-1942. Pasta 46. Fundo Interior e Justiça. APEES.

<sup>369</sup> PACHECO, 1998.

<sup>370</sup> ALMEIDA, Luis de. *Revista Você*, n.11, maio de 1993, p. 29.

<sup>371</sup> É importante salientar que, da mesma forma como em outros Estados brasileiros, no Espírito Santo, os imigrantes também foram vistos como sinônimos de trabalho e progresso. Não se tem informações se essa representação perdurou de forma linear ao longo do tempo. Percebe-se tal discurso no século XIX, bem como na década de 70 do século XX. Também não há como dizer se os imigrantes foram vistos como um grupo único, ou se essas representações diferenciaram, por exemplo, os alemães/pomeranos dos italianos.

estavam inseridos: o baixo nível de cultivo do germanismo, ao menos, publicamente; o fato de não serem economicamente representativos (ainda ligados ao mundo rural); e a falta de uma liderança política “étnica” pode explicar, por um lado, a pouca difusão do discurso do “perigo alemão” e, por outro, a existência do discurso sobre o “alemão ignorante”. Sendo assim, esse contexto trouxe pistas sobre as diferenças encontradas na repressão do Estado direcionadas ao Espírito Santo em comparação com o Sul do Brasil. Como os discursos e ações foram direcionados de forma mais enfática aos alemães/pomeranos, esse grupo acabou tendo privilégio na análise realizada.

É importante salientar que a existência do discurso sobre o “alemão ignorante” não evitou que, naquele ano de 1942, em que os sentimentos nacionalistas estavam mais aflorados, humilhações, depredações e prisões, além de outros tipos de violência, tivessem acontecido.

Por meio da aproximação da escala de observação, possibilitada pelos processos criminais, que serão explorados ao longo do próximo capítulo, é possível perceber as nuances desses conflitos que enlaçaram as questões colocadas pela situação de guerra e aquelas geradas anos antes, pela ação do integralismo e que ainda não estavam dissipadas.

## 4 COTIDIANO, VIGILÂNCIA E HUMOR

Como nuvens estriadas de prata, os medos tendem a se riscar de riso, enquanto ecos de medos distantes podem ser ouvidos indistintamente em toda eclosão de riso.<sup>372</sup>

Por meio de uma aproximação da escala de observação, este capítulo objetiva analisar dois “tipos” de interações conflituosas ou de conflitos abertos de definições da situação: uma marcada, preponderantemente, pela presença do humor e outra decorrente das discussões em torno das notícias da guerra.<sup>373</sup> Refletir sobre essas interações nos permite perceber as formas encontradas para se contrapor aos discursos e ações promovidos pelo governo, isto é, podem sinalizar atitudes de resistência, como também podem indicar o modo como o discurso nacionalista se entrelaçou com as questões étnicas e com os conflitos ainda ligados à AIB.<sup>374</sup>

Assim num primeiro momento, busca-se fazer algumas reflexões sobre a utilização de processos criminais como fonte, problematizar a ideia de “cotidiano”, além de expor algumas das formas utilizadas pelo governo para vigiar e reprimir a população em seu cotidiano.

Em seguida, interessa olhar mais de perto as situações que motivaram as denúncias ao TSN. Dessa forma, as histórias narradas foram divididas em duas partes: a primeira reúne os processos em que o humor foi parte integrante da história; já a segunda visualiza as interações conflituosas provocadas pelo embate de opiniões sobre a guerra, mostrando que os acontecimentos na Europa suscitavam diferentes visões e comportamentos e estavam relacionados com os acontecimentos anteriores à guerra.

Neste capítulo, foram analisados nove processos criminais. A divisão apresentada foi um recurso meramente metodológico, já que, na prática, alguns processos poderiam ser enquadrados em ambos os casos.

---

<sup>372</sup> BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 68.

<sup>373</sup> Embora os processos criminais nos permitam apenas o acesso às representações das interações, seja do fato que foi considerado crime, dos depoimentos na delegacia, para efeito de análise, eles são entendidos aqui como interações “face a face” (GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975).

<sup>374</sup> Na análise dos processos, quando não há menção da nacionalidade dos acusados e testemunhas, entenda-se que são brasileiros.

## 4.1 Cotidiano e vigilância

[...] o trivial conduz ao fantástico.<sup>375</sup>

Bares, ruas, praças, clubes, barbearias e igrejas.<sup>376</sup> Ao lado do lugar de moradia e trabalho, pode-se dizer que a vida cotidiana acontecia nesses espaços e foram neles que ocorreram os encontros, normalmente, conflituosos que acabaram na delegacia de polícia.

Cabe lembrar, contudo, que os casos que chegaram até nós, por meio dos processos, são apenas as exceções. Por certo, diversas discussões foram travadas nessas mesmas mesas de bares e, em tantas outras, algumas interações foram fraturadas e remendadas, outras definitivamente rompidas, mas, também, não terminaram em denúncia. Se não se trata da regra, o que esses casos excepcionais podem nos dizer?

Já faz algum tempo que os processos criminais entraram no circuito de possíveis fontes para historiadores, antropólogos e demais interessados em estudar a vida social, principalmente das chamadas “classes populares”.<sup>377</sup> As histórias, ou melhor, as versões apresentadas nesses documentos trazem fragmentos de experiências vividas por muitas pessoas que dificilmente apareceriam em outras fontes, especialmente, quando se trata de períodos mais recuados no tempo.

Mas, como qualquer outra fonte, é necessário lembrar que os processos criminais são produzidos com um determinado objetivo e, portanto, devem ser compreendidos na sua especificidade. Se, por um lado, conseguimos perceber “as vozes populares”, por outro, não podemos esquecer que essas vozes foram mediadas por escrivães e interpretadas por delegados, advogados e juízes. Para alguns pesquisadores, tais fontes seriam mais reveladoras do próprio aparelho jurídico-policial, seu funcionamento e representações de mundo, do que efetivamente das pessoas e histórias surgidas nessas narrativas.

---

<sup>375</sup> MAFFESOLI, Michel. **A conquista do presente**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984. p. 139.

<sup>376</sup> Dos nove acusados, quatro estavam em bares quando o “crime” ocorreu; o quinto estava diante de um bar; o sexto, embora não estivesse presente no bar, foi lá que as fofocas que resultaram na sua denúncia aconteceram. Os três restantes estavam, respectivamente, numa barbearia, num posto telefônico e numa via pública.

<sup>377</sup> REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro, FGV, 1998. p. 15-38.

Conforme Carneiro, delegados, advogados e juízes utilizaram as representações sociais existentes na própria sociedade no momento de construir argumentações e julgar as ações dos envolvidos.<sup>378</sup> Por outro lado, o autor lembra também que o Direito tem um papel ativo na criação e propagação de valores e comportamentos.

Entende-se também que os discursos presentes nesses processos, nos depoimentos dos acusados, testemunhas de defesa e acusação, declarações, abaixo-assinados, relatórios e sentença, são atravessados por outras vozes vindas de diferentes lugares. Assim, um depoimento não é um ato estritamente pessoal e singular, se entendermos que o discurso carrega uma polifonia de vozes.<sup>379</sup>

Além disso, esses discursos deixam ver além do dito, já que o explícito traz os sinais do que está implícito, isto é, do não dito. Sendo assim, nessa perspectiva, não importa se o evento ocorreu como foi descrito pelo réu ou pela polícia ou mesmo se alguma testemunha mentiu; importa que essas versões estavam no rol das possibilidades daquele momento, interessa como foram contadas no inquérito, isto é, no calor da hora e como foram narradas durante o processo, na maioria das vezes, com o apoio de um advogado. Importa também como a Justiça interpretou tais versões.

Dessa forma, partimos do pressuposto de que esse tipo de documentação permite, sem dúvida, uma maior compreensão do funcionamento do aparelho jurídico-policial, mas também possibilita aproximar-se dos valores, dos anseios e de outras percepções populares.<sup>380</sup> Como as interpretações, tanto das classes populares quanto da própria Justiça, não são a-históricas, faz-se necessário atentar para o contexto específico em que foram produzidas.

Alguns autores já demonstraram que a análise do cotidiano possibilita aproximar-se dos significados que os atores atribuem às suas próprias ações e a dos outros nos encontros que constroem a vida cotidiana.<sup>381</sup> Nas interações que

---

<sup>378</sup> CARNEIRO, Deivy Ferreira. **Conflitos, crimes e resistência: uma análise dos alemães e teuto-descendentes através de processos criminais (Juiz de Fora 1858/1921)**. 2004. 222 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

<sup>379</sup> BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Unicamp, 2004.

<sup>380</sup> CARNEIRO, 2004; MONSMA, 2005.

<sup>381</sup> Sobre isso, ver: GOFFMAN, 1975 já citado; GARFINKEL, Harold. **Studies in Ethnomethodology**. Cambridge: Polity Press, 1984; BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

resultaram em denúncia por crime de injúria, estavam presentes sentimentos e opiniões diversas, em que uma palavra mal empregada, um gesto, um olhar irônico, somado a comportamentos anteriores, como ter pertencido a AIB ou ser de determinada etnia, eram elementos que contribuíam para uma determinada interpretação da situação.

Certo é que a ideia de cotidiano pode ser transformada de acordo com os objetivos dos pesquisadores. Se há aqueles que centram sua atenção nos elementos monótonos e triviais do cotidiano, outros buscam justamente aquilo que destoa, isto é, o excepcional em meio ao ordinário.<sup>382</sup> Nesse último caso, o cotidiano embora, aparentemente, embalado por ritmos regulares, é marcado também por fissuras, criando a imprevisibilidade.<sup>383</sup> Longe de significar apenas rotina, a vida cotidiana é atravessada por rupturas que introduzem o imprevisível, isso porque os homens estão sempre construindo e reconstruindo o seu mundo cotidiano. Assim, sua ordem repousa sobre informações compartilhadas, mas que são incompletas para o entendimento do mundo, possibilitando a ocorrência de ações desajustadas, dissonantes.<sup>384</sup> Pode-se afirmar, então, que a vida cotidiana é o resultado do cruzamento da rotina e da ruptura, local, por excelência, do inesperado e do ingovernável.<sup>385</sup>

Também é importante ressaltar que as normas e valores que norteiam as ações cotidianas não são entendidos como coisas fixas e externas aos indivíduos, mas como atributos instáveis e negociáveis que devem ser contextualizados, já que o mundo social não é perfeitamente integrado; há

<sup>382</sup> PAIS, José Machado. **Vida cotidiana: enigmas e revelações**. São Paulo: Cortez, 2003.

<sup>383</sup> Maffesoli critica a razão iluminista e propõe que o *lado de sombra* do que chamamos de realidade também seja entendido como parte dela. Nesse lado obscuro, atuam elementos como a paixão, o fantástico, a ficção, o poético, o sonho e o indeterminado, criando um discurso paralelo àquele discurso científico, mas tão *real* quanto ele. O autor afirma se afastar “radicalmente” de outros autores que tematizam o cotidiano, como Lefebvre, Bourdieu e Heller, pois, para ele, o “vivido” não é a “aparência” de outra coisa e, portanto, vale por si mesmo. Cabe lembrar, contudo, a crítica de Martins que assevera que Maffesoli, embora se diga crítico do pensamento de Lefebvre, se apropria de suas concepções, sem, muitas vezes, citá-lo. Com isso produz uma “[...] leitura compreensiva e anti-histórica de noções e perspectivas produzidas por uma interpretação dialética do viver da vida cotidiana e da cotidianidade” (MARTINS, José de Souza. O senso comum e a vida cotidiana. **Tempo Social**, São Paulo, v.1, n.10, p.1-8, maio 1998, p. 2). Sobre essas diferentes abordagens sobre o cotidiano, consultar: HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972 e MAFFESOLI, 1984.

<sup>384</sup> Sobre essa perspectiva do cotidiano, ver: DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: as artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994. TEDESCO, Carlos João. **Paradigmas do cotidiano: introdução à constituição de um campo de análise social**. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2003 e PAIS, 2003.

<sup>385</sup> DE CERTEAU, 1994; PAIS, 2003.

comportamentos ambíguos, sistemas de normas fraturados por contradições, aspectos racionais e emotivos influenciando as decisões cotidianas.<sup>386</sup>

Apesar de as interações aqui retratadas se situarem no “micro”, buscase enlaçar essa esfera com o contexto mais amplo, já que é necessário olhar para essas interações dentro de um quadro maior, em que questões, como poder e dominação, estão presentes.<sup>387</sup>

Foi percebendo os confrontos que permeavam o cotidiano que Chalhoub enfocou o processo que visava à transformação dos homens e mulheres libertos e dos imigrantes pobres em trabalhadores assalariados no Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX.<sup>388</sup>

Para analisar esse processo, o autor fez uso de processos criminais e notícias de jornais buscando se aproximar de fragmentos da vida de pessoas comuns, desentendimentos entre colegas de trabalho, crimes passionais que escondiam diferentes formas de entender a realidade. Conforme o autor, os “motivos fúteis” alegados pelos jornais escondiam, na verdade, conflitos étnicos gerados na luta por um lugar no mercado de trabalho, especialmente, entre brasileiros e portugueses.

Chalhoub colocou a nu o embate entre diferentes visões de mundo. Havia, por um lado, a construção de uma ideologia do trabalho e de práticas de vigilância e repressão promovidas pelas autoridades e, por outro lado, a resistência das classes populares, que se fazia pelo confronto direto ou pela negociação, criando sempre dúvidas e limites a esse projeto. Conforme o autor, a tentativa de disciplinarização ultrapassou o local do trabalho alcançando o lar e os espaços destinados ao lazer:

[...] o problema do controle social da classe trabalhadora compreende todas as esferas da vida, todas as situações possíveis do cotidiano, pois este controle se exerce desde a tentativa de disciplinarização rígida do tempo e do espaço na situação de trabalho até o problema da normatização das relações pessoais ou familiares dos trabalhadores, passando, também, pela vigilância

<sup>386</sup> ROSENTAL, Paul-André. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”. REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 151-172.

<sup>387</sup> MONSMA, Karl. Teorias interacionistas e fenomenológicas da violência, com aplicações à pesquisa histórica. **Revista Méis: história e cultura**, v. 6, n.11, p.11-22, jan./jun. 2007.

<sup>388</sup> CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2001.



continua do botequim e da rua, espaços consagrados ao lazer popular.<sup>389</sup>

Desde 1907, havia no Distrito Federal órgãos para reprimir crimes políticos, entendendo-se com isso, nessa época, qualquer desordem pública. Em 1920, foi criada a Inspetoria de Investigações e Segurança Pública que foi extinta dois anos mais tarde, quando a 4º Delegacia Auxiliar foi criada. Conforme Mendonça, a Seção de Ordem Política e Social da 4º Delegacia era responsável pela investigação e controle das associações operárias, anarquistas e comunistas que abalaram o final dos anos 10 e a década de 20.<sup>390</sup>

Em 1933, a seção de Ordem Política e Social foi transformada na Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPPS) atuando de forma repressiva e “preventiva”.<sup>391</sup> Para Cancelli, a criação da DESPPS foi uma das principais modificações na estrutura policial da Era Vargas.<sup>392</sup>

Todavia, para a autora, nas décadas de 30 e 40, houve mais do que uma mera continuação ou especialização das práticas de vigilância e violência policiais. A “Revolução de 30” marcou o início de outro tipo de polícia, criado para responder aos interesses do Estado.

[...] de uma sociedade anteriormente policiada, construiu-se um Estado policial, além de insuflar socialmente o ódio aos diferentes inimigos criados ao longo dos 15 anos de vigência do regime, dando um novo papel e uma nova dinâmica político-social ao conjunto de suas instituições.<sup>393</sup>

Cancelli afirma que a ampla reforma do aparelho policial, na época varguista, tinha o intuito de vincular a polícia ao governo e estender a sua atuação, federalizando e internacionalizando o serviço policial.<sup>394</sup> Segundo a autora, algumas

<sup>389</sup> CHALHOUB, 2001, p. 51.

<sup>390</sup> MENDONÇA, Eliana Rezende Furtado de. Documentação da polícia política do Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.12, n. 22, 1998.

<sup>391</sup> Conforme Mendonça (1998), a DESPPS foi extinta em 1944, quando foi criado o Departamento Federal de Segurança Pública, subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, sendo a Divisão de Polícia Política e Social (DPS) responsável pela atuação preventiva e repressiva contra comunistas, integralistas, estrangeiros, partidos políticos, imprensa e outras categorias consideradas suspeitas. Com o início da “Guerra Fria”, as atenções da polícia política concentraram-se nos comunistas.

<sup>392</sup> CANCELLI, Elizabeth. Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 309-326.

<sup>393</sup> CANCELLI, 1999, p. 313.

<sup>394</sup> Cancelli (1999) assinala que o Brasil cooperou com polícias de diferentes países, como Itália, Alemanha e Estados Unidos.

características marcaram a atuação dessa nova polícia: a falta de princípios democráticos, a produção e difusão do medo entre a população e um intenso entrelaçamento com o governo. Embora, teoricamente, a polícia estivesse subordinada ao Ministério da Justiça, na prática, suas ações eram determinadas pelo governo, já que Filinto Müller respondia, diretamente, ao presidente. Diante das acusações de violência e abuso de poder, a atitude da Presidência foi afirmar que desconhecia tais práticas, eximindo-se de qualquer responsabilidade numa postura qualificada pela autora como cínica.<sup>395</sup>

Além da DESPS, do DIP e de suas respectivas bases em nível estadual, outra peça tornou-se primordial na engrenagem da máquina policial de Vargas: o TSN. Esse Tribunal foi criado no ano de 1936 sob a alegação da necessidade de defesa nacional diante da ameaça de subversão contra a forma de organização do Estado, representada pela “Revolução de 1935” ou “Intentona Comunista”. Criado, inicialmente, como um órgão da Justiça Militar, o TSN, após 1937, torna-se autônomo, tendo sua existência respaldada pela nova Constituição.<sup>396</sup>

Contudo, conforme Silva, desde a sua criação, houve uma disputa entre o TSN e o Supremo Tribunal Militar (STM) que funcionou, a contragosto do TSN, como uma instância superior, principalmente, para os envolvidos no levante de 1935. Isso porque o STM, assim como o Supremo Tribunal Federal (STF), baseavam-se na não retroatividade da lei, delineada na própria Constituição de 1937. Assim, as penalidades previstas na legislação de 1937 não poderiam ser aplicadas para os crimes cometidos em 1935, como pretendia o TSN.

No decorrer de sua existência, o TSN endureceu os seus procedimentos, estabelecendo penas mais severas, inclusive a pena de morte em caso de insurreição e limitou o número de testemunhas de defesa, assim como o tempo de apresentação da defesa oral. Por fim, não admitiu mais debates orais e podia dispensar a presença do réu, atitude que facilitava o encobrimento de torturas.<sup>397</sup>

---

<sup>395</sup> CANCELLI, 1999.

<sup>396</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os tribunais da ditadura: o estabelecimento da legislação de segurança nacional no Estado Novo. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa (Org.). **O corporativismo em português**: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 273-303.

<sup>397</sup> SILVA, F., 2007.

A atuação do TSN foi marcada pela cumplicidade com a polícia, já que os juízes consideravam provado o que estava nos autos, além de julgarem por “livre convicção”. Nos crimes considerados “ideológicos”, não era o crime que era punido, mas a “convicção política” do preso, exigindo-se, em alguns casos, para a liberdade condicional, uma declaração de arrependimento do preso.<sup>398</sup>

Tal postura fez com que o TSN se transformasse em mais um órgão de repressão do governo Vargas. Essa repressão não atingiu somente os comunistas, mas também a direita, após a tentativa de golpe dos integralistas em 1938. Isso não significa que Vargas começou a se preocupar com a doutrina do *sigma* apenas naquele ano. Antes do golpe de 1937, a polícia do regime já monitorava as ações integralistas e as reprimia em alguns lugares.<sup>399</sup> As ações da interventoria de João Punaro Bley, apresentadas no segundo capítulo deste trabalho, são um exemplo dessa prática. Assim, na luta contra os “extremismos”, o TSN reprimiu tanto a esquerda quanto a direita, embora sua face mais violenta estivesse reservada aos comunistas.<sup>400</sup>

Além da repressão aos comunistas e integralistas, o TSN, por meio do Decreto-Lei n° 431, de 18 de maio de 1938, aumentou as suas atribuições, passando a julgar também os crimes contra a ordem social, que incluíam os crimes contra a economia popular e os de injúria contra a nação e suas autoridades. O primeiro artigo postulava:

Art. 1° Serão punidos na forma desta lei os crimes contra a personalidade internacional do Estado; a ordem política, assim entendidos os praticados contra a estrutura e a segurança do Estado, e a ordem social, como tal considerada a estabelecida pela Constituição e pelas leis relativamente aos direitos e garantias individuais e sua proteção civil e penal, ao regime jurídico da propriedade, da família e do trabalho, à organização e ao funcionamento dos serviços públicos e de utilidade geral, aos direitos e deveres das pessoas de direito público para com os indivíduos, e reciprocamente.

Os juízes do TSN demonstravam certo desprezo em tratar de crimes considerados “menores”, como os crimes contra a economia popular. Além de

---

<sup>398</sup> SILVA, F., 2007.

<sup>399</sup> SILVA, Giselda Brito. A ação integralista brasileira e a ditadura de Vargas. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa (Org.). **O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 201-238.

<sup>400</sup> CAMPOS, 1982.

menos “espetaculares”, o seu grande número tornava o TSN mais moroso, perturbando a imagem de uma justiça rápida e eficiente.<sup>401</sup>

Em relação a esses crimes, embora anunciassem que a punição recairia sobre os “grandes” exploradores do povo, o que se viu, na verdade, foi a denúncia de feirantes e pequenos comerciantes acusados de vender farinha, banha e outros produtos acima do preço de tabela. Conforme Campos, algumas grandes companhias chegaram a ser processadas, mas todos os processos terminaram em arquivamento ou absolvição. Sobre um processo movido contra um grande frigorífico que terminou arquivado, o Barão de Itararé cunhou a máxima: “– É, a carne é fraca, mas os frigoríficos são fortes”.<sup>402</sup>

O início dos anos 40 viu um novo recrudescimento do TSN. Silva salienta que essa atitude pode estar relacionada com a expiração das penas dos comunistas imputadas em 1935 e no ano seguinte. Para manter os comunistas na cadeia, visto o desacordo com os outros tribunais acerca da retroatividade da lei, o TSN e os chefes de polícia buscavam medidas administrativas para negar-lhes a liberdade. Dessa forma, a atitude do TSN não era apenas punitiva, mas também “preventiva”.<sup>403</sup>

A situação de guerra que, em 1942, envolve diretamente também o Brasil, foi mais uma justificativa para a continuidade das ações arbitrárias do TSN. Quando, excepcionalmente, era concedida a liberdade condicional, o solicitante deveria abster-se de qualquer tipo de atividade política e conviver com a vigilância cotidiana.<sup>404</sup>

Os processos que serão apresentados no decorrer deste capítulo foram enquadrados no art. 3, XXIV e XXV, do Decreto-Lei nº 431, de 18 de maio de 1938, cuja pena prevista era de seis meses a dois anos de prisão.

Art. 3º São ainda crimes da mesma natureza:

24) provocar ou incitar, por meio de palavras, gravuras ou inscrições de qualquer espécie, prevenção, hostilidade ou desprezo contra as forças armadas;

25) injuriar os poderes públicos, ou os agentes que os exercem por meio de palavras, inscrições ou gravuras na imprensa [...]

---

<sup>401</sup> SILVA, F., 2007.

<sup>402</sup> CAMPOS, 1982, p. 117.

<sup>403</sup> SILVA, F., 2007.

<sup>404</sup> SILVA, F., 2007.

Apenas em um processo de acusação de injúria o delegado da Capital fez algumas considerações sobre o entendimento da Justiça sobre esse tipo de crime.<sup>405</sup> Conforme o delegado, o crime de injúria era punível nas seguintes situações:

[...] a) a imputação de vícios ou defeitos, com ou sem fatos especificados que possam expor a pessoa ao ódio ou desprezo público b) a imputação de fatos ofensivos da reputação do decoro ou da honra c) a palavra, o gesto ou sinal reputado insultante na opinião pública.

Afirmava ainda que, seguindo Campos Maia, “[...] a injuria arrogada aos funcionarios e representantes das autoridades públicas envolve alguma coisa mais que a honra individual das pessoas ofendidas, mas conclue que nem por isso a injuria deixa de ser injuria”.<sup>406</sup> Ainda asseverava que,

[...] na imputação o dolo está implícito, porque ‘imputar é afirmar, é por alguma cousa a conta de outrem’ e Macedo Soares observa que ‘a afirmação, em taes condições, importa a consciência não só do ato que se pratica, como das conseqüências que derivam do mesmo ato’.

Para encerrar, o delegado mencionou o Decreto-Lei nº 431, de 18 de maio de 1938. Já em primeiro de outubro de 1942, o Decreto-Lei nº 4.766 ampliou o Decreto de 1938, citado pelo delegado, postulando, em seu art. 28: “Proferir em publico ou divulgar por escrito ou outro qualquer meio conceito calunioso, injurioso ou desrespeitoso contra a Nação, ou Governo, o regime e as instituições ou contra agente do poder publico. Pena: reclusão de 1 a 6 anos”.<sup>407</sup>

Assim, a prática da censura tomava diferentes formas. Conforme Carneiro, havia vários tipos de censura que se complementavam: “[...] censura

<sup>405</sup> Citado por Mozart Medina de Mendonça. Delegado de Estrangeiros. Processo Criminal nº 1.425 (C8.0.APL.626) de 12-9-1940, originado em Vitória. Processos Criminais do Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro.

<sup>406</sup> Citado por Mozart Medina de Mendonça. Delegado de Estrangeiros. Processo Criminal nº 1.425 (C8.0.APL.626).

<sup>407</sup> SILVA, Micael Alvino. Fragmentos de uma história paranaense: repressão policial na parte brasileira da tríplice fronteira (1942-1945). **História na fronteira**, Foz do Iguaçu, v.1, n.2, p. 27-60, jul./dez. 2008, p. 54.

exógena articulada pelo Estado, autocensura, censura preventiva e censura punitiva, uma não excluindo a outra”.<sup>408</sup>

Esses processos são exemplos da prática da censura e do exercício da vigilância que atravessava o ambiente de trabalho, o lar e alcançava os espaços de lazer. Contudo, é necessário ressaltar que essa vigilância não se fez somente de cima para baixo, ela atuou também de forma horizontal, já que são os vizinhos, colegas de trabalho que denunciavam, na maior parte das vezes, os supostos crimes. Segundo Cancelli,

A denúncia popular trazia muitas vezes à tona o grau de vigilância e de controle a que estava submetida a sociedade. Fatos que num período normal passariam como acontecimentos corriqueiros e até ridículos, tomavam proporções desmesuradas e serviam de exemplo social.<sup>409</sup>

## 4.2 A denúncia do humor

Brasil...  
 Caboclo bravo que andava nu  
 De beiço grande e ventre dilatado  
 Com enfeites de penna de urubú  
 Nos quadris pendurado [...]  
 Brasil! A terra da tapeação,  
 Da farra, do amor e da gandaia;  
 Terra que briga e que dá bofetão  
 Por um rabo de saia!  
 O meu Brasil! A terra da anarchia  
 Onde com muita labia e pistolão  
 Tudo se arranja e até a orthographia  
 Sofre a chamada – simplificação [...]  
 Agora és quasi livre, meu Brasil,  
 Quasi, pelo seguinte:  
 Ainda tens Gegê, o Código Civil  
 E a Constituinte!!!<sup>410</sup>

Os fragmentos da poesia transcritos fazem parte de uma longa carta (ou seria uma crônica?) de uma suposta jovem escritora endereçada ao Sr. Almeida Cousin, escritor da revista *Vida Capichaba*. O texto, salpicado de ironias, ao final,

<sup>408</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 327-340, p. 335.

<sup>409</sup> CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência**: a polícia da Era Vargas. Brasília: Edunb, 1993. p. 144.

<sup>410</sup> LYRIO, Maria. A irreverência dos jovens. Revista *Vida Capichaba*, nº 393, 30-8-1935. (Anexo D).

jocosamente, solicitava: “Escute: não publique a poesia; poderia até provocar uma revolução e eu seria presa como elemento nocivo á nação, não acha? Pode-se lá usar de franqueza neste mundo?”<sup>411</sup>

Realmente não era um período propício à franqueza, principalmente, se o assunto era política. Mas, nem por isso, o ambiente conseguiu ser tão sisudo quanto as autoridades gostariam. Cinco anos antes da publicação dessa poesia, a política invadiu o carnaval capixaba. O tema: a fuga de Aristeu Borges de Aguiar. Quando estourou a “Revolução de 30”, Aguiar era presidente do Estado do Espírito Santo e, enquanto as forças revolucionárias entravam no Estado, o presidente fugia em um navio italiano que estava no porto de Vitória. A fuga foi tema para a paródia da marchinha carnavalesca “Taí: Cadê Aristeu e Mirabeau que ninguém viu. Azularam com o dinheiro do estado. E deixaram, e deixaram, o povo sacrificado”.<sup>412</sup>

Conforme Soihet, o samba foi um dos veículos utilizados pelos populares para tornar visíveis as meias-verdades e incoerências propaladas por políticos e autoridades, ao mesmo tempo em que registravam outra forma de entender a realidade, resistindo à opressão e à invisibilidade. Para a autora, o carnaval era um período em que a resistência tomava diferentes formas,

O carnaval é um momento privilegiado nesse processo de resistência, no qual aparece de forma mais acentuada sua irreverência, através da paródia às diversas modalidades de opressão, às regras e aos tabus. Também é o momento em que, a despeito de todas as proibições, os populares ocupam as ruas, quer amedrontando as elites com seus cordões, quer extasiando-as com seus ranchos e suas músicas.<sup>413</sup>

Soihet afirma também que Vargas soube fazer uso da força inventiva contida na música popular e nas agremiações carnavalescas, procurando alinhar essas populações com o seu projeto de construção da nacionalidade. Essa atitude ficou nítida na exigência do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para

<sup>411</sup> LYRIO, Maria. A irreverência dos jovens. Revista *Vida Capixaba*, nº 393, 30-8-1935. (Anexo D).

<sup>412</sup> Mirabeau da Rocha Pimentel era secretário do Interior e também embarcou com sua família no navio italiano “Atlanta”. Atribui-se a João Capuchinho a autoria da paródia (FONSECA, Hermógenes Lima. **O carnaval capixaba**. Disponível em: <[www.clerioborges.com.br/ccapixaba.html](http://www.clerioborges.com.br/ccapixaba.html)> Acesso em: 13 nov. 2007).

<sup>413</sup> SOIHET, Rachel. **A subversão pelo riso**: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 50.

que os enredos das escolas de samba abordassem apenas temas nacionais.<sup>414</sup> O mesmo departamento ainda pressionou os compositores para que deixassem de fazer apologia à malandragem e escrevessem sambas que valorizassem o trabalho e a disciplina. Por outro lado, havia também o interesse de líderes populares de tomar parte nesse “projeto” a fim de aumentar, de alguma forma, a sua participação na sociedade.<sup>415</sup>

As brincadeiras, canções, ditos populares, piadas, inversões dos símbolos de poder não estavam presentes somente nas festas populares, mas também atravessavam os outros dias do ano. A política não ficava de fora, ganhando na boca do povo tons burlescos.<sup>416</sup>

Pacheco conta a versão folclórica de dois fatos políticos ocorridos no Espírito Santo, no período analisado. Dizia-se que, na época da perseguição aos integralistas, seus líderes, ao serem presos, insanamente, saíram às ruas com calções de banho, pás às costas e cantando: “Ora, vamos tirar areia, areia do fundo do mar...” A outra história envolveu a sucessão de João Punaro Bley em 1943.

Havia três candidatos: Jones Santos Neves, Mário Aristides Freire e Américo Monjardim. Vargas quis saber de Bley quais eram as profissões dos candidatos. Ele teria respondido que Freire era advogado, Monjardim era médico, Jones dono de uma drogaria. Ao que Vargas teria respondido: Então, bota o Jones, pois o Espírito é uma droga [...].<sup>417</sup>

Já Saliba afirma que Vargas promoveu uma imagem pessoal de “[...] bonomia e bom humor [...]”, mas, quando percebeu que o anedotário a seu respeito havia tomado proporções além das previstas, resolveu cooptar o criador das piadas que estavam na boca do povo. Levou-o ao seu gabinete, qualificou-o de “espirituoso”, mas explicou que algumas dessas anedotas estavam criando um clima de desmoralização da administração pública, que não combinava com o trabalho árduo em benefício do povo brasileiro realizado por ele. Pelo fim das piadas ofereceu um cargo no governo. O que se sabe, porém, é que o “espirituoso”

<sup>414</sup> Em 1939, o DIP foi oficializado. Carneiro (1999) afirma que o Dops e o DIP foram instâncias responsáveis por “filtrar a realidade”.

<sup>415</sup> SOIHET, 1998.

<sup>416</sup> Podem-se citar as charges encontradas em *Vida Capichaba* que reproduzem situações cômicas de Hitler esperando a derrota. Não se encontrou referência a charginistas capixabas.

<sup>417</sup> De acordo com Pacheco (1998), o critério de escolha parece ter se baseado na idade dos candidatos. Conforme Pacheco, a versão apresentada foi contada por Irisson Soares da Silva em 24-8-1994.



interrompeu Vargas, comentando: “Depois, presidente, vão dizer que também fui eu que inventei essa [...]”.<sup>418</sup> E as piadas prosseguiram.

Ao misturar o sagrado e o profano, o solene e o cômico, o público e o privado, os registros cômicos ressaltam a heterogeneidade, a desagregação, aquilo que é dissonante, e trazem à tona sentimentos diversos, abrindo um espaço, mesmo que fugaz, para a liberdade. Sobre a representação humorística, Saliba sublinha:

A representação humorística, mais do que percepção e sentimento da ruptura e da contrariedade, foi também uma ética emotiva, uma epifania da emoção que se diluía na vida cotidiana, e só de vez em quando, tal como um breve intervalo de alegria e de riso, brilhava e iluminava a rotina dos ritmos repetitivos e diários. Ética do descompromisso, do divertimento, da sublimação, mas também da liberdade.<sup>419</sup>

Bauman, ao contrário, assinala que a modernidade rompeu as fronteiras entre o medo e o riso. Isso significa que ambos não estão mais confinados a lugares e períodos específicos. Diante disso, o autor questiona se ainda é possível seguir Bakhtin e pensar o riso como o poder do fraco ou uma forma de resistência. Para ele, o poder moderno colocou o riso a serviço do medo.

O medo não mais se aplica a sufocar e silenciar o riso. É como se o poder tivesse escolhido o riso como seu abrigo mais seguro [...]. O riso já não pressagia rebeldia; antes, é sua reconciliação com o medo, submissão e reconhecimento de sua invencibilidade, decisão de encará-lo alegremente e intenção de domesticá-lo e explorá-lo em benefício do eu [...].<sup>420</sup>

Partilha-se da ideia de que o riso e o medo já não ocupam lugares estanques e que também não são antagônicos. Nesse sentido, falar do riso como uma forma de resistência não é o mesmo de dizer que o medo não existisse ou ficasse anulado em presença do riso. Pode-se argumentar que o riso, em algumas situações, pode ser a expressão mais clara do medo.

“Pilhéria”, “gracejo”, “brincadeira”. Esses termos são encontrados nos processos criminais que chegaram ao TSN. Alguns réus afirmavam que o fato em

<sup>418</sup> Queiroz Júnior, apud SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na república. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 289-365. p. 352.

<sup>419</sup> SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do riso**: a representação humorística na história brasileira: da *Belle Époque* aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 305.

<sup>420</sup> BAUMAN, 2000, p. 68-69.

questão era apenas uma brincadeira entre amigos, sem intenção ofensiva. Brincadeiras existiam, não há por que duvidar, mas, por outro lado, assim como a cachaça era usada, muitas vezes, para atenuar a responsabilidade de um crime, a alegação de “brincadeira”, do mesmo modo, cumpria a função de suavizar as opiniões mal recebidas e denunciadas às autoridades.

Assim, as histórias presentes nos processos criminais não interessam pelo conteúdo cômico em si, e sim porque a crítica ao ambiente político tomava também as vestes do cômico e, portanto, por meio delas é possível se aproximar dos entendimentos que os atores construíram da situação e perceber que o riso, mesmo pontilhado de medo, também é uma forma de resistência.

A história que motivou o processo contra Manoel Maximiliano Monteiro, além de ter como cenário um bar, apresentou como agravante o samba e a inesperada presença do delegado à janela.<sup>421</sup>

Na noite de 16 de abril de 1940, no *Bar Sport*, em São José do Calçado, Manoel Maximiliano Monteiro – brasileiro, natural do Espírito Santo, carpinteiro – jogava *bilhar* com três conhecidos, quando começou a tocar o Hino Nacional no rádio, marcando o encerramento da transmissão da *Hora do Brasil*.<sup>422</sup> A acusação que recaiu sobre Manoel era de ter proferido frases injuriosas contra o Hino Nacional. No dia seguinte, foram chamados a depor os seus três companheiros de jogo, o proprietário e mais cinco clientes do *Bar Sport*.

A primeira testemunha, José Salles de Mello, companheiro no jogo, afirmou que viu Manoel desligar o rádio quando tocava o Hino Nacional. Contou que Izaltino, cliente do bar, perguntou ao proprietário se o rádio havia enguiçado, respondendo Manoel que ele mesmo desligara o rádio. O depoente comentou que, agindo daquela forma, parecia que ele não gostava do hino, retrucando Manoel que “[...] era um brasileiro, mas que tinha antipatia e ódio do Hynno Nacional’ e que se pudesse trocava por um samba”.

Os outros dois jogadores alegaram que estavam entretidos no jogo e não viram quem tinha desligado o rádio ouvindo, porém, as palavras ditas por

---

<sup>421</sup> Processo Criminal nº 1.163 (C8.0.APL.518), de 17-4-1940, originado em São José do Calçado. Processos Criminais do Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro.

<sup>422</sup> Conforme o Censo de 1940, São José do Calçado tinha 16.833 brasileiros natos, 86 brasileiros naturalizados, 48 estrangeiros e 6 de nacionalidade não declarada.

Manoel. Quanto às suas ideias, responderam que não podiam afirmar nada, pois se conheciam há pouco tempo.

As outras testemunhas contaram a mesma história e o proprietário do bar afirmou que ouviu Manoel pronunciar: “[...] isto é musica que se use? gosto mais de um samba”. Acrescentou que não ouviu outras coisas, pois era “[...] um tanto surdo”.

Algumas testemunhas qualificaram tal procedimento como uma afronta às autoridades, já que o próprio delegado se achava à janela do bar, além de uma ofensa aos outros brasileiros que respeitavam o hino. Uma das testemunhas disse que se sentiu “chocado”, tendo se retirado do bar. Outro, por sua vez, disse que louvou a medida patriótica de prender Manoel e acrescentou que a atitude do delegado foi bem recebida, pois notou que todos os presentes “[...] sentiram tais palavras tocarem nos seus íntimos”. Apenas uma testemunha afirmou que nada viu e ficou sabendo do ocorrido apenas de “ouvir dizer”.

Das nove testemunhas, cinco afirmaram que Manoel tinha sido integralista e uma disse que sabia que Manoel era “suspeito” porque tinha participado da AIB. É interessante observar que a palavra “integralista” foi grafada com letra maiúscula em todos os documentos produzidos na delegacia.

Manoel ainda jogava bilhar quando foi chamado à delegacia, cedeu, então, seu taco a outro jogador, dizendo desconhecer o motivo da convocação, pois não sabia que tinha cometido qualquer crime, afirmando que, “[...] ao seu ver, as suas palavras, não foram de ofensas a qualquer pessoa”.<sup>423</sup>

Na sua declaração, Manoel informa que ele havia percebido que o som do rádio estava muito alto, por isso resolveu diminuir, mas não o desligou. Disse também que: “Como tem o habito de gracejar disse efetivamente que era um brasileiro que não gostava do Hynno Nacional e que o mesmo poderia ser trocado por um samba”.<sup>424</sup> Explicou, porém, que, quando falou na troca, não se referia ao hino em si, mas apenas naquele momento, isto é, se pudesse, mudaria a estação do rádio. Manoel continuou afirmando que nunca teve intenção de ofender qualquer pessoa e, se falou aquilo, foi porque ignorava a gravidade das suas palavras. Além disso, afirmou que não tinha observado que o delegado de polícia estava no bar, pois, caso contrário, não teria dito, já que sempre respeitava as autoridades. Repetiu

---

<sup>423</sup> Grifo no original.

<sup>424</sup> Processo Criminal n° 1.163 (C8.0.APL.518).

que não proferiu as palavras seriamente, e sim “irrefletidamente”, pois era um brasileiro e nada fazia contra a Pátria. Ao final, respondeu que se achava satisfeito com o regime e as autoridades constituídas.

No relatório, o delegado sustentou que Manoel se revelou contra o hino, dizendo, diante de várias testemunhas, que preferia músicas populares, ou seja, “[...] sambas e marchas”. Em seguida, o delegado expôs a sua opinião sobre a atitude esperada diante do hino,

[...] HYNNO BRASILEIRO requer de todos os filhos do Brasil que honram esse titulo, o maximo respeito, profunda veneração e sincero acatamento, pois que essa melodia reflete no nosso sentimento patriotico a grandeza da nossa Patria.<sup>425</sup>

O delegado acrescentou que não tomou a afronta a si, mas às autoridades constituídas e ao Brasil “[...] tão patrioticamente defendido pelo grande brasileiro e nosso atual presidente Dr. Getúlio Vargas”. Pode-se imaginar que, na visão do delegado, colocar o samba acima do Hino Nacional era colocar a malandragem, o “jeitinho” e a desordem acima dos valores propagados pelo governo como patriotismo, trabalho e disciplina.

A autoridade não deu crédito à “ignorância” alegada por Manoel, pois, segundo ele, se não tivesse realmente ideia do que falava, teria dito em frente de qualquer pessoa, inclusive diante dele, sem temer responsabilidades. Além disso, conforme o delegado, Manoel era adepto do integralismo e, portanto, considerado suspeito pelo governo:

Ora, suspeito portanto de qualquer ato, gesto ou procedimento em contrário ao Regimen que defendemos, haja visto as diversas intencões levadas a efeito pelos INTEGRALISTAS que jamais tornar-se-ão amigos do nosso Regimen, aguardando apenas oportunidade para pôr á mostra seus ideais extremistas e subversivos.<sup>426</sup>

Duas testemunhas de defesa foram ouvidas. Afirmaram que conheciam Manoel há mais de 20 anos e o qualificaram de respeitador, ordeiro, trabalhador e de bom procedimento. A primeira alegou a favor de Manoel a “ignorância”, pois acreditava que, mesmo por gracejo, Manoel não teria dito aquelas palavras, se não

---

<sup>425</sup> Processo Criminal nº 1.163 (C8.0.APL.518).

<sup>426</sup> Processo Criminal nº 1.163 (C8.0.APL.518).

fosse a “ignorância”. A segunda explicou o ato por “simplicidade ou leviandade”, pois, para ela, Manoel não teve o intuito de ofender ou menosprezar o Hino Nacional.

No decorrer do processo, o procurador do TSN solicitou a conversão do julgamento em diligência para que se fizesse um exame mental e de suficiência, já que, a seu ver, somente um “[...] débil mental, poderia, por brincadeira, como se alega, desrespeitar, desse modo, o Hino Nacional”.<sup>427</sup>

O advogado de defesa é contra a diligência e sustenta que não estava perfeitamente provada no inquérito a intenção do acusado de injuriar o Hino Nacional, pedindo a absolvição de Manoel, mas o juiz acatou o pedido do procurador.

Chamado novamente a depor, Manoel insistiu no argumento da brincadeira. Disse que apenas abaixou o volume e sua frase foi dita em tom de gracejo, sendo incapaz de fazê-lo seriamente. Disse que tinha por hábito gracejar muito, fato que propiciou o incidente, mas seu ato foi produto da ignorância, pois “[...] se tivesse conhecimento de que mesmo um gracejo sobre o assunto em questão podia ser considerado crime, não o teria proferido”<sup>428</sup> e reafirmou que, mesmo brincando, se tivesse visto a autoridade não teria feito. Declarou-se bom brasileiro, patriota, respeitador das autoridades e dos símbolos da sua Pátria, inclusive do Hino Nacional, o motivo de seus problemas. Três meses depois, dois médicos de São José do Calçado realizaram o exame de sanidade mental em Manoel. Segundo os peritos,

Ao nascer traz o anormal sob o ponto de vista mental, em a trama íntima de sua organização celulo-cerebral, os estigmas psíquicos de sua formação individual, apresenta ele por herança degenerativa ou causas outras, deficiente nível intelectual e é o caso de Manoel.<sup>429</sup>

Embora não tenham encontrado no exame clínico “[...] nada digno de registro”, pesquisando a família de Manoel, descobriram que sua mãe falecera vítima de bronquite crônica e que seu pai era um “[...] alcoólatra inveterado”. Manoel apresentava, ainda, conforme os peritos,

---

<sup>427</sup> Processo Criminal nº 1.163 (C8.0.APL.518).

<sup>428</sup> Processo Criminal nº 1.163 (C8.0.APL.518).

<sup>429</sup> Processo Criminal nº 1.163 (C8.0.APL.518).

[...] sintomas clínicos de sífilis hereditária: esternalgia, tibialgia, adenopatia cervical e epitrocleana, o terço inferior da perna direita em sua face anterior ostenta cicatriz produzida por ferida. Acusa ele cefaléa e dores reumatoides, com paroxismos à noite.<sup>430</sup>

Concluem que a sífilis e o alcoolismo do pai concorreram para seu “[...] retardamento mental”. Além da sífilis, lembraram também a ocorrência de outras doenças, como coqueluche, sarampo, varicela, varíola e gripe 91P.

Além das doenças, o seu comportamento durante a infância também foi pesquisado. Segundo os médicos, Manoel, desde criança, era viciado em jogo, levando uma vida desregrada e fazendo uso de bebidas alcoólicas desde os 15 anos. Na escola era insubordinado e brigava constantemente, o que demonstrava má índole. Numa dessas brigas, chegou a ferir a canivete um colega, sendo “severamente castigado” pelo professor. Pelo mau procedimento, sofria “[...] as mais violentas penalidades na escola, como puxões de orelhas e varadas, chegando a ficar ajoelhado sobre grãos de milho durante horas”.<sup>431</sup>

Mas era necessário também, conforme os peritos, “[...] esmiuçar as alterações de sua vida psíquica para que pudéssemos perceber criteriosamente o grau de desvio, comparando com o tipo normal”.<sup>432</sup> Afirmaram que encontraram perturbações da memória, da atenção, de associação de ideias, do juízo, falta de poder reflexivo e de sentimentos afetivos. A carência de sentimentos foi exemplificada pela sua atitude diante do afogamento de um “filhinho”, já que, dois meses depois, “[...] o nosso observado divertia-se alegremente em festas carnavalescas”.<sup>433</sup> Por fim, a conclusão:

Assim pensamos, não goza ele, da regularidade, da harmonia que preside os atos psíquicos normaes. É um fraco de espírito, um empobrecido de mente, um desequilibrado. Esta é a conclusão a que chegamos – o nosso observado é um deficiente, é um débil mental.<sup>434</sup>

Diante do relatório, o procurador e a defesa pediram a absolvição do acusado. Algumas considerações podem ser feitas sobre a história de Manoel. Em

<sup>430</sup> Processo Criminal nº 1.163 (C8.0.APL.518).

<sup>431</sup> Processo Criminal nº 1.163 (C8.0.APL.518).

<sup>432</sup> Processo Criminal nº 1.163 (C8.0.APL.518).

<sup>433</sup> Foucault utiliza a expressão “discurso burlesco” ao se referir à junção do discurso psiquiátrico com o jurídico que, na verdade, cria, segundo ele, um terceiro discurso – grotesco e infantil – que também se pretende científico (FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001).

<sup>434</sup> Processo Criminal nº 1.163 (C8.0.APL.518).

primeiro lugar, ele defendeu o seu comentário como uma brincadeira até o final. Ele sustentou que não sabia da gravidade de suas palavras e nem que uma brincadeira poderia ser considerada crime, afirmando, ao mesmo tempo, que, se tivesse visto o delegado, não teria feito o comentário. Dito de outro modo, Manoel afirmou que, mesmo sendo uma brincadeira, tinha consciência de que não deveria fazê-la em frente a uma “autoridade”, pois seria desrespeitoso, mas, como presumiu que estava entre iguais, não viu mal, já que não a entendia como ofensiva. Afinal, a princípio, estava em um lugar de lazer, entre conhecidos, jogando e ouvindo rádio. Em seu modo de ver, um samba combinaria muito melhor com esse contexto do que o Hino Nacional.

Assim, Manoel confirmou as palavras usadas, atribuindo, contudo, um sentido diferente para elas. Já o ato de desligar o rádio foi negado por ele, talvez porque suspeitasse que seria entendido como uma afronta ainda maior.

Mas, para o delegado, a explicação para o fato era outra: o comentário escondia o seu ressentimento em relação ao governo, já que se tratava de um ex-integralista, possuindo “[...] ideais extremistas e subversivos”. Essa também é uma leitura possível nesse contexto. Teria Manoel associado o Hino Nacional à figura de Vargas?

É estranho que nenhuma das testemunhas tenha percebido ou, ao menos, mencionado nos depoimentos o tom de gracejo na fala de Manoel. Goffman lembra a necessidade de coerência entre a expressão e a atitude para uma representação bem-sucedida.<sup>435</sup> Teria faltado a expressão (tom de voz, gestos, etc.) que sinalizaria que sua atitude era um gracejo? Ou as testemunhas estariam intimidadas em falar de “brincadeiras” diante da autoridade? Da mesma forma, nenhuma delas comentou que o acusado pudesse ser “desequilibrado”, “fraco de espírito” ou “débil mental”. Suas testemunhas de defesa citaram apenas a “ignorância”, a “simplicidade” e a “leviandade” que são coerentes com a justificativa apresentada por Manoel ao delegado.

Embora o advogado de defesa fosse contra a diligência, foi o relatório dos peritos que garantiu a absolvição de Manoel. Conquanto não tenham utilizado a questão racial para explicar a anormalidade de Manoel, apenas o classificando como “pardo”, os peritos, dentro de uma linguagem pretensamente científica, construíram

---

<sup>435</sup> GOFFMAN, 1975.

uma imagem bastante diferente daquela apresentada pelas testemunhas de defesa. De trabalhador e ordeiro, Manoel foi transformado em um viciado em jogo e bebida.

No relatório médico, a história da ofensa ao Hino brasileiro foi completamente esquecida. Em contrapartida, as brigas da infância, a preferência pelo carnaval ao luto deixavam ver, conforme os peritos, um indivíduo “desequilibrado” e “débil mental”.

Não é possível saber se os médicos realmente acreditavam nos argumentos expostos ou se construíram um relatório com o intuito de absolver Manoel, já que os médicos eram moradores da mesma localidade. Porém, é certo que o gosto pelo samba, que lhe trouxe tantos inconvenientes, ao final, colaborou na sua defesa.

Outra brincadeira que não teve final feliz aconteceu no *Club Vitória*, na Capital capixaba.<sup>436</sup> Era julho de 1942 e as conversas sobre a guerra estavam no auge. Na qualificação do delito, consta que o caso era “[...] constrangedor e revoltante” revelando a atitude “[...] incompreensível de um cidadão brasileiro, brasileiro nato” que, em uma “[...] roda de pessoas de representação social”, proferiu frases sobre a aviação nacional, incitando o desprezo a ela.

Natário Fundão,<sup>437</sup> capixaba, contador da Estrada de Ferro Vitória-Minas, estava de passagem pela cidade e foi convidado por seu amigo – ex-colega de banco – Darci Leal, conhecido por cearense, para ir ao *Club Vitória*. Chegando lá, os dois se juntaram a outros amigos de Darci e o tema em pauta era a guerra.

Conforme a primeira testemunha, Alcebíades França Faria, quando se falou sobre o afundamento de um submarino dos países do Eixo, Natário, em tom de pilhéria, disse que os submarinos deviam estar sendo “capturados de jangada”, dirigindo o gracejo a Darci. Disse ainda que não era possível esperar qualquer atividade eficiente da aviação brasileira, pois era uma aviação de “papagaios”. A testemunha afirmou que o primeiro comentário interpretou como uma brincadeira com Darci, mas não teve a mesma impressão do segundo e logo se afastou. Como foi apresentado a ele na véspera, ignorava suas ideologias.

A segunda testemunha, Darci Leal, declarou que, quando falaram do aprisionamento do submarino do Eixo no Ceará, em tom de pilhéria, alguns

---

<sup>436</sup> Conforme o Censo de 1940, Vitória tinha 43.900 brasileiros natos, 249 brasileiros naturalizados, 1.060 estrangeiros e três de nacionalidade não declarada.

<sup>437</sup> Processo Criminal nº 2.379 (C8.0.APL.998), de 23-7-1942, originado em Vitória. Processos Criminais do Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro.



retrucaram que os cearenses estavam por cima, capturando submarino de jangada, ao que Darci respondeu “[...] com cearenses era de qualquer maneira”. Mas, como estava com fome, não prestou atenção ao resto da conversa, não sabendo dizer se Natário usou expressões de desprezo pela Aeronáutica, como também não ouviu o réu chamar de “papagaios” os aviões brasileiros.

Já Albericio Bulcão Viana disse que, durante a conversa, Natário deixou transparecer suas simpatias pelas nações totalitárias, inclusive pelas forças navais do Japão. O acusado teria dito, desdenhosamente, que o torpedeamento do submarino era impossível, pois não havia no Brasil piloto com perícia suficiente, nem aviões, já que os nossos nada mais eram do que “papagaios”, dizendo, então, que o submarino foi afundado de jangada, em tom de pilhéria, para Darci. Ainda conforme Albericio, diante dos protestos e para evitar maiores incidentes, já que pareceu a eles que seu comentário não teve outro intuito do que diminuir as Forças Armadas, os presentes se levantaram da mesa, permanecendo com Natário apenas Darci.

A última testemunha, Bianor Machado, também relatou sobre a pilhéria das “jangadas”, mas acrescentou que Natário disse que era impossível o afundamento de um submarino pelas Forças Armadas, já que as máquinas para bombardeio eram importadas e não tínhamos “aviadores-perito”. Afirmou que não ouviu o réu atribuir aos aviões brasileiros o qualificativo de “papagaios”, mas a explicação que “papagaio” era o apelido dos aviões de treinamento da Aeronáutica civil.

Mesmo que as testemunhas tenham sido unânimes quanto à pilhéria direcionada a Darci, Natário negou qualquer zombaria. Afirmou que conversavam animadamente, quando alguém comentou que a aviação brasileira havia atingido um submarino inimigo e ele achou improvável pelo fato de o Brasil ter uma pequena aviação e os aviões encomendados da América do Norte ainda não haviam chegado. Segundo ele, o Brasil possuía, em grande quantidade, aviões de treinamento civil, conhecidos no Rio de Janeiro pelo apelido de “papagaios”. Assegurou “[...] que não teve nenhum intuito de ofender, depreciar as nossas Forças Armadas; que a sua lembrança saiu naturalmente, não tendo tido o menor motivo para zombarias”.<sup>438</sup>

---

<sup>438</sup> Processo Criminal nº 2.379 (C8.0.APL.998).

No relatório, o delegado sustentou que Natário era um derrotista, pois duvidava da perícia dos aviadores, bem como da capacidade material da Força Aérea Brasileira (FAB) e “No auge da sua campanha de descrédito pelo que é nosso, Natário Fundão, o mau brasileiro, apelidou os aparelhos brasileiros de ‘inofensivos papagaios’”.<sup>439</sup> A autoridade explicava ainda que o acusado não era bastante conhecido e, portanto, não era possível buscar antecedentes. Sobre as testemunhas de acusação, afirmava que “[...] são pessoas que gozam de ótimo conceito e geral estima no Estado e se sentiram revoltadas com as atividades anti-patrióticas do indiciado”.<sup>440</sup>

Conforme o delegado, o acusado cometeu o crime previsto no Decreto-Lei nº 431, de 18 de maio de 1938, art. 3, XXIV: “Promover ou incitar, por meio de palavras, gravuras ou inscrições de qualquer espécie, prevenção, hostilidade ou desprezo contra as Forças Armadas”.

Embora, aparentemente, Natário tivesse recursos, não contratou um advogado para a sua defesa, nem apresentou testemunhas. O advogado, nomeado pelo juiz, afirmou não conhecer pessoalmente Natário, que estava no Distrito Federal em lugar ignorado, salientando que nos autos não constavam a data, o crime do acusado, nem a expressão usada pelo acusado na classificação do delito. Conforme o advogado, sem a data não se poderia apreciar o aspecto da prescrição, nem articular qualquer coisa em seu favor. O advogado afirmou ainda:

Temos a impressão de ser o caso produto de um gracejo, onde o acusado e seu advogado, não sabem ainda de que o acusam. Qual a expressão usada? A que horas? Momento difícil da vida nacional, em que se deve ter a máxima cautela quando se encontra uma acusação assim contra um brasileiro. O Brasil não tem dado traidores para macular sua história. Aqui, todos são ciosos da grandeza da Pátria e do valor excelso das nossas forças armadas. Espera-se a absolvição já que a acusação é vaga.<sup>441</sup>

Porém, o juiz não concordou com a falta de elementos e estava convencido da culpabilidade de Natário. Salientou que o acusado não compareceu para apresentar sua defesa e, ao final, expôs sua sentença:

---

<sup>439</sup> Processo Criminal nº 2.379 (C8.0.APL.998).

<sup>440</sup> Processo Criminal nº 2.379 (C8.0.APL.998).

<sup>441</sup> Processo Criminal nº 2.379 (C8.0.APL.998).

Considerando que acusado referiu-se de maneira ofensiva as forças aéreas brasileiras, proferiu frases insistentes sobre sua ação, com objetivo de incitar o desprezo contra essa gloriosa unidade das nossas forças armadas, considerando que a iniquidade de sua atitude está caracterizada nos depoimentos das testemunhas que fundamentaram a classificação do delito. Resolvo condenar a seis meses de prisão, grau mínimo do art. 3, inciso 24, decreto-lei 431 de 18 de maio de 1938 na ausência de agravantes e dado o pressuposto de bons antecedentes.<sup>442</sup>

Ao contrário de Manoel, Natário não levou adiante a justificativa de gracejo, tentando, ao contrário, dar uma explicação bastante plausível e séria à sua atitude: não acreditava na notícia do afundamento do submarino, porque sabia da falta de recursos materiais e humanos da Força Área Brasileira (FAB).

Um possível erro de Natário pode ter sido deixar de exagerar seu sentimento patriótico, afinal, as autoridades ansiavam por respostas apaixonadas, que demonstrassem todo o arsenal discursivo à disposição da população e propagandeado diariamente pelo governo. Natário Fundão foi, então, rotulado de “derrotista” e “mau brasileiro”. Como não se tratava de um ex-integralista, não recaiu sobre ele a pecha do “vingador ressentido”.

Com exceção de Darci, Natário estava entre pessoas que mal conhecia e pode-se suspeitar que ele se sentiu mais à vontade do que deveria para revelar suas opiniões. Conforme Goffman,

A informação a respeito do indivíduo serve para definir a situação, tornando os outros capazes de conhecer antecipadamente o que ele esperará deles e o que dele podem esperar. Assim informados, saberão qual a melhor maneira de agir para dele obter uma resposta adequada.<sup>443</sup>

O local pode ter contribuído para esse comportamento mais descuidado, pois estava num clube “conversando animadamente” e o círculo em que estava inserido era de pessoas com alto grau de instrução que, em tese, lidariam bem com diferentes opiniões. Mas, Natário estava enganado.

De todos os processos analisados sobre o crime de injúria, esse foi o único que terminou em condenação.<sup>444</sup> É também o único caso em que o acusado

<sup>442</sup> Processo Criminal n° 2.379 (C8.0.APL.998).

<sup>443</sup> GOFFMAN, 1975, p. 11.

<sup>444</sup> O processo n° 670 (C8.0.APL.251) também terminou em condenação, mas a acusação não era de injúria. Foram enquadrados no art. 3, XVIII, do Decreto-Lei n° 431, de 18 de maio de 1938, e condenados a um ano de prisão os réus: padre Ponciano, Aristides, Fulgêncio, Otávio e Lamberto.

não apresentou testemunhas de defesa ou procurou um advogado para defendê-lo. É possível levantar algumas hipóteses que podem ter incomodado o juiz, responsável pelo caso e levado à condenação do acusado. O sumiço de Natário revelaria medo da possível prisão ou a pouca importância que atribuiu ao fato, atitude contrária àquela que esperava a Justiça? A segunda possibilidade parece mais aceitável, já que Natário tinha condições financeiras para contratar um bom advogado. Nesse caso, a condenação seria uma forma de punição por esse comportamento “insubordinado”. Silva comenta a conduta vingativa do TSN, revelando um caso em que a atitude altiva de um condenado que declarou só comparecer às audiências mediante força física resultou na manutenção da sua prisão.<sup>445</sup>

Pode-se inferir também que foi a audácia de Natário em desnudar, racionalmente, as fraquezas humanas e materiais da FAB que perturbou o juiz. Por último, é possível ver a condenação como uma resposta à elite capixaba, frequentadora do *Club Vitória*. Mas essas são apenas especulações. Fato é que Natário, brasileiro, nunca tendo participado da AIB ou de qualquer organização estrangeira, foi condenado por ser um “derrotista”.

Ainda no ano de 1942, Elias Sabra,<sup>446</sup> sírio-libanês, comerciante, foi acusado de proferir “[...] conceitos injuriosos aos agentes do Poder Público, envolvendo-os de palavras aviltantes e injustas”, em frente do bar de Sílvio Cola, no município de Castelo.<sup>447</sup> Como se tratava de um estrangeiro, foi rotulado de “[...] mau-estrangeiro, inassimilável e pernicioso aos ideais de brasilidade”.<sup>448</sup>

Quando foi chamado à delegacia, Elias confirmou a acusação que lhe faziam, exceto na parte em que havia referência contra o governo. Disse que três moradores do município acusados de serem “falsários” – Sabra, Casagrande e Andrade – poderiam ser perdoados, se, em troca, pegassem em armas, como voluntários, para defender o Brasil. Assim, Elias não confirmou as palavras da

Quando a prisão foi decretada, os dois primeiros se encontravam num mosteiro no Rio de Janeiro e o último estava na Itália. O advogado de defesa pediu a anulação da sentença, argumentando que os acusados eram “delinquentes primários”. O juiz suspendeu por quatro anos o cumprimento da pena, com a condição de que, se uma nova infração fosse cometida, a suspensão seria revogada. Processo Criminal nº 670 (C8.0.APL.251).

<sup>445</sup> SILVA, F., 2007.

<sup>446</sup> Processo Criminal nº 2.172 (C8.0.APL.944), de 28-3-1942, originado em Castelo. Processos Criminais do Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro.

<sup>447</sup> Conforme o Censo de 1940, Castelo tinha 32.332 brasileiros natos, 333 brasileiros naturalizados e 506 estrangeiros.

<sup>448</sup> Processo Criminal nº 2.172 (C8.0.APL.944).

acusação, segundo a qual ele teria dito que o governo tinha feito coisas piores que os três “falsários” e por isso eles mereciam ser perdoados. O acusado sustentou ainda que o “pouco” que falou “foi em sentido de anedota”, pois sempre foi e ainda era amigo do governo. Afirmou também que não era “germanófilo” e que nem houve na conversa referência nesse sentido. Elias declarou ser bem relacionado em Castelo, acrescentando que todos conheciam o seu hábito de brincar.

A primeira testemunha de acusação, Aarão Jorge Júnior, oficial do registro civil, contou que a conversa versava sobre um casamento, mas, em seguida, Elias perguntou se ele sabia que os italianos da localidade perdoaram Sabra, Andrade e Casagrande. Questionando por qual motivo, Elias respondeu que o governo estava fazendo pior do que eles. A testemunha esclareceu que os três indivíduos citados por Elias foram condenados e presos, fugindo de Castelo como “falsários”. O depoente afirmou que lhe fez ver a gravidade das suas palavras. Dada a palavra a Elias, ele reafirmou que não falou nada contra o governo.

A segunda testemunha contou a mesma história, sublinhando que Elias disse também que os italianos andavam dizendo que o governo tinha feito coisa pior, mas achava que o comentário partiu dele mesmo, “querendo fazer pilheria”. A defesa de Elias apresentou um abaixo-assinado e duas testemunhas.

Gastão Correa de Lima, médico, depôs como testemunha de defesa e declarou que, no começo da guerra, Elias era simpatizante da Alemanha, mas, depois do rompimento das relações diplomáticas com o Eixo, ele afirmava que suas simpatias eram todas do Brasil.<sup>449</sup> Sempre foi inimigo do integralismo e partidário do governo. Para ele a queixa era fruto de uma interpretação errônea.

A segunda testemunha de defesa era Manoel Pires Martins, funcionário público e ex-prefeito de Castelo. Conforme a testemunha, após a denúncia, Elias o procurou para contar que havia falado que morreram diversos italianos depois da falência de Sabra e, com o decreto do Governo sobre depósitos de estrangeiros, talvez morressem mais italianos, porém disse de brincadeira. Nunca foi filiado a qualquer clube político estrangeiro, nunca se deu bem com o integralismo e era partidário do governo. A testemunha afirmou ainda que não se tratava de um cidadão que gozava de perfeito equilíbrio de suas faculdades mentais. Ao final, disse

---

<sup>449</sup> A palavra Eixo aparece sublinhada pelo escrivão. Mesmo que o texto da testemunha afirme que Elias não mais compactuava com os países do Eixo, o fato de ter sublinhado essa palavra, num olhar ligeiro sobre o texto, sugere o contrário, isto é, o acusado tem uma ligação com os “países do Eixo”.

que não sabia se a queixa era resultado de uma confusão ou de má interpretação. O advogado de defesa sustentou que Elias era vítima de uma “lamentável insidia” sem saber ao que atribuir tal atitude da testemunha que, desde o início, pretendia prejudicá-lo.

Consta ainda que o documento (abaixo-assinado) subscrito por diversas pessoas da localidade “das mais elevadas as mais humildes” atesta que o acusado, “homem honesto e trabalhador, se tornou merecedor da estima de todos os habitantes de Castelo”.<sup>450</sup>

No caso de Elias, embora argumentasse que se tratava de uma brincadeira, a anedota não parece ter muito sentido sem referência à atitude do governo. Seja como for, o comentário jocoso foi interpretado pela primeira testemunha como “palavras gravíssimas”. Conforme o relato da testemunha, ela mesma explicitou sua visão, depois de ouvir aquelas palavras, fato que deve ter ajudado o acusado na atitude escolhida diante do delegado. Elias, desde o princípio, negou ter feito comentários contra o governo, mesmo na presença da testemunha que o acusou.

Com seu comentário ou pilhéria, Elias lembrou as dificuldades causadas pelo governo aos italianos, na sua maioria, pequenos proprietários rurais, com o “depósito de estrangeiros”, fazendo com que os bens dos súditos do Eixo ficassem indisponíveis.<sup>451</sup> Para ele, o governo estaria roubando os bens dos italianos, muito pior do que os três indivíduos citados, considerados falsários, haviam feito em Castelo.

No depoimento da primeira testemunha de defesa, surge uma nova informação: Elias já havia sido favorável à Alemanha. Se o interesse do procurador e do juiz fosse a condenação, essa informação por certo teria ganhado relevância e deporia contra o acusado, ainda mais sendo ele um estrangeiro. Cabe salientar também que Elias não foi efusivo na demonstração de “gratidão” ao País que o “acolheu”, atitude esperada pelas autoridades.

Por outro lado, a afirmação da segunda testemunha de defesa de que Elias “[...] não gozava de perfeito equilíbrio das suas faculdades mentais”, que poderia tê-lo ajudado, como no caso de Manoel e do Hino Nacional, não foi usada

---

<sup>450</sup> Processo Criminal nº 2.172 (C8.0.APL.944).

<sup>451</sup> Por meio do Decreto-Lei nº 3.911, de 9 de dezembro de 1941, os bens dos súditos do Eixo (alemães, italianos e japoneses) foram confiscados (CANCELLI, 1993).

pela defesa, talvez porque não houvesse o intuito da condenação. O abaixo-assinado (composto em sua maioria por pessoas de “representação” na comunidade) e as testemunhas de defesa foram suficientes para sua absolvição.

Das sentenças proferidas, a do processo de Elias Sabra é a mais intrigante, pois o juiz aceitou a “pilhéria” como atenuante, embora o acusado, segundo o juiz, devesse contestar o tom injurioso. Assim, para o juiz,

É caso de absolvição, quando o acusado contesta as palavras ofensivas que lhe foram atribuídas e que teriam sido proferidas em tom de pilheria, em conversa com pessoas de suas relações, sem intenção injuriosa.<sup>452</sup>

Já no ano de 1944, foi a vez de Daniel Carone,<sup>453</sup> brasileiro, lavrador, morador de Anchieta, fazer uma brincadeira que não foi bem recebida.<sup>454</sup> O denunciador foi o próprio prefeito da cidade. De acordo com o denunciante, não era a primeira vez que o acusado o insultava, fazendo isso, principalmente, nas casas comerciais de seus cunhados, que apoiavam as críticas aos atos da Prefeitura.

No centro telefônico local, o denunciante ouviu Daniel dizer: “Deusa, a telefonista está demorando em atender o chamado, você diz que é o interventor que quer falar, que ela atende imediatamente”.<sup>455</sup> Conforme o prefeito isso era um ato de desrespeito ao Governo do Estado.

O acusado sustentou que era uma inverdade, já que ele não detratava nenhuma autoridade. Sobre o acontecido no posto telefônico, afirmou que, no meio da conversa sobre um passeio a Itapemirim e diante do esforço da telefonista para conseguir uma ligação, desviou do assunto e disse: “Olha, Deusa, diz que é o interventor que num instante atendem”, prosseguindo a conversa. Para ele, a atitude do prefeito era unicamente uma expressão de vingança e perseguição, porque seu cunhado havia se queixado ao interventor pelo corte de água na sua propriedade e pela denúncia de atos ilícitos feitos com o sal que veio para ser distribuído pela Prefeitura.

---

<sup>452</sup> Processo Criminal nº 2.172 (C8.0.APL.944).

<sup>453</sup> Processo Criminal nº 6.124 (CX. 562), de 12-10-1944, originado em Anchieta. Processos Criminais do Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro.

<sup>454</sup> Conforme o Censo de 1940, o município de Anchieta tinha 9.744 brasileiros natos, um brasileiro naturalizado, 95 estrangeiros e um de nacionalidade não declarada.

<sup>455</sup> Processo Criminal nº 6.124 (CX. 562).

Foram convocadas seis testemunhas que estavam no posto telefônico, lugar em que o suposto crime havia sido cometido. José Silvério de Melo, agrônomo, relatou que conversavam sobre um piquenique, ao mesmo tempo em que aguardavam ligações e, como estavam demorando em atender, Daniel, “em tom amistoso”, disse para a telefonista: “[...] diga que é o interventor que quer falar que a ligação será feita imediatamente”.<sup>456</sup> Sobre sua relação com o acusado, afirmou que era a pessoa que mais tinha convívio na cidade de Anchieta. Delton Viana confirmou o relato anterior e, a seu ver, as palavras de Daniel foram ditas “em tom de gracejo”, mas, nesse momento, o prefeito interino estava à janela.

Duas outras testemunhas, a própria telefonista Deusdedith Matos Costa, conhecida por Deuza, e sua irmã, Orcalina Matos Costa, cujo apelido era por Enith, contaram a mesma história, sustentando o “tom de gracejo” da fala de Daniel. Reguine Damázio, comerciante e cunhado do acusado, disse que Daniel não falava sobre a administração municipal e estadual, muito menos sobre o prefeito. Reclamou das perseguições sofridas e aproveitou para denunciar que o prefeito trouxe sal para vender aos comerciantes a 0,42, mas vendeu a 0,60 e diretamente ao interior a 0,90. A última testemunha, Lívio Nogueira, comerciante, contou a mesma história que a testemunha anterior, justificando a denúncia como perseguição. As testemunhas foram unânimes em afirmar que nunca viram o acusado detratando autoridades.

Percebe-se que Daniel conseguiu manter uma coerência entre suas palavras e expressões, já que nenhuma testemunha duvidou de sua intenção não ofensiva e todas afirmaram que Daniel estava brincando. Mais de um ano depois, o Ministério Público pediu o arquivamento do processo, afirmando que não havia qualquer indício de culpabilidade do acusado.

Daniel Carone, com seu comentário jocoso, deixou clara a existência e consciência, por parte da população, das distinções hierárquicas e seus privilégios. Contudo, a denúncia parece não ter sido motivada apenas por esse comentário, pois, conforme as testemunhas e o próprio acusado, havia desentendimentos anteriores entre o prefeito e a família do acusado, envolvendo críticas a atos considerados ilícitos praticados na Prefeitura, criando antipatias e conflitos.

---

<sup>456</sup> Processo Criminal nº 6.124 (CX. 562).



O caso de Daniel também demonstra que as pendengas estritamente pessoais e/ou que envolviam disputas políticas locais se transformavam em crimes contra a nação. Embora pareça ter ficado clara tal situação ao Ministério Público, que pediu o arquivamento, se esse fato tivesse ocorrido dois anos antes, quando os ânimos estavam mais exaltados, provavelmente o processo teria seguido e terminado em absolvição.

O último suposto crime ocorreu na barbearia de Biazzuti, no ano de 1941, sendo o acusado Fortunato Bonino.<sup>457</sup> Esse episódio teve grande repercussão e mobilizou a pequena cidade de Santa Teresa.<sup>458</sup> As cinco testemunhas do inquérito afirmaram que o crime envolveu uma moeda, quatro delas apontaram ainda a flatulência e duas delas o desejo de revolução.

Conforme a denúncia, Fortunato deixou cair de suas mãos uma moeda com a efígie do Presidente, pisou-a, fez gestos impróprios, além de ter proferido uma série de palavras de baixo calão dirigidas ao Presidente.

Fortunato Bonino, 30 anos, casado, guarda-livros, contestou a acusação e afirmou que a denúncia era fruto da ação de seus inimigos, embora não soubesse nomeá-los. De acordo com a sua versão, ele pisou a moeda – e não lembrava se tinha a efígie do Presidente – para fazê-la parar de correr e, talvez, tenha dito algum gracejo sobre o tamanho dessas moedas, que foi transformado em insulto pelos seus inimigos. Declarou ainda que ele e sua família admiravam Getúlio Vargas, possuindo um retrato do Presidente na firma da família e na sua casa. Ao final, afirmou que já havia pertencido à AIB. Invocou, para corroborar suas afirmações, o próprio Dr. Juiz de Direito.

Assim, Fortunato, inicialmente, defendeu que houve uma interpretação equivocada de seus gestos. Goffman fala sobre a possibilidade de a plateia dar mais importância do que deveria a pequenos indícios numa determinada interpretação,

---

<sup>457</sup> Processo Criminal nº 1.697 (C8.0.APL.742), de 23-5-1941, originado em Santa Teresa. Processos Criminais do Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro.

<sup>458</sup> Conforme Derenzi (1974) as primeiras grandes levadas de imigrantes chegaram à Santa Teresa entre 1875 e 1877. Os imigrantes eram italianos, alemães, poloneses e suíços. Entre 1877 e 1890, ainda chegaram pequenos grupos de imigrantes, a maioria de italianos. Calculava-se que eram 3.500 estrangeiros em 1897. Destes, cerca de 80% eram italianos. Segundo o Censo de 1940, Santa Teresa tinha 21.496 brasileiros natos, 157 naturalizados, 525 estrangeiros e um de nacionalidade não declarada (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento Geral do Brasil**, 1940. Série regional. Espírito Santo. Rio de Janeiro: IBGE, 1951. Parte XIV).

Em virtude da mesma tendência a aceitar os sinais, a platéia pode não compreender o sentido que um indício devia transmitir, ou emprestar um significado embaraçoso a gestos ou acontecimentos acidentais, inadvertidos ou ocasionais, aos quais o ator não pretendia dar qualquer significação.<sup>459</sup>

Mas, conforme os primeiros depoimentos das testemunhas, o pisar a moeda não teria sido um gesto inocente e desprovido de significado como sustentou Fortunato. Foram convocados a depor no inquérito Florêncio Paviotti, César Biazutti, Alberto Chiappani, Frederico Poli e Manoel Ferreira.

O primeiro, proprietário da barbearia, afirmou que Fortunato jogou uma moeda com a efígie do Presidente, pisando-a reiteradas vezes e dizendo que “[...] quando queria se aliviar de gases sentava-se sobre a referida moeda”.<sup>460</sup> Contou os fatos “por ouvir dizer”, já que não assistiu a eles. Qualificou o acusado como “homem rico e instruído”.

A segunda testemunha, funcionário da barbearia, disse que a conversa na barbearia tinha resvalado para assuntos políticos, gerando o incidente envolvendo a moeda. O barbeiro repetiu a versão contada pelo proprietário da barbearia, mas confirmou que assistiu ao ocorrido.

Alberto Chiappani, *chauffeur*, por sua vez, contou que estava se barbeando, quando Bonino começou a queixar-se da realização da festa em comemoração ao aniversário do Presidente. Em seguida, o *chauffeur* também narrou a história envolvendo a moeda, acrescentando que Fortunato teria dito que “[...] daria graças a Deus se no dia seguinte rebentasse uma revolução para depor o senhor Presidente da Republica”.<sup>461</sup> Afirmou ainda que Fortunato era um homem instruído, “[...] dono de sólida fortuna neste município” e que os fatos ocorridos na barbearia foram trazidos ao conhecimento público e ninguém mais os ignorava. Frederico Poli, pedreiro, contou a mesma história, mas disse que nada viu, pois sempre dormia enquanto fazia a barba.

Já o pernambucano, Manoel Ferreira, coletor estadual, disse que, no dia 18, encontrou, por acaso, o *chauffeur* Chiappani e este contou ao depoente que Fortunato, “pessoa de recursos e educada”, havia acabado de insultar o Presidente, relatando a ele o caso da moeda e da revolução. No dia seguinte, a testemunha

---

<sup>459</sup> GOFFMAN, 1975, p. 54.

<sup>460</sup> Processo Criminal n° 1.697 (C8.0.APL.742).

<sup>461</sup> Processo Criminal n° 1.697 (C8.0.APL.742).

encontrou o acusado e perguntou sobre o ocorrido, tendo como resposta: “O que tem isto?”. Diante da inesperada resposta, disse ter retrucado que não permitia esse tipo comportamento, podendo até levar o fato ao conhecimento do Tribunal de Segurança. Apesar da ameaça, a testemunha acrescentou que não foi o autor da denúncia e que conhecia Fortunato muito bem, considerando-o seu amigo.

Todas as testemunhas foram unânimes em afirmar que nunca viram o réu bebendo ou embriagando-se e, com exceção da última testemunha, todos disseram que Fortunato era um “elemento de destaque” na extinta AIB no município. Nenhuma das testemunhas mencionou um “tom de gracejo” ou algo similar na fala do acusado. O advogado de defesa também não considerou essa versão, sustentando que a denúncia foi motivada por “vingança”.

Devido à publicidade do caso, a história de Fortunato Bonino levou o próprio delegado da DOPS a Santa Teresa onde presidiu o inquérito.<sup>462</sup> No depoimento ao delegado da DOPS, as testemunhas de acusação se transformaram em testemunhas de defesa.<sup>463</sup>

É interessante perceber que o fator étnico (Fortunato Bonino era filho de um italiano) ficou ofuscado diante da sua participação na AIB. Para o delegado o que explicaria o seu comportamento era o ressentimento de um integralista, e a questão étnica não foi sequer mencionada.

Porém, o que interessa é perceber “o gracejo” como forma de expor opiniões e valores contrários aos apregoados pelo governo ou, simplesmente, utilizá-lo como atenuante. Na história de Fortunato, o gracejo ficou restrito ao seu primeiro depoimento durante o inquérito. O possível gracejo não foi mencionado nem pelas testemunhas, nem pelo advogado, nem mesmo pelo próprio acusado, no seu segundo depoimento. A defesa, a todo o momento, utilizou o argumento de “vingança pessoal” e, ao final, Fortunato Bonino foi absolvido.

Não é difícil entender por que as brincadeiras incomodavam o poder instituído. Como Soihet salienta, essas atitudes não eram reflexos de uma compreensão inocente ou irresponsável da realidade. Ao contrário, elas demonstravam as insatisfações e traziam à tona sentimentos e valores distintos, que

---

<sup>462</sup> Nos demais processos, é possível perceber que era o próprio delegado da localidade quem inquiria o acusado e testemunhas, encaminhando o inquérito para a DOPS, que, por sua vez, remetia ao TSN.

<sup>463</sup> A mudança nos depoimentos no processo de Fortunato Bonino, assim como os detalhes de sua defesa serão analisados no próximo capítulo.

deixavam à mostra as diferentes percepções dessa realidade que se pretendia homogeneizar.<sup>464</sup>

### 4.3 Notícias da guerra

Os bares não eram apenas palco de comentários e gestos jocosos. Era também nesse espaço que aconteciam as discussões acaloradas sobre os rumos da guerra na Europa e seus reflexos na vida brasileira que poderiam resultar em trocas de insultos, ameaças de “brochadas” e linchamento. Por certo, durante esse período, os torpedeamentos dos navios brasileiros foram os fatos que mais suscitaram emoções e desentendimentos.

A guerra era uma presença constante nos jornais e no rádio, mas raros eram aqueles que podiam se dar o luxo de possuir um nas suas próprias casas. Assim, um motivo a mais para frequentar os bares era ouvir as últimas notícias da guerra.

Este texto surgiu pela constatação de que parte dos conflitos que resultaram em denúncias tinha por motivação as discussões sobre o andamento da guerra e suas previsões sobre quem seria vencedor. Dessas contendas, acusações de “germanófilo”, “fascista”, “sigmoide”, “inassimilável”, “simpatizante do Eixo”, “derrotista”, dentre outras, eram usadas para sustentar as denúncias.

Mas, para além dos rótulos, tão comuns numa época marcada pela intolerância, essas discussões mostram o uso feito pelo governo da situação de guerra, com o objetivo de homogeneizar pensamentos e atitudes. Ao mesmo tempo, deixa entrever, por exemplo, os diferentes significados atribuídos às ideias de patriotismo. O que era ser patriota para o governo? E o que isso significava para a população ou, ao menos, para parte dela?

Se estar contra o Eixo, a partir de 1942, é apresentada à população como a única posição aceitável, no início dos anos 30, não era bem assim. Vários jornais faziam menção ao aniversário de Hitler e publicavam notícias elogiosas ao seu governo. Todavia, quando Vargas decide sair de sua posição de “neutralidade”, ter opiniões favoráveis ou nutrir bons sentimentos pela Alemanha, Itália ou Japão,

---

<sup>464</sup> SOIHET, 1998.

era visto pelo governo e por parte da população como sinônimo de falta de patriotismo e traição.

Mais uma vez, os ex-integralistas identificados com o nazifascismo ficavam numa situação no mínimo desconfortável, da mesma forma que os estrangeiros e seus descendentes – alemães, italianos e japoneses – já que não podiam mais manifestar sentimentos de afinidades com o país de seus ancestrais.

Uma dessas discussões acaloradas que, segundo o delegado da cidade, quase terminou em linchamento, ocorreu no Bar Guarani, no município de João Pessoa.<sup>465</sup> Segundo a acusação, na tarde de 23 de agosto de 1942, Joaquim Nicolau Monteiro,<sup>466</sup> brasileiro, agricultor, com o apelido de Quinca, enquanto tomava café com amigos no Bar Guarani, disse: “O Brasil não declararia guerra ao Eixo porquanto alguns oficiais do seu Exército eram simpatizantes do Eixo, e que a esquadra do Brasil não era suficiente e sim uns ‘calhambeques’”.<sup>467</sup> Embora não estivesse no bar, seu filho, José Monteiro, também foi acusado.

Foram convocadas oito testemunhas. As três testemunhas que estavam na mesa com Quinca afirmaram que, enquanto bebiam café, conversavam sobre o preço do grão, o que levou o assunto para a situação internacional. Um dos presentes disse que, sendo os Estados Unidos amigos do Brasil, eles comprariam o café e, com a vitória dos aliados, seu preço melhoraria. Portanto, o Brasil já deveria ter declarado guerra ao Eixo. Quinca, então, respondeu que o Brasil não declararia guerra porque parte de seu Exército era simpatizante do Eixo, além do que o Brasil não tinha frota suficiente para a guerra, apenas “calhambeques”. Quinca teria dito também, segundo uma das testemunhas, que era brasileiro, tendo filhos brasileiros e reservistas, não era contra o Brasil e poderia ser “até fuzilado”, mas mantinha suas opiniões. Dois de seus amigos da mesa afirmaram ainda que Quinca mencionou que lia muito e estava muito bem informado sobre a situação internacional.

Ainda conforme seus companheiros de mesa, houve protesto diante das palavras de Quinca. Um deles disse que ele merecia umas “brochadas”, embora suas palavras tenham sido “[...] em tom de palestra” e, como protesto, retirou-se do

---

<sup>465</sup> Segundo o Censo de 1940, João Pessoa tinha 48.985 brasileiros natos, 63 naturalizados, 764 estrangeiros e um de nacionalidade não declarada. O município hoje é denominado Mimoso do Sul (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento Geral do Brasil**, 1940. Série regional. Espírito Santo. Rio de Janeiro: IBGE, 1951. Parte XIV).

<sup>466</sup> Processo Criminal nº 2.476 (C8.0.APL.1071), de 23-8-1942, originado em João Pessoa. Processos Criminais do Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro.

<sup>467</sup> Processo Criminal nº 2.476 (C8.0.APL.1071).

bar. Outro disse que a “palestra” não o agradou e também foi embora. Mas a conversa não ficou restrita à mesa. Agostinho Fernandes Teixeira estava no balcão do bar tomando café, quando ouviu na mesa dizerem:

[...] Getúlio Vargas não era nenhum doido de botar uma frota de ‘calhambeques’ para guarnecer as costas do Brasil, que ele Nicolau lia muito e estava bem informado de que quem iria vencer a guerra era a Alemanha, pois grande parte nosso exercito estava com o Eixo e era germanófilo.<sup>468</sup>

Em depoimento, o dono do bar alegou que não podia detalhar o assunto tratado na mesa, pois estava entretido no seu serviço, vendo apenas quando Quinca se levantou e disse que podiam prendê-lo e outras coisas que não ouviu.

Conforme os testemunhos, as pessoas envolvidas diretamente na conversa se retiraram do bar, assim como o próprio acusado, mas o boato fez com que uma “massa revoltada” se juntasse no Bar Guarani com o objetivo de prender ou linchar Quinca.

Quinca, em seu depoimento, afirmou que entrou no bar para comprar papel para cigarro e sentou-se à mesa com amigos. A conversa era a viagem do interventor ao Rio e a situação internacional. Disse, então, que “[...] achava que o Dr. Getúlio não era nenhum tolo em declarar guerra conhecendo a situação do Brasil”.<sup>469</sup> Declarou que não tolerava o comunismo, pois seu filho quase havia sido vítima do assalto comunista no 3º Regimento no Rio. Enalteceu, inclusive, a Inglaterra e a América do Norte, procurando demonstrar com isso que não estava contra o Brasil.

Na percepção de Quinca, ele havia se manifestado de forma decente, sem ofender as instituições ou o próprio governo, pois “[...] brasileiro como é, não seria contrario ao Brazil”.<sup>470</sup> Ainda, na sua visão, tudo aconteceu sem maiores incidentes, tendo observado apenas que Távora (um dos companheiros da mesa) ficou meio exaltado, mas explicou-lhe que não estava contra o Brasil e só queria ver a guerra terminada, pois trazia prejuízos para os comerciantes e para a lavoura.

---

<sup>468</sup> Processo Criminal nº 2.476 (C8.0.APL.1071).

<sup>469</sup> Processo Criminal nº 2.476 (C8.0.APL.1071).

<sup>470</sup> Processo Criminal nº 2.476 (C8.0.APL.1071).

Quinca relatou ainda que saiu tranquilamente do bar, não percebendo qualquer intento de agressão contra ele e dirigiu-se a uma barbearia. Logo após, jantou na casa de seu genro, quando seu filho José entrou dizendo que “[...] estava um ambiente muito carregado”. Apareceram dois amigos e o levaram para a casa de um deles sem dizer do que se tratava. Enquanto estava lá, apareceu o delegado e o conduziu até a delegacia, onde se sentiu mais seguro. Disse ainda que ignorava o motivo que causou a revolta de tanta gente contra ele. Declarou-se proprietário, bastante relacionado com todos, com seus negócios em dia, considerando-se pessoa idônea, conceituada e digna de ser respeitada.

Conforme Goffman, “A sociedade está organizada tendo por base o princípio de que qualquer indivíduo que possua certas características sociais tem o direito moral de esperar que os outros o valorizem e o tratem de maneira adequada”.<sup>471</sup> Ligado ao princípio anterior, um segundo princípio, conforme o autor, diz que, quando alguém demonstra que possui determinadas características sociais, deve ser, de verdade, a imagem que projeta. Nas palavras de Goffman:

[...] quando um indivíduo projeta uma definição da situação e com isso pretende, implícita ou explicitamente, ser uma pessoa de determinado tipo, automaticamente exerce uma exigência moral sobre os outros, obrigando-os a valorizá-lo e a tratá-lo de acordo com o que as pessoas de seu tipo têm direito de esperar.<sup>472</sup>

Assim, Quinca projetava a imagem de uma pessoa “respeitável” e, portanto, exigia que o governo e demais pessoas o tratassem dessa forma.

Seu filho, José Monteiro, que acabou sendo denunciado também, afirmou que não estava na cidade na hora do acontecimento e que, quando chegou à cidade e se dirigiu ao bar, soube do “clima pesado” contra seu pai por causa de algumas palavras ali ditas em conversa informal. Foi à casa de seu cunhado procurá-lo, tendo seu pai dito que não havia falado nada ofensivo. Quando foi novamente à rua, viu pessoas exaltadas e encontrou seu pai mais tarde na delegacia. Declarou-se reservista, afirmando que apenas aguardava a oportunidade de prestar seus serviços como militar e que jamais teve simpatias pelas potências do Eixo. Negou ser um “germanófilo enraigado” e disse que nem mesmo mantinha discussões sobre os rumos da guerra.

---

<sup>471</sup> GOFFMAN, 1975, p. 21.

<sup>472</sup> GOFFMAN, 1975, p. 21.

As últimas afirmações são respostas às declarações de duas testemunhas que afirmavam terem ouvido, há um tempo, numa viagem, José enaltecer as nações do Eixo e declarar sobre os afundamentos dos navios: “Quem procura e acha, não é desgraça”.<sup>473</sup>

A interação ocorrida no Bar Guarani, que acabou na denúncia contra Quinca, é interessante porque demonstra que parte da população, mesmo nas cidades do interior, se interessava pela vida pública, lia as notícias dos jornais, acompanhava as viagens do interventor, isto é, discutia aspectos da vida política nacional e local nas mesas dos bares. Os frequentadores do Bar Guarani sabiam que os rumos da política nacional e internacional tinham impacto em suas vidas e a variação do preço do café era apenas um deles.

Mas a conversa daquele dia teve uma consequência inusitada na vida de Quinca. A sua opção por deixar o jogo da interação cortês pela discordância aberta rendeu um quase “linchamento” e agora ele era um “réu”, o que, em seu caso, significou suportar cinco meses de fofocas e aflições, sem falar nos gastos com advogado até conseguir a absolvição.

O relatório do delegado informava que Quinca estava escondido para “[...] se livrar da fúria do povo”, que gritava “quinta-coluna” e que pedia a sua punição. O filho também foi conduzido, já que outro grupo também pretendia agredi-lo. O delegado ponderava que “Na fase a que se atravessa o País, nenhum brasileiro tem o direito de se exprimir com tamanha ousadia, contrario as atitudes do governo”.<sup>474</sup> Quanto ao filho, disse que havia apenas informações que não permitiam sua detenção. José foi excluído do processo.

Causa estranheza que, na visão do delegado, as informações fornecidas pelas testemunhas contra o filho de Quinca não fossem suficientes, já que uma delas repetiu, inclusive, o ditado popular que seu filho teria usado para se referir aos afundamentos dos navios, expressão que dificilmente teria sido inventada.

Já a justificativa utilizada pelo delegado na denúncia de Quinca é bastante elucidativa: tecer críticas às atitudes do governo significava estar contra o Brasil, uma atitude impensável diante da situação de guerra e que, na visão do

---

<sup>473</sup> Processo Criminal n° 2.476 (C8.0.APL.1071).

<sup>474</sup> Processo Criminal n° 2.476 (C8.0.APL.1071).



delegado, nenhum brasileiro teria o “direito” de ter. A guerra deveria fazer calar qualquer voz que ousasse questionar ou criticar a posição do governo.

O advogado de defesa iniciou seu texto alertando para o “contraste curiosíssimo” entre os depoimentos das testemunhas, para afirmar, em seguida, que “[...] fatos reputados graves, sob certas circunstâncias e momento, são comumente, à luz dos julgamentos serenos e isentos de filigranas, os simples fatos da vida mesma – a que um gesto irrefletido não chega a atribuir senão desprezo!”.<sup>475</sup> A mesa de café, para o advogado, era um “símbolo da laicidade” dos comentaristas da guerra,

[...] símbolo da laicidade dos comentaristas da guerra e de suas consequências – num tom de camaradagem, intimidade, e entrecortada de referências tolas – melhor dito – ingenuas, em que se tumultuavam, num processo intelectual grosseiro, repulsa ao comunismo, lampejos de patriotismo, reflexos de comunicados de imprensa, manifestações de interesses pessoais – e o que é mais – sem conexão e, portanto, comprometendo a razão das idéias expressas com fins desrespeitosos à Pátria ou às forças armadas do país.<sup>476</sup>

Proseguiu classificando o acontecido como uma conversa banal, “rudemente mantida entre fazendeiros”, que estavam distantes dos centros sociais, por excelência, revelando “conceitos insensatos”, sem intenção de “[...] desrespeitar ou injuriar, de acometer ou delinquir”.<sup>477</sup>

Além disso, para ele, a expressão “calhambeques” realçada na denúncia tinha uma “[...] feição dramática do cunho policial, facilmente reconhecida pelo automatismo da construção da frase”.<sup>478</sup> Como apenas duas, das quatro testemunhas, citaram a palavra, o advogado ainda presumiu que “[...] o acusado não proferiu semelhante palavra, mas surgiu no processo, talvez pela fertilidade de imaginação da autoridade que presidiu o mesmo”.

Segundo o advogado, a “[...] inoperância das idéias trocadas a mesa do Bar Guarani entre pessoas de nível cultural rudimentar, sem intuito hostis e sem sentido injurioso”,<sup>479</sup> demonstrava a falta de periculosidade dos comentários. Portanto, essas palavras não poderiam refletir qualquer intenção de hostilizar ou

<sup>475</sup> Processo Criminal nº 2.476 (C8.0.APL.1071).

<sup>476</sup> Processo Criminal nº 2.476 (C8.0.APL.1071).

<sup>477</sup> Processo Criminal nº 2.476 (C8.0.APL.1071).

<sup>478</sup> Processo Criminal nº 2.476 (C8.0.APL.1071).

<sup>479</sup> Processo Criminal nº 2.476 (C8.0.APL.1071).

desprezar as Forças Armadas e, por isso, não se enquadrariam no inciso XXIV, do art. 3º do Decreto-Lei nº 431, já que, no seu entendimento, era necessário levar em consideração “[...] a maior ou menor gravidade”, que assumiria o sentido das palavras com intenção injuriosa.<sup>480</sup>

Para reunir mais provas a favor do acusado, a defesa enviou para pessoas “respeitáveis” da comunidade uma carta com algumas perguntas sobre a conduta de Quinca como “chefe de família”, cidadão e convicções políticas, totalizando 12 questões.

Com o intuito de diminuir a gravidade das palavras utilizadas por Quinca, o advogado qualificou as pessoas envolvidas na interação como possuidoras de uma “cultura rudimentar” própria de “fazendeiros” que viviam “longe dos centros sociais” e que expressavam, portanto, um pensamento confuso, beirando o ilógico. Esse contexto era coerente com o “espaço laico” em que as palavras foram proferidas, isto é, numa mesa de bar.

Por fim, cabe ainda mencionar o fato de o advogado declarar abertamente que parte das palavras que ganharam relevância na acusação não foram ditas por Quinca, mas era resultado da fértil imaginação do delegado.<sup>481</sup>

Para o juiz, ficou provado que as expressões atribuídas ao acusado não demonstraram intenção de provocar ou incitar desprezo contra as “classes armadas”, já que tinham sido proferidas antes de ser conhecido o estado de beligerância. Para ele as expressões “[...] não parecem traduzir mais que uma apreciação crítica das conveniências do Brasil em face da guerra atual”.<sup>482</sup>

Assim, para o juiz, o processo tratava da troca de ideias entre Quinca e seus amigos, sobre os rumos da guerra, a partir das informações veiculadas pelo jornal e rádio, e suas possíveis consequências. O juiz não desqualificou o pensamento de Quinca e de seus amigos de bar, classificando-o como uma “apreciação crítica”, talvez porque admitisse que o comentário de Quinca sobre a divisão do Exército brasileiro realmente tinha fundamento.

---

<sup>480</sup> Processo Criminal nº 2.476 (C8.0.APL.1071).

<sup>481</sup> Chalhoub (2001) informa que era comum encontrar testemunhas e acusados que denunciavam ameaças, espancamentos e alterações nas suas declarações por parte da polícia. Os advogados alegavam também a fraude policial como estratégia de defesa.

<sup>482</sup> Processo Criminal nº 2.476 (C8.0.APL.1071).

Já no Bar Londres, no município de Alegre, José Lobato,<sup>483</sup> espanhol, vivendo há 41 anos no Brasil e sem profissão definida, foi acusado de ser partidário e defensor das potências do Eixo.<sup>484</sup>

O denunciante foi o comerciante João Eugenio Gonçalves. Segundo ele, enquanto ouvia o noticiário de guerra pela rádio Inconfidência de Minas Gerais, ouviu “o espanhol”, em conversa com a esposa do proprietário do bar, dizer que a Alemanha não perderia a guerra porque ainda estava muito forte e tinha muitos homens para perder. Segundo o depoimento, Lobato teria dito ainda que o presidente Roosevelt se encontrava em delicada situação, pedindo, inclusive, ao nosso governo tropas para a frente de batalha. A própria testemunha teria então retrucado que a necessidade das tropas brasileiras não era novidade, já que o Brasil também estava em guerra com a Alemanha e a Itália.

Salientou, ainda, que um rapaz, cujo nome ele desconhecia, contou que era pública e notória a simpatia de Lobato pelas potências do Eixo, cujas ideias totalitárias explanavam francamente antes da declaração de guerra. Acrescentou que Lobato não tinha profissão, vivendo somente de jogos, não sabendo se possuía qualquer bem ou propriedade. Ao final, respondeu que não sabia, nem ouviu dizer, que a esposa de Nelson, proprietário do bar, era também partidária do Eixo.

Foram convocadas três testemunhas. As duas primeiras, Jonas Pedro de Oliveira e Antônio Pereira, afirmaram ter ouvido o espanhol Lobato dizer que a situação da Alemanha ainda estava muito boa, porque ela perdeu muita gente, mas ainda tinha muita para perder. A primeira testemunha ressaltou, contudo, que não prestou mais atenção ao que falavam e desconhecia qual era a atitude do acusado antes e depois da entrada do Brasil na guerra. A segunda, por sua vez, mencionou o envolvimento de Lobato com jogos, mas afirmou também que ignorava sua atitude em relação ao conflito. A terceira testemunha, Pedro Teixeira de Abreu, apenas ouviu os comentários do denunciador dizendo que o “espanhol” Lobato tinha opiniões favoráveis ao Eixo, mas não deu atenção à conversa por estar atento ao noticiário. Declarou saber, “por ouvir dizer”, que Lobato tinha ideias favoráveis às

---

<sup>483</sup> Processo Criminal nº 3.087 (CX. 486) de 9-12-1942, originado em Alegre. Processos Criminais do Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Arquivo Nacional (AN). Rio de Janeiro.

<sup>484</sup> Segundo o Censo de 1940, Alegre tinha 61.796 brasileiros natos, 248 naturalizados, 334 estrangeiros (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento Geral do Brasil**, 1940. Série regional. Espírito Santo. Rio de Janeiro: IBGE, 1951. parte XIV).

potências “que infelicitam o mundo”. Todas as testemunhas afirmaram que ele ganhava a vida por meio de jogos de azar.

José Lobato declarou que, por longos anos, foi proprietário de padaria, mas, há cerca de quatro anos, vivia exclusivamente de juros e jogos. Afirmou que era uma inverdade a denúncia de que ele teria defendido as potências do Eixo. Conforme a sua versão, quando chegou ao bar, perguntou à esposa de Nelson o que tinha ouvido sobre a “marcha da guerra”. Ela respondeu que estava satisfeita porque a Alemanha estava perdendo muita gente. Diante disso, ele comentou que ainda não estava satisfeito porque era capaz de o Brasil ter de mandar soldados à guerra, situação que não era “agradável” para aqueles que tinham filhos. Salientou que nunca teve ideias totalitárias e sempre acompanhava o regime acatando as decisões do governo.

No relatório do delegado de polícia, constou que Lobato, conhecido como simpatizante do Eixo, enfatizava seu ponto de vista defendendo a Alemanha, quando João Eugenio se aborreceu e fez a denúncia. Diante disso, o delegado levou o fato ao conhecimento de Paulo de Tarso Velozo, delegado da DOPS, que julgou oportuna a instauração do inquérito, pois achava que Lobato merecia um corretivo para que servisse de exemplo aos demais estrangeiros que,

[...] arribando ao nosso grande e hospitaleiro Brasil, aqui lícito ou ilícitamente conseguem meios de viverem sem nenhuma ocupação como no caso do denunciado, e na hora grave em que atravessa o Paiz, ainda vão para locais públicos tecer elogios aos nossos monstruosos e covardes agressores.<sup>485</sup>

Além do ocorrido no bar, o delegado afirmou que Lobato já havia sido, por duas vezes, intimado a comparecer à delegacia por explorar “sorratamente” o jogo denominado “campista”, ao que dava sempre “mil desculpas”.

No final do relatório, o delegado ressaltou que não tomou as declarações da esposa de Nelson, devido à dificuldade para caminhar apresentada por ela e também porque ela afirmou que Lobato não disse as palavras das quais estava sendo acusado. Isto é, como figuraria como testemunha de defesa, o delegado achou melhor não convocá-la a depor.

---

<sup>485</sup> Processo Criminal n° 3.087 (CX. 486).

Pelas palavras do delegado, percebe-se que, nesse processo, a questão étnica ganhou relevância. Não se tratava apenas de Lobato e, sim, do “espanhol Lobato”. Conforme relatou o delegado de Alegre, o delegado da DOPS teria dito que esse processo serviria de exemplo para outros estrangeiros, que vinham ao País com o objetivo de usufruir de suas “riquezas e hospitalidade”, oferecendo, em troca, atividades ilícitas e traições. Em resumo, o delegado se pautou no estereótipo do “estrangeiro aproveitador e traidor”, embutido nas acusações de “alienígena” e “quinta-coluna”. A imagem do estrangeiro aproveitador era acionada nas disputas econômicas e políticas.

É importante mencionar, porém, que essas representações sobre os estrangeiros eram bem conhecidas e utilizadas com diferentes propósitos. O caso do italiano Agnelo Túlio pode ser usado como exemplo.<sup>486</sup> No ano de 1942, Agnelo Túlio foi acusado de exploração econômica por Ana Lacerda que declarou que procurava “[...] autoridades para amparar a declarante que é brasileira, honesta e de extrema pobreza, a não continuar a ser escrava de um estrangeiro desalmado”.<sup>487</sup> Coerente com o discurso adotado pela queixosa, as testemunhas de acusação também usaram fartamente palavras e expressões carregadas de “significados”, como “italiano”, “súdito da Itália” e “estrangeiro”, para se referir ao acusado.

Contudo, no caso de Lobato, o Ministério Público não fez a mesma leitura. O procurador não salientou o fato de Lobato ser “espanhol”, não mencionou a sua ocupação de “banqueiro de jogo” e solicitou o arquivamento pela ausência de qualquer indício de culpabilidade.

Já Edson Vasconcelos,<sup>488</sup> brasileiro, comerciante e Carlos Ribeiro, brasileiro, também comerciante, moradores do município de Alegre, foram acusados de ser “[...] propugnadores de ideologias contrárias aos princípios nacionais”.<sup>489</sup> Em outras palavras, eram acusados de ser “simpatizantes do Eixo”, com o agravante de terem participado da AIB. Foi também num bar que as fofocas que resultaram na denúncia contra Edson e Carlos aconteceram.

O denunciador foi Milton Penaforte, 46 anos, funcionário público estadual. Contou ele que, no mês de outubro, fez uma denúncia ao delegado, mas

---

<sup>486</sup> Processo Criminal nº 3.069 (CX. 485), de 30-1-1943, originado em Siqueira Campos. Processos Criminais do Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro.

<sup>487</sup> Processo Criminal nº 3.069 (CX. 485).

<sup>488</sup> Processo Criminal nº 3.011 (CX. 484), de 10-12-1942, originado em Alegre. Processos Criminais do Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro.

<sup>489</sup> Processo Criminal nº 3.011 (CX. 484).

ficou com medo de assinar, pois poderia sofrer represálias. Segundo ele, alguém contou no bar e o lavrador Raimundo testemunhou que, no dia do torpedeamento dos navios, Edson disse “mais dois para o fundo. Anauê!”. A testemunha alertou que o réu era “membro proeminente” da extinta AIB e, para ele, parecia que ainda não havia renunciado à “nefasta doutrina do sigma”. Contou também que Carlos Ribeiro, integralista, após os torpedeamentos, disse “[...] é bem feito para o Brasil não se meter onde não foi chamado”.<sup>490</sup>

Sobre os outros integralistas da comunidade, Milton afirmou que mantinham “reserva” sobre o assunto e outros só se expressavam na “intimidade”, como era o caso de um compadre, que na “intimidade” se expressava adepto e simpatizante das ideias do Eixo, mas não assumia publicamente. Registrou, ainda, que todos souberam do fato na localidade. Para testemunhar sobre o caso, foram convocados: 13 ex-integrantes da AIB em Alegre, um ex-simpatizante do Eixo e outras 12 testemunhas.

Edson declarou que foi integralista até o movimento ser extinto e estava completamente integrado ao novo regime. Afirmou que quem o havia denunciado foi Milton, diretor do grupo escolar e proprietário de um hotel, uma calúnia motivada por assuntos pessoais, já que ele havia se negado a vender uma arroba de batatas fiado ao denunciante.

Outro acusado, Carlos Ribeiro, confirmou que, antes da entrada do Brasil na guerra, era favorável à Alemanha, mas depois não falou mais no assunto (o que não significa que deixou de sê-lo). Teria comentado a sua posição anterior com José Tomaz, que nutria rancor dele, pois lhe devia dinheiro, mas nunca procurava pagar. Já o seu estremecimento com Milton, o denunciante explicou que aconteceu quando ouviam rádio na casa de um amigo. Nessa ocasião, Milton mudou a estação do rádio, quando o declarante disse a ele que, mesmo não sendo o dono do rádio, achava que ele não devia agir daquela forma, ao que Milton se retirou sem dizer nada.

As declarações dos integralistas, que aparentam responder às perguntas do delegado, negavam as acusações feitas a Edson e Carlos e diziam que os integralistas da região haviam abandonado o “credo verde” (expressão, possivelmente, usada pelo delegado) e que estavam “perfeitamente integrados ao

---

<sup>490</sup> Processo Criminal nº 3.011 (CX. 484).

novo regime” (mais uma vez, o uso recorrente de “perfeitamente” e “completamente”, sugere a voz do delegado ou escrivão).

Apenas o depoimento de um dos ex-integralistas destoa do conjunto. Pedro Prado, 63 anos, lavrador, afirmou que havia deixado o partido dois anos antes da extinção, por ter notado “[...] certos pormenores que não lhe agradaram como bom brasileiro”.<sup>491</sup> Disse que aderiu ao movimento porque as propagandas diziam que se tratava de um movimento cultural e depois disso se afastou por completo dos demais membros da localidade de Sabino Pessoa, em Alegre.

Já as testemunhas que não haviam participado da AIB confirmaram as acusações feitas, a maior parte, de “ouvir dizer”. Mas Raimundo Teixeira da Silva, 32 anos, lavrador, teria presenciado o “crime” cometido por Edson. Contou que passava em frente à casa de Torquato, que estava à janela, quando Edson, que também passava pela rua, fez a saudação integralista para Torquato e disse: “Mais dois para o fundo!” Declarou ainda que,

Surpreendido e estupefato de ver brasileiros na hora grave que atravessa o nosso país proceder com tanta falta de patriotismo ou de qualquer sentimento nobre. Foi para casa ainda sob a impressão péssima que tivera do sr. Edson, pessoa que sempre acatou e estimou, supondo que ele tivesse pertencido ao famigerado credo verde não mais alimentasse idéias tão nefastas em face do grave momento em que vive nosso querido Brasil.<sup>492</sup>

Ao final, disse ainda que algumas testemunhas se enganaram ao dizer que ele havia ouvido esse comentário do seu sogro, quando, na verdade, fora ele próprio que presenciou o fato.

Duas testemunhas que confirmaram as acusações realçaram, contudo, que o acusado era “direito”, “bom chefe de família”, “bom cidadão”, lamentando a sua atitude. Uma das testemunhas disse ainda que Edson e Torquato já haviam sido sócios e eram muitos amigos, motivo pelo qual Edson se expressou “com tamanha desenvoltura”.<sup>493</sup>

O delegado fez uma acareação entre Edson, Torquato e Raimundo. Os dois negaram o comentário e a testemunha de acusação disse que estava com a consciência tranquila, pois não estava fazendo uma acusação injusta.

---

<sup>491</sup> Processo Criminal nº 3.011 (CX. 484).

<sup>492</sup> Processo Criminal nº 3.011 (CX. 484).

<sup>493</sup> Processo Criminal nº 3.011 (CX. 484).

Após o encerramento do inquérito, o delegado de Alegre telegrafou para a DOPS, em 16-12-1942, dizendo que havia acusações graves e consultando se deveria encaminhar o acusado para a chefatura de polícia. O delegado, em seu relatório, lamentava que,

[...] em hora tão grave para a nossa nacionalidade, brasileiros equilibrados, chefes de família, pessoas aparentemente respeitáveis, desfrutando bom nome nos meios comerciais e sociais procederem de maneira tão desprezível. Mas, infelizmente, os fatos aí estão.<sup>494</sup>

Mas, ao contrário do esperado, as críticas aos acusados terminaram aí, voltando-se a atenção ao denunciador, Milton Penaforte. Em seu relatório, o delegado contou que Milton estava muito “incompatibilizado” na localidade de Sabino Pessoa, visto como mau elemento, provocador de dissídios e muitas intrigas. Relatou também que, durante o depoimento das testemunhas, o denunciador teria vindo à delegacia para acompanhá-las, argumentando que queria “[...] prevenir o espírito do delegado”. Esse, por sua vez, declarou que não permitiu que Milton acompanhasse os depoimentos, retrucando que as testemunhas eram conscientes e não precisavam de intérpretes. Contou ainda que Milton havia brigado com um funcionário dos correios por outros motivos, mas alegou que o fato aconteceu porque o funcionário era cunhado de Edson e Carlos, o que, segundo o delegado, não era verdade. Por fim, solicitou a remoção de Milton para outra localidade.

Seria de grande alcance se removesse Penaforte para outra localidade a fim de evitar futuros aborrecimentos e pôr termo de vez aos ‘mexericos’ existentes em Sabino Pessoa, sempre apontados como de autoria de Penaforte, que tantas ‘dores de cabeça’ tem causado a esta Delegacia.<sup>495</sup>

O procurador do TSN qualificou o inquérito como confuso e mal orientado. Diante disso, concluiu que o inquérito não conseguiu apurar a responsabilidade dos indiciados, pedindo o arquivamento do processo.

A história narrada é repleta de pormenores e revela como assuntos corriqueiros e pessoais se misturaram aos assuntos relacionados com a guerra, gerando fofocas, informações desencontradas e rumores, que passavam de boca a boca.

---

<sup>494</sup> Processo Criminal nº 3.011 (CX. 484).

<sup>495</sup> Processo Criminal nº 3.011 (CX. 484).



Esse processo confirma também que o fato de ter pertencido à AIB depunha contra o acusado, já que pairava a suspeita de que sua postura política fosse contrária ao governo e, nesse momento, ser contra o governo era ser contra o Brasil. Cancelli afirma que, “Neste tempo, o fato de alguém ter pertencido ao partido integralista contava como agravante no que dizia respeito às suspeitas de simpatizante ou colaborador do Eixo”.<sup>496</sup>

É interessante mencionar, também, o comentário de uma testemunha ex-integralista, que dizia que o acusado era “dos menos fervorosos”. Os adjetivos “fervoroso”, “extremista”, “exaltado”, juntamente com “mais” ou “menos”, eram empregados (principalmente, pelos não integralistas) para classificar e definir o grau de periculosidade do integralista em questão. Essas expressões eram usadas, nesse momento, com conotação pejorativa, revelando as imagens construídas sobre os integrantes da AIB. No caso, é importante salientar que a expressão “menos fervoroso” foi utilizada por outro integralista numa tentativa de defender o “companheiro”, revelando a circularidade dos discursos e seus diferentes usos.

Pode-se caracterizar a postura tomada pelos integralistas da localidade de Sabino Pessoa como um trabalho de equipe. Goffman define uma equipe como “[...] um conjunto de indivíduos cuja íntima cooperação é necessária, para ser mantida uma determinada definição projetada da situação”.<sup>497</sup> Assim, o comportamento dos integralistas na delegacia foi caracterizado pela “conivência da equipe”, aguçada ainda mais pela valorização dada pelos integralistas à fidelidade e à ética da amizade.

[...] outros valores são incorporados à atitude fascista. Um dos mais importantes é a *fidelidade*, cuja importância se constata na ênfase atribuída aos juramentos nos rituais integralistas. Uma outra, indissociável da primeira, é o que se poderia chamar de *ética da amizade*. Se a fidelidade ao chefe é essencial ao funcionamento eficaz da organização, o espírito de camaradagem é, segundo Brasilach, o fundamento da valorização da vida comunitária e dos sentimentos de lealdade interpessoal.<sup>498</sup>

---

<sup>496</sup> CANCELLI, 1993, p. 146.

<sup>497</sup> GOFFMAN, 1975, p. 99.

<sup>498</sup> TRINDADE, 1979, p. 267.

Esse comportamento ajudou na autoproteção do grupo, principalmente no período de perseguição ao movimento.<sup>499</sup> Apenas um ex-integralista renunciou ao seu passado, afirmando ter sido iludido. Todos os demais protegeram seus ex-companheiros, negando as acusações e afirmando que não eram mais integralistas desde que o partido foi extinto. Dito de outra forma: eles deixaram de sê-lo porque foram obrigados e não por vontade própria.

O afundamento dos navios brasileiros também trouxe desentendimentos em outra cidade capixaba, mas, dessa vez, o acusado não era um ex-integralista. Foi nas ruas da cidade de Siqueira Campos<sup>500</sup> que José Lima,<sup>501</sup> brasileiro, funcionário público, teria dito para algumas pessoas que “[...] enquanto nós dormíamos, eles colocavam nossos navios no fundo”. O promotor público levou a queixa ao delegado que, além de abrir inquérito, prendeu o acusado.

José Lima afirmou que a denúncia era infundada e ficou surpreso ao ser detido, pois nunca tinha se manifestado contra o seu país. Argumentou que há poucos dias tinha procurado a autoridade policial e municipal para dar conhecimento da transmissão de um telegrama de solidariedade ao governador do Estado. Declarou que não frequentava bares, nem participava de discussões sobre o assunto, pois “[...] conhece bem o momento atual e sabe, como brasileiro, o seu dever a cumprir”<sup>502</sup> e afirmou,

A respeito dos afundamentos de nossos navios e pessoas, de brasileiros em tais atentados contra a integridade nacional, o depoente espera que com o mesmo seu entusiasmo e patriotismo, todos os brasileiros peçam e façam vingança.<sup>503</sup>

Para ele, a denúncia era uma vingança relacionada com o cargo que ocupava, pois, em seu trabalho, “[...] sempre manteve o lema: a justiça e honestidade”. Concluiu dizendo que ele e seu filho de 18 anos estavam alerta para

---

<sup>499</sup> Essa atitude é claramente confirmada no depoimento do padre Ponciano, quando declara que um dos depoentes faltou com a verdade com o objetivo de protegê-lo (Processo Criminal nº 670 (C8.0.APL.251)).

<sup>500</sup> Segundo o Censo de 1940, Siqueira Campos tinha 25.816 brasileiros natos, 147 naturalizados, 192 estrangeiros e sete de nacionalidade não declarada (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento Geral do Brasil**, 1940. Série regional. Espírito Santo. Rio de Janeiro: IBGE, 1951. parte XIV).

<sup>501</sup> Processo Criminal nº 2.509 (C8.0.APL.1063), de 3-10-1942, originado em Siqueira Campos. Processos Criminais do Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro.

<sup>502</sup> Processo Criminal nº 2.509 (C8.0.APL.1063).

<sup>503</sup> Processo Criminal nº 2.509 (C8.0.APL.1063).

atender ao chamado da Pátria, para defendê-la “[...] em todo o momento que sua integridade for manchada por inimigos, incautos, ou em outra qualquer época que for necessário”.

José Lima, em seu depoimento, acionou os valores compartilhados – justiça e honestidade – e aqueles valorizados, especialmente naquele momento, como entusiasmo, patriotismo e vingança. Dentre todos os acusados apresentados aqui, José Lima foi o que mais soube fazer uso do discurso ufanista que o TSN esperava.

O advogado de defesa manteve a versão de perseguição e vingança, alegando que o seu cliente era um funcionário público que agia “severamente” contra os burladores da lei, motivo pelo qual originou uma inimizade gratuita e a consequente denúncia. Contudo, nem o acusado, nem seu advogado nomearam esse inimigo gratuito.

A defesa convocou duas testemunhas. Elas disseram que nunca viram o acusado falando nada contra o Brasil ou fazendo zombarias daqueles que se manifestaram contra o torpedeamento dos navios brasileiros. Afirmaram também que não conheciam as convicções políticas dele e de sua família, mas uma tinha por palpite que ele não era contra o governo. Quanto ao uso de álcool, a primeira testemunha disse nunca ter visto José Lima embriagado, já a segunda afirmou que sabia que ele fazia uso de bebida alcoólica, porém nunca o tinha visto bêbado.

O crime foi incurso no mesmo art. 3, XXV, do Decreto-Lei nº 431, de 18 de maio de 1938. Na sentença, porém, o juiz argumentou que, mesmo se fosse procedente a acusação, quando o fato ocorreu, ainda não constituía delito. Portanto, não era possível ajustá-lo no dispositivo legal em que foi o réu denunciado: “[...] injuriar os poderes públicos ou os agentes que os exercem, por meio de palavras, inscrições ou gravuras na imprensa”. José Lima foi absolvido.

Duas questões causam estranheza no processo de José Lima. A primeira é o fato de o promotor público não apresentar as testemunhas que teriam ouvido as palavras de José Lima. Elas teriam se negado a denunciar e, portanto, o próprio promotor o fez? A segunda é a própria sentença. Vários outros “crimes” semelhantes foram classificados da mesma forma e aconteceram no mesmo ano, por que apenas o caso de José Lima não foi considerado delito, se o Decreto-Lei é de 1938 e o “crime” aconteceu em agosto de 1942?

Uma possibilidade é que o juiz tenha partido do Decreto-Lei de 1-10-1942 que ampliou o anterior: “Proferir em publico ou divulgar por escrito ou outro qualquer meio conceito calunioso, injurioso ou desrespeitoso contra a Nação, ou Governo, o regime e as instituições ou contra agente do poder publico”,<sup>504</sup> o que não deixa de ser estranho, já que todos os outros foram enquadrados no Decreto-Lei de 1938, podendo essa atitude indicar a intenção do juiz na absolvição.

O juiz Pedro Borges da Silva, responsável pela sentença, alguns meses antes, poderia ter seguido o mesmo raciocínio quando julgou o caso de Elias Sabra, mas preferiu justificar a absolvição pelo atenuante da “pilhéria”.<sup>505</sup>

Além dos acusados, é interessante analisar também a postura dos proprietários desses estabelecimentos chamados a depor. Os donos dos bares e da barbearia, quando não negaram as acusações, declararam que no momento não viram e/ou não ouviram “exatamente” o que tinha acontecido.

A esposa do proprietário do Bar Londres negou ao delegado as acusações que recaíram sobre “o espanhol Lobato” e, por esse motivo, não foi convocada a depor. Já o proprietário da barbearia denunciou o abuso policial sofrido e alterou seu depoimento, retirando as acusações sobre Fortunato Bonino. No bar Sport, o comerciante afirmou que não ouviu todas as palavras ditas por Manoel, pois era “um tanto surdo”. O dono do Bar Guarani, por sua vez, alegou que não podia precisar o assunto discutido na mesa em que estava Quinca, pois estava entretido no seu serviço.<sup>506</sup>

Assim como as testemunhas se valeram do fato de o bar permitir vários subgrupos de conversação e, portanto, alguns afirmaram que não tinham prestado atenção ao ocorrido, alguns proprietários aproveitaram o fato de que estavam trabalhando para também não se comprometerem. Se lembrarmos que, nas pequenas localidades, os comerciantes eram figuras bastante conhecidas, essa era uma postura adequada para permanecer neutro e evitar desentendimentos.

Nos casos apresentados, salta aos olhos o uso da guerra para neutralizar diferentes opiniões e para colocar os integralistas “no seu devido lugar”, isto é, mantê-los desmobilizados. Aquele que confessasse ainda partilhar das ideias

---

<sup>504</sup> Citado por Mozart Medina de Mendonça. Delegado de Estrangeiros. Processo Criminal nº 3.852.

<sup>505</sup> Conforme Campos (1982) os juizes do TSN poderiam julgar por “livre convicção”. O juiz Pedro Borges da Silva era um dos três civis que atuavam nesse Tribunal.

<sup>506</sup> Já na acusação feita a Elias Sabra, embora tenha ocorrido em frente do bar de Silvio Cola, esse não foi chamado a depor.

integralistas era tachado de “sigmóide”, “extremista”, “quinta-coluna”, da mesma forma que os estrangeiros ou aqueles que se posicionaram a favor do “Eixo” eram “inassimiláveis”, “germanófilos” “extremistas” e “quinta-coluna”.<sup>507</sup>

Contudo, para parte da população, não era paradoxal declarar-se favoravelmente ao Eixo e ainda assim sentir-se patriota. Nas falas de muitos acusados, essa situação é evidenciada. Era apenas uma questão de escolha e se até o governo ficou por tanto tempo em “cima do muro”, por que eles não poderiam?<sup>508</sup> É claro que tal escolha era motivada por diferentes razões que, normalmente, conforme já assinalado, incluíam questões étnicas e opção política.

Mas, na visão que o governo propagava na sociedade, ser patriota não era somente “amar o país”, mas, sim, sentir-se completamente inserido no novo regime político. Nesse contexto, era impossível tecer críticas ao governo e ser patriota ao mesmo tempo. Conforme Carneiro,

Em nome de um nacionalismo exacerbado, aqui entendido como um fenômeno político moderno, o Estado acionou um universo de símbolos que tinham o poder de ‘premiar’ aqueles que colocassem a vida coletiva acima da do indivíduo, identificando-se com uma entidade única: a nação. Os hereges, dissidentes individuais ou coletivos, deveriam ser punidos como tais.<sup>509</sup>

Porém, para além dos gestos e palavras ditas e das representações levadas a cabo por réus e testemunhas que originaram o processo, também o espaço em que as interações aqui relatadas aconteceram precisa ser analisado.

Goffman afirma que os espaços ajudam a moldar comportamentos. Ainda de acordo com o autor, enquanto na região de fachada predomina o tom formal, na “região de fundo” ou “bastidores”, evidencia-se a irreverência, a linguagem abaixo do padrão, “caçoadas”. São locais mais frouxos, em que são permitidos pequenos atos que simbolizam intimidade, mas que, em outro local, seriam interpretados como desrespeitosos. Espaços de lazer, recreação, cozinha, banheiro, normalmente são controlados pelos bastidores, embora as fronteiras entre fachadas e bastidores não sejam rígidas.<sup>510</sup>

<sup>507</sup> Como já foi enfatizado no Capítulo 3, esses “rótulos” não se espalharam na sociedade capixaba com a mesma intensidade que no Sul do País.

<sup>508</sup> Quanto a essa questão, é interessante notar que, na memória dos descendentes de alemães/pomeranos, é certo que foram os Estados Unidos que torpedearam os navios brasileiros para forçar a entrada do Brasil na guerra e não a Alemanha.

<sup>509</sup> CARNEIRO, 1999, p. 333.

<sup>510</sup> GOFFMAN, 1975.

Ao que parece, os acusados achavam que estavam numa “região de fundo” ou “bastidores”, isto é, num local onde não era preciso manter as aparências. Para eles, esses locais eram apropriados para exprimir suas opiniões, nem sempre elogiosas, tanto sobre seus vizinhos, quanto sobre atores políticos, já que a crítica e a ridicularização era possível no tratamento dos ausentes nos bastidores. Esse mesmo comportamento, além de permitir atitudes de resistência, reforçava a solidariedade entre os participantes. Mas, será que todos os frequentadores dessas regiões interpretaram o cenário de forma equivocada?

A afirmação de Quinca sobre parte de o Exército brasileiro ser germanófilo; o caso do “espanhol” Lobato e sua opinião de que a Alemanha ainda estava forte e tinha ainda muitos homens para perder; além de Elias Sabra e sua crítica ao governo sobre o “depósito de estrangeiros” demonstram que muitos não perceberam que, naquele momento, o bar não era mais uma região de bastidores.

No caso de Quinca e Lobato, alguém presente, mas não diretamente envolvido na interação, foi o autor da denúncia, indicando que uma nova preocupação deveria guiar as interações: a possibilidade de estar sendo vigiado.

A situação de vigilância também é bastante clara no caso de Fortunato Bonino. Durante a interação na barbearia, não houve desentendimentos, nem constrangimentos aparentes. Mesmo ao findar a interação, Fortunato não havia percebido que algo tinha dado errado, já que ninguém mencionou palavras contrárias ou fez outro sinal de reprovação à sua atitude. Fortunato parece ter sido vítima de um tipo específico de personagem da plateia que conforme Goffman: “É aquele que nela ocupa um lugar despercebido, modesto, e que sai, quando o espetáculo acaba, à procura de seu patrão, um competidor da equipe, a cuja representação esteve assistindo, para contar o que viu”.<sup>511</sup>

Já Manoel e Daniel foram vítimas da súbita aparição de uma autoridade. Enquanto Manoel desligava o rádio durante “A Hora do Brasil” e declarava preferir um samba ao Hino Nacional, o delegado chegava à janela. De forma idêntica, no posto telefônico, Daniel Carone não esperava a chegada do prefeito interino quando dizia à telefonista: “Diz que é o interventor que num instante atendem”. Nos dois casos, a presença repentina das autoridades acabou mostrando uma representação que não estava reservada a eles, ocorrendo o que Goffman

---

<sup>511</sup> GOFFMAN, 1975, p. 139.

intitula de “intromissões inoportunas”.<sup>512</sup> Nesse caso, não é difícil imaginar a quebra da interação, trazendo embaraços e, conseqüentemente, a denúncia.

Mas a vigilância não estava restrita aos bares das cidades do interior capixaba. Como exemplifica a história de Natário Fundão, os clubes da Capital, frequentados pela elite capixaba também haviam deixado de ser uma região de bastidores. Além de não ter percebido tal mudança, Natário ainda parece ter falhado no “processo de sondagem”.<sup>513</sup>

Quando Natário Fundão expressou suas opiniões sobre as deficiências da FAB numa mesa no *Club Vitória*, as testemunhas de acusação salientaram que conheceram Natário no dia anterior, com exceção do seu antigo amigo, que, por sinal, argumentou que não estava prestando atenção à conversa, possivelmente, para não prejudicá-lo ainda mais. Talvez tenha faltado a Natário uma maior cautela na interação, necessária para não produzir fissuras, principalmente, porque as opiniões dos outros participantes não eram conhecidas.

Já a história de Edson Vasconcelos é marcada pelas divisões entre ex-integralistas e aqueles que não se envolveram com o movimento, aliada a desentendimentos pessoais. Nas localidades em que houve uma maior disputa entre integralistas e não integralistas, os cuidados com as palavras e gestos deveriam ser redobrados. Conforme a denúncia, Edson foi flagrado fazendo gestos e dizendo palavras ligadas à AIB a um amigo, o que revela novamente a vigilância sendo exercida pelas ruas da cidade.

Mas, aparentemente, o delegado não queria alimentar um clima de denunciismo na localidade e atuou na defesa do acusado, classificando o denunciador como mexeriqueiro e criador de problemas.

Por último, a denúncia contra José Lima é bastante obscura, já que não aparecem as testemunhas de acusação, apenas a denúncia do promotor de Justiça que interpretou o comportamento do acusado como o de um simpatizante do Eixo. Mais uma vez, comentários ambíguos ditos pelas ruas da cidade suscitaram interpretações desfavoráveis e resultaram numa denúncia.

As discussões antes travadas entre amigos sobre o preço do café ou a guerra na Europa agora envolviam diferentes significados e uma crítica a Vargas, ou uma opinião baseada em notícias de jornais, quando contrária à posição do governo,

---

<sup>512</sup> GOFFMAN, 1975.

<sup>513</sup> GOFFMAN, 1975.

poderia ser transformada num discurso de um inimigo do Brasil. Ainda mais se fossem estrangeiros ou, um dia, tivessem participado da AIB ou declarado simpatias pelo Eixo.

Não é demais enfatizar que ser estrangeiro ou ex-integralista estava no rol dos “veículos de indícios” dos “inimigos da pátria”. É preciso lembrar também que fatos decisivos na interpretação durante uma interação estão além do tempo e do lugar onde se dá a interação.<sup>514</sup>

Percebe-se, então, que diferentes significados foram atribuídos a esses lugares públicos. Para muitas pessoas, eles ainda eram percebidos como espaços de liberdade em que era permitido exprimir suas opiniões, como uma espécie de zona neutra. Mas os tempos eram outros. Mesmo que os acusados não estivessem falando oficialmente, no alto de um palanque ou escrevendo em jornais, suas ideias e atitudes poderiam ser consideradas inapropriadas e, portanto, perigosas. Não havia mais espaço para opiniões pessoais que soassem de forma diversa do que desejava o governo. Era necessário homogeneizar pensamentos e atitudes.

Mas, se, como já alertou Goffman, os locais ajudam a moldar comportamentos, não só os lugares de lazer, mas também as delegacias atuaram nesse sentido, embora de forma diversa.

Em relação ao acusado, na delegacia, acontecia o que Goffman chamou de “ações de reajustamento”.<sup>515</sup> Durante os depoimentos, havia a preocupação, por parte dos acusados, de reconstruir o enredo, inserindo novas informações, valorizando ou menosprezando certas atitudes, alterando o sentido atribuído ao fato, invocando um erro de interpretação ou, simplesmente, negando que alguma coisa realmente aconteceu. A história era narrada buscando desestabilizar a interpretação danosa, adequando-se ao novo contexto. Assim, o conhecimento compartilhado ou, ao menos o “comum”, era invocado pelo acusado. Nesse exercício, o discurso político era amalgamado ao discurso nacionalista e salpicado por um discurso moral, ligando o público ao privado, como o “bom pai de família”, “trabalhador”, “honesto” etc.

O espaço da delegacia também pode ter incentivado acusados e testemunhas a manterem posturas mais ufanistas, reveladas por discursos patrióticos e pelo uso de expressões como “chocado”, “surpreendido”, “estupefato”,

---

<sup>514</sup> GOFFMAN, 1975.

<sup>515</sup> GOFFMAN, 1975.



pois se sabia que essa era a atitude esperada pelas autoridades de “bons brasileiros”.<sup>516</sup>

Dessa forma, na delegacia pairava a aparência de consenso e as opiniões divergentes, sentimentos e desejos deveriam ser olvidados. Goffman afirma que “A aparência de consenso é facilitada pela ocultação dos desejos, por trás de afirmações que todos prestam falsa homenagem”.<sup>517</sup>

É disso que também fala Maffesoli, quando traz a ideia de “duplicidade”.<sup>518</sup> A duplicidade estaria ligada às formas de resistência, sem o enfrentamento direto. Para falar desse “duplo”, o autor busca em Goffman a metáfora teatral. Para ele, a teatralidade é necessária porque existe a contradição e, como esta é impossível de ser eliminada, faz-se o jogo da unanimidade e, assim, assegura-se a permanência do social. Segundo o autor, “É pela duplicidade mais ou menos consciente que os indivíduos aparentemente integrados na ordem social preservam um tanto para si que lhes permite sobreviver às várias imposições dessa ordem”.<sup>519</sup> Nessa busca pela sobrevivência, a *astúcia* e o *silêncio* seriam os modos privilegiados dessa resistência sub-reptícia.

Assim, o acusado apagava de seu discurso as marcas que pudessem identificá-lo e classificá-lo de forma prejudicial e, por outro lado, utilizava um discurso que acreditava ser o aceitável e desejável naquela situação.

Contudo, não é possível afirmar que todo o comportamento na delegacia fosse uma completa simulação. Não há por que duvidar que muitos acusados, quando diziam estarem prontos a defender o seu país, realmente estivessem falando a verdade. Muitos ex-integralistas compartilhavam de ideais nacionalistas e se isso não significava estar ao lado do governo, tampouco os tornavam traidores da Pátria. Da mesma forma, não há por que duvidar que muitos denunciados, realmente, não tinham intenções ofensivas ao exporem suas opiniões que divergiam do governo ou de parte da população.

Algumas observações podem ser feitas a partir do que foi discutido neste capítulo. De forma geral, pode-se afirmar que as interações conflituosas analisadas até aqui seguiram uma estrutura básica. No fim da tarde ou à noite os

---

<sup>516</sup> Goffman (1975) aponta ainda a possibilidade de o exagero significar também uma possível zombaria, funcionando como uma espécie de resistência.

<sup>517</sup> GOFFMAN, 1975, p. 18.

<sup>518</sup> MAFFESOLI, 1984.

<sup>519</sup> MAFFESOLI, 1984, p. 66.

homens procuravam os bares para beber, jogar, ouvir rádio e conversar, mas os bares não eram mais aqueles lugares em que era possível manter um comportamento mais relaxado, enquanto se discutiam os casos da localidade e do mundo, bebendo uma cachacinha ou um café.<sup>520</sup> Como a própria existência dos processos confirma, a vigilância havia alcançado também os espaços de lazer.

Dessa forma, as atitudes mais descompromissadas e os comentários jocosos que combinavam com esses espaços foram transformados em motivos para denúncias e, da mesma forma, foram usados diante das autoridades para atenuar falas mal recebidas. Assim, o riso pode ser entendido como uma expressão de resistência, mas também foi usado, em alguns casos, como forma de autoproteção. Seja como for, fato é que as pilhérias acabaram fazendo parte dessa história.

O pano de fundo para essas histórias foi a guerra, embora nem sempre fosse ela a motivação para as denúncias. Apesar de as questões étnicas estarem presentes e ainda mais realçadas nesse contexto, o integralismo também ganhou visibilidade, porque as fronteiras criadas pela AIB ainda não haviam sido derrubadas.

Dessas narrativas também se pode sugerir que parte da população entendia de forma diversa a ideia de patriotismo. Se, para alguns, ser patriota significava ser integralista, para outros, ser patriota era trabalhar e desejar o bem do Brasil sem, necessariamente, cortar os laços afetivos com o país de onde vieram. Mas, nesse momento, as opiniões entendidas como contrárias ao governo eram consideradas crimes contra o Estado e a ordem social.

Porém, como a comunidade reagiu diante das denúncias e dos processos? O capítulo seguinte tenta responder a essa questão.

---

<sup>520</sup> Dos nove acusados, quatro estavam nos bares quando o “crime” ocorreu; o quinto estava diante do bar; o sexto, embora não estivesse presente no bar, foi lá que as fofocas que resultaram na sua denúncia aconteceram. Os três restantes estavam numa barbearia, num posto telefônico e numa via pública.

## 5 FRONTEIRAS E REDES

Como o título sinaliza, interessa, neste capítulo, problematizar as fronteiras surgidas ou ressignificadas com a experiência integralista e as redes tecidas entre réu, comunidade e Justiça local, que nos deixaram pistas sobre as ações tomadas diante da instauração do inquérito e, posteriormente, do processo no TSN.

Diversamente do segundo capítulo, em que a atenção estava focada na história do integralismo no Espírito Santo, interessa, neste momento, entender o funcionamento da AIB dentro das localidades, não como instituição ou partido político, mas como um novo “estilo de vida” que criou uma comunidade dentro das comunidades. É importante ressaltar que o termo “comunidade” não é aqui empregado num sentido espacial, nem como sinônimo de um “reduto de harmonia e solidariedade”, mas como referência a um sentimento compartilhado de pertencimento a certa coletividade.

Sendo assim, o objetivo é, inicialmente, perceber as fronteiras criadas pelo integralismo onde sua atuação foi representativa, tomando como exemplo a localidade de Floresta, distrito de Cachoeiro do Itapemirim, Sul do Estado do Espírito Santo. Para tanto, utilizou-se como fonte o romance *Anauê! A apaixonante saga integralista numa colônia de imigrantes italianos*.<sup>521</sup>

A segunda e a terceira parte deste capítulo utilizam como fonte os processos criminais do TSN, focalizando a relação do réu, integralista ou não, com a comunidade, e destes com a Justiça local. Assim, se, no capítulo anterior, o foco estava na história narrada e na figura do réu, interessa, agora, visualizar as redes sociais tecidas entre o acusado, a comunidade e a Justiça local.

Por meio das testemunhas e suas narrativas, assim como das peças inseridas nos processos – declarações e abaixo-assinados – é possível identificar a formação de redes, suas estratégias e limitações. Olhar para as redes auxilia na compreensão de como a comunidade interagiu com essas questões.

---

<sup>521</sup> GRILLO, 2001.

## 5.1 Uma comunidade cindida pelo integralismo

*Anauê! A apaixonante saga integralista numa colônia de imigrantes italianos*, escrito por José Marcelo Grillo,<sup>522</sup> pode ser enquadrado na ampla expressão “romance histórico”.

As fronteiras entre História/Ciências Sociais e Literatura já vêm sendo discutidas há algum tempo, resultando em diferentes posturas teóricas e metodológicas. Conforme Alberti, a intenção de produzir um relato literário pressupõe, ao menos: “[...] a) que o autor não concede foro de verdade ao que declara e b) que ele se coloca como tarefa tornar real o imaginário (que não é avesso da realidade, a fantasia, mas que está em constante tensão com o real)”.<sup>523</sup> Da mesma forma, a recepção desse tipo de narrativa se diferencia do relato histórico, já que, no primeiro caso, já está pactuado que se trata de ficção, enquanto a narrativa histórica, se não mais encerra o real, como se pensava, ainda mantém a intenção de verdade, isto é, possui um comprometimento com o real. Nesse sentido, mesmo que ambos os discursos resultem numa narrativa, cada um possui regras diferenciadas, tanto na sua produção, quanto na sua recepção.<sup>524</sup>

A postura de Grillo parece ter ficado num meio-termo entre as regras que regem o discurso nas Ciências Sociais/História e o literário. Isso porque, mesmo escrevendo um romance e, desse modo, trocando sobrenomes, fundindo personagens, Grillo manteve a postura de um pesquisador diante de um tema: problematizou, buscou fontes escritas e orais e escreveu uma narrativa plausível sobre o acontecido, isto é, almejou se aproximar do real e não apenas criar uma *impressão* de verdade.<sup>525</sup> O autor manteve também os nomes dos personagens históricos: prefeito, padre, bispo, delegado, etc. Por outro lado, isso não quer dizer

---

<sup>522</sup> Grillo afirmou que fez diversas entrevistas com moradores idosos de Burarama, além de pesquisas em jornais de época e esclarece que não leu as obras de referência sobre a AIB para não ser influenciado, já que seu objetivo era perceber como aquelas pessoas entenderam e vivenciaram o integralismo. O autor nasceu no município de Burarama. É mestre em Agronomia, professor, policial rodoviário federal e dedica-se à literatura. Atualmente também é editor de revistas locais. É importante esclarecer que não se fez nenhum tipo de julgamento literário acerca da obra, sendo oportuno mencionar que são atribuídas às personagens afirmações racistas que poderiam ter recebido um comentário do autor. A partir deste momento, será usado apenas o termo *Anauê!* para se referir ao livro (GRILLO, José Marcelo. Entrevista realizada pela autora em 8-2-2007, na sua casa em Cachoeiro de Itapemirim).

<sup>523</sup> ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 65.

<sup>524</sup> ALBERTI, 2004.

<sup>525</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e literatura: uma velha-nova história. **Revista nuevo mundo- mundos nuevos**. 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/document1560.html>> Acesso em: 26 out. 2008.

que o autor tenha se furtado ao direito de usar algumas liberdades próprias do discurso literário, o que pode ser notado no próprio romance que embala a obra.

A leitura que se faz aqui do livro *Anauê!* é bastante subversiva, isto é, difere, sobremaneira, do tipo de apropriação feita de um livro de literatura.<sup>526</sup> As análises propostas partiram de pistas deixadas pelo autor, mas que não foram sugeridas claramente por ele e, talvez, nem mesmo compartilhadas ou compreendidas do mesmo modo que aparecem aqui.

Entende-se que o mais interessante não seja tentar pinçar “a verdade em meio à ficção”, mas, sim, tentar aproximar-se da memória coletiva dos moradores de Burarama, já que a obra, mesmo contendo arranjos e opções individuais do autor que fantasiou e criou, traz também traços de uma memória coletiva que ficou marcada pela experiência integralista. Além disso, este livro, produzido tantos anos após o período enfocado, é exemplar por ressaltar situações que aparecem de modo fortuito em outras fontes, como é o caso das divisões entre as famílias.<sup>527</sup>

Grillo utiliza uma paixão proibida entre um membro da elite local, casado, líder do Partido Social Democrático (PSD) na região, e uma jovem simpática ao movimento integralista para contar a experiência integralista no município de Floresta, hoje Burarama, sul do Estado do Espírito Santo.<sup>528</sup>

O integralismo fez parte da história de muitos moradores de Floresta e de outros tantos distritos e municípios capixabas, deixando lembranças carregadas de sentimentos e, principalmente, de ressentimentos. Por esse motivo, Grillo, cuja família também guarda tais memórias, preferiu usar as vestes do romance, a fim proteger as feridas e suavizar as marcas que ainda persistem naqueles que viveram aquele tempo. Assim, sobrenomes foram trocados e personagens foram fundidas nessa obra qualificada pelo autor como “[...] um retrato colorido da saga vivida por italianos durante o fugaz e intenso advento do Integralismo, retratando fielmente a realidade daqueles dias de pseudoliberalidade e apreensão, de perseguições e

---

<sup>526</sup> CHARTIER, Roger. História e literatura. In: \_\_\_\_\_. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: EdUFRGS, 2002. cap.12, p. 255-271.

<sup>527</sup> Nas entrevistas com os moradores de Domingos Martins, foram feitas alusões às divisões entre os moradores, surgidas na época da AIB.

<sup>528</sup> O distrito de Floresta, hoje município de Burarama, foi fundado por descendentes de “colonos” italianos vindos de Carolina e era distrito de Cachoeiro do Itapemirim, sul do Estado do Espírito Santo. A economia do município era baseada no plantio do café.

vinganças, de amizade e desavenças”.<sup>529</sup> Além de entrevistas, Grillo utilizou documentação da época, principalmente jornais locais e fotografias.

*Anauê!* constrói a memória de uma comunidade de “origem italiana”, que migrou da localidade de Carolina para Floresta<sup>530</sup> em busca de uma vida mais próspera. Grillo dá visibilidade ao alto grau de coesão desse grupo, quando demonstra que a decisão de migrar foi precedida por conversas na casa de vizinhos, em que os prós e os contras foram debatidos, além da existência de empréstimos financeiros para que famílias unidas por laços de compadrio pudessem comprar o seu pedaço de terra e, dessa forma, continuar vizinhos.

Os personagens centrais, Berllone e Gardini, esperavam construir em Floresta um mundo idealizado: uma cidade próspera, sem estranhos e sem violência. E assim se fez. Berllone e Gardini prosperaram financeiramente e entraram para a política.

Os perfis psicológicos de Berllone e Gardini foram realçados pelo autor. O primeiro foi retratado como uma figura carismática, filho e pai amoroso, mesmo que ausente na educação dos filhos e infiel à sua esposa. Graças à sua personalidade, teve a honra de ser conhecido pelo sobrenome do pai falecido.<sup>531</sup> Ele era “O Berllone”.

Gardini, por sua vez, foi apresentado como um homem sério, disciplinado, fiel, sovina e que criou seus filhos com muita rigidez. A ele também foi destinado o nome da família Gardini. Seu pai tornou-se, então, o “nono Gardini”. Floresta surge aos leitores como um lugar próspero e harmonioso. Nesses primeiros tempos, a “civilização” só era perturbada pelos “brasileiros e negros”:

Floresta povoava-se rápida e harmoniosamente, transformando-se no centro de uma região próspera e altamente civilizada [...]. A dificuldade era o povo de fora – os brasileiros – não os italianos fundadores. Estes tinham pouco estudo, mas eram civilizados.<sup>532</sup>

Quando os italianos chegaram a Floresta existia ainda um resto de escravidão. Negros ocupavam alguns pedaços de terra e trabalhavam para os antigos donos. A chegada dos italianos foi como

---

<sup>529</sup> GRILLO, 2001, p. 10.

<sup>530</sup> Conforme Grillo (2001), inicialmente Floresta pertencia ao distrito de Bananal, município de Cachoeiro de Itapemirim.

<sup>531</sup> Vasconcellos (1995) assinala que era prática recorrente entre os coronéis escolher, entre seus filhos ou parentes, aquele que tivesse o perfil mais adequado para assumir a sua posição.

<sup>532</sup> GRILLO, 2001, p. 70.

uma avalanche [...]. Aos negros ficaram destinadas as terras da periferia, que foram sendo ocupadas à medida que novos italianos chegavam. Isso gerou uma certa mágoa dos negros contra os novos habitantes. As provocações eram constantes [...] mas os italianos dominavam sua raiva e não tomavam nenhuma atitude de represália contra os provocadores.<sup>533</sup>

Assim, maiores conflitos eram evitados graças à “civilidade” dos novos habitantes de Floresta. A fronteira étnica era marcada pelos “italianos” e os outros: “brasileiros” e “negros”. Tal fronteira, segundo Grillo, não permitia casamentos inter-raciais e mantinha a “unidade” do grupo.

Os “outros”, isto é, os “brasileiros não civilizados” e aqueles oriundos de “restos da escravidão”, não conseguiram manter a mesma coesão, já que, possivelmente, também se imaginavam diferentes entre si, perdendo espaço para o novo grupo. Pode-se afirmar que a situação dos negros ainda era pior, pois, além de perderem suas terras, carregavam consigo o estigma de sua “raça”, que lhes conferia um *status* de valor humano inferior.<sup>534</sup> Ao que parece, a coesão do grupo migrante foi o fator primordial para fazer de Floresta um lugar em que o poder foi dividido entre dois chefes locais que pertenciam ao mesmo grupo étnico, Berllone e Gardini.<sup>535</sup>

O mundo de Floresta parece ser marcado por elementos que nos remetem ao universo dos “coronéis”. Carvalho, baseando-se na análise de Nunes Leal, assinala que

[...] o coronelismo é [...] um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos [...]. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos.<sup>536</sup>

---

<sup>533</sup> GRILLO, 2001, p. 93.

<sup>534</sup> GOFFMAN, 1978.

<sup>535</sup> Não se deve esquecer de Elias e Scotson, quando estes salientam o importante papel da coesão grupal para um efetivo controle social e manutenção dos principais cargos dentro da comunidade (ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000).

<sup>536</sup> CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 229-249, 1997, p. 231.

Porém, em Floresta, não encontramos a típica figura do coronel.<sup>537</sup> Berllone e Gardini eram os líderes políticos da região, atuando como “coronéis-vendeiros”. Tal prestígio era decorrente de seu capital econômico e social. Os dois possuíam terras, meeiros, pila de café e cada qual tinha a sua venda. Segundo Vasconcellos, os vendeiros tinham um papel muito importante nessas pequenas localidades. Os pequenos agricultores entregavam a sua produção de café aos vendeiros que, por sua vez, repassavam àqueles ligados ao comércio internacional do café.<sup>538</sup> Além disso, era na venda que se comprava fiado, ouvia-se rádio e as fofocas aconteciam.

Eles também ocupavam os cargos mais respeitados da comunidade – Berllone era juiz de paz e Gardini era fiscal de rendas – além de estabelecerem a ocupação dos outros cargos da localidade que eram usados como instrumentos de dominação. Isso permitia ao chefe local, agora também político, proteger os seus interesses econômicos, evitar a atuação de rivais e aumentar ainda mais o seu capital econômico e social nesse universo marcado pela troca de favores.

Grillo relata que os baixos preços do café, consequência da crise de 1929, criaram um clima de insatisfação entre os colonos. Juntamente à situação econômica desfavorável, uma promessa não cumprida por Fernando de Abreu (PSD), prefeito de Cachoeiro, aliado ao governo, desagradou um dos chefes locais, Gardini. Ele queria a autorização para distribuir a quem lhe conviesse as terras do município. O prefeito, por sua vez, ficou relutante em transferir tamanho poder de barganha a Gardini. Insatisfeito com a sua magra fatia de poder, ele acabou se direcionando para uma proposta política alternativa: o integralismo.

Esse é o momento da ruptura. Os fundadores do novo distrito de Floresta ficaram em lados opostos. Berllone continuou como representante do PSD e Gardini aderiu à AIB. A situação, para Berllone, começou a ficar complicada, já que ele representava o governo e, portanto, era cobrado pelas atitudes de Getúlio Vargas. Os colonos não acreditavam mais na mediação feita pelo vendeiro com as instâncias superiores.

---

<sup>537</sup> Para Carvalho (1997), o coronelismo é um fenômeno datado. Ele está ligado ao contexto da Primeira República e relaciona-se com a progressiva perda de poder do “mandão” que, por sua vez, procura se aliar ao governo para continuar existindo. O coronelismo foi definitivamente encerrado com a implantação do Estado Novo.

<sup>538</sup> VASCONCELLOS, 1995.



Nesse contexto, a doutrina integralista teve um campo fértil para crescer. No romance o autor destaca que o descontentamento com a política varguista, atrelado à simpatia pelo governo de Mussolini, atraiu boa parte dos habitantes ao integralismo. Outros ainda eram seduzidos pelos uniformes, hinos, bailes, desfiles e outras manifestações. Para Grillo, o integralismo surgiu aos olhos desses colonos como uma alternativa para a política da época, uma forma de proteger a si e suas terras, tendo como base a tríade “Deus, Pátria e Família”.

Constrói-se, então, a imagem de uma comunidade cindida, não apenas na política, mas também no lazer e nas relações de amizade e compadrio.

No enredo, os bailes são um bom exemplo dessa divisão. Um conjunto de *jazz* foi organizado para animar as festas nas casas dos não integralistas. Já nos bailes integralistas, os “comunistas” não entravam, exceção feita a contragosto para a polícia. No romance, durante as festas nas casas de integralistas, o subdelegado de Floresta e os bate-paus (civis voluntários que acompanhavam a polícia) ficavam escondidos embaixo do assoalho das casas para ouvir o que se conversava. Outras vezes, contudo, eles resolviam entrar nas casas e dançar com as moças presentes, gerando desentendimentos.

Mas as desordens não se restringiam aos bailes. Em *Anauê!*, o catolicismo, representado em Floresta pelo padre Leandro, também foi motivo para confusões entre integralistas e “comunistas”. No livro, o padre Leandro era, declaradamente, a favor do integralismo, recomendando aos bons cristãos que seguissem o lema “Deus, Pátria e Família” e que, na disputa presidencial, votassem em Plínio Salgado.<sup>539</sup> É interessante observar que, no romance, o padre era o maior responsável pela difusão do integralismo no município. A liderança não integralista católica de Floresta, representada por Berllone, por outro lado, aparece no livro defendendo o não envolvimento entre religião e política, postura também adotada, no romance, pelo bispo do Espírito Santo, D. Luiz Scortegagna.<sup>540</sup>

Conta o livro que, durante uma missa de *Corpus Cristhi*, depois de cantado o hino do Apostolado da Oração, cuja melodia se assemelhava ao Hino Integralista, teve início a procissão, com o andor do santo carregado por quatro

---

<sup>539</sup> A ligação do padre Leandro com o integralismo apareceu em outras fontes. As armas encontradas no *Orphanato Cristo Rei* que motivaram o processo nº 670 (C8.0.APL.251), antes de serem escondidas no telhado da instituição, ficaram no quarto do padre Leandro, nessa época, já falecido.

<sup>540</sup> Cabe lembrar que o padre Ponciano veio com D. Luiz Scortegagna que seria o bispo do Espírito Santo e tornou-se um dos grandes nomes do integralismo no Estado.

integralistas uniformizados. Questionado por Berllone sobre o motivo da escolha dos quatro fiéis, o padre respondeu que eles carregariam o andor porque eram integralistas. Os católicos não integralistas não concordaram, argumentando que era falta de respeito com o padroeiro que deveria ser carregado por cristãos usando ternos. O que eles não perceberam, ou melhor, não aceitaram, era que, naquele momento, o andor pendia para os integralistas.

Quando Grillo enfoca o período de perseguição aos integralistas, Berllone aparece comandando e limitando o poder do subdelegado Argemiro que, por sua vez, representava a repressão do governo em Floresta. Este último, na trama, utilizava todas as oportunidades para demonstrar o seu poder e tirar vantagens dos integralistas.

No romance são atribuídas ao subdelegado humilhações públicas, como varrer a rua, além de ameaças de prisão, invasão de casas, apreensão de armas, etc. Se o autor se preocupa em não rotular os integralistas como mocinhos ou bandidos, a mesma preocupação não se dá com a personagem do subdelegado. No romance, ele personifica o mal e sua morte encerra a trama de *Anauê!*

Percebe-se que o romance aborda questões recorrentes na literatura nacional sobre o integralismo, como os possíveis motivos que levaram os imigrantes e descendentes a ingressarem no movimento,<sup>541</sup> as representações de integralistas e comunistas<sup>542</sup> e a repressão ao movimento.<sup>543</sup>

Mas, ao longo do texto, outras questões surgem. Primeiramente, estão os indícios relacionados com o poder local, alterado com a chegada da AIB. Em segundo lugar e, talvez, mais importante, seja a ligação estabelecida entre o integralismo e a criação de novas fronteiras no interior de um grupo étnico, no caso, italianos e descendentes. Além disso, associado à memória, o livro sugere que os ressentimentos ainda persistem, criando o desconforto de falar sobre aqueles dias.<sup>544</sup>

Várias passagens do romance colocam em foco os conflitos surgidos após a atuação do integralismo naquele município e que não permaneceram somente em âmbito político. Percebe-se que, na passagem que relata a missa de *Corpus Cristhi*, a disputa em torno do andor do santo não era apenas um problema

<sup>541</sup> Consultar GERTZ, 1987; FALCÃO, 2000.

<sup>542</sup> DUTRA, 1997; OLIVEIRA, 2004.

<sup>543</sup> LAZZARO; COUTINHO; FRANCESCHETTO, 1992.

<sup>544</sup> A memória sobre a Segunda Guerra e o integralismo será tratada no próximo capítulo.

de indumentária, mas um reflexo da divisão política da comunidade que adentrou a Igreja Católica. Embora não se possa imaginar uma comunidade harmônica e coesa antes do integralismo, a atuação da AIB, certamente, traçou divisões dentro de Floresta.

Assim, nas páginas de *Anauê!*, é possível perceber, também, como um grupo buscou representar o seu “outro”.<sup>545</sup> Para construir a diferença entre o Nós e o Eles, eram usados os símbolos integralistas, como a camisa verde, o sigma, a saudação Anauê!, assim como outros elementos mais sutis, direcionados ao comportamento, como a disciplina, a “ética da amizade”, o respeito e, ainda, o não consumo de bebidas alcoólicas em público.

Os xingamentos também contribuía para demarcar a diferença. Os integralistas eram apelidados de *periquitos*, *sigmoides*, recepcionados, jocosamente, com um “Anauê! bota as pernas para corrê!” pelos pessedistas. Essa expressão, por certo, era uma alusão àquela utilizada pelos próprios integralistas: “Anauê! até morrê!”.

Já para os integralistas, os pessedistas eram comunistas. A sigla do partido PSD era deturpada para “Partido sem Deus”. Quanto ao comportamento, os “comunistas” eram vistos como indisciplinados e desordeiros. Não havia lugar para a neutralidade: quem não era integralista, era comunista.<sup>546</sup> Percebe-se que os xingamentos, considerados insultuosos, vinham de ambos os lados, o que pode significar que ainda havia um equilíbrio de poder em Floresta.<sup>547</sup>

Assim, às velhas fronteiras étnicas, que construíram as diferenças entre os de “origem italiana” e os “brasileiros e negros”, abria-se uma nova fronteira no interior do próprio grupo étnico, uma fronteira política que mobilizava intensas paixões.

Agora os “outros” não eram mais os “brasileiros e negros”, já que o integralismo poderia aproximar os de “origem italiana” dos “brasileiros e negros” e afastar, ao mesmo tempo, outros de “origem italiana”. A nova fronteira dividia “integralistas” e “comunistas”, mesmo que, aparentemente, nem comunistas, nem aliancistas atuassem em Floresta, apenas pessedistas.

---

<sup>545</sup> BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: UNESP, 1998. p.187-227.

<sup>546</sup> O confronto entre integralistas e comunistas já foi abordado no Capítulo 2.

<sup>547</sup> ELIAS; SCOTSON, 2000.

Como parte da “boa sociedade” de Floresta, liderada pela “tradicional” família Gardini, aderiu ao movimento, a fronteira política não foi constituída numa relação de estabelecidos/*outsiders*, mas por um relativo equilíbrio de poder.<sup>548</sup> Todavia, essa situação se altera com a perseguição à AIB.

Num momento do livro, a diferença intransponível entre “italianos” e “brasileiros” surgiu quando a filha de Berllone, para afrontar o pai, começa a namorar escondido um “brasileiro”. Isso é visto pela família como um ultraje, pois era considerado um “sangue impuro” e todos ficaram aliviados quando a personagem encontra uma nova paixão, o filho do ex-compadre Gardini, um “italiano integralista”. Pode-se pressupor que, mesmo sendo integralista, ainda era uma melhor opção se comparado com um brasileiro. Apesar das divergências políticas daquele momento, as famílias compartilhavam de uma história em comum, o que permitia a existência de certo respeito mútuo. Afinal, podia-se deixar de ser integralista, mas não de ser “brasileiro”.

Percebe-se, então, que as fronteiras eram fluidas, elementos étnicos, políticos e, possivelmente, também econômicos se mesclavam, ganhando ou perdendo relevância conforme as circunstâncias. Diante disso, a fronteira não pode ser vista apenas como algo que aparta, pois ela também permite a entrada.

Dessa forma, um nítido desnível de poder só foi estabelecido entre os grupos quando a AIB passou a ser publicamente reprimida. Porém, longe de um contexto de denunciamento mútuo entre os partidários da AIB, no romance, constrói-se a ideia de que os sentimentos compartilhados de perseguição, humilhação e medo funcionaram como catalisadores de sentimentos de solidariedade e cumplicidade no interior da AIB, reforçando ainda mais os laços entre aqueles que aderiram ao movimento.

Também se pode sugerir que a etnia funcionou como fator de unidade. Um indício que aponta nesse sentido é que os conflitos que persistiram durante esse período não foram reavivados anos mais tarde, durante o período da Segunda Guerra, como aconteceu em outros lugares ou, se existiram, foram resolvidos internamente. Isto, ao menos, é o que sugerem as fontes, pois não há denúncias e processos vindos de Floresta ao TSN.<sup>549</sup>

---

<sup>548</sup> ELIAS; SCOTSON, 2000.

<sup>549</sup> Não foram encontrados processos no TSN originários de Floresta.

O romance sobre Floresta sugere que, nas localidades em que a AIB atuou de forma expressiva, os conflitos políticos não foram amenizados pela partilha da identidade étnica dos participantes. É possível até falar do surgimento de uma nova comunidade, já que a AIB propiciou outros referenciais identitários aos seus membros.

Porém, com a perseguição da AIB, a coesão do grupo, ligada à identidade de “descendente de imigrante italiano”, supera a divisão política. Percebe-se que em Floresta não somente os integralistas se autoprotegeram, como também os que ficaram fora do movimento escolheram não alimentar mais desavenças. Ressalta-se, porém, que os ressentimentos, mágoas e outros sentimentos provenientes desse período não foram plenamente esquecidos e são usados, ainda hoje, para “explicar” determinados “comportamentos ou perfis familiares”.<sup>550</sup>

Por certo, as consequências do integralismo não foram as mesmas nos diferentes lugares em que atuou. A intensidade da sua influência mesclaram-se às características locais, sugerindo resultados diversos. Assim, a história de Floresta permite perceber os reflexos do integralismo numa comunidade em que a AIB alcançou grande número de adeptos e mantinha certas características: a maioria dos moradores era descendente de italianos, católica e trabalhava nas lavouras de café, como pequenos proprietários ou na condição de colono.<sup>551</sup>

Contudo, conforme o próprio autor salientou, as entrevistas deixaram claro que o integralismo, oficialmente, acabou, mas ficaram as paixões e os ressentimentos gerados naqueles dias.

## **5.2 A atuação da comunidade nos processos criminais**

Não é estranho saber que, diante de uma denúncia na delegacia, uma pequena, mas, não silenciosa, revolução estava prestes a começar na localidade. Isso é claro, quando “o ocorrido” já não havia ganhado a “boca do povo”, muito antes

---

<sup>550</sup> Conforme depoimento do autor. GRILLO, José Marcelo. Entrevista concedida à autora, Cachoeiro de Itapemirim, 8 fev. 2007.

<sup>551</sup> Assim como já foi constatado em outras fontes, o autor utiliza a palavra “colono” para se referir àquele que trabalhava na terra alheia, como no trecho a seguir: “- É vero, é vero... E non son só colonho, non! Muito proprietário também teve que largá as mata derrubada e as lavora em formaçõn e ir trabalhá de colonho pra quem tinha como suportá” (GRILLO, 2001, p. 99-100).

de chegar aos ouvidos do delegado. Rumores, boatos, zunzunzuns percorriam as ruas da cidade “convidando” os moradores a participar do caso em questão. Sobre o fenômeno da “fofoca”, Elias e Scotson argumentam:

O uso comum nos inclina a tomar por ‘fofocas’, em especial, as informações mais ou menos depreciativas sobre terceiros, transmitidas por duas ou mais pessoas umas às outras. Estruturalmente, porém a fofoca depreciativa [*blame gossip*] é inseparável da elogiosa [*pride gossip*], que costuma restringir-se ao próprio indivíduo ou aos grupos com que ele se identifica.<sup>552</sup>

Conclui-se, então, que a função da fofoca não é sempre “negativa” e “excludente”, isto é, a fofoca não serve apenas para criar ou reforçar as fronteiras entre aqueles que se percebem diferentes. A fofoca também é responsável pelo fortalecimento das representações existentes sobre o próprio grupo ou daqueles com os quais se identificam. Dessa maneira, a fofoca elogiosa ou, ainda, a mera circulação de informações triviais sobre a vida daqueles que se sentem fazendo parte de determinado grupo, auxilia na coesão dessa mesma coletividade. Por certo, nem todos ou qualquer assunto é digno de entrar nesse circuito de informações, pois o que é considerado importante para aquele grupo é determinado pelas crenças coletivas e pelas normas do grupo.<sup>553</sup>

Também, não se pode esquecer de que a fofoca atua como um “vigilante” dos comportamentos entendidos como aceitáveis, direcionando cada membro para um padrão de autovigilância. Ultrapassar os limites estabelecidos pelo grupo significa correr o risco de ser alvo de uma fofoca depreciativa e, até mesmo, de ser excluído do grupo.

Uma coisa que, sem dúvida, os processos mostram é que o acusado não estava sozinho. A comunidade, de uma forma ou de outra, faz-se presente e interfere nos rumos do processo. As histórias narradas aqui foram, em parte, contadas nos capítulos anteriores, mas agora a preocupação não está nas ações que foram entendidas como crimes, nem na percepção do acusado sobre elas. Pelos depoimentos das testemunhas em suas narrativas, assim como por outros documentos inseridos nos processos – declarações e abaixo-assinados – é possível identificar a formação de redes, suas estratégias e limitações. É isso que nos interessa neste momento.

<sup>552</sup> ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 121.

<sup>553</sup> ELIAS; SCOTSON, 2000.

Portanto, é hora de voltarmos à barbearia do município de Santa Teresa. Cabe lembrar que, segundo a acusação, Fortunato Bonino deixou cair de suas mãos uma moeda com a efígie do Presidente, pisou-a, fez gestos impróprios, além de ter proferido uma série de palavras de baixo calão dirigidas a Getúlio Vargas.<sup>554</sup>

Assim, como o distrito de Floresta, Santa Teresa era formada por descendentes de italianos e teve forte atuação do integralismo. O relatório da AIB de 1936 indicava que, em Santa Teresa, havia 1.012 eleitores integralistas num total de 1.141 votantes.<sup>555</sup>

Em dezembro de 1935, foram eleitos pela AIB o prefeito, Enrico Ildebrando Aurélio Ruschi, e cinco vereadores – Alberto Pretti, João Siqueira, Augusto De Francesco, Alfredo Alcântara e Basílio Vasconcellos – o maior número conquistado pelo partido em todo o Estado.

Porém, alguns anos depois, a situação não era mais favorável à AIB. Em 1938, uma carta endereçada ao delegado da DOPS denunciava que, em todas as escolas de Santa Teresa, encontrava-se escrito: “O que é o integralismo – Combate a imoralidade Política-Social do regime Liberal-Democrata”. O denunciante encerrou a sua carta com a seguinte afirmação, que soava como advertência: “Os alunos destas escolas não cantam o Hino Nacional e sim os hinos integralistas”.<sup>556</sup>

Ainda no mesmo ano, em ofício ao delegado da DOPS, o delegado de polícia em comissão de Santa Teresa anunciava a prisão do chefe integralista local e de outros dois partidários “[...] que foram presos por serem exaltados [...]”.<sup>557</sup> Além das prisões, informava o material apreendido em alguns núcleos daquele município,

No núcleo integralista de S. Jacinto, Distrito de São João de Petrópolis, foi apreendido a seguinte material: - dois tambores, uma corneta, uma bandeira integralista, um quadro com moldura de Plínio Salgado, um retrato com moldura representando um grupo de integralistas e diversos impressos de propaganda.

No núcleo de S. Bento, no mesmo Distrito, foi apreendido o material abaixo: - um quadro de Plínio Salgado, um escudo com sigma, um livro de inscrição e diversos impressos de propaganda.

<sup>554</sup> Processo Criminal nº 1.697 (C8.0.APL.742), de 23-5-1941, originado em Santa Teresa. Processos Criminais do Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro.

<sup>555</sup> Relatório da AIB do ano de 1936 (Caixa nº 37. APEES).

<sup>556</sup> Correspondência 1936\_38. Fundo DOPS (Caixa 37. APEES).

<sup>557</sup> Ofício nº 80, de 15-5-1938, da Delegacia de Polícia do município de Santa Terêsa para o chefe de Polícia do Estado.

No núcleo do Distrito de Sta. Julia: - um quadro de Plínio Salgado, um retrato de um grupo de integralistas locais e diversos impressos de propaganda, um livro de inscrição e material de propaganda.

Na residência do chefe municipal: - uma coleção do jornal 'A Ofensiva', um retrato de Plínio Salgado e muito material de propaganda.

Na tipografia [...] um grande tipo com o sigma, uma carteira de identidade da Polícia do Estado de Sergipe na qual se vê a fotografia com a camisa-verde.

Na residência de Lourenço Biasutti: - um quadro representando Plínio Salgado.<sup>558</sup>

A perseguição ao movimento e o fechamento da AIB deixaram grandes ressentimentos entre a população desse município. O relatório do delegado local, responsável pela Campanha do Recenseamento em 1940, salientou alguns problemas ocorridos, insinuando que ainda havia ressentimentos com o poder instituído. Segundo o delegado:

Num meio como o nosso, onde predomina o sangue estrangeiro, com tais Comissões Censitárias como disse, nada se consegue e nem se conseguirá nunca. O povo do interior vive ainda constrangido pelos erros políticos do passado, e não bastando suas desastrosas conseqüências, vieram, para ludibriar mais um pouco o seu pacato sentimento de timidez, as falsas ideologias políticas contaminando a tudo e a todos. Embora já não exista mais, pelo menos aparentemente, esses grandes males que ceifavam e entravavam a vida do País, qualquer coisa ainda perdura, cuja prova está na escolha da maioria dos membros da Comissão Censitária que, por se tratar de uma organização nacional que estava patrocinada diretamente pelo Governo da República, nada fez nem procurou fazer, como quem procurasse uma desforra.<sup>559</sup>

Assim, um ano antes do caso da moeda, o delegado de Santa Teresa interpretava o comportamento de parte da população do município como "desforra". A atitude daqueles que deveriam colaborar com as ações do governo, mas, simplesmente, "nada faziam", pode ser interpretada como uma forma de resistência.<sup>560</sup> Se a resistência pelas armas já havia falhado em 1938, restava ainda uma resistência silenciosa, "passiva", que se situava no universo das táticas.<sup>561</sup>

<sup>558</sup> Ofício n. 80, de 15-5-1938, da Delegacia de Polícia do município de Santa Terêsa para o chefe de Polícia do Estado.

<sup>559</sup> Relatório do Delegado Orlando Nascimento. Serviço Nacional de Recenseamento. Delegacia Municipal – Santa Teresa. Estado do Espírito Santo. APEES. Recenseamento de 1940, p. 9.

<sup>560</sup> Bruit, analisando a conquista da América espanhola, fala de uma resistência sub-reptícia utilizada pelas populações indígenas, que incluiu aprender o castelhano, mas não deixar de falar suas línguas, o uso da bebida, a teimosia, a mentira, a preguiça, dentre outras atitudes que destruíam, cotidiana e sorrteiramente, o projeto espanhol, "conservando" os traços culturais nativos (BRUIT, Héctor



Certamente, Santa Teresa não era uma cidade isenta de tensões onde reinava uma solidariedade irrestrita entre seus moradores e deles com as autoridades. Mas a suposta “desforra” estava diretamente relacionada com o passado político recente do município, isto é, a experiência integralista que o delegado qualificava de “falsas ideologias políticas”. Não se devem ter dúvidas de que sentimentos de raiva, humilhação e desejos de revanche persistiam em muitos moradores de Santa Teresa.

No processo de Santa Teresa, os depoentes construíram um perfil do acusado. Fortunato, filho de um negociante italiano, foi qualificado pelos depoentes como um homem instruído, educado, dono de uma sólida fortuna, respeitado e de prestígio na localidade. Era um homem interessado por política e que guardava ressentimentos em relação a Vargas, afinal tinha sido um “elemento de realce” na extinta AIB.

A barbearia, local do crime, era um espaço masculino que, assim como o bar, funcionava não só para cortar cabelo ou fazer a barba, mas também para encontrar pessoas e “jogar conversa fora”. Pelo tom da conversa, que envolveu palavras de baixo calão e a menção à “flatulência”, pode-se imaginar que Bonino sentia-se bastante à vontade nesse espaço, para expressar suas opiniões e sentimentos, inclusive aqueles relativos ao presidente da República. Porém, Bonino agiu sem interpretar a reação dos outros participantes. Não estava, aparentemente, preocupado em agradar ou não ferir sentimentos alheios e agiu seguindo seus impulsos, deixando transparecer sua raiva decorrente da humilhação sofrida durante a perseguição à AIB.

Pode-se supor que Fortunato também tinha boas relações com o dono da barbearia, da mesma forma que tinha afinidades com pessoas que possuíam cargos de prestígio, como o juiz de Direito, o promotor público, o coletor e tabelião da cidade. Pode ser que Fortunato nutrisse sentimentos de superioridade perante os barbeiros, o pedreiro e o *chauffeur*, protagonistas do encontro na barbearia, reforçando o seu comportamento displicente.

Porém, a atitude de Fortunato na barbearia e no dia seguinte, confirmando suas palavras em público, ultrapassou o limite do aceitável para

---

Herman. **Bartolomé de Las Casas e a simulação dos vencidos**: ensaio sobre a conquista hispânica da América. São Paulo: Iluminuras, 1995).

<sup>561</sup> DE CERTEAU, 1994.

algumas pessoas. O momento político era outro, mas, aparentemente, Fortunato se deu conta disso tarde demais. Com certeza, não imaginava que seus atos pudessem virar notícia de jornal e o levassem até a delegacia.

O jornal *A Tribuna* intitulou a notícia como “Desagradavel Ocorrência na cidade de Santa Teresa, Denúncia apresentada á nossa Sucursal n.º 3, daquela cidade – Com vistas ao Tribunal de Segurança”.<sup>562</sup>

A matéria informava que o fato ocorreu em decorrência das atividades comemorativas do aniversário de Getúlio Vargas, preparadas naquele município, no dia 19 de abril. O jornal se autodenominou a “voz autorizada do regime” e, portanto, sentia-se apto a interpretar “[...] o sentir do povo capichaba, quer da capital, quer o do litoral, quer o do centro, [e] não póde, portanto, silenciar perante um fáto reprovável sob todos os sentidos e que passa a descrever”.<sup>563</sup>

[...] esquecendo da sua posição e de que o Chefe da Nação merece o maximo respeito, entendeu de dirigir de publico, palavras menos cortezes á personalidade de Getulio Vargas. Querendo mais uma vez repetir as mesmas palavras em frente do sr. Coletor Estadual local, este protestou veementemente, originando-se daí protestos populares contra a injustificavel atitude [...].<sup>564</sup>

A notícia informava que “pessôas dignas de credito” haviam procurado o jornal, pois o delegado, “lamentavel e impatrioticamente”, não havia tomado as devidas providências sobre o caso. O jornal alertava ainda que:

A sua posição de maior autoridade no País e a sua conduta genial na hora grave por que passa o mundo, conservando o Brasil numa serenidade espiritual e num ritmo de trabalho proficuo – não podem sofrer críticas, nem combates. Os brasileiros o respeitam e o admiram profundamente.<sup>565</sup>

A matéria do jornal centrou suas críticas no indivíduo Fortunato. Não houve referências ao contexto que poderia ter suscitado o tipo de comportamento que se julgava reprovável. Não foi lembrada a etnia, destacada pelo sobrenome do acusado, nem a ligação, num passado recente, dos habitantes desse município com

<sup>562</sup> Jornal *A Tribuna* (Vitória), de 27-4-1941. Anexado ao Processo Criminal n° 1.697 (C8.0.APL.742).

<sup>563</sup> Jornal *A Tribuna* (Vitória), de 27-4-1941. Anexado ao Processo Criminal n° 1.697 (C8.0.APL.742).

<sup>564</sup> Jornal *A Tribuna* (Vitória), de 27-4-1941. Anexado ao Processo Criminal n° 1.697 (C8.0.APL.742).

<sup>565</sup> Jornal *A Tribuna* (Vitória), de 27-4-1941. Anexado ao Processo Criminal n° 1.697 (C8.0.APL.742).

a AIB. Ao contrário, Santa Teresa foi qualificada como uma cidade “progressista e ordeira”.

Não foi dito também quem foram as “[...] pessoas dignas de credito [...]” que procuraram o jornal e fizeram a denúncia, nem as suas relações com o acusado. O texto do jornal sugere um grupo, mas no processo a responsabilidade pela acusação recai somente em uma pessoa.

No dia seguinte, o jornal estampou uma nota oficial informando que, na data da notícia publicada, já havia chegado a Santa Teresa o delegado da DOPS para abertura de inquérito, a fim de apurar o “injustificável” procedimento. Antes mesmo da abertura do referido inquérito, o jornal já informava que o caso seria encaminhado ao Tribunal de Segurança Nacional.<sup>566</sup>

Dias depois, quando foi chamado para prestar depoimento ao delegado da DOPS, o acusado já havia percebido que seu comportamento não era adequado àquele contexto e sabia que não deveria admitir na delegacia guardar ressentimentos em relação a Getúlio Vargas.

De uma atitude altiva, Fortunato passou a negar o ocorrido, acusou inimigos sem nomeá-los, falou de um possível “gracejo” e usou o retrato de Vargas para confirmar o seu apoio ao Presidente. Não há por que duvidar que um dia o retrato de Vargas adornou as paredes da sua casa e de seu estabelecimento comercial. Resta saber se ele continuava lá, após a perseguição aos integralistas.

Seja como for, a defesa de Fortunato estava apenas começando. Após a abertura do processo, seu pai enviou uma carta ao próprio Getúlio Vargas.<sup>567</sup> A carta foi iniciada com um pedido de desculpas pelo fato de roubar o “precioso” tempo daquela autoridade e prosseguiu ressaltando a sua admiração pela “obra reconstrutora da Nação Brasileira”.

Ele argumentou que “inimigos gratuitos”, utilizando a Lei de Segurança Nacional, denunciaram seu filho por fatos diferentes daqueles que realmente aconteceram, sendo a intenção das testemunhas prejudicar a ele e a seu filho. O remetente também ressaltou a existência dos retratos do Presidente para confirmar o apoio ao governo e solicitou:

---

<sup>566</sup> Jornal *A Tribuna* (Vitória), de 28-4-1941. Anexado ao Processo Criminal nº 1.697 (C8.0.APL.742).

<sup>567</sup> A carta encontra-se anexada ao Processo Criminal nº 1.697 (C8.0.APL.742).

[...] que lance suas justiceiras vistas sobre esse facto, para que não seja consumada uma injustiça, e, mais ainda, uma ingratidão em torno de uma família que sempre respeitou o atual Primeiro Magistrado da Nação, o que, assim, virá dar azas a esses que se escondem nas dobras da lei, para desfecharem golpes traiçoeiros, por inveja ou qualquer outro motivo, aos seus desafeiçoados. [...] dotado como é, de um espírito superior e privilegiado, providencie a respeito, para se pôr freio a uma exploração, o que lhe ficaremos eternamente gratos.<sup>568</sup>

A carta apresentada poderia ser enquadrada naquilo que Scott chama de “Transcrição Pública”.<sup>569</sup> Tal conceito se relaciona com as interações marcadas por um “desequilíbrio de poder”, ou seja, entre poderosos e subalternos. Segundo Monsma, “A palavra transcrição (*transcript*), no sentido incomum que ele a usa, significa as palavras, gestos, as expressões culturais e as outras ações que se poderia incluir em um relato escrito”.<sup>570</sup>

Assim, de acordo com Scott, nesse tipo de interação, os subalternos adequariam de forma estratégica o seu discurso às expectativas dos poderosos. O tom de humildade transparece a todo o momento na carta. Ele elogiou as atitudes de Vargas e manteve uma postura de respeito e obediência, encerrando sua carta como “admirador sincero, humilde servo”. Em meio a tal discurso, ele fez o seu pedido, qual seja, o de não prenderem seu filho, atitude qualificada por ele como injusta e, para tanto, apelou para as “justiceiras vistas” de Getúlio Vargas. Para Scott, essa postura, que pode ser entendida como uma estratégia para obter o resultado desejado, acaba constringendo aquele que está na situação privilegiada, já que ele precisa manter a legitimidade do seu poder.

Foi dessa forma que o pai de Fortunato buscou os seus objetivos, falando aquilo que Getúlio Vargas gostaria de ouvir, sem utilizar, prudentemente, os seus próprios recursos de poder, registrando apenas embaixo da sua assinatura “agente consular italiano e negociante”, escolhendo manter um comportamento aparentemente submisso.

Logo depois do ocorrido na barbearia, segundo as testemunhas, o fato já havia ganhado as ruas e todos o contavam como verídico. O responsável pela publicidade do caso, ou pela fofoca, foi o *chauffeur* Alberto Chiappani.

<sup>568</sup> Processo Criminal n° 1.697 (C8.0.APL.742).

<sup>569</sup> SCOTT, James C. **Domination and the arts of resistance**: hidden transcripts. New Haven: Yale University Press, 1990.

<sup>570</sup> MONSMA, Karl. James C. Scott e a resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica. **Revista BIB**, n. 49, p. 95-121, 1° sem. 2000. p. 101.

A história divulgada por Chiappani não era qualquer tipo de fofoca. Não se tratava de detalhes da vida privada de alguém, mas de opiniões sobre a política nacional que não deveriam ser expressas, já que, como assinalou a nota do jornal, o governo “[...] não poderia sofrer críticas, nem combates”. Assim, obviamente, a fofoca não era elogiosa, mas era mais do que depreciativa, era uma fofoca denunciadora.

Voltando a Scott, poderíamos enquadrar as conversas na barbearia naquilo que o autor denomina de “Transcrições Escondidas”. Estas seriam as representações feitas entre os próprios pares, portanto numa situação de equilíbrio de poder. Mas, nesse caso, o que deveria ficar apenas entre os pares acabou nos ouvidos das autoridades.

Como já foi relatado, poucos anos antes, a política havia criado divisões no município entre aqueles que aderiram ao integralismo e os que não aderiram. Nessa divisão, os integralistas em Santa Teresa tinham tomado uma larga vantagem. Pela interpretação dada ao fato e seu comportamento posterior, pode-se supor que Chiappani, o “fofoqueiro”, não era um ex-integralista e, portanto, não compartilhou da “brincadeira” da moeda.

Por meio da nota acusatória no jornal e de um abaixo-assinado em defesa do réu, toda a comunidade estava mobilizada, seja contra, seja a favor do acusado. Mas o que se viu durante o processo foi o silenciamento do grupo acusador e o envolvimento dos moradores em favor do réu.

O texto, possivelmente escrito pelo advogado de defesa, que veio seguido pelas assinaturas, dizia que os abaixo-assinados, residentes em Santa Teresa, conheciam de perto o “acatamento e consideração” de que gozava a família Bonino, sendo seu pai um dos mais antigos negociantes da cidade e que exercia também a função de agente consular da Itália.

O texto salientava que o réu era brasileiro e casado com brasileira, tratando-se de um bom cidadão. Aqui se percebe a fluidez da identidade étnica. Filho de italiano, morador de Santa Teresa, integralista, Fortunato afirma ser brasileiro e casado com brasileira. De fato, ele não estava faltando com a verdade, mas fazer essa declaração tinha significados muito mais amplos do que ratificar sua nacionalidade. Se o processo tivesse ocorrido no ano seguinte, em 1942, provavelmente, além de ratificar sua nacionalidade o advogado do acusado omitiria a informação sobre seu pai ser agente consular da Itália.

Mais uma vez, as fotografias do Presidente surgiram para corroborar o apoio ao governo. O texto ainda informava que a firma da família Bonino hasteou a Bandeira Nacional no dia do aniversário de Getúlio Vargas, sendo o cunhado do réu o orador oficial das comemorações. Assim, o texto sustentava que houve “[...] fortes explorações de inimigos gratuitos, em torno da realidade do facto”.<sup>571</sup> Outro elemento utilizado para confirmar o patriotismo do réu foi a sua participação como membro na Comissão de Recenseamento de 1940.<sup>572</sup> Porém, pelo relatório do delegado, sabe-se que a participação nessa comissão não pode ser vista como sinônimo de patriotismo ou de apoio ao regime, mas sugere o oposto.

Pelo abaixo-assinado, ainda se percebe que o acusado e sua família desfrutavam de um grande capital econômico e social, participando de uma extensa rede de sociabilidade e solidariedade.

No abaixo-assinado em que aparecem os nomes datilografados, as profissões citadas sugerem apenas o apoio da elite local. Já na outra versão do abaixo-assinado, junto às assinaturas, aparecem profissões mais diversificadas, constando vários profissionais liberais, funcionários públicos, comerciantes e muitos lavradores. Parece que o segundo documento seguiu a orientação do advogado de defesa, mostrando que o acusado não era apenas um membro da elite local, mas um cidadão respeitado por todas as classes sociais. Foi o próprio advogado quem ressaltou a existência dessa “diversidade social” a favor de Fortunato.

Como a AIB conseguiu alcançar a maior parte dos moradores de Santa Teresa, os ex-adeptos parecem ter se unido por meio do abaixo-assinado, já que a maioria possuía um sobrenome de origem italiana. Afinal, nada impedia que eles também pudessem ser alvo de uma denúncia no futuro. Mas o certo é que Fortunato conseguiu o apoio de pessoas ligadas ao governo, como é o caso das autoridades. Por outro lado, é necessário redimensionar o apoio e a espontaneidade admitida por aqueles que assinaram tal documento, pois se pode imaginar que uma recusa desse tipo poderia gerar situações delicadas, já que se tratava de uma família bastante conhecida, numa pequena cidade.

---

<sup>571</sup> No processo, há três abaixo-assinados: um de 28-4-1941, com 23 nomes e respectivas profissões datilografados; outro de 30-4-1941, com 55 assinaturas e respectivas profissões; e um terceiro com 18 assinaturas e respectivas profissões. O texto que antecede as assinaturas é o mesmo. Em nenhum deles há nomes de mulheres.

<sup>572</sup> A campanha para o Recenseamento de 1940 apelava para o patriotismo da população, ao solicitar que fossem fornecidas informações verídicas.

Além dos abaixo-assinados, há ainda declarações de boa conduta escritas pelo prefeito e ex-prefeito da cidade e pelo vigário da Paróquia.<sup>573</sup> Todos qualificaram o réu como um exemplar chefe de família, de temperamento ponderado, trabalhador, honesto e sem vícios.

As cartas em defesa do réu apontam para uma ligação da AIB local com as pessoas que ocupavam cargos de prestígio na localidade. Ainda em seu depoimento no inquérito, Fortunato disse que o Dr. Juiz de Direito da Comarca corroboraria seu depoimento.

Aberto o processo no TSN, o réu e duas testemunhas voltaram a dar esclarecimentos. No novo depoimento, o réu contou a história da moeda, omitindo o possível gracejo sobre o tamanho das moedas com a efígie do Presidente, incluído no primeiro depoimento, e declarou que seu inimigo e também denunciador era um certo Alberto Chiappani.

Possivelmente, o advogado de defesa preferiu não usar o argumento de “gracejo” e pautou sua argumentação na deturpação dos fatos feita por vingança. Segundo ele, seus desafetos exploraram a história que acabou sendo divulgada de modo inverídico no jornal *A Tribuna*.

De forma geral, todos argumentavam “vingança”. Inicialmente, tanto para o pai de Fortunato, quanto para ele próprio, tratava-se de vingança de inimigos gratuitos. Durante o processo, o ato de vingança foi atribuído a Chiappani. Já para o delegado da DOPS, tratava-se da vingança de um integralista:

O crime tem a mesma explicação que teve o assalto do Palacio Guanabara; é uma demonstração de que os elementos do Sigma não se esquecem de que foi o Presidente Vargas que impediu as suas nocivas e impatrioticas atividades.<sup>574</sup>

Os barbeiros Florêncio Paviotti e Cesar Biazuti, que testemunharam contra o réu durante o inquérito, voltaram a testemunhar, agora para a defesa do réu. O primeiro afirmou que o réu não pronunciou as palavras, não fez os gestos denunciados e que não teve intenção de ofender o Presidente. Ele alegou que ficou preso por duas horas na sala das armas da Delegacia de Polícia, pois não queria dizer coisas que não havia presenciado. Afirmou, também, que sabia que

---

<sup>573</sup> O ex-prefeito era o integralista Eurico Hildebrando Aurélio Ruschi.

<sup>574</sup> Processo Criminal nº 1.697 (C8.0.APL.742).

Chiappanni era “inimigo capital” de Fortunato, sendo o desentendimento motivado por um rádio, além de ser o *chauffeur* “dado a intrigas”. O réu, por sua vez, foi qualificado como ordeiro e trabalhador, sempre demonstrando respeito pelas autoridades, mesmo quando ele ainda pertencia à AIB.

No novo depoimento, Biazuti também assegurou que o réu não teve intenção de ofender o Presidente e declarou que foi coagido com ameaças de prisão durante o inquérito. Salientou também que Chiappanni era “inimigo capital” do réu e que ouviu dizer que o motivo era um rádio, além de ser “dado a intrigas”. Para ele, o réu era trabalhador, de bom procedimento, tendo sempre respeitado as autoridades do País.

Nesses depoimentos, que seguem praticamente a mesma narrativa, já que são respostas a um questionário, temos a confirmação da tese da defesa. Além do denunciador, surgiu também o motivo da denúncia: não se tratava de ressentimentos de um antigo integralista, mas de uma desavença motivada por um rádio. Era essa informação solta, sem maiores explicações, que justificava a atitude de Chiappanni que, supostamente, desvirtuou o “incidente da moeda” para se vingar de Fortunato. Assim, Alberto Chiappanni é usado como bode expiatório.

O grupo de pessoas que procurou o jornal para fazer a denúncia não aparece no processo. As testemunhas de acusação transformaram-se em testemunhas de defesa. A comunidade de Santa Teresa se mobilizou na proteção do acusado.

Percebe-se, então, que os depoimentos narrados buscaram construir também as imagens de Chiappanni e do réu. Chiappanni apareceu como “intrigueiro”, já o réu foi mostrado como trabalhador, ordeiro, responsável, mesmo quando ainda era integralista. Os atores envolvidos mostraram compartilhar dos critérios de avaliação dos comportamentos, assim como conhecer os valores enfatizados pelo Governo, reinando um aparente “consenso ético”.

Embora a acusação tenha recaído sobre Chiappanni, ele não foi chamado para explicar o “caso do rádio”. Chiappanni foi categorizado como “intrigueiro” e o fato de já ter sido processado e condenado em outra ocasião pareceu confirmar a afirmação das testemunhas.<sup>575</sup> Com certeza, solidariedade e desavenças faziam parte das relações do próprio grupo étnico, já que o suposto

---

<sup>575</sup> Art. 294, § 2º, combinado com o art. 13 do Código Penal. Condenado à pena de reclusão de 17 dias e 12 horas. Processo Criminal nº 1.697 (C8.0.APL.742).



“denunciador” carregava um sobrenome italiano, mas as diferenças socioeconômicas e a fronteira entre os integralistas e não integralistas persistiam.<sup>576</sup>

Talvez, a ameaça de prisão, feita pelo delegado durante o inquérito, possa indicar a resistência dos barbeiros em prestar depoimento, motivados por uma solidariedade étnica, vínculos de amizade, medo de represálias ou, apenas, receio de perder a freguesia. É possível, ainda, que as ameaças, simplesmente, não tenham ocorrido. A drástica mudança nos depoimentos, inclusive com graves acusações, e a ausência das outras testemunhas demonstram que o processo estava sendo conduzido em favor do réu.

Esse é o único processo no TSN originado em Santa Teresa. Mesmo no ano seguinte, em que havia motivos mais evidentes para esse tipo de denúncia, com a entrada do Brasil na guerra, não houve novas acusações. Pode ser que a comunidade tenha aprendido a se autoprotger depois da experiência compartilhada durante o processo contra Fortunato.

No decorrer do processo, é bastante evidente que o procurador do TSN não utilizou as armas disponíveis contra o réu. O fato de ser ex-integralista não ganhou a importância demonstrada no inquérito e a imagem do réu e sua família, construída durante o processo, foi ao encontro da imagem valorizada pela Justiça. O chefe de família, trabalhador, ordeiro, de temperamento ponderado, honesto, sem vícios adequou-se ao que se acreditava ser um bom cidadão nesse contexto, reforçando, por sua vez, esses mesmos valores. Todos esses atributos eram importantes, mas ser qualificado como uma pessoa de “temperamento ponderado” era fundamental para um ex-integralista, pois a imagem tipificada do integralista “exaltado”, “extremado”, “fanático” era amplamente divulgada e, nesse momento, depreciada.

Pode-se notar também que os recursos disponíveis para Fortunato Bonino e Chiappani eram bastante desiguais, e não há dúvidas de que o capital econômico e social desfrutado pela família Bonino pesou no julgamento.

É provável, também, que o contexto da guerra tenha provocado alterações nas posições de poder nessas pequenas cidades, ao menos temporariamente. Algumas famílias que desfrutavam de um maior capital econômico e social ficaram, enquanto corria o processo, em uma situação desconfortável,

---

<sup>576</sup> A única testemunha que não possui sobrenome italiano é o pernambucano Manoel Ferreira, que afirmou ser amigo do réu.

fragilizadas, necessitando do apoio dos moradores da localidade. As peças do processo contra Fortunato sugerem a mobilização da comunidade ou, ao menos, de grande parte dela, na busca da absolvição do réu. A acusação feita contra a polícia pelos barbeiros (ameaça de prisão durante o testemunho no inquérito) não foi levada adiante.

Na sentença, o Juiz Antônio Pereira Braga afirmou que apenas o gesto ficou asseverado (pisar a moeda), mas o TSN não julgava gestos, apenas injúrias verbais, as quais não foram devidamente indicadas. Ademais, para o juiz, as “palavras de baixo calão” não poderiam ser enquadradas no conceito legal de injúria, figurando apenas como “ofensas”, que a lei “incoerentemente” não punia.

Fazendo uso da retórica da neutralidade, o juiz reservou para si apenas o papel daquele que faz a interpretação da lei e a sua “justa” aplicação. Na sequência das suas justificativas para o veredicto “escolhido”, o juiz afirmou que os elementos da prova não o convenceram de que o fato não foi deturpado e, diante da falta de provas do contrário, entendia a negativa do réu como uma “absoluta retratação”. O réu foi absolvido. Percebe-se que não apenas a lei escrita tangenciou o desfecho desse processo. O juiz precisava ser “convencido” e não o foi.

Da mesma forma que o município de Santa Teresa, o município de Castelo também possuía um expressivo número de descendentes de italianos. Mas, no caso em questão, o réu é um sírio-libanês.<sup>577</sup>

Elias Sabra, sírio-libanês, comerciante, morador do município de Castelo, foi enquadrado no art. 3, XXV, no ano de 1938, por ofender o governo.<sup>578</sup> Conforme a acusação, Elias havia dito que o governo, ao exigir o “depósito de estrangeiros”, prejudicou mais os italianos do que os três falsários que haviam iludido alguns italianos da região.

Os denunciantes foram Aarão Jorge Junior, funcionário público, e Amado Gomes, pintor. Como testemunhas de defesa, Elias apresentou o Dr. Gastão Correa de Lima, médico, funcionário público, e Manoel Pires Martins, funcionário público municipal e ex-prefeito de Castelo.

---

<sup>577</sup> O município de Castelo faz fronteira com os municípios de Alegre e Cachoeiro de Itapemirim. Conforme Campos (1987) esses dois municípios, somados à Capital, tinham o número mais expressivo de libaneses no Espírito Santo.

<sup>578</sup> Processo Criminal nº 2.172 (C8.0.APL.944), de 28-03-1942, originado em Castelo. Processos Criminais do Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro. O caso de Elias Sabra foi analisado no Capítulo 4.

A primeira testemunha apresentada pelo advogado, apesar de afirmar que, no início da guerra, o acusado era simpatizante da Alemanha, ressaltou que, após a entrada do Brasil na guerra, Elias mudou de postura. A segunda testemunha, por sua vez, afirmou que Elias nunca foi filiado a qualquer clube político estrangeiro. As duas testemunhas afirmaram que o acusado nunca foi adepto da AIB e era partidário do governo.<sup>579</sup>

Todavia, da mesma forma que no caso analisado anteriormente, não apenas as testemunhas de acusação e defesa atuaram de forma direta no processo de Elias. Um abaixo-assinado parece ser a peça fundamental na absolvição do acusado. O texto, anterior às assinaturas, expunha:

Os abaixo assinados declaram que o Sr. Elias Sabra, sírio-libanez, residente nesta Cidade ha mais de vinte anos; antigo comerciante no município, honesto e trabalhador, e que, pelas suas boas qualidades, se tornou merecedor da estima de todos os habitantes de Castelo. Declaram, tambem, que o referido senhor sempre foi um grande entusiasta do govêrno, por cuja causa sempre se bateu, não tendo nem uma ligação com qualquer partido de origem extremista.<sup>580</sup>

Os assinantes, todos homens, eram, na maioria, funcionários públicos, médicos, dentistas, advogados, farmacêuticos, guarda-livros, negociantes, industriais, comerciantes e proprietários. É interessante notar que uma das assinaturas está rasurada, de forma intencional, podendo significar a desistência na participação do abaixo-assinado.<sup>581</sup>

Também é importante observar que o documento respeita certa hierarquia. O primeiro a assinar o documento foi o prefeito de Castelo. Abaixo dele seguem mais 65 assinaturas com suas respectivas profissões. Na primeira página, os assinantes têm profissões mais prestigiadas socialmente, mas, no decorrer da lista, vão surgindo os “proprietários”, “comerciantes”, um sapateiro e um carpinteiro.<sup>582</sup>

---

<sup>579</sup> O relato das testemunhas de defesa de Elias Sabra também foi apresentado no Capítulo 4.

<sup>580</sup> Processo Criminal nº 2.172 (C8.0.APL.944).

<sup>581</sup> A exclusão foi confirmada por um dos advogados de defesa. Três advogados, dois residentes em Castelo e um no Rio de Janeiro, representaram Elias.

<sup>582</sup> Exceção feita a um jornalista e um médico que estão no final da lista.

O número daqueles que se declararam “proprietários”, possivelmente pequenos produtores rurais, é muito pequeno se comparado com outras profissões de maior *status*. Ninguém se intitulou “lavrador” ou “colono”, contrariando o esperado em um município em que grande parte da população residia e trabalhava no campo e nem sempre na sua própria terra.<sup>583</sup>

O abaixo-assinado deixa ver a preocupação de escolher os moradores de Castelo com profissões mais representativas socialmente. As mulheres não são convocadas a atestar as “boas qualidades” de Elias. Afinal, em questões políticas, os grandes personagens eram os homens, pelo menos publicamente.

Apesar de ser “estrangeiro” e, portanto, correr o risco de receber a *pecha* do “estrangeiro ingrato” e de uma testemunha ter confirmado a sua simpatia pela Alemanha, antes da entrada do Brasil na guerra, Elias e seus advogados construíram uma boa imagem do réu. O fato de ser considerado “inimigo” dos integralistas e favorável ao governo colaborou na sua defesa.

O grande número de assinaturas que angariou e as profissões declaradas mostram que Elias fazia parte ou, ao menos, mantinha vínculos com pessoas de maior *status* social do município. Pode-se imaginar que a sua profissão de comerciante deve tê-lo ajudado a tecer essa rede de sociabilidade entre os moradores de Castelo, que nesse momento se transformou em solidariedade.

É curioso mencionar também que, apesar de seu comentário sobre o “depósito de estrangeiros”, o qual motivou o processo no TSN, referir-se aos italianos, os sobrenomes de origem italiana estão praticamente ausentes no abaixo-assinado apresentado pela defesa. Essa exclusão pode ter sido proposital, já que “súditos do Eixo” e seus descendentes não eram vistos com bons olhos, principalmente, nesse ano de 1942. Isso talvez explique também o pequeno número de “proprietários” no abaixo-assinado.

De qualquer forma, por meio desse documento, o acusado demonstrou, perante a Justiça, que era merecedor da “estima” dos moradores de Castelo e, indiretamente, afirmou que era dessa forma que deveria ser tratado pelo governo.

---

<sup>583</sup> Provavelmente, os lavradores preferiram intitular-se “proprietários”. Pode-se pensar que o termo “lavrador” não fosse usado, mas, no abaixo-assinado de Fortunato Bonino, várias pessoas se autodenominaram dessa forma.

O abaixo-assinado foi uma forma de a comunidade de Castelo participar de ativamente do processo de Elias, influenciando seu resultado.

O delegado de Castelo ouviu o acusado, as testemunhas de acusação e remeteu o inquérito ao TSN. Porém, diferentemente de outros delegados, ele não fez um relatório sobre o caso. Na abertura do inquérito, afirmou somente que “[...] no dia 26 do corrente, [Elias] usou de expressões demasiadamente ofensivas ao Governo do país, determinando a instauração de inquérito [...]”.<sup>584</sup>

Vê-se, então, que o delegado não usou os discursos disponíveis sobre os “estrangeiros inassimiláveis”, citando apenas a utilização de “expressões demasiadamente ofensivas”. A postura do delegado sinaliza seu desinteresse em agravar a situação ou colaborar na condenação do acusado.

Nos dois processos apresentados – Fortunato Bonino e Elias Sabra – os abaixo-assinados podem ser compreendidos não apenas como um auxílio ao réu, mas como uma forma de proteger toda a comunidade. Por outro lado, é possível pensar que a Justiça poderia entender a defesa do réu pela comunidade de modo inverso e estender sua suspeita para toda a comunidade.

De todo modo, a confirmação da atitude de Fortunato colocaria em risco os moradores de Santa Teresa que poderia deixar de ser vista como uma cidade “progressista e ordeira”, como foi qualificada pelo jornal *A Tribuna*. Da mesma forma que Santa Teresa, Castelo também possuía um grande número de descendentes de italianos e, se fossem confirmadas as denúncias sobre Elias Sabra, toda a comunidade estaria sob suspeita, trazendo maior vigilância e possíveis perseguições.

Porém, é certo que outras comunidades não tão seriamente “ameaçadas” também se mobilizaram na defesa de seus moradores acusados pela Justiça. É o caso de Daniel Carone no município de Anchieta.

Aqueles que testemunharam Daniel Carone fazer uma brincadeira no posto telefônico, que foi denunciada como injúria, mantiveram um único discurso buscando a defesa do réu.<sup>585</sup>

Contudo, como já salientado, nesse caso, não parece que uma preocupação com a autoproteção da comunidade tenha pesado na atitude escolhida pelas testemunhas. Daniel foi denunciado no ano de 1945, isto é, o período crítico

---

<sup>584</sup> Processo Criminal nº 2.172 (C8.0.APL.944).

<sup>585</sup> Processo Criminal nº 6.124 (CX.562).

das denúncias, e suas eventuais consequências para a comunidade já haviam passado, além de Anchieta, ao contrário de Santa Teresa e Castelo, não ser uma região com significativo número de descendentes de alemães e italianos. Fato é que todas as testemunhas afirmaram que o caso se tratava apenas de uma brincadeira sem intenção ofensiva. Ainda, conforme as testemunhas, a motivação para a denúncia era uma desavença pessoal com a família do acusado. Não houve abaixo-assinado.

O delegado, assim como no caso anterior, não fez um relatório sobre o caso. Sua ação se resumiu na aceitação da denúncia feita pelo próprio prefeito interino e no recolhimento das declarações das testemunhas. Como resultado, o Ministério Público pediu o arquivamento do processo. Mais uma vez, fica evidente que o delegado não tinha intenção de contribuir para a acusação que recaía sobre o réu. Contudo, essa não foi a postura mais comumente tomada pelos delegados, da mesma forma que nem sempre a comunidade atuou na defesa do réu.

A acusação que incidiu sobre o padre alemão João Bauer, no ano de 1943, no município de Santa Cruz, é um exemplo de como os moradores da localidade também poderiam agir no sentido contrário, isto é, depondo contra o réu.<sup>586</sup>

A denúncia partiu do próprio prefeito de Santa Cruz que afirmou que o padre, durante a missa, acusou as autoridades locais de terem furtado objetos da casa paroquial enquanto ele se encontrava fora da cidade. Onze pessoas depuseram no inquérito contra o padre, quatro eram mulheres. Nove testemunhas participaram do processo, e seis delas já haviam sido ouvidas durante o inquérito. Três das nove testemunhas do processo depuseram de “ouvir dizer”. Não há depoimentos favoráveis ao réu, com exceção de um que abrandou as palavras proferidas pelo padre durante a missa, pois afirmou que o padre não usou o termo “ladrões”, dizendo apenas que elas haviam “retirado” os objetos da casa paroquial e que ele exigia a devolução.

Não há abaixo-assinados, declarações de boa conduta, nem mesmo depoimentos favoráveis ao réu. A comunidade de Santa Cruz parecia não estar disposta a ajudar na absolvição do padre João Bauer e o fato de tratar-se de um “súdito do Eixo” deve ter colaborado, significativamente, com a atitude escolhida.

---

<sup>586</sup> Processo Criminal nº 3.852. Alguns aspectos da história do padre João Bauer foram tratados no Capítulo 3.

O texto do delegado de estrangeiros, Mozart Medina de Mendonça, manteve a mesma postura da comunidade de Santa Cruz, apelando para as representações difundidas do “temperamento” alemão, qualificando o padre de: “alemão insolente e perigoso [...]”.<sup>587</sup> Para o delegado, os depoimentos das testemunhas demonstravam que, embora católicos, tinham um compromisso maior com as autoridades do País:

E todas as testemunhas pessoas idôneas. Gente modesta da roça. Todas falando em tom de compaixão, católicas que todas são, mas sempre prontas a dizerem a verdade, sobretudo quando se acha em jogo a defesa das autoridades brasileiras.<sup>588</sup>

Mas, foi justamente a atitude acusadora da comunidade que serviu de argumento para o advogado de João Bauer. Além de destacar incoerências nos depoimentos, alegou também que as outras testemunhas ouvidas durante o processo eram de acusação e não de defesa. Ademais, o advogado ressaltou ainda a influência que a “etnia” do réu poderia ter ganhado nesse processo:

É preciso desde logo salientar que o acusado é de nacionalidade alemã sendo talvez por isso que alguns depoentes se inclinam a afirmar terem sido proferidos pelo padre as repressões que o Ministério Público destaca, enquanto outros afirmam categoricamente ter o mesmo sacerdote pedido quando de sua oração do púlpito da igreja local fossem devolvidas a sua residência o banheiro e a instalação elétrica dela desaparecidos.<sup>589</sup>

Por fim, o advogado destacou que não houve o crime de calúnia, já que o silêncio das testemunhas de acusação e das próprias autoridades sobre a “retirada” dos objetos da casa paroquial sinalizava que o padre fez uma afirmação verdadeira.

O juiz ficou convencido de que o fato gerador do processo realmente estava mais relacionado com um sentimento de “hostilidade” do que pelo ocorrido. Embora não mencionando a etnia, o juiz parece ter percebido que a antipatia das autoridades e dos moradores de Santa Cruz estava relacionada com o fato de João Bauer ser alemão. Na sentença, o juiz considerou deficiente a prova do inquérito e concluiu que,

---

<sup>587</sup> Processo Criminal n° 3.852.

<sup>588</sup> Processo Criminal n° 3.852.

<sup>589</sup> Processo Criminal n° 3.852.

[...] CONSIDERANDO que mais avulta nestes autos a prova da hostilidade contra o acusado que a da realidade do delito imputado, pois somente uma testemunha lhe atribui indeterminadamente as expressões 'roubados ou apanhados' e não condizem entre si as expressões que o Prefeito e o Delegado atribuem ao acusado.<sup>590</sup>

João Bauer foi absolvido. Além de ter ficado clara ao juiz a “hostilidade” dos moradores de Santa Cruz em relação ao réu, o fato de se tratar de um padre também pode ter auxiliado na sua absolvição. Aparentemente, não houve intervenção da Igreja Católica no andamento do processo, mas o simples fato de se tratar de um padre pode ter pesado na atitude do magistrado.<sup>591</sup>

Outra história que demonstra a ação da comunidade em direção à condenação do réu é a do agricultor Joaquim Nicolau, conhecido como Quinca, que foi alvo de uma tentativa de linchamento no município de João Pessoa.<sup>592</sup> O crime alegado pela acusação dizia que Quinca afirmou, numa mesa de bar, que o Brasil não declararia guerra ao Eixo porque alguns oficiais do Exército brasileiro eram simpatizantes do Eixo e que a esquadra brasileira eram “calhambeques”.

No relatório, o delegado contou que Quinca foi escondido na casa de um amigo e, mais tarde, conduzido à delegacia para se livrar da “fúria do povo” que gritava “quinta-coluna” e exigia punição. O delegado, por sua vez, para conter o povo, teria argumentado que já havia tomado as providências necessárias, tentando dispersar os manifestantes.

Porém, mais tarde, outro grupo se mobilizou para buscar o filho de Quinca, também acusado de ser favorável ao Eixo. Por esse motivo, José, filho de Quinca, também foi levado à delegacia. Em seu depoimento, disse que, quando chegou à cidade, se dirigiu ao bar quando soube “[...] do clima pesado contra seu pai”, vendo também “[...] pessoas exaltadas” na rua.

Os outros depoentes chamados à delegacia no dia seguinte – o proprietário do Bar Guarani, seus companheiros de mesa e o denunciador – repetem que “grande massa” ou “grande massa popular” se revoltou contra Quinca.

---

<sup>590</sup> Processo Criminal nº 3.852.

<sup>591</sup> Em outro processo, em que figuram padres brasileiros e um italiano como réus, embora as acusações fossem mais graves e o juiz determinasse a condenação dos réus, pouco tempo depois a pena foi cancelada. É importante lembrar também que o tratamento reservado aos pastores luteranos não foi idêntico. No Capítulo três foi ressaltada a perseguição aos pastores luteranos que resultou em várias prisões e outros tipos de humilhações.

<sup>592</sup> Processo Criminal nº 2.476 (C8.0.APL.1071). A história de Quinca foi analisada no Capítulo 4.



Pode-se suspeitar que as expressões utilizadas pelo delegado, como “fúria do povo” e “grande massa popular”, e repetidas pelas testemunhas (ou, mais provavelmente, pelo escrivão) parecem exagerar a participação popular no episódio. Em outro momento, o delegado demonstra maior cautela e fala apenas que “outro grupo” pretendia buscar também o filho de Quinca.

Pelos depoimentos não parece ser inverídico o fato de que seus companheiros de café se sentiram ofendidos com as palavras de Quinca, mas foi a fofoca sobre o ocorrido naquela tarde que mobilizou o grupo que gritou palavras de ordens diante do bar.

Dos quatro conhecidos que participavam da conversa na mesa do bar, apenas um foi enfático na defesa de Quinca. Ele afirmou que a “palestra” não lhe agradou por isso se retirou do bar e, apenas no dia seguinte, soube da “massa revoltada”. Mas, apesar do “desagrado”, disse em seu depoimento que

Quinca é pessoa de uns 60 anos, residente a muitos anos, agricultor, merecendo para o depoente alguma fé, acreditando que mesmo falando daquela maneira, dada a intimidade com as pessoas da mesa do bar, não acredita que seja um quinta-coluna, nem elemento pernicioso a sociedade, nem seja fanatizada pela situação internacional e contrária as instituições nacionais. Não sabe de ato indigno praticado por ele.<sup>593</sup>

O inquérito apontou também indícios contra o filho de Quinca, José. Uma testemunha ouviu seu filho, numa viagem de caminhão, enaltecer as potências do Eixo e dizer sobre os afundamentos dos navios: “Quem procura e acha, não é desgraça”. Outra testemunha afirmou que também sabia do fato, já que o outro depoente havia lhe contado. Disse ainda que sabia, de “ouvir dizer”, que José era germanófilo, mas que não se expressava dessa forma diante da testemunha “[...] devido o seu gênio, muito positivo e não admite idéias contrárias a democracia”.<sup>594</sup> Um dos presentes à mesa com seu pai naquele dia depôs que sabia “de ouvir dizer” que o filho tinha as mesmas ideias do pai.

Como resultado das investigações sobre o filho de Quinca, o delegado afirmou em seu relatório que: “Com relação á José [...] Monteiro, ha apenas informações que não nos autorizam a deixar detida tal pessoa, muito embora as duas ultimas testemunhas fizessem referencia a uma discussão havida entre ele e

---

<sup>593</sup> Processo Criminal n° 2.476 (C8.0.APL.1071).

<sup>594</sup> Processo Criminal n° 2.476 (C8.0.APL.1071).

outra pessoas, certa vez, numa viagem”.<sup>595</sup> Então, José foi excluído do processo movido pelo TSN.

Também sobre o principal acusado, Quinca, o relatório do delegado não “carregou nas cores” como poderia ter feito, dizendo apenas que “Na fase a que se atravessa o País, nenhum brasileiro tem o direito de se exprimir com tamanha ousadia, contrario as atitudes do governo”.<sup>596</sup> Afirmou ainda que o conduziu até a delegacia a pedido do próprio Quinca que havia lhe dito que no “quartel” se sentiria mais “garantido”. A mesma postura foi tomada em relação ao filho do acusado “[...] para evitar somente fosse ele agredido”.<sup>597</sup>

Uma sobrinha do acusado, Maria Felizarda, casada e professora pública, foi responsável pelas solicitações de declarações de boa conduta anexadas ao processo. As cartas foram dirigidas ao prefeito da cidade, ao juiz de Direito da comarca de João Pessoa, ao diretor do Instituto Mimonense, ao tabelião do registro civil, dentre outras pessoas de prestígio na localidade. As respostas obtidas, totalizando 12, foram anexadas ao processo para auxiliar na sua defesa. Quinca foi absolvido.

Não há abaixo-assinado em seu processo. Pode-se pressupor que Quinca não tivesse um número suficiente de assinaturas para compô-lo, já que seu caso envolveu uma “certa” mobilização da comunidade contrária à sua atitude. Mas, o réu dispunha de contatos com pessoas de elevado *status* na localidade que, por meio das declarações de boa conduta, cumpriram essa função na defesa do réu.

A postura da Justiça local pendeu a favor dos acusados. O delegado não considerou os elementos que dispunha contra o filho de Quinca e a sua atitude diante do fato, ocorrido no bar, mostra uma autoridade que se viu forçada a abrir um inquérito diante da exigência de um grupo de manifestantes e que, em nenhum momento, fez uso de discursos ufanistas para embasar a sua denúncia.

Por outro lado, pode-se pensar que esse tipo de discurso não fosse necessário, já que o pedido de “linchamento” era uma forma de demonstrar ao governo o apoio da comunidade de João Pessoa. De qualquer forma, a ação a favor do acusado pelos próprios delegados não foi uma atitude tão incomum.

---

<sup>595</sup> Processo Criminal n° 2.476 (C8.0.APL.1071).

<sup>596</sup> Processo Criminal n° 2.476 (C8.0.APL.1071).

<sup>597</sup> Processo Criminal n° 2.476 (C8.0.APL.1071).

No mesmo ano de 1942, outra autoridade policial colaborou na defesa de dois acusados.<sup>598</sup> Edson Vasconcelos e Carlos Ribeiro, residentes no município de Alegre, foram denunciados por Milton Penaforte já que, na época dos afundamentos dos navios, um teria dito ao outro: “Mais dois para o fundo. Anauê!” Vinte e cinco pessoas depuseram como testemunhas no caso. Quase metade era ex-integralistas da localidade de Sabino Pessoa e confirmaram que a denúncia não era verdadeira e que estavam todos “integrados ao novo regime”.

No entanto, as demais testemunhas, que não participaram da AIB, confirmaram, de “ouvir dizer”, as palavras de Edson, afirmando ainda que os ex-integralistas não tinham abandonado o “credo verde” e faziam oposição ao regime.

No processo de Edson, é evidente que os integralistas construíram uma rede de solidariedade que fica demonstrada pelos testemunhos. Porém, não foram colhidas declarações, nem abaixo-assinados a favor do réu, mesmo porque uma lista de nomes de ex-integralistas atestando a boa conduta de Edson poderia não surtir o efeito desejado. Ironicamente, a defesa do réu foi feita pelo próprio delegado.

No relatório do delegado local, os testemunhos que eram contra o réu são praticamente esquecidos pela autoridade policial, que centrou sua crítica no próprio denunciador, Milton Penaforte.

Não há informações sobre as relações existentes entre o réu e o delegado de polícia, mas é certo que, para proteger o réu ou a própria comunidade, a autoridade preferiu desferir acusações sobre o denunciador.

Desse modo, o delegado afirmou que Milton trazia muitas “dores de cabeça” àquela delegacia e pediu a remoção dele, já que se tratava de um funcionário público. Ao que parece, mais uma vez, a comunidade, com a ajuda do delegado, preferiu se autoprotoger, mesmo que para isso a “culpa” tivesse que recair sobre outra pessoa.

---

<sup>598</sup> Processo Criminal nº 3.011(CX.484).

### 5.3 Usos da guerra

Murilo Alves tinha uma arma.<sup>599</sup> Disse que havia comprado de um “preto” cujo nome e paradeiro desconhecia. Quando deixou a casa de sua tia para se casar, deixou a arma naquela casa. Pelo relato do acusado e testemunhas, Murilo havia mandado a arma para o conserto anos antes, mas não fazia uso dela. Mas, como a polícia soube da existência dessa arma?

Como em muitas outras histórias, há por trás do processo de Murilo a figura de um denunciador. Porém, diversamente de outros denunciadores/fofoqueiros, esse parecia guardar intenções bastante particulares com o ocorrido.

As duas histórias relatadas nesse momento não foram tratadas nos capítulos anteriores, justamente por demonstrar que a situação de guerra também foi utilizada de forma bastante pragmática para a obtenção de vantagens individuais. Talvez não seja apenas coincidência que os dois processos aconteceram no ano de 1942.

No primeiro processo, o delegado da DOPS, Dr. Jurandir de Oliveira, foi até a cidade de Cachoeiro de Itapemirim e ordenou a abertura do processo contra Murilo. O denunciador era Otacílio Rogério, seu sócio na firma “Alves e Rogério”. Em seu depoimento, afirmou que há mais de um ano sabia que Murilo possuía uma arma, mas que nunca a tinha visto. Disse ainda que Murilo pertencia ao “[...] extinto partido denominado INTEGRALISTA”,<sup>600</sup> sabendo também que o acusado era simpatizante dos países do Eixo. Ao final, salientou que, enquanto a firma existiu, não permitiu que fossem comentados fatos relacionados com a guerra em seu escritório. O mecânico responsável pelo conserto da arma depôs confirmando que, aproximadamente três anos atrás, fez o conserto e devolveu a arma a Murilo. A arma foi examinada por capitães da Força Policial do Estado. Os peritos chegaram à conclusão de que a “pistola automática Mauser” era considerada de “guerra para defesa pessoal”.

Murilo foi preso e colocado em incomunicabilidade. Dois dias depois, em seu depoimento, o acusado contou que foi o tenente que havia solicitado a

---

<sup>599</sup> Processo Criminal n° 2.159 (C8.0.APL.927), de 23-3-1942, originado em Cachoeiro. Processos Criminais do Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro.

<sup>600</sup> Letra maiúscula no original.

entrega da arma, sendo o próprio acusado que indicou o seu paradeiro: a casa de sua tia. Sobre a testemunha e também seu ex-sócio, ele afirmou:

[...] a testemunha Otacílio R. é ex-sócio do acusado, cujo destrato da firma foi feito no dia 23/3 sendo o acusado preso no dia seguinte 24; que dias antes Otacílio havia proposto o destrato da firma comercial, mas feito o balanço e tendo o acusado dito que ficava com o ramo de negocio e pagar como fez a Otacílio para se retirar, este se exaltou dizendo cousa inconvenientes.<sup>601</sup>

O acusado confirmou a sua participação na AIB, mas declarou que nunca fez qualquer ato para “[...] transgredir a ordem de tranqüilidade do paiz, pois como brasileiro conciente de seus deveres sempre acatou as ordens do governo e as suas leis, estando disposto ao seu sacrifício, caso seja preciso, para defender o Brasil”.<sup>602</sup>

A primeira testemunha, um funcionário público, afirmou que conhecia Murilo há cerca de 20 anos, confirmando sua boa conduta. Disse também que,

[...] o acusado pertenceu a extinta ação integralista, mas sempre se conduziu com moderação. [...] durante sua longa convivência com o indiciado jamais notou fosse ele de tendência para sectarismo político, ou exaltações partidárias; que também sempre viu no indiciado um indivíduo absolutamente cordato, pacato e incapaz de promover qualquer desordem, ou qualquer tumulto.<sup>603</sup>

Declarou, ainda, que nunca ouviu comentários de que o denunciado havia ficado descontente pelo fato de o governo ter declarado extinta a Ação Integralista Brasileira. Ao final respondeu que ignorava se existia algum mal-entendido entre denunciante e denunciado.

A segunda testemunha, um advogado, explicou que conhecia o acusado há mais de 16 anos, e que ele era sempre “ordeiro” e agindo com “bôa conduta”. Sabia que havia pertencido à “extinta ação integralista” ignorando, contudo, qualquer ato de “exaltação”. Desconhecia, também, se o acusado era partidário das nações do Eixo. Sobre a relação entre os sócios, disse que:

---

<sup>601</sup> Processo Criminal n° 2.159 (C8.0.APL.927).

<sup>602</sup> Processo Criminal n° 2.159 (C8.0.APL.927).

<sup>603</sup> Processo Criminal n° 2.159 (C8.0.APL.927).

[...] ouviu comentários de que o sócio do denunciado demonstrou intenção de ser proprietário exclusivo da casa comercial da qual o denunciado é sócio; que ouviu comentários de que há certa indiferença entre os sócios por causa de liquidação de firma.<sup>604</sup>

A última testemunha, também um funcionário público, asseverou que nunca teve conhecimento “[...] de qualquer ato proveniente de exaltação cetalista por parte do denunciado; [...] que não conhece as simpatias do denunciado em face da atual guerra para que lado pende entre as nações que estão em estado de guerra [...]”.<sup>605</sup> Finalizou afirmando que o réu sempre se mostrava “[...] ordeiro e acatador fril das ordens recebidas pelas autoridades”.<sup>606</sup>

Quatro meses depois, acontecia a audiência no Distrito Federal. O advogado de defesa salientou o fato de o procurador da Fazenda Municipal e o próprio escrivão do inquérito policial terem testemunhado a favor do réu. Questionou o laudo que afirmava ser a arma de guerra e concluiu que “É evidente no inquérito que o acusado foi vítima de uma inqualificável maldade e nada lucrou a segurança pública com a absurda prisão a que o sujeitaram nem nada contra em verdade se apurou de criminoso”.<sup>607</sup>

Conforme o juiz, o fato de a arma não estar em poder do acusado demonstrava desinteresse por ela. Além disso, lembrava o juiz, foi o próprio acusado que afirmou “Nunca... guerra”. Diante disso, concluiu que não seria possível “[...] segregar da sociedade um elemento útil, pelo fato de possuir uma arma [...]”.<sup>608</sup> O juiz absolveu o réu por deficiência de provas.

O processo contra Murilo não deixa margem de dúvidas de que o sócio e também denunciante pretendia ter vantagens em relação ao fechamento da firma com a prisão dele ou, ao menos, garantir uma boa vingança.

Deve-se lembrar que o fato de Murilo possuir uma arma não era crime em si; o que pesou no seu caso era o seu passado de “integralista”. Porém, as testemunhas de defesa conseguiram mostrar que Murilo não havia sido um integralista “exaltado”, “extremista” e, portanto, não era um “perigo” para o governo. Além disso, o próprio réu soube fazer uso do discurso do bom patriota – que, por sua vez, não era contraditório com o próprio comportamento integralista – o que

---

<sup>604</sup> Processo Criminal nº 2.159 (C8.0.APL.927).

<sup>605</sup> Processo Criminal nº 2.159 (C8.0.APL.927).

<sup>606</sup> Processo Criminal nº 2.159 (C8.0.APL.927).

<sup>607</sup> Processo Criminal nº 2.159 (C8.0.APL.927).

<sup>608</sup> Processo Criminal nº 2.159 (C8.0.APL.927).

significa dizer que Murilo pode ter sido sincero quando declarou que estava disposto ao sacrifício para defender a Pátria. Ditas com sinceridade ou não, essas declarações ajudavam a construir a inocência do acusado.

A segunda história vem do município de Siqueira Campos.<sup>609</sup> O réu não havia participado da AIB, mas era um “italiano”. Ao contrário da esmagadora maioria de processos em que a “vítima” é o próprio Estado ou as autoridades constituídas, nesse caso, a queixosa chamava-se Ana Araújo.

Brasileira, branca, 45 anos, viúva, analfabeta, doméstica, Ana acusava Agnelo Túlio ou Manoel Túlio, italiano, branco, 54 anos, casado, lavrador, de aproveitar-se de uma dívida para “escravizá-la”. Ana contou que ela e o marido pagavam uma dívida, no ano de 1930, a certo José, quando foram procurados por Agnelo Túlio ou Manoel que se ofereceu para pagar o débito em troca da entrega de todo o produto da lavoura, podendo a família comprar na sua venda alguma mercadoria necessária à manutenção cotidiana. Na ocasião, assinaram um documento que vieram a saber, depois, que se tratava de uma hipoteca.

Ana declarou que, mesmo vivendo em extrema pobreza, comprando apenas sal e querosene, devido aos juros, sua dívida ainda aumentava. Quando entregava as arrobas de café, o acusado se negava a dar recibo, lançando apenas em seu livro a transação. O mesmo teria acontecido com um terreno que Ana vendeu e entregou o dinheiro a Agnelo. E assim ocorreu, segundo Ana, de 1931 até 1938. Agora, no ano de 1942, estava sendo executada por Agnelo Túlio. Conforme a declarante,

[...] depois de chamada a atenção é que percebeu já haver pago muitas vezes o seu débito, é que pode verificar ser uma verdadeira escrava do referido espertalhão italiano AGNELLO ou MANOEL TÚLIO.

A declarante está esperançosa de que as autoridades não a deixarão na situação de penúria em que se encontra, fruto de uma exploração por parte de um italiano desalmado, impiedoso e inescrupuloso como o é AGNELLO ou MANOEL TULIO [...] a declarante que é brasileira, honesta e de extrema pobreza, a não continuar a ser escrava de um estrangeiro desalmado, há longos anos.<sup>610</sup>

---

<sup>609</sup> Processo Criminal nº 3.069 (CX. 485).

<sup>610</sup> Processo Criminal nº 3.069 (CX. 485).

Agnelo Túlio afirmou que nunca usou outro nome. Declarou ter sido comerciante, mas há quatro anos dedicava-se somente à agricultura. Sobre a hipoteca, disse que havia sido passada para ele tendo todos comparecido em cartório. Questionou o valor informado por Ana e disse nunca ter recebido entrega de café para amortizar a dívida, “[...] duvidando quem prove o contrário”.

Sete testemunhas foram chamadas durante o inquérito. A primeira testemunha, Heitor Magalhães, guarda-livros, disse que suspeitava que Sinhana e o marido estivessem sendo explorados, visto que o réu “[...] foi sempre conhecido como usuário e apreciador de negócios escusos”.<sup>611</sup> Sobre Ana e o marido, a testemunha afirmou: “Ambos de uma ignorância sem limites e de uma boa fé incrível e conhecendo também Túlio há mais de 17 anos, calcula que o infeliz casal tenha sido espoliado mais de 10 contos de réis, entregavam café a preço muito baixo”.<sup>612</sup>

A segunda testemunha, Germino de Magalhães, funcionário público, declarou que, quando era comprador de café, quis comprar do falecido, mas esse recusou dizendo que entregaria a Túlio, com quem tinha trato de entregar todas as suas colheitas. Disse, ainda, que tropeiros do réu levavam toda a produção de café. Todas as outras cinco testemunhas – comerciantes, vizinhos e os próprios tropeiros – confirmaram a entrega do café para a amortização da dívida com Agnelo.

As testemunhas do inquérito não voltaram a depor durante o processo. Foram chamadas apenas três novas testemunhas. A primeira, Dr. Oscar da Costa Neiva, médico, declarou que Ana,

[...] era devedora do italiano trabalhando desde 1930 para esse súdito da Itália entregando toda a produção, tem sido vítima da exploração daquele estrangeiro, que ao meu ver parece estar incurso na lei dos crimes contra a economia popular, pois tem entregue ao mencionado italiano várias quantidades de café, vários anos. Promotor público de Siqueira proibiu a dita senhora de entregar ao italiano o produto de sua lavoura para acabar tal exploração. Sabe ainda que resgatou a hipoteca, sendo justo e humano que Agnelo devolva o café ou a quantia equivalente.<sup>613</sup>

A segunda testemunha chamada a depor era Eurico Rezende, professor. Ele declarou que,

---

<sup>611</sup> Processo Criminal nº 3.069 (CX. 485).

<sup>612</sup> Processo Criminal nº 3.069 (CX. 485).

<sup>613</sup> Processo Criminal nº 3.069 (CX. 485).



Agnelo se ofereceu para pagar dívida do falecido em vez de assinarem tal documento, maquinação de Agnelo foi feita tão bem que na maior boa fé assina uma hipoteca. Não ficou só nisso a esperteza de Agnelo, café era entregue por tropeiros, sem qualquer recibo, hipoteca foi onerada de pesados e ilegais juros que multiplicou a dívida. Não é única passagem que caracteriza a desonestidade de Agnelo, conhece pessoalmente a devassa no seu estabelecimento comercial, muitos baralhos sem selos e vidro de cocaína, que o depoente viu e foi para a delegacia e foi multado. Sobre o ponto de vista político o italiano Agnelo sempre se manifestou contrário a democracia, compactuando com elementos locais da mesma laia ideológica. Para narrar todas as desonestidade e chantagens praticadas por Agnelo seriam necessário muito tempo e muito papel.<sup>614</sup>

Já a terceira testemunha, Benedito de Souza Machado, promotor público, contou que foi procurado por Ana que dizia estar sendo “[...] torpemente explorada pelo italiano Agnelo, comerciante além de comerciante agiota e negociista”. Aconselhou entregar produção a outra casa comercial e pagar Agnelo. Quando o Governo Gederal excluiu dos bens penhoráveis as propriedades de até certo valor fiscal em que o lavrador exercesse diretamente sua atividade, ficou despreocupado. Sobre Ana e o marido o promotor afirmou que,

Pela convivência com o casal pode observar que eles eram perfeitamente tacanhos, senão imbecis, coisa que pode ser verificada a qualquer momento por um simples exame psiquiátrico, sendo de se notar que ela é quase surda, sintoma alarmante de deficiência mental.<sup>615</sup>

Declarando também que teve a oportunidade de lidar várias vezes com o acusado, o promotor construiu uma imagem bastante pejorativa de Agnelo.

[...] sempre viu nele um desses indivíduos espertos, hábeis e que aplicam tais faculdades para que seus negócios floresçam, pouco importando o modo porque consegue fazer fortuna. Viu a abertura da casa comercial pelo fisco, apreendidos um amontoado de coisas que não podiam ser comercializadas, selos descolados e a desculpa que tinha havido uma enchente que foram descolando selos. Esquecia que morava há uns mil metros do ribeirão onde nunca houve qualquer enchente. Teve de cobrar pela prefeitura a sepultura da mãe do réu que se negava e havia herdado da mãe dinheiro. Para que tenha noção do estofo moral do queixado, e possa aquilatar sua contestura íntima e sua capacidade de burlar e sua ambição materialista.<sup>616</sup>

<sup>614</sup> Processo Criminal nº 3.069 (CX. 485).

<sup>615</sup> Processo Criminal nº 3.069 (CX. 485).

<sup>616</sup> Processo Criminal nº 3.069 (CX. 485).

O processo acabou arquivado. Não interessa estabelecer aqui se realmente Agnelo usou de má fé na sua relação com Ana e seu finado marido. Importante é pensar a forma como as testemunhas, especialmente aquelas que depuseram durante o processo no TSN, representaram o réu. Isso porque, como mostra a história, o que motivou o processo não tinha, a princípio, relação alguma com política ou mesmo com a situação de guerra. Por outro lado foi, sem dúvida, a situação de guerra que auxiliou na existência desse processo.

No depoimento da queixosa, a declaração da incerteza do verdadeiro nome do réu já instala a desconfiança sobre seu verdadeiro caráter. Em sua fala, Ana não faz referência ao nome Agnelo, mas sempre o “italiano Agnelo”. Talvez, mais emblemática seja a afirmação feita por Ana de estar sendo “escravizada” por um estrangeiro. A palavra “escrava” é bastante impactante para um período marcado pela guerra. Afinal, ser “escrava” de um “súdito do Eixo” em pleno ano de 1942 era o mesmo que dizer que o Brasil era escravo da Itália.

A primeira testemunha utilizou fartamente as expressões: “italiano”, “súdito da Itália” e “estrangeiro”, delimitando muito bem as fronteiras e demonstrando que o problema não se resumia a uma questão meramente econômica.

Já a “desonestidade”, “maquinação”, “esperteza” e “chantagem” praticadas pelo acusado, conforme a segunda testemunha, eram coroadas pela sua opção política: ser contra a democracia. Embora cite apenas uma vez a expressão “o italiano Agnelo”, utilizou-a justamente quando falava de sua posição política compartilhada por outros da mesma “laia ideológica”.

A última testemunha não utilizou os “marcadores étnicos”, mas apoiou-se em detalhes da vida profissional e pessoal do acusado para demonstrar sua suposta falta de caráter. Ana e seu marido, ao contrário, são qualificados pela testemunha de “tacanhos, senão imbecis”, o que agravaria ainda mais a “desonestidade” atribuída ao réu.

Não é necessário um olhar muito apurado para perceber que o fato de Agnelo ser um “italiano” fez toda a diferença. Assim, a questão étnica que envolve, obviamente, a situação de guerra é indissociável da disputa econômica entre Ana e Agnelo e a etnia torna-se um recurso adicional.

Acompanhar, pelas histórias narradas, seja na literatura, seja nas páginas dos processos, o surgimento de novas fronteiras e as redes acionadas nos

faz compreender a forma como o acusado, a comunidade e a Justiça local atuaram diante dos novos conflitos surgidos nos idos dos anos 40. Assim, para finalizar, é interessante realçar algumas afirmações feitas ao longo deste capítulo.

Nas localidades em que a AIB atuou, é perceptível a formação de novas fronteiras dentro das comunidades. Porém, quando a perseguição à AIB tornou-se uma realidade, foi possível encontrar atitudes de autoproteção da comunidade.

É nítido também o papel ativo da população dessas pequenas cidades diante das denúncias e processos. Como já foi dito, a fofoca era uma forma de mobilizar a comunidade, tanto para propagar uma denúncia, quanto para proteger o réu e a própria comunidade. A utilização de abaixo-assinados e das declarações de boa conduta foram os instrumentos mais utilizados visando à defesa do réu. Cabe ainda lembrar que essa rede protetora teve, em muitos casos, a colaboração da própria justiça local, como ficou confirmada na postura de alguns delegados.

As ideias e valores propagados pela AIB continuaram presentes para boa parte de seus membros, mesmo muito tempo depois de a AIB ser, oficialmente, proibida de funcionar pelo Governo Vargas.

Por fim, encontraram-se também situações em que o interesse pessoal, por trás da denúncia, ficou bastante explícito. Isso não significa que as denúncias mais “ideológicas” não acobertassem diversos tipos de disputas pessoais, mas, em alguns casos, como os relatados no último texto deste capítulo, os conflitos pessoais eram o cerne da questão.

Se o romance do distrito de Floresta e as histórias relatadas nos processos criminais nos mostraram de que forma a comunidade agiu diante das denúncias, a memória sobre a guerra e o integralismo pode corroborar algumas afirmações feitas aqui e, também, propor novas questões, ao atentarmos para a construção dessa memória.

## 6 SOBRE A MEMÓRIA

São as memórias dos moradores de Domingos Martins que dão forma a este capítulo. Diversamente de outras fontes utilizadas neste trabalho, o intuito não foi buscar informações por meio da fonte oral, isto é, as entrevistas não foram entendidas apenas como fonte de informações, nem como forma de corroborar as informações contidas nos documentos escritos.

Assim, inicialmente, quando se buscou a fonte oral, pretendia-se entender como aquelas pessoas vivenciaram e reconstruíram o período de repressão que se iniciou com os fechamentos das escolas de língua alemã e prosseguiu durante o período da Segunda Guerra. Contudo, já na primeira entrevista, quando, sem ser ao menos cogitado o integralismo, o entrevistado mencionou sua existência e mostrou uma foto de um “casamento integralista”, outra possibilidade, em relação às entrevistas, foi vislumbrada.

A ligação explicitada nos processos criminais entre o integralismo e a Segunda Guerra também se apresenta na memória? Seria a suposta similaridade entre nazismo e integralismo responsável por essa ligação ou a junção se fez por meio da repressão, isto é, a memória uniria os dois momentos de repressão vivenciados por aquela população: repressão ao integralismo e aquela decorrente da Segunda Guerra?

O capítulo segue tecendo alguns apontamentos sobre o entendimento que se faz da memória; apresenta informações sobre a história do município de Domingos Martins e algumas problemáticas vivenciadas na atualidade; explicita o caminho percorrido para a realização das entrevistas e apresenta algumas questões que envolvem a utilização de entrevistas. Por fim, são analisadas as entrevistas realizadas com quatro moradores de Domingos Martins sobre a época enfocada.

## 6.1 O Vale do Javé e a memória

Uma coisa é o fato acontecido, outra é o fato escrito.<sup>617</sup>

Um povoado prestes a desaparecer. Numa tentativa de impedir que as águas de uma hidroelétrica deixem o Vale do Javé submerso – um povoado fictício do sertão nordestino – seus moradores resolvem escrever sua história. É esse o enredo do filme *Narradores de Javé*.<sup>618</sup>

Mesmo longe de ser a pessoa mais prestigiada do vale, Biá torna-se o responsável por escrever o “Livro da Salvação”. Salvação do vale e dele próprio, já que fazia tempo que Biá não era benquisto na localidade. Para não perder seu emprego na agência de correios local que estava ameaçada de fechamento por falta de uso, Biá enviou cartas maledicentes para moradores de regiões próximas ao vale, causando inúmeras confusões, o que resultou na sua expulsão. Escrever seria a sua remissão.

Para transformar a futura vila submersa num patrimônio histórico, a história contada não poderia ser qualquer história. Assim, Biá parte da busca de uma “história científica javélica”, repleta de grandes fatos e heróis. Havia apenas um pequeno empecilho: seus entrevistados tinham histórias diferentes para contar sobre os heróis fundadores de Javé.

Para o primeiro entrevistado de Biá, Idalécio, o grande herói de Javé foi o seu ascendente Idalécio, que guiou seu povo até o vale, uma espécie de “terra prometida”. Já para outra entrevistada, mais importante que Idalécio foi Maria Dina que, por acaso, também era parente da entrevistada. Por fim, quando Biá resolve entrevistar a comunidade negra de Javé, o fundador Idalécio transforma-se num herói negro.

Embora Biá não tenha cumprido sua promessa e os moradores de Javé não tenham conseguido deter as águas da hidrelétrica, Biá resolve escrever a história da saída daquele povo de seu vale e, assim, tudo se repete: todos querem figurar, à sua maneira, no novo enredo do livro javeliano.

---

<sup>617</sup> Fala do personagem Biá, no filme *Narradores de Javé*.

<sup>618</sup> NARRADORES de Javé. Direção: Eliane Caffé. Produção: Vânia Catani. Brasil: Riofilme, 2003. (100min.)

Diferentemente do que se possa imaginar, Biá não é o narrador do filme. Somos convidada a partilhar da história e assim conhecer o seu narrador, por meio de um incidente: um viajante perdeu a barca e foi convidado a sentar e ouvir um *causo* acontecido no lugar onde o narrador nasceu e cresceu: o vale do Javé. É assim que a história da tentativa de salvação de Javé começa a ser contada.

Mais significativo é o fato de que o narrador não tenha visto boa parte daquilo que relata, já que, após dar a ideia da “escritura do livro”, tem a missão de avisar as autoridades de que os moradores estavam escrevendo sua história para declarar Javé como patrimônio histórico. Assim, naquela altura, a história da escritura do “Livro da Salvação” já era contada de “ouvir dizer”.

Talvez a descrição do filme feita acima tenha ficado demasiado longa, mas é fácil perceber que o recolhimento dos “relatos javelianos” tem muito a dizer sobre a nossa própria experiência de lembrar e de construir “histórias salvadoras”.

Em primeiro lugar, a história de Javé remete-nos à ideia da memória como algo coletivo. Segundo Santos, uma das principais contribuições de Maurice Halbwachs foi identificar a memória como um fenômeno coletivo, quando essa ainda era entendida como uma questão estritamente individual e subjetiva. O autor defendia que era necessário estar inserido em uma ou mais correntes do pensamento coletivo, para que fosse possível, aos indivíduos, lembrar-se de seus passados.<sup>619</sup>

Dessa forma, conforme Halbwachs, mesmo as lembranças que acreditamos serem apenas nossas estão saturadas pelo coletivo, porque as lembranças são tecidas nos diversos grupos que nos servem de referência: família, escola, trabalho, igreja, etc. Sendo assim, mesmo quando não estamos na presença direta de membros desses grupos, a nossa visão de mundo está imbricada com essa “comunidade afetiva”.

A história do Vale do Javé também leva-nos a perceber que o passado é reconstruído, permanentemente, no presente. As narrativas dos entrevistados de Biá e a construção do relato em si estavam vinculadas às questões postas no próprio presente.

Nessa perspectiva, as lembranças não ficam adormecidas na nossa mente para serem reavivadas quando o presente clama por elas. Dito de outra

---

<sup>619</sup> SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

maneira, ela não é construída em um determinado momento, para então se transformar numa imagem estável. Conforme Halbwachs,

[...] a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se.<sup>620</sup>

Sendo assim, a visão do passado, proposta por Halbwachs, coloca em xeque o entendimento do discurso histórico como uma sequência de fatos e desconectado do presente. Diante disso, conclui-se que é necessário problematizar o contexto em que as memórias foram produzidas. Mas a memória reconstruída pelo presente também deve guardar pontos de ancoragem com as experiências compartilhadas no mundo social e reconstruídas pelas lembranças. Portanto, entende-se que esse entrelaçamento – passado, presente e futuro – tecido pela memória não se remete apenas a um passado maquiavelicamente engendrado para servir aos interesses do hoje, sem qualquer conexão com o passado. Dito isso, também não se afirma que, em determinadas situações, isso não ocorra. Porém, é difícil sustentar uma versão de um fato sem a mínima conexão com as experiências passadas.

É claro que, se partimos do pressuposto de que há experiências múltiplas e antagônicas, a versão oficial do passado pode estar ligada apenas a alguns grupos, excluindo-se outros. A história dos narradores de Javé mostra como é difícil lidar com as memórias, se o objetivo de escrever uma única história – linear e harmônica – for mantido.

Entende-se, então, que a memória é responsável pelo processo ativo e contínuo de reconstrução do passado no presente, influenciada por estruturas coletivas já dadas, como também por experiências individuais e coletivas que se alteram dependendo do contexto.

Por fim, deve-se destacar que, diante dos conflitos sociopolíticos contemporâneos, a memória ou as lutas em torno de determinadas memórias, carregam um grande potencial e não devem ser subestimadas. Assim, deve-se atentar para os discursos e práticas que legitimam relações de autoridade.

---

<sup>620</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. p. 71.

## 6.2 O município de Domingos Martins

Se não é possível pensar a memória desvinculada do local e do tempo em que foram produzidas, duas questões, ao menos, devem ser problematizadas. O que significa ser um descendente de imigrante alemão/pomerano hoje? O que representa Domingos Martins no cenário capixaba atual?

O município de Domingos Martins<sup>621</sup> foi escolhido como local da realização das entrevistas por reunir duas características consideradas importantes: se reconhecer e ser reconhecido, em nível estadual, como um importante local de colonização alemã/pomerana e italiana e também pela forte atuação da AIB, a qual conseguiu eleger um prefeito e três vereadores no ano de 1935. Dessa forma, Domingos Martins reúne os dois eixos da tese, imigração e integralismo.

A sede do município está a 42km da Capital do Espírito Santo e faz parte da “região centro serrana”. O município tem por limites, ao norte, os municípios de Afonso Cláudio, Santa Maria de Jetibá e Santa Leopoldina; ao sul Vargem Alta, Alfredo Chaves e Marechal Floriano; a leste Viana e Cariacica; e a oeste Castelo e Venda Nova do Imigrante.

Seis distritos compõem o município de Domingos Martins: Sede, Aracê, Isabel, Melgaço, Biriricas e Paraju. A proximidade da sede do município com a Capital também influenciou a escolha, já que facilitou a realização das entrevistas. A economia do município é baseada na agricultura (café, banana, hortifrutigranjeiros, etc.), no turismo e serviços. A contagem da população pelo IBGE, em 2007, informou um número de 31.175 habitantes.<sup>622</sup>

Um portal em estilo germânico recebe os visitantes na entrada da cidade. Logo ao lado, a Casa do Artesanato mantém as mesmas características arquitetônicas. As fotografias escolhidas para o *site* da Prefeitura da cidade mostram

---

<sup>621</sup> Por meio da Lei nº 1.307, de 30-12-1921, o município, que se chamava Santa Isabel, passou a denominar-se Domingos Martins. A troca do nome foi uma homenagem ao capixaba Domingos José Martins que lutou na Revolução Pernambucana e foi fuzilado na Bahia no ano de 1817. As localidades de Santa Isabel e Campinho já foram sede do município e, entre os seus habitantes, ainda é comum usarem o nome de Campinho para fazer referência a ele. Parece que não há uma identificação muito clara entre a imagem do “herói capixaba” e a história do município para os próprios moradores de Domingos Martins. As informações sobre o município estão disponíveis no site oficial da Prefeitura de Domingos Martins (Disponível em: <[www.domingosmartins.es.gov.br](http://www.domingosmartins.es.gov.br)>. Acesso em: 21 mar. 2009).

<sup>622</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Contagem da população. 2007. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007)>. Acesso em: 20 maio 2009.



o portal na entrada da cidade, a Casa do Artesanato, a Igreja Luterana, que ocupa a parte central da praça, a Casa da Cultura, os trilhos do trem... A natureza está representada pela Pedra do Lagarto e pelas orquídeas. Em apenas duas fotografias figuram pessoas: uma que retrata um grupo “folclórico” infantil de dança alemã e um grupo fazendo *raffiting* em um rio da região. No *site* também estão disponíveis várias fotografias que mostram a localidade do final do século XIX até a década de 50.

O texto responsável pelas informações relativas à história do município reporta-se, logo no início, ao velho continente: “Era o ano de 1846. Chegava na Alemanha, na Região do Hunsrück, um funcionário do Governo Imperial do Brasil com a finalidade de recrutar colonos para as terras brasileiras”.<sup>623</sup>

Além desses, os italianos que vieram da Sardenha (1859) ainda no século XIX e aqueles que migraram em 1875 através do município de Alfredo Chaves e se estabeleceram na região de Pedra Azul, distrito de Aracê, também foram lembrados.

No texto, os “pomeranos” aparecem apenas num trecho ínfimo que fixa sua chegada, a partir de 1870, no atual distrito de Melgaço e que informa que a antiga estrada que ligava Vitória a Ouro Preto (MG) era chamada por eles de Minasstrot. Não há referências à Pomerânia, nem informações sobre suas especificidades culturais. Também não há comentários sobre a existência ou não de populações indígenas vivendo nas regiões colonizadas. Assinala-se apenas que na estrada – a Minasstrot – havia quartéis instalados para “[...] oferecer segurança aos viajantes contra animais ferozes e também ataques dos índios botocudos” e que “Aracê”, nome de um dos distritos do município, é um “Nome indígena que significa ‘aurora’”.<sup>624</sup>

De forma geral, a história contada no *site* oficial do município está centrada na experiência da imigração, em especial, nas datas da vida política do município, na religiosidade – luteranos e católicos – e nos nomes das famílias “pioneiras”. O Hino do município também reforça essa identificação.<sup>625</sup>

As festas que, atualmente, embalam a vida no município também têm pontos de contato com a história da imigração. Assim, a Sommerfest – Festival da

<sup>623</sup> Site da Prefeitura de Domingos Martins. Disponível em: <[www.domingosmartins.es.gov.br](http://www.domingosmartins.es.gov.br)>. Acesso em: 21 mar. 2009.

<sup>624</sup> O texto analisado está no *link* história, no site da Prefeitura de Domingos Martins. Disponível em: <[www.domingosmartins.es.gov.br](http://www.domingosmartins.es.gov.br)>. Acesso em: 21 mar. 2009.

<sup>625</sup> Ver o hino no Anexo E.

Imigração Alemã – foi criada em 1987 e realiza-se no final de janeiro e início do mês seguinte. A Pommerfest é a Festa Pomerana da região de Melgaço no mês de setembro. A Festa da Colheita – Erntdankfest – acontece na sede do município no mês de junho. No mês de outubro, ocorre a “Caminhada Rota do Imigrante”, fazendo o percurso do município de Viana a Domingos Martins. Ainda no mesmo mês, realiza-se a Blumenfest – Festa das Flores, na sede do município.<sup>626</sup>

Além das festas, foi criado também o Projeto de Educação Escolar Pomerana (PROEPO) desenvolvido nos municípios capixabas que possuem descendentes de imigrantes pomeranos: Domingos Martins, Santa Maria de Jetibá, Laranja da Terra, Vila Pavão e Pancas.<sup>627</sup> Vinculado a mesma política, um dicionário da língua pomerana foi lançado no ano de 2006, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação. Alguns objetivos específicos desse projeto são:

Identificar e promover estudos sobre aspectos sócio-culturais, tais como alimentação, trabalho, lazer, música, danças, narrativas, parlendas, brinquedos e brincadeiras infanto-juvenis; valorizar a língua pomerana no ambiente escolar, promovendo a auto-estima dos alunos e; trabalhar a importância da língua pomerana como símbolo de sua identidade étnica e sócio-cultural.<sup>628</sup>

Pode-se imaginar que a construção de uma identidade baseada na ascendência de certos grupos de imigrantes europeus seguiu diferentes percursos, envolvendo significados também distintos. Por volta da década de 80, assiste-se a uma valorização da experiência dessas populações, principalmente no Sul do País. Mais tardiamente e de forma periférica, o Espírito Santo foi incluído nesse processo.

Mesmo não tendo o propósito discorrer sobre a construção da identidade pomerana, já que isso seria outra pesquisa, talvez seja importante assinalar que, se, por muito tempo, “os alemães de Domingos Martins” englobavam os pomeranos, hoje isso parece não acontecer mais. É possível perceber que os descendentes de pomeranos ressaltam suas especificidades com referência a outros grupos, inclusive em relação aos descendentes de alemães de Domingos

---

<sup>626</sup> Além dessas festas, acontecem ainda em Domingos Martins o Festival de Inverno e outros eventos sem conexão direta com a experiência imigrante.

<sup>627</sup> O dicionário de autoria de Ismael Tressmann possui 16 mil verbetes e tem por base o pomerano falado no Espírito Santo e Rondônia (Revista Século Diário. 27 de abril de 2007. Disponível em <[www.seculodiario.com.br](http://www.seculodiario.com.br)>. Acesso em 5 de nov. de 2008).

<sup>628</sup> POMMERblad. Informativo das Comunidades Germânicas no Brasil, ano 9, n. 52, jan./fev. 2007. Disponível em: <[www.pommerblad.com.br](http://www.pommerblad.com.br)>. Acesso em: 2 jul. 2007.

Martins e acabam se aproximando daqueles que se identificam como pomeranos e vivem em outros municípios capixabas e até de outros Estados do Brasil.

Tendo por base essa problemática, optou-se em fazer uso, neste trabalho, das categorias “pomerano” e “alemão”, com base na própria identificação dos sujeitos. No entanto, como já foi salientada, essa “fronteira” parece ter sido reconstruída recentemente, suscitando discussões entre a população de Domingos Martins.

Entende-se que não é possível pensar a memória sobre o período da Segunda Guerra e sobre o integralismo, sem fazer referência à existência dessa política de valorização da identidade “imigrante” e tudo o que ela envolve: o ensino da língua falada e agora também escrita dos pomeranos nas escolas, museus e casas de memórias, arquivos, biografias, documentários, cursos, festas, livros de memórias, pesquisadores entrevistando pessoas idosas, etc.

É importante salientar que o contexto assinalado aqui talvez tenha facilitado “o falar”, já que afetou de forma positiva a autoestima do grupo.

Essa memória, reconstruída pelo presente, reporta-nos à existência de uma memória oficial, o que não significa, necessariamente, que essa memória foi construída arbitrariamente, já que a história de Domingos Martins tem como suporte de referência a experiência imigratória. De qualquer modo, as entrevistas analisadas neste capítulo não podem ser problematizadas desconsiderando as questões apontadas.

### 6.3 Encontros e entrevistas

A alma, o olho e a mão estão assim inscritos no mesmo campo. Interagindo, eles definem uma prática.<sup>629</sup>

Os entrevistados não foram selecionados pela autora e os “guias” tornaram-se imprescindíveis, já que a confiança não era depositada na entrevistadora, mas nas pessoas que me levaram às suas casas.<sup>630</sup> O primeiro foi

<sup>629</sup> BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1994. v.1, p. 220.

<sup>630</sup> Agradeço a Armindo Klitzke, Joel Velten, Edimar e Edna, Fernandinho e aos pastores Relmar Hoelke e Anivaldo Kuhn.

Joel Velten.<sup>631</sup> Após uma longa conversa por telefone, foi marcada uma data para as entrevistas. Não houve contato anterior com os entrevistados, os quais moravam na sede do município. Também por seu intermédio, foi possível acessar os processos criminais do arquivo do Tribunal de Justiça do município que, infelizmente, estavam “guardados” em péssimas condições.<sup>632</sup>

Por meio de um casal amigo, foi localizado outro entrevistado. Enquanto se aguardava a hora marcada para essa entrevista, apareceu um amigo que, por acaso, também estava na localidade. Foi, então, no banco da praça de Domingos Martins, após ser apresentada por esse amigo a Armindo Klitzke, que surgiu a oportunidade de eu ser levada até os pomeranos que vivem no interior de Domingos Martins. Interessante é que, se não fosse esse encontro fortuito, provavelmente o encontro com os pomeranos não teria se concretizado, pois havia a “informação”, na sede de Domingos Martins, de que, no interior, pela falta de estradas na época, “ninguém sabia de nada”. Em outras palavras, não haviam sofrido as consequências das restrições do período da Segunda Guerra que, a princípio, era o principal interesse deste trabalho.

O fato de três pessoas apontarem possíveis entrevistados foi importante na busca por um não enquadramento das memórias.<sup>633</sup> É interessante perceber que, mesmo sendo uma pequena cidade em que, aparentemente, todos se conhecem, os guias se lembravam de diferentes nomes para serem entrevistados. Isso não significa dizer que não há algumas testemunhas autorizadas: durante uma visita à casa de um dos entrevistados, estava saindo de lá outro pesquisador acompanhado por um daqueles que também foi guia nesta pesquisa (embora esse entrevistado tenha sido indicado por outra pessoa).

Como a proposta foi focalizar separadamente cada entrevista, nem todas as entrevistas realizadas (num total de nove) puderam fazer parte deste trabalho. Assim, das nove entrevistas, apenas quatro foram analisadas. Na seleção das entrevistas, tentou-se pautar na diversidade, embora não se tenha atingido a diversidade desejada. As entrevistas selecionadas envolvem descendentes de

---

<sup>631</sup> Joel Velten ocupava, nesse período, o cargo de diretor administrativo da Prefeitura de Domingos Martins. Foi também o responsável pela criação da Casa da Cultura de Domingos Martins e, atualmente, está à frente dessa instituição.

<sup>632</sup> Diferente do que se imaginava, não foram encontrados processos que envolvessem questões similares àquelas registradas nos processos criminais que chegaram ao TSN.

<sup>633</sup> POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

alemães e pomeranos que, naquele período, viviam tanto na sede, quanto no interior do município.

Apesar de ter sido solicitada a indicação de um possível entrevistado não descendente de alemão ou pomerano, os guias não souberam indicá-lo. Também não foram entrevistados os moradores da região de Aracê, em que há a predominância de descendentes de italianos.<sup>634</sup>

A questão de gênero também se fez presente nesta pesquisa e as mulheres não foram as entrevistadas mais cogitadas para falar do assunto proposto.<sup>635</sup> Possivelmente, o fato de o assunto relacionar-se com a política tenha colocado os homens como o tipo de entrevistado ideal. Na realização de uma das entrevistas, mais uma vez, agora em relação à entrevistadora, a questão de gênero foi percebida quando o entrevistado, ao responder às perguntas, olhava para o meu marido que me acompanhou aos locais e não para mim.

Cabe ainda mencionar que a amostragem foi autogerada e a apresentação seguiu a ordem cronológica de realização da entrevista.

Foi usada também a transcrição bilíngue – pomerano e português – de cinco entrevistas realizadas em 2003, pelo pastor Anivaldo Kuhn, que as reuniu num texto intitulado: “Integralismo e Segunda Guerra Mundial: páginas sombrias”.<sup>636</sup>

Além das problemáticas relacionadas com a memória que já foram apresentadas, é necessário analisar as características mais práticas dos trabalhos que discutem a memória, utilizando a fonte oral. Segundo Portelli, “História oral é uma forma específica de discurso: história evoca uma narrativa do passado; oral indica um meio de expressão”.<sup>637</sup> Mas, como o próprio autor adverte, tal definição não dá conta da complexidade desse discurso.

A importância desse tipo específico de fonte é bastante conhecida. Para alguns, ela reside na possibilidade de acessar informações que não constam em registros escritos, principalmente quando se propõe “fazer a história dos

---

<sup>634</sup> Essa falta foi resultado das dificuldades de chegar aos locais para as entrevistas e do tempo disponível.

<sup>635</sup> Apenas uma senhora foi indicada e entrevistada, mas o fato de não falar português e de se mostrar extremamente tímida dificultou a entrevista, já que outras pessoas acabaram falando por ela e quase não se ouviu sua própria voz. Optou-se, então, por não analisar essa entrevista, mesmo sendo a única mulher da amostra.

<sup>636</sup> Agradeço a confiança e a cessão das cinco entrevistas transcritas em pomerano e português.

<sup>637</sup> PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. **Projeto História**, São Paulo, v. 22, p. 10, jun. 2001.

excluídos”. Para outros, mais do que um preenchimento de lacunas, o seu valor reside na problematização da construção da memória.

Contudo, quanto mais se refina a discussão nesse campo, mais intrincada se torna a expressão “história oral”, pois ela engloba percepções diferenciadas do uso da fonte oral. É necessário, portanto, especificar de “onde” você fala. A escolha do melhor caminho a ser seguido – história oral de vida e suas variações ou história oral temática – depende do objeto e dos propósitos da própria pesquisa.<sup>638</sup>

Para harmonizar a fonte oral à perspectiva desta pesquisa, escolheu-se trabalhar com a história oral temática. Dessa forma, a entrevista partiu de uma pergunta sobre o que se lembravam do período da Segunda Guerra Mundial. Mas, como já era esperado, os entrevistados e suas memórias não foram tão obedientes e outros assuntos surgiram durante as entrevistas.

É preciso problematizar também o contexto das entrevistas. Lembrar que é necessário observar não apenas a fala do entrevistado, mas também as perguntas e comentários do próprio entrevistador. Segundo Portelli, embora o entrevistador, em muitos casos, permaneça oculto, isto é, suas interferências não costumam aparecer no documento produzido, é certo que ele ocupa um papel importante e até autoritário nesse encontro.<sup>639</sup> Contudo, no decorrer do processo de entrevista, há sempre um ajuste. Determinados comentários parecem não responder à pergunta formulada e, muitas vezes, realmente, não respondem e há o direcionamento da conversa para um assunto diverso daquele que interessa, a princípio, ao entrevistador (em casos de história oral temática). O autor lembra que o apagamento do entrevistador na passagem para o texto escrito confere ao relato uma aura de veracidade.

A ficção de não-interferência transforma o diálogo em dois monólogos: os informantes oferecem um monólogo de fatos brutos, enquanto historiadores e antropólogos supririam – mais tarde, na segurança de nossas escrivinhas – um monólogo de idéias sofisticadas que o informante nunca ouvirá a respeito.<sup>640</sup>

---

<sup>638</sup> MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

<sup>639</sup> PORTELLI, 2001.

<sup>640</sup> PORTELLI, 2001, p. 23.

Assim, é no momento da entrevista que o “documento” é construído e, portanto, ele carrega toda a subjetividade inerente a esse processo. Dependendo do entrevistador, o entrevistado lembraria coisas diferentes e se sentiria mais confortável, ou, simplesmente, não falaria a mesma coisa do mesmo jeito. A proximidade temporal da questão suscitada também pode determinar diferentes posturas e lembranças ou a vida estritamente pessoal do entrevistado pode abrir alguns caminhos e reprimir outros. Diante disso, há duas entrevistas com os mesmos entrevistados (Sr. Breno e Sr. Afrânio). A primeira realizada em 2003, por Anivaldo Kuhn, sobre a mesma temática, e em 2007 por esta autora.<sup>641</sup>

A interferência, voluntária ou involuntária, de outras pessoas, como tradutores, ouvintes, participantes, familiares, também afeta no desenvolvimento da entrevista, não sendo, necessariamente, boa ou má. Tais considerações são suficientes para que se perceba que o contexto da criação do material não é transparente.

A utilização da história oral não se encerra com a realização das entrevistas. De que forma transcrever as entrevistas? Não existe uma forma exata. É necessário, novamente, buscar uma coerência entre os objetivos da pesquisa, do público a qual se destina, aliada à sensibilidade do autor.<sup>642</sup>

Como o trabalho em questão não se situa nas problemáticas ligadas à linguística, não houve uma preocupação excessiva com a fidelidade dos “sons”, buscando-se, porém, uma aproximação com a fala do entrevistado e não com a escrita gramaticalmente correta. Além disso, outros “sinais” foram respeitados. Voldman aponta que é importante “[...] saber que o não-dito, a hesitação, o silêncio, a repetição desnecessária, o lapso, a divagação e a associação são elementos integrantes e até estruturantes do discurso e do relato”.<sup>643</sup>

Assim, outras formas de comunicação não verbais foram mantidas, pois colaboram com a aproximação do significado do relato e dos (res)sentimentos presentes nessas experiências.<sup>644</sup>

A apresentação das fotografias, ou melhor, a troca de fotografias com os entrevistados também aconteceu por acaso. Já na primeira entrevista, o

<sup>641</sup> KUHN, Anivaldo. **Integralismo e Segunda Guerra**: páginas sombrias, 2003. Texto inédito.

<sup>642</sup> PORTELLI, 2001.

<sup>643</sup> VOLDMAN, Daniele. Definições e usos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 38.

<sup>644</sup> BRESCIANI, Stella; NAXARA, Marcia (Org.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: UNICAMP, 2001.

entrevistado mostrou uma fotografia de um “casamento integralista”. Na segunda, ele também mencionou possuir fotografias, mas estariam emprestadas para outra pesquisadora da história do município. Nesse momento, ficou clara a importância desses “suportes da memória”. Sendo assim, nas outras entrevistas, fui munida com as fotografias do movimento integralista no Espírito Santo, apreendidas pela polícia, que estavam no APEES.

As fotografias mostradas suscitaram diferentes emoções e os símbolos e a indumentária integralista foram reconhecidos, mas o que interessava, de verdade, aos entrevistados, era identificar algum rosto familiar.

#### **6.4 Memórias de Domingos Martins**

Seria bastante interessante, antes de problematizar as entrevistas realizadas, escrever algumas linhas sobre a vida de cada entrevistado, já que se acredita que a memória está entrelaçada com a vivência pessoal, no passado e no presente. Porém, optou-se por não fazê-lo, isto porque Domingos Martins é uma cidade pequena em que, praticamente, todos os habitantes se conhecem, principalmente aqueles que nasceram e ainda vivem nessa cidade ou em regiões fronteiriças, caso dos entrevistados. Dessa forma, a fim de proteger a identidade dos entrevistados, preferiu-se omitir detalhes da vida familiar, o que não implica deixar de relacionar memória e vivência pessoal. Pelo mesmo motivo, optou-se por usar nomes fictícios.

Por outro lado, seria muito difícil falar de forma generalizada das entrevistas, pois, como já foi dito, entende-se que as entrevistas são mais do que uma fonte de informações ou de confirmações dos documentos escritos. Por isso, decidiu-se tratar as entrevistas separadamente, respeitando, inclusive, a sequência das partes da entrevista para, ao final, alinhar algumas ideias gerais. Assim, cada subitem corresponde a uma entrevista.

Deve-se salientar que, em vários momentos durante as entrevistas, a categoria “alemão”, usada pelos entrevistados, parecia englobar os dois grupos: os descendentes de imigrantes da região de Hunsrück e os da Pomerânia. Já em outros momentos, especialmente quando a discussão passava pela língua, a diferença entre os dois grupos era demarcada, principalmente pelos não pomeranos.



Do mesmo modo, o termo “brasileiro” foi usado para se referir aos não descendentes de alemães/pomeranos e italianos.

Apenas um entrevistado fez uso dos dois termos: “alemão” e “descendente de alemão”. É interessante observar que o primeiro termo era usado pelo entrevistado e o segundo vinha como explicação ou correção do primeiro, isto é, o entrevistado usava o termo “alemão” e, em seguida, explicava que, *obviamente*, tratava-se de um “descendente de alemão”.<sup>645</sup>

Na transcrição das entrevistas, com algumas modificações, seguiu-se a proposta de Tourtier-Bonazzi.<sup>646</sup> Cabe ressaltar que se procurou respeitar a forma de expressão de cada entrevistado, porém não em suas peculiaridades fonéticas, já que esse trabalho não se situa nas problemáticas da linguística.

#### 6.4.1 Se elas são verídicas ou não é outra história

Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso.<sup>647</sup>

Gilberto nasceu em Domingos Martins, no ano de 1925, e foi batizado na Igreja Luterana. Seu pai era alemão e sua mãe descendente de alemães (não pomeranos). A família de Gilberto vivia na sede do município – Campinho – e tirou do comércio, durante muito tempo, o seu sustento.

Após soletrar seu sobrenome, sua data de nascimento e repetir a pergunta que lhe foi feita: “O que eu lembro da Segunda Guerra Mundial”, Gilberto afirmou que parte desse tempo estava na Escola Prática de Agricultura, localizada num município próximo, onde também cumpriu o serviço militar e ressaltou: “Quer dizer, presenciei aqui não muita coisa, mas alguma coisa eu sei [...]”. Depois continuou:

<sup>645</sup> O termo teuto-brasileiro não foi usado para se referir a essas populações, já que, em nenhum momento, os entrevistados fizeram uso dele.

<sup>646</sup> As passagens ou palavras pouco audíveis foram escritas entre colchetes; os colchetes com reticências indicam que há um recorte no texto, seja no início, seja no meio da fala; as hesitações e os silêncios foram assinalados apenas por reticências; palavras ditas com forte entonação foram grafadas em negrito; explicações foram escritas em itálico e entre colchetes; a pontuação tentou seguir a fala do entrevistado; a presença do riso também está marcada em itálico e entre colchetes (TOURTIER-BONAZZI, Chantal. Arquivos: proposta metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 233-245, p. 240).

<sup>647</sup> BENJAMIN, 1994, p. 205.

O que se falava na ocasião, que o Brasil entrou em guerra, e constava que os alemães tinham afundado alguns navios mercantes do Brasil, na costa, coisa que foi, depois ventilado, dizendo que não era realidade, que o alemão não tinha interesse nenhum em afundar navios mercantes aqui, na nossa costa, né? Que foi mais um pretexto. Assim comentava, né? ... Se eu conseguia alguma coisa, mudança, evidente que sim. Que o alemão naquela [época] que o nosso município foi, foi fundado por alemães e italianos. Quer dizer, pessoal do Eixo, vamos dizer assim. Embora que somos brasileiros, na ocasião, não da minha época. Mas isso aí tem, tem uma, uma historiazinha que a gente pode comentar. Antes da guerra, nós tínhamos uma escola alemã. Uma escola brasileira que era ensino comum, e tinha uma escola alemã. Não sei se [*cita outro entrevistado*] te contou isso.

Gilberto começou o seu relato baseando-se nos “fatos” da Segunda Guerra, principalmente, aquele que trouxe maior comoção para a população brasileira: o torpedeamento dos navios na costa brasileira. Sobre isso corroborou a tese de que, na realidade, não foi a Alemanha a responsável pelos afundamentos.

Em seguida, o entrevistado reportou-se a uma pergunta feita durante a conversa que antecedeu a entrevista, respondendo que era evidente que houve mudanças naquele período, já que o município foi fundado por alemães e italianos.

Percebe-se certa ambiguidade na fala de Gilberto. Em alguns momentos não diferencia os “alemães” de “descendentes de alemães”, embora sabendo que, na época, poucos eram os estrangeiros de fato, e os brasileiros descendentes de alemães, ora aparecem como “alemães”, ora como “descendentes de alemães”. Essa população ainda se sentiria num entrelugar?

O entrevistado associa a pergunta sobre as mudanças à história da escola alemã, talvez porque para ele foi a educação que sofreu maior impacto. Assim, ainda que houvesse a escola pública na sede de Domingos Martins, alguns preferiam matricular seus filhos na escola alemã com a qual contribuíam para mantê-la, conforme declarou Gilberto:

Nessa escola alemã não era só o alemão que aprendia. Se aprendia o alemão, só eu conheço quase cem canções do folclore alemão daquela época. Então a gente aprendia o alemão. O alemão que eu sei aprendi naquela época, na escola alemã. Essa escola foi fechada em mil novecen..., por volta de 1937, já foi proibido, porque tava em eminência de estourar uma guerra, aquela situação tensa de política, né?

Gilberto associou o fechamento da escola alemã a problemas políticos, que localizou como sendo a iminência da guerra, mas não a campanha de nacionalização do ensino, embora tenha lembrado o ano em que ocorreu. O entrevistado prosseguiu contando que os professores dessa escola vinham de Berlim e que os cultos e festas eram realizados em língua alemã, mas, para Gilberto, isso não significava a marginalização da língua portuguesa:

[...] Expressada na língua alemã. Isso não quer dizer que a língua portuguesa ficava marginalizada, não é isso. Mas ela, a língua alemã, estava sempre presente nos cultos. Então essa escola foi fechada, lamentavelmente. E, posteriormente, em 52 por aí, é o tal negócio, a gente não lembra com segurança... Houve a criação do ginásio, que não tinha ginásio aqui. Esse ginásio, ao escolher as línguas pra ensinar, em vez de escolher o italiano e o alemão, que era uma região de alemães e italianos, escolheu o francês. Esses alunos que estudaram perderam esse tempo todo com o francês, não aproveitaram nada. Não tem um, sequer, que eu conheço que tenha aproveitado alguma do francês que aprendeu naquela escola. Mas são águas passadas...

Gilberto lamentou o fechamento da escola alemã e criticou a opção do ensino de francês como língua estrangeira nas escolas de Domingos Martins nos anos 50. Para ele, numa região de “alemães e italianos”, o ensino da língua alemã e italiana seria mais significativo para essa população. Ainda, conforme Gilberto, não houve o “aproveitamento” da língua francesa para esses estudantes, porém o entrevistado não deixa claro o que entende por “aproveitar” uma determinada língua estrangeira. Ao final, a expressão usada – Mas são águas passadas – deixa registrado o ressentimento diante da política adotada pelo governo e, talvez, também sinalize a diferença vivida hoje, isto é, a valorização da cultura alemã, inclusive da língua pomerana.

Questionado se o pastor também era o professor da escola alemã, Gilberto respondeu negativamente, mas afirmou existir uma integração entre a escola e a Igreja Luterana.<sup>648</sup>

---

<sup>648</sup> O entrevistado perguntou se eu era católica ou luterana. Respondi que minha família é luterana, ainda que fosse mais exato afirmar que fui batizada e fiz a confirmação na Igreja Luterana, mas minha família e eu não a frequentamos há mais de 15 anos. Porém, diante da minha opção pela resposta mais resumida (buscando, talvez, de forma inconsciente, uma aproximação com o entrevistado), Gilberto comentou, então, que eu poderia entender o que ele queria dizer. Sendo assim, na visão do entrevistado, alguém que compartilhasse da experiência de ser luterano teria melhores condições de compreender a estreita ligação entre escola e igreja para os luteranos.

Após falar da necessidade de prestar um exame para a confirmação, o entrevistado pediu para olhar o roteiro com as entrevistas. A folha lhe foi entregue e, enquanto Gilberto analisava as questões, é dito a ele que não é necessário se preocupar com o roteiro, pois, durante a conversa, poderia “puxar os pontos” do roteiro. O entrevistado concordou com o procedimento, dizendo que era melhor assim, pois senão “perderia o fio da meada”.

Assim, retorna-se às questões sobre as mudanças locais ocorridas no período focalizado. Gilberto respondeu, num tom enfático, que mudanças “drásticas” aconteceram. Agora o entrevistado não se voltou para os fatos mais gerais atrelados à Segunda Guerra como no início da entrevista, mas para as consequências locais: a proibição da língua, afetando, inclusive, a Igreja. Sobre a situação que qualificou de perseguição, Gilberto salientou que poucas pessoas parecem ter conhecimento de que ela ocorreu.

E parece, e parece, também, que poucas pessoas sabem que houve uma perseguição é, os pastores, os alemães mesmos, natos, meu padraço, por exemplo, ficou em Vitória onde é hoje o Hospital das Clínicas. Por aquela região ali, tinha um campo de concentração de alemães. Meu padraço ficou lá, detido, lá. Quanto tempo não recordo, mas que ele falou isso. Não só ele, mas outros alemães também ficaram lá detidos, lá num campo de concentração, chamado um campo de concentração, né?

O entrevistado lembrou também o quebra-quebra ocorrido em Vitória, dizendo: “Eu tenho até uma relação, eu peguei aqui e fiz uma, uma relaçãozinha justamente pra não esquecer alguma coisa”. Então, Gilberto citou as lojas atingidas e repetiu que “anotou para não esquecer”. Questionado se ele se lembrava dessas informações, Gilberto respondeu que sim e concluiu: “Se elas são verídicas ou não é outra história, porque eu não estava presente, mas isso, provavelmente, é verdade. Eles não iam inventar toda essa história, né?”.

A preocupação com a “verdade” percorre todo o seu relato e Gilberto demonstrou ter se preparado para falar sobre o assunto, já que houve um contato anterior, por intermédio de um conhecido.

Dessa forma, Gilberto passou a contar um episódio que ocorreu na Praça Oito, em Vitória. Conforme o entrevistado, dois amigos estavam conversando em alemão, quando

[...] chegou um policial e o advertiu que não podia falar em alemão. Aí ele virou pro policial e disse: 'Não, eu não estou falando em alemão, estou conversando com meu amigo em inglês'. 'Ah! Não, em inglês pode' [riso]. Ele continuou a conversa [riso]. O policial não conhecia o inglês nem o alemão, né? [riso] Isso aí ele mesmo me contou isso, o Teo...finado Teodoro, já falecido.

Após narrar o acontecimento, que pode ser lido como uma forma de resistência (e o contar também o é), Gilberto perguntou se outro entrevistado já não havia contado essa história. O fato de saber que outras pessoas conhecidas já haviam sido entrevistadas foi decisivo para que Gilberto concedesse a sua, ao mesmo tempo em que significava também um motivo para preocupações, pois as entrevistas poderiam ser “comparadas”.

Inquirido se a Alemanha de Hitler era um assunto comum entre os moradores do município, Gilberto respondeu negativamente:

Não, todo mundo sabia que o nazismo era um partido forte, né? Partido forte, muito nacionalista. Agora a es... a essência, como tinha naquela época, também o integralismo, antes dis... antes disso tinha o integralis... o integralismo que foi depois suprimido por Getúlio, né? Era um partido assim, também meio rígido, né? Mas a essência aqui, o fundamento mesmo ninguém sabia de nada, não.

Desse modo, foi perguntando sobre o nazismo que o tema integralismo surgiu na entrevista. Ao falar da força e do nacionalismo atribuído ao nazismo, o entrevistado se lembrou também de outro partido com características semelhantes e mais próximo: o integralismo. Ele afirmou que, entre os moradores do município, exista um conhecimento superficial sobre a Alemanha Hitlerista, mas não se sabia sobre a “essência” do nazismo, e do mesmo modo acontecia com o integralismo.

Como o próprio entrevistado citou o integralismo, as questões seguintes tentaram explorar essa temática começando com uma pergunta geral: o entrevistado se lembrava do integralismo?

Um movimento bonito, movimento bonito, muito bonito. Eu era criança, mas me lembro. Era Deus, pátria e família. Então era um partido sério. Tinham uns bons princípios, né? Mas só que diz, é tal negócio, eles usavam uma camisa verde, com sigma, quer dizer, imitando mais ou menos o nazismo e o fascismo de Mussolini, né? Compreende? [riso] Então, isso naturalmente não pegou bem, mas, como era uma época que se usava isso, eles usaram isso também, o sigma, né?

Pelo adjetivo escolhido e repetido no início de sua explanação, sabe-se qual a postura do entrevistado a respeito da AIB. Logo após, Gilberto repetiu o lema da AIB que, para ele, era um bom partido, pois tinha bons princípios. Apenas uma ressalva acompanhou os elogios: o “mas” se refere à similaridade – “imitando mais ou menos” – o nazismo e fascismo. A pergunta feita pelo entrevistado e o riso – “Compreende? [riso]” – é carregada de sentidos e resume, em uma palavra, tudo o que poderia significar ser um partido político “similar” ao nazifascismo, especialmente, depois de 1942. Sobre essa situação o próprio entrevistado respondeu, “Isso naturalmente não pegou bem [...]”, mas relativiza essa situação como algo peculiar a “uma época”.

Diante da questão sobre quem eram as pessoas que participaram do movimento, o entrevistado respondeu:

Tinha Adolfo Gerhardt que era dentista, e tinha pessoas de alto nível, né? Gente de formação universitária que faziam parte do integralismo. Muitas pessoas do povo, também, né? Tinha, tinha bastante. Não só aqui, como do interior mesmo tinha muita gente simpatizante do integralismo e participava do integralismo. Tem até fotografias que emprestei por uma, uma vez um rapaz, um colega meu aí, um amigo onde se via ainda, integralistas, né? Nas fotografias.

Em primeiro lugar, o entrevistado citou a participação de pessoas consideradas de “alto nível” por possuírem formação universitária, informação que confere respeitabilidade ao movimento. Em seguida, vinha o povo de “Campinho” e do interior do município que participava efetivamente ou poderia ser apenas simpatizante do movimento. As fotografias surgiram como uma espécie de comprovação de que “muita gente” participou do movimento.

Questionado, então, sobre a relação do integralismo com a Igreja Luterana, Gilberto afirmou que ela não se envolvia com política, situação diferente de hoje, em que a Igreja estaria politizada, mas fez uma observação:

É, é, evidente que os pastores, por serem alemães tinham uma tendência a olhar pro lado alemão, é lógico, né? Se eu tivesse na Alemanha, se tivesse alguma coisa do Brasil lá, eu seria brasileiro do mesmo jeito que sou aqui. Não ia agora negar a minha pátria, né? Eles também não faziam isso, né?

Gilberto não afirmou, claramente, que havia pastores simpatizantes do nazismo, mas o “[...] olhar pro lado alemão” parece indicar, nesse contexto, que, para o entrevistado, ser favorável ao nazismo era algo considerado “normal” para a época, já que se tratava de cidadãos alemães. Nesse momento, o entrevistado ressaltou que, se ele estivesse na Alemanha (e o exemplo escolhido não foi qualquer país), ainda assim, ele se sentiria brasileiro e apoiaria um movimento favorável à sua pátria.

Quando se perguntou sobre o motivo que atraiu a população para a AIB, Gilberto sugeriu o nacionalismo:

Hum! Que era o programa deles, né? Visando muito ao nacionalismo, né? Que o Brasil, por exemplo, hoje, quem ama o Brasil realmente? Na, na, na expressão da palavra são poucos que têm a brasilidade dentro deles mesmos, a maioria são oportunistas, né? Estou me referindo aos políticos. São oportunistas, não são patriotas. E o movimento integralista é um movimento patriótico, nacionalista mesmo. Então as pessoas aderiram por isso, né? Tanto que, tanto que o lema deles é Deus, pátria e família, né?

Embora, anteriormente, Gilberto tenha falado da similaridade entre nazismo e integralismo, ele não explicou o engajamento da população de descendentes de alemães por esse motivo, mas justamente por algo que parece contraditório: o amor pelo Brasil. Buscando uma explicação para essa aparente incoerência, comenta-se parecer estranho que a motivação fosse o sentimento patriótico já que havia tantos imigrantes e descendentes no município. Mas a resposta de Gilberto retoma algumas informações e opiniões, anteriormente dadas, como o ensino de francês que era sentido como parte do preconceito que existia contra os alemães (interessante observar que os italianos não aparecem como vítimas também) que se traduziu numa geração que não conheceu “o idioma”. Esse comentário deixou bastante claro o grau de importância dado às línguas “alemã e italiana”. Não estudá-las significaria deixar de conhecer o “seu” idioma:

Aqui, só aqui se falava muito alemão. A guerra trouxe um hiato muito grande. Como eu disse a você, o ginásio em vez de ensinar o italiano ou o alemão, no ginásio, na língua de opção ensinaram o francês numa região de alemães e italianos. A, a, até em 52, ainda existia esse preconceito com os alemães, tanto que a geração daquela época, a geração nova não aprendeu o alemão. Só os mais velhos, como eu, minha irmã, o Roberto outros mais ainda falam o alemão, porque aprendemos na escola. Como ela foi proibida e foi proibido o

alemão, essa juventude cresceu sem, sem conhecer o idioma, tanto o alemão como o italiano é mais do interior, ainda se fala muito o italiano, né?

Como Gilberto falou da importância da língua, perguntou-se sobre a situação da Igreja Luterana. Nas palavras de Gilberto, “Ah! Sofreu um impacto muito grande, primeiro porque os pastores não falavam o português [...]. A gente cantava muito em alemão. Os cultos, os cultos quase mesmo sempre em alemão. Era uma região de alemães mesmo, né?”.

Depois da ênfase dada pelo entrevistado à etnia, especialmente na última frase, ele foi questionado sobre a existência de denúncias entre vizinhos:

Não, até que isso, que eu saiba, não, pelo ou menos não. Quando começou a guerra, não tinha esse impacto tão violento como, como eu acabe.... acabei de contar. Houve essa proibição de falar alemão, e, e fechar... esse problema todo do cemitério de cimentar todos os jazidos que tinha disco em alemão, isso aconteceu, agora... assim, você fez uma pergunta que eu esqueci. Qual foi a pergunta que você fez? Que você disse?

Ainda que o entrevistado tenha usado três vezes “não”, ao ouvir a pergunta, e falar que não houve um impacto tão violento, ele esqueceu a pergunta feita. Após ouvi-la novamente, Gilberto afirmou não acreditar e não se lembrar dessa situação: “Não, acredito que não. Eu não me lembro disso, não. Eu não me lembro disso, não”.

Pode-se pensar que a ênfase na negação expresse, de fato, a inexistência da recordação desse tipo de situação, mas a negação é tão enfática que parece alcançar até sua simples sugestão, já que sugeri-la seria colocar em dúvida a harmonia existente nessa “região de alemães”. O esquecimento seria resultado do impacto dessa sugestão?

Prossegue-se no assunto sobre o convívio dos moradores de Domingos Martins, perguntando se, naquela época, havia famílias “brasileiras” entre eles:

Ah, sim! Convivendo com a gente tinha, lógico! O juiz de Direito, promotores, os cartórios eram de pessoas, o Otaviano Santos, por exemplo, que era o chefe integralista, era dono de um cartório. Ele, ele era brasileiro, casado com uma alemã, descendente de alemã, né? [...]. Houve essa mistura toda, né? Depois... Hoje a cidade já tem menos alemão do que tudo.



Gilberto recordou, então, dos luso-brasileiros que ocupavam cargos públicos na região, na época enfocada. Em sua fala, percebe-se, também, novamente, a fronteira bastante tênue entre “ser alemão” e “ser descendente de alemão”, em que o “né” parece expressar a obviedade de que “alemã” é, na verdade, “descendente de alemã”. Após afirmar a existência de uma mistura étnica, Gilberto reportou-se ao hoje, ao registrar que “Hoje a cidade já tem menos alemão do que tudo”. Mais uma vez, fica nítido, pela omissão do “descendente”, que as duas coisas representam uma só.

Já que o entrevistado ressaltou a “mistura”, pergunta-se pela existência de famílias negras naquela região no período focalizado.

Não, eram poucos. Mas conviviam muito bem com a gente, como até hoje convive bem com a gente. Hoje o número de, de as pessoas de cor aumentou muito. Mas não temos problema aqui de ordem social, não. Aqui a única coisa que a gente pode dizer é que a gente vive em paz aqui. A sociedade aqui é bem equilibrada, não tem milionários nem gente muito pobre. Tanto que você, você não vê ninguém pedindo esmola na rua.

Ainda que não tivesse perguntado sobre a convivência e sim pela existência, o entrevistado enfatiza o bom convívio entre eles ontem e hoje. Percebe-se também a hesitação na escolha das palavras, mesmo que a pergunta tenha sido feita usando a palavra “negro”, o entrevistado prefere usar “pessoas de cor”. Gilberto associa a existência da “mistura” que, nesse contexto, parece significar apenas convívio no mesmo lugar, aos problemas “de ordem social”, ou melhor, à inexistência deles, reforçando o discurso do equilíbrio e da harmonia.

Insiste-se sobre as famílias negras na região e Gilberto responde: “Tinha, mas conviviam plenamente com a gente. Era gente séria, gente boa, nós não podemos falar nada contra eles, não. Todos, né, tem seus desvios, a pessoa de cor clara também tem, né?”. Novamente, a afirmação da existência de negros vem com a garantia do pleno convívio e da suposta igualdade.

Diante da questão sobre atitudes de revanche, estimuladas pelo momento vivido entre “brasileiros e alemães”, o entrevistado respondeu, mesmo antes de ser concluída a pergunta, que não houve reação. Percebe-se que ele interpretou a questão como a existência de reações organizadas contra o governo:

Não, isso não houve, não, de reação houve, não. O povo aqui é muito pacífico [...]. Ninguém reagiu, não, todo mundo aceitou as coisas como vieram. Claro que ninguém gosta de ser oprimido, mas fazer o quê? Brigar com quem? Pegar numa arma pra lutar com quem? Isso não tinha nem lógica, né?

Como Gilberto falou em opressão por parte do governo, perguntou-se quem fazia esse papel. O entrevistado fala, então, do delegado da época, Álvaro Moraes e do cabo Aristides, “[...] que era um senhor de cor, alto, né? Eles per... eles perseguiram os alemães, né? Eles perseguiram, ficavam em cima, não dava colher de chá, como se diz”. Foi perguntado, então, de que forma eram feitas essas ameaças:

Ameaçar e tudo, levar preso, esse tipo de coisa assim, né? Quer dizer, as pessoas, digo, o alemão, já brasileiro naturalmente, né? Mas descendente de alemão, eles sentiam esse impacto, eles ficavam amedrontados, principalmente colonos que, naquele tempo, era bem mais, mais primitivo que hoje, né? Hoje já tem rádio, televisão, já vive de uma maneira mais cultural. Naquele tempo não tinha, eram umas pessoas simples. Eles viviam amedrontados isso existia, sim. Eu conhecia muito o delegado Álvaro Moraes. E tinha o cabo Aristide que era, como se diz, um senhor alto, mas assim meio, vamos dizer assim meio pesado, né? Barra pesada, como se diz.

Ao falar da repressão, o entrevistado, novamente, cita a condição do “[...] alemão, já brasileiro, naturalmente, né? Mas descendente de alemão” que, nesse contexto, viveu amedrontado.

Sobre a existência de violência física, Gilberto afirmou não saber, pois, quando saiu da Escola de Agricultura, em 1944, foi trabalhar em Aracê (interior do município de Domingos Martins), um local com muitos italianos e descendentes e que na época era bastante isolado, sem estradas, sem energia elétrica e, logo, sem muitas informações.

Quando perguntado se lá também foi possível perceber impactos da situação de guerra, Gilberto afirmou que lá foi menor devido ao difícil acesso e também às questões étnicas, que explicou da seguinte forma: “[...] a coisa não era mais contra os italianos a guerra aqui, aquele impacto era mais contra os alemães. Não é tanto contra os italianos”. Porém, mesmo ressaltando que os alemães foram mais perseguidos, Gilberto lembrou, novamente, as consequências sofridas pelos italianos e descendentes, em Vitória, no episódio do quebra-quebra.

Sobre as consequências materiais, como falta de produtos no comércio, Gilberto responde que houve, ainda que não soubesse exatamente qual, mas o fato de a população ter se sentido mais retraída poderia ter tido consequências para o comércio local:

Ah, sim! Ficavam mais retraída, com certeza! Porque tinham, tinham... eles tinham um certo medo, receio de ser punido por isso, por ser descendentes de alemães, né? Apesar de às vezes eu, por exemplo, fiz o serviço militar e tudo sou filho de alemão, que meu pai era alemão. Minha mãe já era brasileira, mas filha de alemães também [...]. Meu pai veio da Alemanha.

Assim, Gilberto explica melhor o motivo do medo: ser punido por ser descendente de alemão. Mas, será que o fato de terem aderido ao integralismo também não agravava esse temor? Gilberto não falou sobre isso.

Ao retornar a algumas questões, como o ensino exclusivo do alemão na região, o entrevistado responde negativamente:

**Não, não!** É como eu disse a você, o civismo pesava muito aqui. Nós cantávamos os hinos pátrios sempre. Nós...aprendemos todos os hinos pátrios aqui: Hino Nacional, Hino da Bandeira, Hino da Proclamação da República, e aquele [...] e nós fazíamos canções prima... canção do, do Gonçalves Dias: 'Minha terra tem palmeiras onde canta o sabiá', então isso tudo a gente aprendia.

Além de negar o exclusivismo da língua alemã, Gilberto é enfático em negar também a marginalidade do "civismo".<sup>649</sup> Por certo, gostaria de confirmar o que já havia dito, para ele, a língua portuguesa não era marginalizada e, mais do que isso, o cultivo do civismo também estava "sempre" presente. Dito isso, ficava a questão: por que deveriam viver a suspeição por serem descendentes de alemães se o patriotismo era tão vivo? Por outro lado, podia-se perguntar qual ligação ainda existia entre essas populações e a Alemanha?

Aproveitando o comentário sobre o civismo, Gilberto é questionado sobre a língua utilizada em casa.

---

<sup>649</sup> Os livros usados por ele na escola alemã eram bilíngues (alemão e português) e vinham do Rio Grande do Sul.

Em casa se falava o alemão, né? Não tinha outro jeito, português também, que a gente convivia de um lado e de outro, como se diz, né? Na escola brasileira se falava o português evidente, então era aquela mistura, falava ora em alemão, ora em português. Até hoje acontece isso ainda com as pessoas lá do interior, mais idosas, que chegam pra conversar. Eu, apesar de eu ser idoso, também [riso], mas elas ainda tocam a língua em alemão com a gente, né? Agora o alemão clássico que a gente aprendia na escola, clássico no modo de dizer isso, aqui poucos que falam, a maioria é um dialeto de Hunsrück e já tem o pomerano que é completamente diferente do alemão.

É interessante a afirmação de que “Não tinha outro jeito”. Novamente, o entrevistado expressa a situação de estar num entrelugar: “[...] a gente convivia de um lado e de outro, como se diz, né?”. Então, Gilberto afirmou o uso do português na “escola brasileira”, referindo-se, possivelmente, ao período posterior ao fechamento da “escola alemã”, e em casa o alemão.

Nas palavras de Gilberto, essa situação de “entrelugar” ainda existe hoje para as pessoas idosas que vivem no interior do município. O alemão/pomerano ainda é a língua escolhida para as conversas entre as pessoas idosas. Por fim, Gilberto salientou que poucos falam o alemão formal e que a maioria usa o dialeto da região de Hunsrück e o pomerano é considerado “[...] completamente diferente do alemão”. Em toda a entrevista, esse foi o único comentário do entrevistado sobre a existência dos pomeranos, pois, até então, todos foram incluídos na categoria de “alemães” ou “descendentes de alemães”.

Volta-se a abordar, novamente, uma questão que permaneceu ambígua na fala de Gilberto: a atração dos descendentes de alemães e italianos pelo integralismo. Dessa vez, a explicação não foi o programa nacionalista da AIB:

É justamente isso, a tendência, o alemão, como eu disse, ele, ele o alemão aqui não era nazista, mas a simpatia aquilo puxa tudo, né? Pelo sangue puxa isso. Se eu tiver, tiver na Alemanha, como eu disse, se aparecer um movimento brasileiro lá, evidente que eu vou apoiar. Eu vou apoiar o movimento brasileiro, porque eu sou brasileiro, e a tendência é essa. Sei que tinha essa tendência aqui também. Não é dizer que eram nazistas? Não é isso.

Gilberto explicou, nesse momento, o fascínio exercido pela AIB como resultado de uma “tendência”. Conforme o entrevistado, apesar de não serem nazistas, havia uma simpatia “puxada pelo sangue” por aquilo que era alemão. Assim, Gilberto repetiu o exemplo de apoiar um movimento brasileiro, mesmo

estando na Alemanha. Porém, cabe ressaltar uma diferença, a grande maioria dos “alemães” desse período era, na verdade, brasileiros vivendo uma situação de entrelugar.

Para finalizar seu comentário, Gilberto reafirmou que, apesar da tendência, não eram nazistas. Como um resumo de sua fala, pode-se afirmar que a atração era a similaridade com o nazismo. Talvez o nacionalismo da AIB tenha feito parte da “essência” do movimento que permaneceu desconhecida pela maior parte dos participantes ou representasse uma forma de participar, de modo mais efetivo, da vida política do País, defendendo valores nos quais acreditavam e que eram simbolizados na tríade: “Deus, Pátria e Família”.

A fala de Gilberto também deixou à mostra outra situação: a negação do nazismo. Do resultado da Segunda Guerra resta ainda um mal-estar em falar que houve, naquele período, adeptos do nazismo, desconforto que, para alguns, também alcança a participação no movimento integralista, o que não é o caso do entrevistado, para quem o integralismo foi um movimento bonito e de bons princípios e que pretendia melhorar a situação do País:

Porque sempre existe aquele movimento que quer melhorar a situação do país, né? Existem, essas reações coexistem até hoje, então naquele tempo apareceu também. Foi um partido bem-aceito, né, pela população.

Quando perguntado pela existência de repressão ao movimento integralista depois de proibido, Gilberto fala de uma “revolta pacífica”:

Quando foi proibido, é claro que as pessoas que tavam ligada a ele ficaram ressentido com isso, né? Qualquer proibição fere a pessoa. Mas não é dizer que houve revolta ou crime, esse tipo de coisa, nada disso aconteceu, não, uma revolta pacífica, né?

Após afirmar que também não houve coação de ninguém, disse: “Não me lembro mais nada que eu pudesse falar pra ilustrar alguma coisa, não me recordo, não”. A seguir, lança uma pergunta: “Naturalmente você já deve ter visto quase tudo isso com o [*nome de outro entrevistado*], né?”.

Mais uma vez, o entrevistado demonstrou preocupação com a recepção de seu relato ou com a comparação dos relatos. Para tranquilizá-lo, foi dito

que as pessoas se lembram de forma diferente e Gilberto completou: “É, cada um vê as coisas sob um ângulo, né?”

Gilberto teceu, então, alguns comentários como quem busca um fechamento, um resumo de tudo o que foi falado. Repetiu que a época da guerra foi meio difícil, mas que “[...] foi tudo em paz, não houve atrito”. Logo em seguida falou da coação por parte da polícia e que tiveram de aceitar essa situação. Por fim, perguntou-se sobre a falta de produtos, Gilberto respondeu que isso não existiu, mas, ao falar da gasolina, então ele se lembrou dos carros movidos a gasogênio e da falta de querosene. Da lembrança da falta de querosene vieram os bailes, iluminados a lampião e animados por tocadores de concertina:

Naquele tempo era tão, era tão assim, vamos dizer, hoje a gente acha, eu acho aquilo até tão romântico, compreende? Tão primitivo, tão comum, tão, tão, tão... é interessante até lembrar. Naturalmente não tinha um tocador só, tinha diversos tocadores, né? Que iam revezando, né?

Dessa forma, o assunto se afastou da guerra e do integralismo e alcançou os bailes realizados nas próprias casas, onde se servia café, pão e “bebida forte”. Ao final, com o semblante mais sereno, conclui: “São coisas interessantes aí que a gente lembra, né?”.

Gilberto foi o entrevistado que demonstrou maior resistência em falar sobre o assunto. Mesmo com a indicação de uma pessoa conhecida, na hora da entrevista, suas ressalvas quanto à entrevista ficaram claras, já que cada pessoa interpretaria de uma forma diferente os acontecimentos, solicitando, inclusive, para não gravar. Só depois de explicar quais eram as motivações, concordar com o fato de que as memórias são plurais, não havendo uma só verdade, e mencionar o nome de outra pessoa conhecida já entrevistada, obteve-se sua autorização para gravar.

Esse mesmo receio ressurgiu em outros momentos durante a entrevista, quando Gilberto fazia advertências sobre o que somente ouviu falar, mas não podia garantir se era verdade ou quando perguntava se outro entrevistado também havia falado sobre tal fato.

#### 6.4.2 Eta, tempo atacado aquele! [riso]

Podemos dizer que os provérbios são ruínas de antigas narrativas, nas quais a moral da história abraça um acontecimento, como a hera abraça um muro.<sup>650</sup>

A frase utilizada como subtítulo foi dita por Afrânio, 80 anos, descendente de pomeranos, luterano, morador na década de 40 do interior de Domingos Martins. Quando perguntado sobre o que se lembrava do período da Segunda Guerra, foram as dificuldades vivenciadas naquela época que surgiram em primeiro lugar:

[...] aquilo começou em 39, porque, eles proibiam vender querosene, proibiam vender sal até, era um teste chato, o ideal era [vasqueiro], era nada! E, sei lá, tudo era proibido. Caso a gente queria matar um porco, eles não vendia sal pra gente na hora.

Como é possível perceber, Afrânio iniciou sua fala apontando um marco temporal, o ano de 1939, quando “aquilo começou” e acrescentou, imediatamente, as dificuldades cotidianas vivenciadas.

O uso de “aquilo”, nesse contexto, deixou dúvidas se Afrânio quis fazer referência ao início da Segunda Guerra (1939) ou ao início das dificuldades enfrentadas. Da mesma forma, pode ser lido como as duas coisas juntas, o início formal da guerra e as dificuldades atreladas a esse período materializadas na falta de produtos (mesmo que, efetivamente, a falta de produtos não tenha começado em 1939).

Ainda nessa fala inicial, percebe-se que Afrânio não apontou a falta de sal e querosene como consequência da situação de guerra, mas como uma proibição. Teriam pensado os agricultores que a falta ou racionamento desses produtos era uma retaliação por serem descendentes de alemães/pomeranos?

Assim, ao contrário do esperado pela entrevistadora, não foram as dificuldades ligadas ao universo cultural que ocuparam as primeiras falas do entrevistado, mas, sim, uma dificuldade bastante prática: comprar sal e querosene. Além da suposta proibição, Afrânio contou também a maneira usada para driblar a dificuldade:

---

<sup>650</sup> BENJAMIN, 1994, p. 221.

A gente tinha que começar antes, tinha que ir guardando, guardando, guardando meu pai sempre comprava em quantidade, querosene por exemplo ele comprava pra amaciar o fogo, duas latas, né? Aí ele só podia então, quando bateu esse tempo só podia comprar, ele sempre ia buscar, cada, cada mês a gente ganhava um litro, quando ele ia a Campinho [*sede de Domingos Martins*], né? Assim era tudo, tudo tava apertado, né?

Mas, logo após a lembrança da “proibição” da venda de produtos para os agricultores, Afrânio, sem ser questionado sobre isso, relatou outra proibição: o falar alemão e pomerano:

[...] principalmente esse negócio de língua. Eles atacavam muito a língua. A língua pomerana e alemã, ninguém podia falar que eles prendiam. O meu bisavô, ele era um bruto, né? [...] talvez você já ouviu falar dele [...] aquele era meio bruto, brabo, aí prenderam ele lá em... Ele e o pastor Bielefeld em Domingos Martins, em Maruípe, matar formiga não sei o quê? [*riso*].

A lembrança da proibição do falar alemão traz à tona a prisão do seu bisavô e de outros conhecidos. Após falar brevemente da difícil situação enfrentada pelos prisioneiros em Maruípe, Afrânio explicou o motivo pelo qual isso ocorreu:

Porque eles é... ficavam pensando que eles eram nazistas, né? E como nazismo era culpado porque o Hitler, ele era um homem tão malvado [...] e nem alemão não era, ele era austríaco, mas a Alemanha ele botou na enxerta, proibiu a linguagem, qualquer outra língua, então Getúlio Vargas fica: ‘Se vocês lá podem fazer isso, eu faço aqui também!’. Rancaram até as cruzes do cemitério, que eram, tinha os dados em português, ah em alemão em cima, ah tiveram que... ou se a gente não tirava, aí, sim, podiam vir, eles vinham e queimavam, de tão malvados que eles eram.

A explicação para a prisão de seu bisavô e do pastor luterano era a suspeita de serem nazistas, porque ambos eram alemães. Junto ao nazismo, surge a imagem de Hitler, qualificado por Afrânio como “austríaco” e “malvado”. Assim, nas lembranças de Afrânio, Getúlio Vargas teria proibido a língua alemã como represália à proibição do uso de outras línguas feita por Hitler na Alemanha. Mas, além do falar, Afrânio lembrou o apagamento da língua feita até nos túmulos.

Ao ser questionado se a polícia também chegava ao interior, Afrânio respondeu que isso poderia acontecer se houvesse denúncia. Então, o entrevistado fez uso de uma situação atual para exemplificar o que aconteceu no passado:



[...] era só eles saber. Era mesma coisa como agora foi esse negócio do Ibama, se um dar parte de alguma coisa, eles estão lá, né? Assim é naquela vez, quando um sujeito ia lá, um puxa-saco deles lá falava que lá eles falam o alemão, lá tem isso e isso em alemão, lá tem porque se juntavam os grupos dava aula de catecismo de noite escondido, né? Em alemão, né? Porque pobre das crianças, escola não tinha aqui, escola não tinha faltava na roça escola pública, como hoje em dia tem escola, né? Hoje não aprende quem é malvado, mas naquele tempo, não, não tinha escola pública na roça.

Da mesma forma que, atualmente, denúncias ocorram nessa região, provavelmente, relacionadas com o desmatamento e caça ilegais, as denúncias de ontem estavam relacionadas com o fato de falarem alemão/pomerano e ensinarem às crianças, escondido, o catecismo em alemão. Assim, mais uma vez, Afrânio apontou outra dificuldade vivenciada pelos descendentes de imigrantes, a falta de escolas públicas “na roça”. E concluiu se reportando à dificuldade enfrentada pela proibição da língua alemã:

Os pomeranos iam pra Campinho fazer as comprinhas, mas eles não sabiam pedir em português e, se eles falavam alemão, a polícia estava atrás das portas, prendiam na hora. **Eta tempo atacado aquele!** [riso]. Os pomeranos viveram mesmo danado da vida!

Assim, quando perguntado sobre a utilização da língua em casa, o entrevistado afirmou que o uso do pomerano continuou, quando havia denúncias de ensino nas casas utilizando a língua alemã, a polícia entrava nas casas e retirava os livros, comprovantes de confirmação ou qualquer outro objeto escrito em alemão, com exceção da Bíblia:

Livros mesma coisa. Até a Bíblia eles queriam atacar, mas aí não deu certo, não, porque aí as igrejas se juntaram, inclusive até a católica, né? Juntou porque a Igreja Católica tinha muitos alemães também como aqueles Simão lá, que falava... o pessoal falava que era alemão, [...] Simão pai do Floriano. Aquele também que era da linguagem alemã, também. Porque na Alemanha tinha muito católico e aí se juntaram e não conseguiram arrancar não, o livro sagrado da igreja, não. Agora outros livros, cartilha, porque os alemães cada um ensinavam em alemão em casa as cartilhas que eles achavam eles guardavam todas...

Além disso, segundo Afrânio, a polícia vigiava as casas que possuíam gramofone em que se ouviam as valsas alemãs. Após ser perguntado e responder sobre as dificuldades enfrentadas pela Igreja Luterana, Afrânio se reportou à figura

de um delegado de Campinho que mandava bater naqueles que desobedecessem às ordens, isto é, continuassem a se expressar em pomerano ou alemão em público.

Então, o entrevistado voltou-se, novamente, à dificuldade de aprender a língua portuguesa, situação vivenciada pelos seus pais e por ele próprio, que afirmou só conseguir estudar de forma regular quando entrou para o Exército.

Ao ser questionado sobre a existência de denúncias entre os vizinhos, Afrânio se lembrou dos “puxa-sacos”. O ato de denunciar era visto como algo vergonhoso:

Sei, tinha lá e cá o puxa-saco danado que a gente tratava, né? Mas era, isso aqui era a maior vergonha, né? Porque os alemães [...] eu tinha até o próprio tio, meu tio [...] tá morto, né? Aquele de vez em quando ele gostava de fazer uma sacanagem dessa. [*riso*] [...] aquilo foi até uma sorte porque o pessoal entre si combinava bem, né? Lá e cá um puxa-saco que queria se engrandecer, né? Mas não acontecia muitas vezes, não, ao menos lá no Galo, não, né? Não sei em outros lugares era pior. Algum lugar a gente cismava que, porque acontecia coisa que só podia ser denunciado, mas a mesma coisa como hoje indicam [...] então anunciam e vem castigar o pessoal, mas é poucas vezes. Lá no Galo isso não aconteceu.

Percebe-se, então, que a lembrança das denúncias vincula-se à autoproteção da comunidade que, na visão de Afrânio, “combinava bem”. Mais uma vez, as denúncias atuais surgiram para exemplificar aquele tempo.

Inquirido sobre a origem étnica dos delegados, Afrânio respondeu que os delegados, durante esse período, não eram recrutados na própria localidade. Cabe ressaltar que Afrânio não se referiu a eles como “brasileiros”, mas, sim, como de origem portuguesa:

Que eu sei não, esses delegados eles eram... eram de fora, né? De origem português, de fora até de outros lugares. Às vezes nomeavam... nomeavam um às pressas, provisoriamente, acontecia que era um conhecido, né? Como o seu Juca [...], marido da Paulina, que era um ficava muito tempo não dava nenhum, aí vinha um de fora, mandava de Vitória, sei lá da onde. Uns... meio cru, cruel, porque gente boa não podia ser, porque eles não confiavam. Felizmente o Hitler perdeu essa droga não demorou muito tempo demais, né?

Ao ser perguntado se houve interesse em se aproveitar da situação e extrair vantagens dos agricultores, Afrânio afirmou que não. Conforme o entrevistado, a polícia pegava apenas objetos escritos em alemão.

Não, não. Então tinha uns tempo que não podiam matar mais nem boi, assim tem que pagar imposto e isso tudo eles inventaram. Hoje em dia não tem mais isso, né? Que eu vejo ao menos, não. Mas, naquele tempo, então tinha uns fiscais, e infelizmente, às vezes, eram fiscais da roça mesmo, do nosso pessoal. Isso é uma grande infelicidade quando... acontece uma coisa assim, né?

Ao negar a existência de abusos econômicos, Afrânio fala de “um tempo” que não parece ser o “da guerra”, mas que ficou marcado pela vigilância e pelas denúncias feitas por pessoas da própria comunidade, uma situação qualificada por Afrânio de “grande infelicidade”. Percebe-se, então, que as lembranças do “tempo da guerra” se comunicam com um passado que não ganha contornos temporais mais nítidos na fala de Afrânio, e que também se comunica com o hoje, ainda que pelo viés da inexistência – “Hoje em dia não tem mais isso, né?”

Questionado sobre o relacionamento no dia a dia entre “imigrantes e brasileiros”, Afrânio responde, enfaticamente, até mesmo antes de a pergunta ser concluída, que o relacionamento era bom:

Não, não, não. Isso aí aonde puderam se entender se entendiam bem... Bem, bem! Um ajudava o outro, infelizmente tinha muitos lugares aonde eles não se entendiam por causa da linguagem, mas felizmente sempre um tava... um ajudava o outro. Isso não tinha tanto, não, ódio de um de outro, você quer dizer, né? Não, não, não.

A frase “[...] aonde puderam se entender” se refere ao obstáculo da língua, já que, em seguida, Afrânio fala da dificuldade de comunicação, em alguns lugares. Já o uso da frase “Isso não tinha tanto, não [...]” parece indicar que havia desentendimentos considerados “normais”, mas que não expressavam a existência de sentimentos de ódio étnico. Com essa resposta negativa, encerrou-se o que se pode considerar a primeira parte da entrevista de Afrânio.

A questão geradora da segunda parte versou sobre o movimento integralista, isto é, foi perguntado se o entrevistado se lembrava do movimento integralista. Logo após ouvir a pergunta, Afrânio pareceu alegre, mas seria mesmo alegria ou um sorriso irônico?

Ah!, lembro até meu pai deixou... **eu tinha uma raiva disso, né?** [riso] Papai, esse bobo, enrolaram ele, que teve aqui até mandar fazer... uma costureira tinha lá [...] era costureira deles [...] eles tratavam, camisa-verde. Papai também entrou no partido. Eu falava sempre, porque eu sabia ler bem em alemão, então lia sempre: todo

partido o sinal do braço virava mais tarde Adolfo Hitler, é verdade, eu não sei dos fascistas de Mussolini na Itália, agora Hitler tinha [...]. Os integralistas tinham aquele sigma de uma certa tribo indígena antiga, eles acharam aquilo lá e aproveitaram aquilo lá como sigma deles. Me lembro quando eu... papai uma vez botou a camisa mas toda vez eu falava, e aí o troço virou contra, ficou [...] papai escapou por ir pra cadeia, né? [riso] Aí Getúlio virou contra o integralismo e foi bom negócio que eles animaram, era isso... O nazismo e o integralismo, o peronismo na Argentina Deus me livre, é tudo igual ao comunismo da Rússia, né? Eu não tocava nada disso, não.

Logo no primeiro momento, Afrânio apresentou sua posição contrária à AIB e coloca seu pai como vítima de um engodo por ele ter participado.

Já a sua não participação na AIB Afrânio atribui ao fato de saber ler bem em alemão e, portanto, ter lido que partidos que usavam símbolos no braço, seriam como o nazismo. Afrânio demonstrou, então, conhecer a existência dos diversos partidos daquela época – nazismo, fascismo, integralismo, peronismo, comunismo – e os colocou como todos iguais. Será que Afrânio estava se reportando à ideia do combate aos “extremismos de direita e esquerda” propagado por Vargas? Nesse caso, teria ele se lembrado do caso da Argentina?

Após a sua fala, foram apresentadas algumas fotos retratando o movimento integralista no Espírito Santo. Mas, devido a uma catarata, Afrânio teve dificuldade para ver as fotos. O primeiro reconhecimento foi o símbolo usado pelos integralistas, o *sigma*. Depois, veio a confirmação de que não era possível reconhecer “o pessoal”. Após um breve silêncio, enquanto tentava ver as fotos, foi perguntado se a AIB organizava marchas na região.

Ah, sim! Desfilava aí [...] tinha feito um terreiro. Lá papai também tinha que ir, mas, infelizmente, **felizmente** ele não conseguiu ir pra lá [riso]. Eles marchavam e faziam uma porção de barulho, porque meu avô ele mesmo não virou integralista, não, mas fazia questão que eles ganhassem, que pra nós hoje em dia seria sofrer.

Assim, Afrânio relacionou a possível vitória da AIB a sofrimento. Estaria pensando que, com a suposta vitória da AIB, a repressão seria ainda mais violenta?

Após rir de uma foto que informo tratar-se de um casamento em que o noivo estava usando a camisa-verde, Afrânio balbuciou o nome de um conhecido que foi partidário e reafirmou sua posição contrária a esses movimentos: “Se dependesse de mim, não tinha existido peronismo, nem nazismo, nem integralista

aqui”. Como Afrânio não citou, nesse momento, o comunismo, pergunto o que se falava sobre o comunismo:

Ah! Eles metiam o pau no comunismo. Eles não eram nada melhor? Os nazistas eram pior do que o comunismo às vezes. O Hitler queria derrotar o povo judaico, né? E ele não sabia que o próprio Jesus Cristo era judaico, **que bicho besta era era o diabo do Hitler**. Ah! Ele tinha que acabar com o judaísmo, porque era a infelicidade mundial, que o Brasil tinha que se chamar Germânia e lá ele ia morar, comandar o mundo e tanta coisa ele botou na cabeça do pessoal e tá aumentando o castigo dele, reforçando, né?

Afrânio lembrou, então, as críticas endereçadas ao comunismo naquela época e, embora parecendo compartilhar delas, ponderou que os outros não eram melhores. Hitler foi lembrado pela perseguição aos judeus, fato que Afrânio conectou ao universo religioso para, em seguida, sugerir a própria vinda de Hitler ao Brasil (que se chamaria Germânia), para “comandar o mundo”. Essa fala pode sugerir a existência de boatos ou promessas, entre a população da roça, sobre a anexação do Brasil ao Império Alemão.

Questionado sobre Plínio Salgado, Afrânio se reportou às lideranças do movimento em Vitória e também em Domingos Martins:

O Plínio Salgado, aqui, em Vitória, era aquele, danado daquele, como que era o nome dele, em Campinho era [...] Arthur Schneider [...] certo tempo Otaviano Santos também, mas aquele tirou o cu da seringa [*riso*]. Em Vitória era Osvaldo Sarnella, né? Era o chefe de Vitória, um gordo [...] branco pra daná! **Deus me livre!**

Ao ser perguntado por que a AIB atraiu tanta gente, Afrânio falou que a propaganda era feita por familiares. Afrânio comparou a propaganda e promessas feitas pela AIB aos colonos à situação da própria Alemanha que resultou na ascensão de Hitler:

Ah! Porque a propaganda é... dum parente e outro, sabe hoje aparece a gente [...] que só falava, tá doido como é que vamos fazer e tudo, ninguém o que ia fazer para o povo aqui, assim o Hitler também começou na Alemanha, né? [...] pessoas são liberto, lá vem ferro, né? Morre gente... [*riso*] **Eu hein!** Esse negócio de nazismo...

Questionado sobre quais eram as melhorias prometidas, Afrânio exemplificou com o bom preço do café e enfatizou a ideia de que os colonos foram iludidos pela AIB.

Todas as melhorias, café ia ter um preço bom sempre, o colono não sei o quê, tinha que fazer pra ele e tudo e gabando tanto e os pobrezinhos caíam na, na rede, né? Quando tinha uma porção de peixe dentro, eles puxavam pra cima [*riso*]. Ah! Esse tal de Gilberto [...] ele tava era doido, só falava naquilo, né? Lá na casa dele, eles fizeram aquele, aquele... a feira onde eles marchavam não sei se era todo sábado [...]. Foram pra lá, não sei o que, em Campinho e com certeza falaram lá com ou outro coisas que foi vivenciada, a polícia veio atrás, na serra de Domingos Martins, naquela serra que a gente subia, né? Lá eles entraram no umbigo de boi, direitinho, né [*riso*].

Após falar sobre a repressão ao movimento e citar os nomes dos integralistas mais “desbocados”, Afrânio voltou à sua explicação do motivo pelo qual não aderiu ao movimento e que o fazia ser contra o nazismo e o integralismo. Nesse momento, Afrânio deixou mais claro o que leu em alemão (a Bíblia) e a junção que fez do universo político e religioso:

E eu fiquei tão satisfeito que esse diabo acabasse, e não ganhasse. [*riso*], porque não, porque, se é pra ir contra os dizeres da Bíblia, então é o anticristo que o sigma tinha o sinal no braço de Davi, que não contava que ele nem comprava nem vendia, mas, hoje, me lembro naquele tempo assim no apocalipse, que justamente apareceu agora nos governos nosso pessoal de *sigma* no braço [*riso*] na Alemanha na terra da onde a gente era, né? **Nossa senhora!** Não é boa coisa, não. Vai levar a Alemanha pro buraco e foi dito e feito. E o Hitler quase que acaba com a Alemanha.

Na visão de Afrânio, o símbolo no braço denunciava os movimentos contrários à religião cristã e o surgimento disso, justamente na Alemanha, era motivo de preocupação para o entrevistado, afinal o sentimento de pertencimento àquele país, de alguma forma, ainda estava presente.

Nesse momento, questionou-se sobre a existência de divisões na comunidade relacionada com a experiência integralista. Afrânio respondeu afirmativamente a essa situação:

Ficou... ficaram um falando mal do outro, ficavam sim. Certas pessoas, não, não muitos, mas alguns sempre tinha uma rixa contra o outro, e até parente, se não se dava bem até certo tempo. Mas

depois devagarzinho, quando Otaviano tirou o cu da seringa, aí muitos cismaram...

Perguntado por outra pessoa, que se encontrava no local da entrevista, se Otaviano era o líder do movimento em Domingos Martins, Afrânio o qualificou de puxa-saco, provavelmente, do movimento integralista. Ao falar de Otaviano, surgiu também a lembrança de um pastor da Igreja Luterana que, segundo o entrevistado, pegou a “infecção” do integralismo e do nazismo:

Aquele era um puxa, Nossa Senhora, ele, como naquele tempo ele era, um tempo ele era prefeito até, depois ele virou deputado, mas, quando ele e o pastor Lieppert, vocês ouviram falar dele, né? Aquele era um integralista, um nazista. Ele era bom pastor, mas depois que ele pegou essa infecção de ser malvisto de gabar o integralismo e o nazismo, **ah pronto! Ele não valeu mais um tostão** [riso].

Sobre a similaridade entre integralismo e nazismo, Afrânio respondeu que os colonos achavam que se tratava do mesmo regime:

Sim. Aqui eles achavam que era o mesmo regime, né? O regime de Hitler na Alemanha chamava-se nazismo e aqui integralismo, mas o regime era pra ser igual, assim o Gilberto [...] costumava explicar aos pomeranos, né?

Questionado se, nesse contexto, Hitler era apresentado como um bom líder, Afrânio respondeu afirmativamente, assim como Plínio Salgado também o era. Segundo ele, “Esses eram deuses na terra. Era igual deus assim, tirava a cueca do sujeito sem mexer com a calça [riso].”

Ao final, questionado se gostaria de falar alguma coisa que não havia sido perguntada, o entrevistado retoma alguns temas. O primeiro foi o atraso que a situação de guerra trouxe para a Igreja Luterana, situação a qual qualificou de “grande colapso”:

Aquele tempo foi mau pra tudo e em tudo, pra bem dizer também, principalmente pra educação e religião, pra confissão luterana em tudo fez mal, tudo atrasou e foi depois [...] foi por causa do Getúlio mesmo que isso aconteceu, né?

Mesmo falando com propriedade das dificuldades vivenciadas pela Igreja Luterana, Afrânio procurou se certificar se o causador daquela situação foi

mesmo Getúlio Vargas. O entrevistado afirma: “Um tempo chato, quando a gente recorda”. E continuou:

[...] prometendo aí, prometendo lá, embora que ficou tudo no papel se ainda tava no papel, né? Mas, nada, não saiu pra nós na roça. Eles iam fazer não sei o que e papai até virou membro do partido integralista e depois viu como é que era e não fizeram nada, nada que presta [...] em Campinho tinha essa gente lá embora que de primeiro a gente atendia tudo bem, mas justamente quem era do contrário não atendia [...]. Então o Otaviano, quando ele tava bem apertado, também aí acabou quase tudo pra gente da roça, né? Arranjar planta de semente boa e, como eu já hoje disse medicamentos para os animais tudo aquilo foi apertado.

Nessa fala, Afrânio pareceu unir as dificuldades cotidianas no tempo da guerra relatadas no início da sua entrevista, com as promessas de melhorias para o homem do campo não realizadas e a posterior perseguição à AIB. Na fala de Afrânio, a ligação entre a Segunda Guerra e o integralismo deu-se pela via da similaridade entre nazismo e integralismo.

Depois desse período de dificuldades, Afrânio contou como “[...] devagarzinho entrou tudo nos eixos” e então “[...] ficou bom um certo tempo”:

Um certo tempo depois devagarzinho entrou tudo nos eixos, quando acabou-se a poeira braba, aí tudo devagarzinho foi, ficou bom um certo tempo. O Hitler lá ficou morando lá no esconderijo dele. Caso último momento ainda [...] [*riso*] tava morando embaixo da pedra há muito tempo. O Perón acho que morre... nem sei que fim levou Perón na Argentina e o Plínio Salgado não sei se prenderam...

Como o entrevistado não mencionou Vargas, perguntou-se sobre ele e Afrânio respondeu:

Vargas de primeiro era muito bom, mas depois fez um mal danado, mandar as forças expedicionárias, puro sangue, do sangue, agora tinha que lutar contra o próprio sangue, né? [*riso*]. Sim os Estados Unidos, e mas a gente não precisava ter feito essas forças expedicionárias nada lá, que já tava ganho mesmo [*riso*].

Nesse momento, Afrânio deixou de responsabilizar Vargas pelas dificuldades que atingiram duramente a educação e a religião em Domingos Martins, e se reportou aos anos finais da guerra, considerando que o “mal” feito por Vargas



foi enviar as Forças Expedicionárias. Nessa fala, é perceptível a forte identificação com o País de seus ancestrais, expressa na repetição da palavra sangue.

A sua postura em relação a Vargas permaneceu ambígua. Parece que as imagens do “pai dos trabalhadores” repetidas por tantos idosos e os acontecimentos vivenciados entraram em contradição, suscitando a dúvida sobre a responsabilidade dos fatos.

Por fim, Afrânio falou de como as coisas voltaram ao normal em Domingos Martins. Para ele era natural que essa situação chegasse ao fim, já que as pessoas precisavam do povo da roça para produzir:

É, mas assim mesmo, quando acabou esse negócio do nazismo na Alemanha, o Hitler perdeu. Aquilo não ficou muito tempo, não. Aí a polícia botaram outra vez as coisas no cemitério, tudo isso devagarzinho, o pessoal daqui precisava da roça e nós precisava de fazer bem [...] e ficou naquilo que até hoje está assim...

Talvez, como assinalou Benjamin, o narrador não esteja mais entre nós.<sup>651</sup> Porém, o modo como Afrânio nos falou “daquele tempo”, descrevendo os personagens envolvidos, suas opiniões e conselhos lembraram aquela figura retratada pelo autor.

Ao responder às perguntas – já que, praticamente, não se afastou do tema proposto – seus olhos se mantiveram iluminados e a narrativa que lembrava “causos” ganhou um tom especial com o uso de provérbios e outras frases de impacto que se harmonizavam com seu sorriso ladino que, às vezes, se transformava, claramente, em riso. Mesmo preso a uma cadeira de rodas, Afrânio não se exprimia apenas pela voz, mas usava também seus olhos, mãos e alma.

Os nomes daqueles que viveram os fatos relatados enriqueceram a narrativa de Afrânio, mesmo, por certo, que soubesse que nós não conhecíamos as pessoas às quais se referia. Já quando citava o nome de alguém mais amplamente conhecido, como um pastor, então, confirmava se já tínhamos ouvido falar dele. A referência aos nomes e parentescos, aos perfis psicológicos descritos e às opiniões do entrevistado deixaram o relato muito mais humano e próximo de seus ouvintes.

Das duas temáticas – Segunda Guerra e integralismo – que, ao final, pareceram se mesclar na fala de Afrânio, a segunda foi relatada com maior prazer,

---

<sup>651</sup> BENJAMIN, 1994.

talvez porque, em sua visão, os que se envolveram com a AIB foram iludidos e isso não teria acontecido com ele ou porque ser ou não integralista era uma opção, diferentemente do período da Segunda Guerra que envolveu e trouxe restrições a todos.

O relato de Afrânio também impressionou pelo conhecimento que o entrevistado demonstrou ter não apenas da realidade local, mas também a respeito do que acontecia no mundo: nazismo, fascismo, peronismo, comunismo. Sobre esses assuntos, Afrânio reconstruiu sua própria interpretação que uniu política e religião e o manteve afastado tanto do nazismo, quanto do integralismo, posição que hoje percebe como acertada, já que os envolvidos com esses movimentos foram “castigados”. Afrânio, desde o início da entrevista, deixou muito clara a sua opinião sobre o nazismo e o integralismo, postura, talvez, facilitada pelo próprio desfecho desses eventos.

Mas, se algo marcou a narrativa de Afrânio foi, sem dúvida, a junção das dificuldades com o riso. Mesmo enquanto relatava as agruras vivenciadas não somente no período proposto à reflexão, mas também antes e depois dele, como o difícil acesso à escola e as denúncias ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) que acontecem hoje, um leve sorriso ou o riso aberto se mantinha. É possível pontuar, ao longo da entrevista, cerca de 20 momentos em que o riso se fez presente. O riso, os provérbios, a indiferença com a recepção de seu relato, isto é, se este seria considerado verídico ou não, transformou a sua narrativa num momento bastante prazeroso, aparentemente, também para Afrânio.

Por último, é importante salientar que as lembranças das dificuldades cotidianas enfrentadas no campo, da repressão ao ensino em língua alemã e à Igreja Luterana, não trouxeram para Afrânio as recordações vinculadas à repressão da AIB. Contudo, já ao final da sua narrativa, a referência ao prefeito integralista Otaviano Santos e aos problemas enfrentados pelos colonos, relatados logo no início da entrevista, se cruzaram. Talvez porque os tenha conectado ou, apenas, simplesmente, porque pretendeu fazer um resumo de sua fala:

[...] Então o Otaviano, quando ele tava bem apertado, também aí acabou quase tudo pra gente da roça, né? Arranjar planta de semente boa e, como eu já hoje disse, medicamentos para os animais tudo aquilo foi apertado.

Em 2003, o pastor luterano Anivaldo Kuhn realizou entrevistas em pomerano e as reuniu num texto bilíngue intitulado: “Integralismo e Segunda Guerra Mundial: páginas sombrias”. Afrânio foi um dos entrevistados.

As primeiras palavras de Afrânio nessa entrevista versaram sobre o pastor nazista que “[...] só se atinha ao germanismo e ao império alemão” (que também mencionou na entrevista de 2007). Mas, nessa primeira entrevista, Afrânio trouxe informações mais detalhadas sobre a relação do pastor com o nazismo, citou as famílias que se relacionavam melhor com esse pastor e a intolerância dele com aqueles que não eram alemães ou descendentes: “Antigamente só vinha lá alguma vez alguém para a igreja que não fosse alemão. Esse não tinha sentido para ele”. Para exemplificar, Afrânio contou a história de um judeu-alemão que mascateava na região e deixava na igreja gordas gorjetas que eram vistas pelo pastor como provocação. Conforme Afrânio, era possível encontrar na igreja de Califórnia os escritos de Hitler, que “[...] tiveram que ser recolhidos para os responsáveis não caírem em desgraça”. O entrevistado afirmou que gostava de lê-los, não que ele “[...] fosse um deles”, mas para conhecer.

Surge no texto, então, um subtítulo: “A camisa verde”. A primeira fala de Afrânio foi sobre a camisa verde que seu pai possuía e teve de queimar. A camisa trouxe à sua memória também a lembrança da costureira que recolhia chapéus pretos para confeccionar o *sigma* para as camisas.

No outro subtítulo – Em Santa Leopoldina – o entrevistado discorreu sobre a escassa participação dos moradores desse município, vizinho de Domingos Martins, na AIB. Afrânio falou também da pouca importância que os colonos tinham em Santa Leopoldina, ainda que, para ele, foram os alemães “[...] as primeiras pessoas que fizeram Santa Leopoldina progredir”. Afrânio relatou que, nesse município, o comando da política local esteve sempre com a família Ribeiro e Almeida que, segundo o entrevistado, “[...] sujavam o pote”. Afrânio ainda afirmou: “Em Santa Leopoldina os alemães eram simplesmente esterco”. Mas, depois disso, no período retratado como “no tempo de Francisco Schwartz”, a situação política colocou-se mais a favor “da colônia”.<sup>652</sup>

No subtítulo que segue – Em Campinho – Afrânio continua a abordar aspectos políticos, mas agora, em Domingos Martins e na sua perspectiva, nesse

---

<sup>652</sup> Francisco Schwartz foi prefeito de Santa Leopoldina na década de 50 do século XX.

município, a situação já não era tão contrária aos lavradores. A única pergunta que apareceu na transcrição dessa entrevista é se Arthur Gehardt também foi camisa-verde. Afrânio respondeu negativamente e começou a citar os nomes daqueles que se envolveram com a AIB. Assim, mencionou um adepto que para ele “não era tão fanático” e, por outro lado, um chefe integralista que “Era de vomitar quando este começava [a discursar]”. Afrânio afirmou, ainda, que, na visão desse chefe integralista, mulher “era uma cabeça de gado”. E arrematou: “Era magro de pura maldade”.

Assim como na entrevista de 2007, nessa entrevista, Afrânio disse que os integralistas prometiam uma situação bem mais favorável aos colonos quando estivessem no poder:

Parecia que, com o integralismo, as pessoas entrariam vivas no céu... Como as pessoas seriam tratadas... Atualmente, as pessoas não conseguiam nem comprar uma camiseta (com os integralistas no poder), elas ganhariam tudo em dobro. A maioria do pessoal entrava na conversa doce dele.<sup>653</sup>

Afrânio falou também de um integrante da AIB que “[...] se fazia melhor do que era”, querendo dizer com isso que os integralistas de Domingos Martins imaginavam que essa pessoa tinha um elevado grau de instrução, mas, na verdade, “[...] era um irmão-leigo – um servente – isto eu descobri”.

Por fim, Afrânio finalizou a entrevista contando a história de um “cabo eleitoral” que era o preferido das mulheres e morreu assassinado. Esse cabo teria, inclusive, um caso amoroso com a mulher de uma pessoa bastante conhecida na localidade e concluiu: “[...] E era tão feia. Não sei o que os homens viam nela”. Assim, foi relatando um caso extraconjugal que Afrânio encerrou sua entrevista em 2003.

Na transcrição do texto bilíngue, a linguagem do entrevistado não causa estranheza, pois já é nossa conhecida. Mesmo que a presença do riso não tenha sido demarcada nessa transcrição, certas falas parecem tê-lo como acompanhante.

É importante registrar que não se teve acesso ao registro oral, em pomerano, apenas à transcrição bilíngue. Suspeita-se de que mais perguntas, além

<sup>653</sup> A explicação do entrevistador está entre parênteses.

daquelas registradas, tenham sido formuladas, embora não apareçam na transcrição. Não é possível saber também se trechos foram omitidos ou mesmo se a sequência da entrevista é a mesma da transcrição.

Conquanto que as duas entrevistas versassem sobre os mesmos temas – Segunda Guerra e integralismo – as histórias contadas por Afrânio foram diferentes, resultado, talvez, das questões propostas, da relação com o entrevistador ou, simplesmente, porque, como não lemos o mesmo livro duas vezes, do mesmo modo também não falamos sobre o mesmo assunto do mesmo jeito. Seja como for, não há, contudo, uma mudança na postura do entrevistado diante dos temas apresentados. O seu desagrado com o nazismo e o fascismo, o seu aparente prazer em desabonar a AIB transparecem nas duas entrevistas.

#### 6.4.3 “Tinha um tempo...”

O conselho tecido na substância viva da existência tem um nome: sabedoria.<sup>654</sup>

Encontramos Francisco, 86 anos, descendente de pomeranos, luterano, fazendo a barba à navalha na varanda de sua casa. Depois de explicar o objetivo da entrevista, fomos convidados a sentar à mesa para conversar.

As dificuldades ligadas ao cotidiano também foi a tônica da fala de Francisco, morador do interior de Domingos Martins. Ao ser questionado por suas lembranças do tempo da Segunda Guerra, respondeu que nunca foi à escola, mas que estudou por conta própria, explicitando os problemas enfrentados para conseguir estudar:

Por minha conta. Eu fui estudar, mas [...] acontece que, antes da guerra, era tudo difícil pro brasileiro também, então foi tudo impedido. Eu nem cham... Eu foi e me apresentei, quando eu sai... Quando meu nome saiu, então, naquele tempo, era o... aquele [...] era o escrivão sobre esses problemas. Depois, foi com ele. Ele disse: ‘Tem de esperar a segunda chamada’. Estou esperando até hoje [riso]. Tirei meu certificado e tudo, mas [...] ali eu queria estudar um pouco e também faz muita falta isso.

---

<sup>654</sup> BENJAMIN, 1994, p. 200.

Desse modo, Francisco reportou-se ao tempo “antes da guerra”, em que tudo era difícil também para o “brasileiro”. Isto é, a dificuldade de estudar não afetava somente os descendentes de imigrantes, mas também os “brasileiros”. Ao ser questionado sobre o que era difícil no tempo da guerra, o entrevistado lembrou-se dos preparativos para o seu casamento:

Difícil, até no nosso casamento foi um troço. Hoje nós comemos pão de trigo. No meu casamento, o meu cunhado bateu em Vitória e conseguiu uns dois, três sacos de trigo pra fazer a festa. Eles iam fazer pão de milho [...]. Não tinha trigo naquele tempo e todo mundo gostou. Foi o único casamento que... Foi o meu casamento que fez questão de pão de milho e foi o único também.

Em ocasiões especiais entre os pomeranos, como um casamento, o pão era feito de trigo, mas, como esse também era um produto racionalizado nesse momento, cogitou-se ou de fato usaram – a fala de Francisco não é clara – o pão de milho.

O pão de milho levou Francisco a falar sobre os produtos feitos na roça e sobre a inferioridade daqueles produzidos mecanicamente. Ao ser perguntado, novamente, se era apenas o trigo que era difícil para comprar, Francisco afirmou que não, mas atribuiu a dificuldade à falta de dinheiro, e não à guerra.

Questionou-se, então, se na sua casa se falava pomerano, ao que Francisco responde: “Nós era pomerano, falava tudo em pomerano e...”. A primeira afirmação parece constatar uma obviedade para Francisco, se eram pomeranos, falavam pomerano. Porém, fica a dúvida quanto ao verbo no passado, teriam deixado se sê-lo?

Voltando ao tema da guerra, pergunta-se se, naquele período, podia-se continuar falando em pomerano, e Francisco fala de “um tempo”: “Tinha um tempo... Tinha um tempo que eles exigiam que o... Mas eles eram um... Sei lá uns... Eles não queriam que falasse alemão, essas coisas, mas depois acalmou toda igreja”.

Assim, mesmo com a pergunta mencionando “guerra”, Francisco não localiza que tempo era aquele, não definiu quem eram “eles”, mas vinculou o “não falar alemão” a distúrbios na Igreja Luterana. Questionado sobre o motivo da proibição, Francisco diz que não sabe responder e relaciona a proibição da língua com a existência de garimpeiros na região: “Não queriam que falasse alemão que,

sei lá tava proibido. Mas isso era uma turma também naquela época nós tinha muito garimpeiro aqui...”

A princípio, a fala de Francisco parece não fazer sentido, mas quando, aos poucos, ele passa a contar a história que envolve os garimpeiros, Francisco estabelece, sozinho, um vínculo com a história do integralismo:

Tinha muito garimpeiro. Tirava muito [...] tirava muito ouro. Foi tirado ouro e então esses garimpeiros na ocasião fizeram um... A gente tava no perigo. Esse avô mora em [...] aí tinha esses... Então tinha um... Na ocasião tinha umas... Um partido, camisa-verde eles tratavam, certa época [...], pois foi naquela época, aquela tiveram... Eles sempre tinha que comprar, naquele tempo já tinha acabado, ninguém falou mais porque eles não chegaram ganhar, então baixou outra vez. Então eles tinham daqueles... daquela roupa em casa, então eles tinha que aproveitar que são três casas, tem o Augusto Brechó, não, duas casas [...] Brechó. Aí eles entraram dentro de casa, mas deixaram uma bagunça! Pão, troço de comida espalhado dentro de casa, estragaram tudo. Levaram os cidadãos presos, eles queriam... Eles acharam que eles iam dar um golpe muito grande e aí eles levaram. Naquele tempo era o... prefeito era Otaviano Santos, hoje ele já é morto. Otaviano Santos era prefeito, e eu, na época, não sei mais que tempo, que mês era aquele. Mas eu sei que eu fui chegando num tempo quente [...].

Francisco relatou que, “em certa época”, que localizou como “um tempo quente”, houve conflitos entre garimpeiros (brasileiros) e descendentes de alemães que haviam aderido à AIB naquela época já proibida de funcionar.

Da sua fala pode-se inferir que, após a proibição da AIB, os colonos continuaram “aproveitando” a camisa-verde na lida no campo e os garimpeiros, em represália, invadiram a propriedade.

Como Francisco fez referência à AIB sozinho, isto é, sem o assunto ser tratado em momento algum na entrevista, tentou-se ampliar esse tema. Foi perguntado, então, se muita gente usou a camisa-verde, cuja resposta afirmativa veio acompanhada dos encontros promovidos pela AIB: “Eles faziam até festa assim, encontro, palestra, falava sobre o problema o que ia fazer senão sei o quê...”.

Interrogado sobre o motivo de tanta gente usar a camisa-verde, Francisco afirmou não se lembrar, mas deixou nas entrelinhas a existência de discussões sobre os problemas enfrentados na época e, possivelmente, as propostas de soluções levantadas pela AIB.

Esses negócios a gente, com um tempo, a gente esquece essas coisas, porque, na época, a gente, por exemplo, esse negócio, porque o Otaviano Santos que era o prefeito, ele até era um chefe, mas mais um assim, fazia palestra, falava sobre os problemas essas coisas e mais depois [...].

Falando ainda sobre os encontros dos integralistas, Francisco disse que eram animados, mas sua fala é hesitante quando afirma não saber se a participação no movimento integralista era uma coisa certa a ser feita:

Na época era até bem animado. Mas eu não sei, também a gente não sabe o que saía nisso certo. Nossos problemas toda vida foi duro [...]. Eu chorei muitas vezes. Tirei meu título de eleitor tava com 20 anos agora, até nessa eleição de prefeito [...] eu ainda votei. Só mesmo pra presidente eu cheguei a 85 anos, 86...

A dúvida quanto à participação veio acompanhada de outras dificuldades enfrentadas pelo homem do campo, expressada, claramente, na frase “Eu chorei muitas vezes”. Assim, a repressão à AIB pode ter significado mais um desses momentos difíceis para Francisco. Questionado sobre o motivo que levou ao fim do integralismo, Francisco afirmou, simplesmente, que não sabia explicar.

Quando foram mostradas algumas fotografias de integrantes da AIB, Francisco indagou: “Quem é essa gente?”. Depois de ouvir que se tratava dos camisas-verdes, exclamou “É sim! O *sigma*”.

Perguntado se ele se lembrava desse símbolo, Francisco respondeu afirmativamente e, por sua vez, indagou se as fotos eram do município. Do mesmo modo que o entrevistado anterior, o interesse de Francisco era identificar pessoas conhecidas. Após mostrar a foto para a filha e dizer que não estava reconhecendo as fisionomias, afirmou, porém, que pareciam todas “[...] caras conhecidas”.

Depois de analisar as fotos, foi perguntado se, no tempo da guerra, o culto era feito em alemão e Francisco comentou:

Dali começaram o seguinte sobre o... Já o pastor ele era... Ele não sabia muito a língua português. Então ele, naquele tempo era em alemão. Em Campinho tinha um pastor alemão o Carlos Bielefeld aquele até foi preso.

Perguntado sobre a razão das prisões, o entrevistado respondeu que o motivo era a língua e responsabilizou um “[...] velho escuro” pela situação: “Foi só



esse aquela vez [...]. Tinha um... Tinha um velho, velho escuro, bastante preto, aquele era o tal [...] depois eles tiraram ele, acabou”.

Como Francisco citou o “velho escuro” que, provavelmente, era o cabo lembrado também por outros entrevistados, foi perguntado se os “brasileiros” não gostavam muito dos “alemães”. Depois da confirmação da pergunta: “Os brasileiros?”, Francisco voltou a mencionar os garimpeiros. Indagado sobre quem eram os garimpeiros, o entrevistado respondeu:

É aquele povo miúdo, não tinha nada só vinha fazer mal, comer que o... O prato que tava lá, o cachorro [...] [*riso*]. Então, eles queriam se vingar com esse problema do integralismo, eles acharam esses outros que fizeram com o Brasil [...] mas ninguém mais ligaram aquilo, mas eles queriam, eles vingar com aquilo. Levaram tudo pra delegacia. Eram em peça, tava com plano feito ainda, então eles queriam fazer vingança com ele, mas não valiam nada [...]. Mas, Deus ajudou que foi dominado.

Para Francisco, nesse contexto, os “brasileiros” são representados pelos garimpeiros que atuaram na região, vistos como pessoas que tentavam a sorte na busca pelo ouro e que tentaram aproveitar o momento político para prejudicar os agricultores. Para Francisco a atitude era de vingança.

Quando perguntado se os garimpeiros não haviam voltado, Francisco disse: “Depois acabou tudo [...] o problema eles sumiram. Um deles era até nascido aqui, colega da gente desde criança”. Em seguida, Francisco relatou outro episódio envolvendo sua família e os garimpeiros, quando os garimpeiros tentaram enganá-lo entregando uma nota inferior ao valor devido pela compra de produtos da propriedade de sua família.

[...] vieram de noite e eles entregaram aquela nota, mandaram trocar e eu de noite não enxergava mais, era escuro. Aí eu falei: ‘Espera um pouco que vou panhar uma lamparina, porque não tô enxergando, não. Sei...eles falaram que era 50 mil réis, mas eu falei não é 50 mil réis, é só dois. Naquele tempo fui dentro de casa e cada um pau dessa grossura eu sabia. Todos eles me chutaram com a bota, mas foram embora e não fizeram nada, só fizeram isso comigo, entregaram a nota, compraram [...] pato, tocinho, uma compra mais ou menos assim, eles compraram, nós sempre fornecia a eles já não sabia que [...] e então naquele dia eu fui dentro de casa panhar a lamparina, eles pura aqui...

Francisco contou que levou a cédula até a delegacia como prova de que eles haviam tentado aplicar um golpe. Perguntado novamente se eram “brasileiros”, Francisco responde: “Eram. Eram garimpeiros”.

Inquirido se os pastores da Igreja Luterana gostavam da AIB, Francisco afirmou que, “Na época os pastores, não é... Eles não mexiam com... Eram estrangeiros, então eles não mexiam esse negócio de política, eles não”.

Apesar da hesitação, Francisco concluiu que o fato de os pastores não serem brasileiros fazia com que não se envolvessem com a política nacional. Nesse momento, aproveitou-se a oportunidade para perguntar se na época havia comentários na região sobre Hitler. Em suas palavras: “Bom, naquele... Aquele troço parece que era meio... entremexido, eu não sei bem certo. Mas mesmo se falava muito na época, mas depois”.

É possível perceber, novamente, no embaraço da fala de Francisco, certo desconforto em tocar nesse assunto, qualificando “o troço”, isto é, o nazismo, como “entremexido”. O “mas, depois...” pode ser lido como fim das discussões sobre o nazismo e o silêncio exigido após a entrada do Brasil na guerra e que perdurou com a vitória dos aliados.

A menção à Alemanha de Hitler faz Francisco reportar-se ao seu irmão que havia acompanhado um pastor da Igreja Luterana para a Alemanha e, devido à guerra, não pôde voltar, ficando naquele país trabalhando na lavoura por dez anos.

Além da viagem de seu irmão, Francisco lembrou-se também de conhecidos que tiveram de ir para a Itália combater, mas que acabaram não entrando, efetivamente, em luta. A entrevista encerrou-se com esses comentários sobre a Alemanha e a Segunda Guerra.

Foi necessário fazer muitas perguntas para guiar a conversa. Mas, mesmo demonstrando dificuldade para lembrar-se do que seria, a princípio, o “nosso interesse”, a fala de Francisco trouxe à tona, mais uma vez, a confirmação da hipótese levantada neste trabalho, já indicada pelos processos criminais, qual seja, a conexão de dois momentos – a repressão étnica e a repressão à AIB – simbolizada na fala de Francisco pela falta de trigo para os preparativos do seu casamento e a história do conflito entre ex-integralistas e garimpeiros. O entrevistado não deixou clara a sua posição sobre a AIB, dizendo apenas que não participou. Da mesma forma, não se posicionou quanto ao nazismo, qualificando-o apenas de um assunto “entremexido”.

Assim, a dificuldade de Francisco para falar sobre o assunto marcou a entrevista. Era bastante claro que o entrevistado teria muito mais prazer em falar da sua vida cotidiana, das flores, das plantas medicinais que cultivava, isto é, de repassar o seu conhecimento sobre a vida no campo do que falar sobre o assunto proposto. Contudo, não é possível afirmar se havia um simples desinteresse sobre o tema ou se o entrevistado preferia não tocar em assuntos “entremexidos”.

Francisco também relatou as dificuldades de quem vivia no campo, como a falta de acesso à escola e aos documentos pessoais. A guerra e o integralismo surgiram, nesse contexto, como mais um desses momentos difíceis para os agricultores, pois agora eles deixavam de ser atingidos somente pelo descaso.

Assim, ao término da entrevista, Francisco voltou-se para o que, na verdade, julgava importante, isto é, passar o seu conhecimento sobre as plantas medicinais e, dessa forma, conhecemos e conversamos sobre diferentes plantas e seus usos. Ao final, quando foi convidado para tirar uma foto, o entrevistado buscou rapidamente sua orquídea e, ao lado da flor e de sua esposa, registrou-se esse momento.

#### **6.4.4 O texto sobre a Segunda Guerra e os versinhos pomeranos**

E quando o pessoal acabava de cear  
uma velha para os noivos a poesia ia declamar  
e no final uma louça ela vinha quebrar  
porque os cacos para os noivos muita sorte iam dar.<sup>655</sup>

Devido à dificuldade de comunicação, não houve contato telefônico anterior com o entrevistado. Breno, 85 anos, descendente de pomeranos, luterano, nasceu e ainda reside no interior de Domingos Martins.

O entrevistado estava sem o seu aparelho de audição e, portanto, sentiu muitas dificuldades para ouvir as questões propostas. O “guia” não ajudou apenas na localização da casa e no esclarecimento do interesse deste trabalho com o entrevistado, como também auxiliou, repetindo as perguntas para que Breno conseguisse ouvir e entender as questões propostas.

---

<sup>655</sup> Texto sobre a cultura pomerana de autoria do entrevistado. Inédito.

Quando foi falado do interesse em conversar sobre o período da Segunda Guerra, o entrevistado disse que tinha escrito um texto sobre o assunto intitulado: “A segunda guerra mundial e suas conseqüências para os descendentes pomeranos no Brasil”. Então, o entrevistado buscou o texto e começou a lê-lo. Como indica o título do texto, trata-se de um resumo dos principais fatos da guerra na Europa e de algumas conseqüências para a população de descendentes de alemães e pomeranos do Espírito Santo. Na primeira parte do texto, quando, cronologicamente, relatou alguns eventos da guerra, Breno manteve uma postura neutra, usando apenas o adjetivo “heróico” em dois momentos: para ilustrar a resistência inglesa no ataque a Londres e a resistência dos próprios alemães:

Alemanha agredida por ambos os lados, defende-se com heroicidade e leva a guerra prolongar-se até no dia 8 de maio de 1945 quando rendeu-se Adolfo Hitler que sempre seguramente confiava na sua vitória, em 30 de abril de 1945 suicidou-se.

Após encerrar o relato dos fatos na Europa, Breno mencionou as conseqüências da guerra para a população de Domingos Martins:

Mas quando ela se estendeu para America do Norte e finalmente para o Brasil, o povo de origem alemã começou sofrer sob a ditadura pressionante do presidente Getúlio Vargas. Depois que Brasil tinha declarado guerra à Alemanha, logo ficou proibido falar em público a língua alemã, ou mesmo a pomerana. No mesmo dia que Brasil tinha declarado a guerra à Alemanha, houve um divertimento dum baile em Melgaço, D. Martins. Ali chegou o delegado da polícia civil e um cabo lá, e esse ouviu que uma pessoa falou algumas palavras em pomerano, e logo em seguida ele deu uma pancada em cima da boca desse fulano. O pastor Carlos Bielefeld de D. Martins, e o velho Germano Liermasen, perto de 80 anos, junto com o seu filho Augusto, e o Sr. Germano Huves foram presos e levados para a penitenciária em Vitória, só por eles terem falado algumas palavras na linguagem alemã em D. Martins.

Breno, em seu texto, colocou Getúlio como responsável por uma “ditadura pressionante” que proibiu o uso da língua alemã e pomerana. A utilização da expressão “ou mesmo pomerana” pode sugerir a menor periculosidade atribuída a essa língua. Seja como for, Breno colocou todos – alemães e pomeranos – como “povo de origem alemã”. Para exemplificar a “pressão” sofrida, relatou um caso de violência física atribuída a um cabo da polícia local, assim como a prisão de outros que também falaram alemão e pomerano em público:

A casa do médico, Dr. Fernando Schroeder (natural da Alemanha e residente em Vitória) foi invadida, e os pertênces deles jogados na rua; suspeitava-se de ser êle um quinta-colunista. Os epitáfios em língua alemã tinham que sair dos sepulcros nos cemitérios e restituídos em língua nacional. O ensino confirmatório, e os cultos em língua alemã, foram interditados. Os pastores naturais da Alemanha foram internados e levados para a Ilha das Flores em Rio de Janeiro; o governo proibiu-lhes executar os seus serviços eclesiásticos dentro de suas comunidades. Os cultos naquele tempo foram praticados por leigos em língua português, obreiros que mesmo não entendiam o idioma. As casas de alguns moradores foram invadidas em procura de armas, os colonos apenas podiam ter uma espingarda espoleteira carregada pela boca, a qual deviam mandar registrar. Roubos de animais de sela, naquele tempo aconteciam semanalmente; onde as autoridades competentes nem interferiam-se a favor dos colonos, prendendo os ladrões e punilos.

O relato de Breno sobre a violência – física e simbólica – sofrida, misturou acontecimentos da Capital e de Domingos Martins e perpassou as dificuldades da Igreja Luterana e dos agricultores no interior do município que sofreram também com o descaso:

Na última fase da guerra, também havia grande problema no abastecimento de certos gêneros alimentícios. Hora faltava trigo, hora faltava sal ou querosene, e assim por diante. Mesmo no dia do meu casamento, que sucedeu-se na época quando a guerra tinha terminada a pouco tempo, não tinha trigo nas vendas e nem padarias. No dia quando eu me casei, o nosso almoço de manhã cedo no hotel de Ulrico Hulle em Domingos Martins, foi servido com Banana da Terra cozidas passadas com manteiga, por causa de não ter pão nas padarias e hotéis. Mesmo louça de alumínio ou louça de lata era muito escasso e caro, por ser usado este material para a construção de aviões de guerra. Latas de biscoitos naquele tempo fabricavam-se de madeira.

Assim, pelo relato de Breno, percebemos que a alimentação de outro casal recém-casado também foi modificada por causa da guerra. Breno finalizou seu relato com o desfecho da Segunda Guerra e acrescentou uma observação curiosa.

Os países do eixo perderam a guerra. Brasil com seus aliados saíram dela vitoriosos. Mas é esquisito, que finalmente 9 anos depois, no dia 24 de agosto de 1954 o termo da vida do ditador Getúlio Vargas, levou o mesmo destino como à de Adolfo Hitler no dia 30 de abril de 1945.

Será que, na visão de Breno, o mesmo fim de Hitler e Vargas, fato qualificado de “esquisito”, representa uma espécie de castigo para Vargas?

Durante a entrevista, devido à sua dificuldade para ler, Breno não terminou a leitura e permitiu fotografar o texto. Perguntado, então, quando e por que ele havia escrito aquele texto, respondeu que havia escrito “depois do segundo milênio” a pedido de um pastor da Igreja Luterana, acrescentando que ele já havia lido muitos livros sobre a guerra.

Quando se referiu à importância de lembrar aquele período, Breno perguntou: “Propagar isso?” E respondeu:

É, quer dizer, eu, eu bem [...] propaganda porque não é mentira. Iso que está escrito eu mesmo vi, tava naquele tempo quando iniciou a guerra eu tava com 18 anos, né? E durante o tempo, quando a guerra terminou, ali, eu tava com, com 23, 23 quase 24 anos, né?

Parece que Breno entendeu que a pergunta era sobre a veracidade dos fatos e explicou que ele próprio vivenciou aquela situação, inclusive o caso de violência física que relatou no texto foi por ele testemunhado, dizendo, inclusive: “[...] eu tava conversando com ele até em alemão eu não sei, sabia que tava proibido rigorosamente, mas em mim ele não bateu”.

Quando perguntado se em casa se podia continuar falando alemão/pomerano, Breno falou: “[...] Em casa, eles, eles não queriam, mas eles não viam”. O “eles”, por certo, é uma referência à polícia local. Questionado, então, se, quando ocorria a invasão de alguma casa, era resultado de denúncias, Breno respondeu que essa situação de violência não aconteceu apenas aqui:

Eu sei, eu sei que também isso não aconteceu só aqui. [...] eu tenho um livro aí [...] que eles machucaram um sujeito que ele até cuspiu sangue. Eles até diziam que eles eram mandados por Getúlio Vargas, mas eu li depois já não parece que Getúlio Vargas nem tinha mandado eles. Eles por prazer faziam aquilo.

Assim, Breno não respondeu sobre as denúncias, dizendo apenas que a violência física não ocorreu somente em Domingos Martins. Em sua perspectiva, a situação só melhorou para os moradores de Domingos Martins após a intercessão de Otaviano Santos que conseguiu substituir as autoridades policiais locais:

Como eu tava dizendo, eles não te incomodava de, de era no lombo de cavalo, podia semanalmente ele roubava, o oficial mesmo, aonde ninguém não olhava, depois o Otaviano, apareceu o Otaviano Santos

aqui ele falou, ele foi em Vitória conversar com o Governador, aí eles tiraram aquele cabo e aquele delegado, foram e botaram um tenente. Aquele não perseguia, era um gordo, um alto, né? Aquele liberava e podia falar o alemão. Só não eles, então não queriam que falava o alemão quando a Alemanha vence, né? Essas coisas, não. Mas a língua usualmente que eles usavam podia falar, até no meio do povo.

Sobre a possibilidade de os pomeranos irem a Domingos Martins fazer compras falando em pomerano, Breno não respondeu à pergunta e preferiu falar de ressentimento:

Porque mamãe, uma parte, eu mesmo fiquei sentido. Os alemães, quando eles imigraram aqui, eles cultivaram esse solo e depois prejudicar eles, né? Quando eles não ofendiam, às vezes, eles não falavam, às vezes, coisas contra o País. Eu acho que eles não mereciam isso, né?

Logo no início da frase, parece que Breno pretendia falar do ressentimento de sua mãe com a situação ou, talvez, das dificuldades vivenciadas por ela, mas, em vez disso, resolveu colocar esse sentimento também como seu. Assim, na visão de Breno, não era justo que os alemães que vieram para o Brasil trabalhar, leia-se, nesse sentido, “ajudar o Brasil a crescer”, fossem prejudicados, “quando” não ofendiam ou falavam “coisas” contra o País. O uso de “quando” e “às vezes” pode sinalizar que comentários desfavoráveis aconteciam.

Como Breno citou Otaviano Santos – prefeito integralista do município – inseriu-se a outra problemática: o integralismo. Breno, imediatamente, conectou o integralismo com o nacional-socialismo: “É, sim, ele era integralista. O integralista aquele até tinha parentesco, parente com o nacio... nacional-socialista era a Alemanha e fascista era a Itália”.

Questionado se havia muitos integralistas na região, Breno respondeu que sim e já demarcou sua posição sobre o assunto, negando a participação da sua família: “Aí tinha muito, aí tinha muitos integralistas, aqui no interior. É meu, só meu pai, meu pai nós não entremos naquilo, não”. Em seguida, recordou o nome do chefe local daquela região e a existência de uma fotografia que retratava muitos integralistas num dia de festa, ressaltando que não possuía a tal fotografia.

Quando indagado sobre o motivo que fazia tantas pessoas aderirem ao integralismo, Breno pareceu associar o interesse ao apoio a Vargas e os problemas da AIB à declaração de guerra:

Aquele Arthur Schneider, finado Arthur Schneider de Campinho, também era integralista, Eles acharam que aquilo, primeiramente, com eles, parece que até o Getúlio Vargas ele foi do Partido Trabalhista, ele também, não sei, à escondida, tava embaixo da cobertura ele também tinha ligação com eles. Mas depois que o Brasil perdeu esses navios, né? Esses navios aí ele declarou guerra a... E me disseram que esses navios nem foram os alemães que afundaram e que foi a América do Norte para atirar o Brasil contra a Alemanha e declarar guerra também.

Mais uma vez, um entrevistado fala da teoria de que, na verdade, a Alemanha não era responsável pelos torpedeamentos dos navios brasileiros, mas tratava-se de um golpe dos Estados Unidos, para forçar a entrada do Brasil a favor dos aliados. Contudo, ressaltou: “Mas disso eu não tenho prova certa, né?”

Voltando à questão sobre o interesse demonstrado pelos descendentes de imigrantes pelo integralismo, Breno, dessa vez, não falou sobre Vargas, mas sim a respeito do nazismo:

O integralismo, bom o integralismo, ele como a Alemanha, como [...] regime nacionalismo a Alemanha avançou muito, ficou forte, um país moder... poderoso. E tinha muita gente desempregado, antigamente, mas o chefe Adolf Hitler fez, deixou serviço pra cada um e era um regime muito favorável para o povo. Isso influenciou, também, Brasil, também, a entrar no integralismo. Eles queriam, até aparecer o Plínio Salgado, botar ele no Palácio, aí deu a Revolução, e aí o Getúlio Vargas chamou o Exército Militar e aniquilaram eles, né?

Mesmo que sua fala tenha sido iniciada com o integralismo, ele logo se reportou às melhorias que o nazismo trouxe para a Alemanha. O “chefe Adolf Hitler” acabou com o desemprego e tornou a Alemanha um país forte, moderno e poderoso. Essa teria sido a motivação para aderirem ao integralismo: a esperança de que o integralismo, assim como o nazismo na Alemanha, trouxesse melhorias para o povo. Depois de comentar o fim da AIB, questionou-se sobre a participação de mulheres e crianças no movimento:

As mulheres também participavam, eles tinham... eles tinham um sigma no braço, parecia moda, um N, aquele... espera, o que dizia isso anauê, com isso, isso a saudação como eles se cumprimentava, falava assim anauê [...] tinha até, tinha até que eu lembro [...] que eles diziam anauê, né? Então ta, as mulheres e a camisa verde, né? Eles, então, o seu partido do governo, eles saudava-se, saudava anauê, eles então dizia: ‘Anauê pronto pernas pra correr’.



Breno se recordou da existência do *sigma* (lembrado como a letra N) que era usado no braço que “parecia moda” e da saudação “Anauê!”. A repetição da saudação integralista o faz se lembrar de outra expressão, que, ao que parece, era usada pelos seus adversários “Anauê, prepara as pernas para correr”.

Em seguida, Breno relatou alguns embates entre partidários da AIB e a polícia local na época da repressão ao movimento, principalmente quando os integralistas tiveram de entregar as armas. A fala de Breno não é muito clara, mas parece que essa situação acabou resultando em morte:

Então, uma parte deles, o Augusto [...] que já é falecido também, ele até tava no enterro do Rodolfo [...] embaixo dos olhos tava tudo roxo de pancada que eles tinham batido, aquele parece que não entregou o revólver, ele tinha muita força e tava segurando e aí eles dava pontapé, bateram ele com cacetete, né? Com borracha, né? E acalmaram a força...

Questionado se os pastores se envolveram na AIB, Breno respondeu afirmativamente, qualificando essa aproximação de “inocência”. Repetiu sobre a esperança nutrida pela população de que o integralismo trouxesse progresso para o Brasil e relatou uma situação em que a polícia esperava o pronunciamento do pastor, favorável à AIB, para prendê-lo, mas o pastor, sabendo disso, não falou:

O pastor inocente no interior, né? O pastor, até o pastor [...] daqui tava achava que aquilo era... dava o progresso para o Brasil, porque... ele também tava lá, estava esperando de ele fazer o discurso, lá. Então eles queriam prender ele. Mas ele, sorte sua, ele não falou nenhuma palavra. Ele era muito, muito bom orador o pastor.

Sobre a existência de um partido de oposição ao integralismo, o entrevistado se recordou de uma ocasião em que seus familiares foram tachados de comunistas, simplesmente, porque não haviam aderido à AIB. A lógica era: quem não era integralista era comunista:

Tinha, tinha alguns. A maioria é que nós participava tudo, né? A maioria [...] o Gilberto Jonas fazia o discurso dele. Também isso na certa influenciava os outros. E meu papai também foi assistir à festa, mas ele, não, o velho Frederico [...] eles foram num culto aqui em Califórnia e uma grande turma de integralismo, uma longa fila de integralista e meu pai, meu irmão que era mais velho ainda que eu tava junto também, e aí o velho Frederico [...] falou pa... eles tava

tudo de camisa verde, e papai: ‘meu filho não’. ‘Vocês também já é integralista vocês, mas o filho?’. Não, o papai falou. ‘Ah! Então tem ainda duas comunistas aqui entre nosso meio’.

Foi perguntado, então, sobre o que eles pensavam dos comunistas:

Os comunistas, ah! O comunistas era uma coisa muito cruel. Meu pai sempre tava lendo o jornal, os padres, os pastores eles até pregaram alguns nas portas, né? Essas coisas, né? Judiavam muito embaixo do regime de Joseph Stalin e por causa disso o comunismo ele é... que antes falava do comunismo o povo já tremia quase. Era o regime mais, mais ruim, como se dizia, que existia. Não deixava liberdade nenhuma para o povo, o povo todo precisava trabalhar salariado, eles nem as propriedades tinha e saíam todas as moças proprietárias, como é que é cada um ganhou salário do governo.

Breno não comentou apenas “o que se pensava”, mas emitiu também sua opinião sobre o comunismo. Percebe-se que, mesmo não sendo adepto do integralismo, Breno pareceu compartilhar das imagens disseminadas sobre o comunismo. O comunismo surgiu, então, como um regime cruel em que o povo não tinha liberdade. Além disso, o fato de não permitir a existência de propriedade privada, longe de ser interpretado como algo bom com vistas à equidade, era entendido como algo bastante negativo, principalmente pelos pequenos proprietários rurais, caso da maioria dos colonos que traziam, inclusive, na bagagem, a história familiar da emigração em busca de terra. Sua fala só é nebulosa quando cita “as moças”. Estaria criticando o fato de homens e mulheres estarem na mesma situação?

A questão proposta em sequência relacionou integralismo e comunismo. Seria o medo do comunismo outra atração para aderirem à AIB?

Isso eu não sei dizer, pode ser, às vezes, né? Mas eu... Tinha alguns que... Agora da quinta-coluna, aqui não, diz que a quinta coluna, a senhora sabe o que é a quinta-coluna? A quinta coluna aquilo era... Eles consideravam aqueles, aquilo que era o tempo, no tempo quando dava comunicações pelo rádio. O rádio era uma nova descoberta que transmitia, eles achavam que o doutor Schroeder comunicava aos alemães, tinha comunicado aos alemães que tinham navios alemães perto da Costa brasileira e ali eles [...] submarinos e aqueles então sabia quando vinham navios, saindo navios no mar, então eles podiam mandar os submarinos para poder afundar, mas o doutor Schroeder era inocente daqueles...

O entrevistado afirmou não saber e, em contrapartida, perguntou se sabíamos o que era “quinta-coluna”. Antes mesmo da possibilidade de qualquer resposta, Breno explicou a utilização do termo e citou o caso do médico de Vitória que foi acusado de ser traidor, mas era inocente.

Assim, a entrevista de Breno começou abordando o período da Segunda Guerra, passou pelo integralismo, ainda que não tenha falado espontaneamente sobre a AIB (apenas citou o nome de Octaviano Santos) e retornou aos aspectos da Segunda Guerra.

Além do texto de sua autoria, Breno nos mostrou também outro texto, na verdade, um conjunto de versos que abordava a cultura pomerana, especialmente sobre os ritos de passagem (nascimento, casamento e morte).

Breno também foi entrevistado pelo pastor luterano em 2003. A sua primeira frase naquela entrevista versou sobre os camisas-verdes. Dizia, então, que alguns afirmavam que os camisas-verdes eram comunistas: “Eram por fora verdes e por dentro vermelhos, assim como uma melancia”. Pelo comentário, parece que, quando Vargas começou a falar de extremismo de “direita e esquerda”, abriu a possibilidade para que os integralistas fossem comparados com os comunistas, pois tinham em comum a suposta característica de serem extremistas.

Breno, na ocasião, relatou também um episódio em que os integralistas tiveram de entregar suas armas e então esclareceu o que permaneceu apenas como sugerido na entrevista mais recente. Conforme Breno, um desses integralistas, após ser espancado pela polícia por não querer entregar seu revólver, suicidou-se três semanas depois, citando, inclusive, a prédica do pastor na ocasião do sepultamento. Breno também comentou sobre a relação do pastor Lieppert com os integralistas e disse que esse não fazia uso da palavra porque o alemão estava proibido e havia espiões, salientando: “Ninguém podia falar alemão. Pomerano eles podiam falar. Nessa época a guerra ainda não estava deflagrada. O integralismo começou em 1932”. Até esse momento, nenhum entrevistado havia falado dessa distinção, isto é, da possibilidade de se falar pomerano.

Após ressaltar a semelhança entre integralismo, fascismo e nacional-socialismo, o entrevistado relatou o apoio inicial de Vargas à AIB, a frustrada invasão do palácio e a proibição do movimento. Em seguida, comentou que as consequências do integralismo ainda eram vividas anos mais tarde: “Durante a Segunda Guerra ainda estiveram em busca dos livros na casa de WJ em que os

integralistas estavam inscritos”. Conforme o entrevistado, os tais livros foram jogados pela janela e um menino (filho do casal) os escondeu no mato.

Encerrando a entrevista, Breno contou que o pastor não tinha boas relações com um morador por causa da Igreja Missouri, mas, quando este se tornou um dos líderes da AIB na região, passou a visitá-lo. Para ele, o pastor Lieppert era simpatizante da AIB e “[...] tinha uma grande fé de que aqui aconteceria o mesmo processo que na Alemanha”.

Ao final dessa parte do texto, o entrevistador (o pastor luterano) informou que visitaram um parente de Breno para ver a foto dos camisas-verdes e comentou que o pastor Lieppert foi prisioneiro dos franceses na Primeira Guerra Mundial: “Lá teve que deixar crescer a barba. Seu sonho era cortar a barba quando Hitler ganhasse a guerra e os franceses fossem vingados”. Registrou também que, na visão do entrevistado, o pastor Lieppert não teve ligação com o incêndio da Igreja Missouri, em 1931, que havia sido construída por um membro expulso por adultério da Igreja Luterana de Califórnia (interior de Domingos Martins) e encerrou com a informação de que um professor de Campinho havia chamado o governo de “piolhento” e que por isso ficou três dias na cadeia.

Talvez a sugestão de escrever um texto sobre a perseguição aos alemães durante a Segunda Guerra tenha sido resultado dessa entrevista.

Breno repetiu algumas histórias em 2003 e 2007, como o episódio da entrega de armas, a postura do pastor luterano simpatizante da AIB e o fato de considerarem comunistas aqueles que não aderiram à AIB. Na entrevista de 2003, o assunto não partiu da guerra, mas sim do integralismo, e Breno ressaltou que, durante o tempo da Segunda Guerra, a polícia ainda procurava apreender os documentos da AIB.

Por último, é necessário acrescentar que, apesar da dificuldade ocasionada pela falta do aparelho de audição, Breno demonstrou bastante interesse em conversar sobre o assunto.

#### **6.4.5 Algumas considerações sobre as entrevistas**

O discurso das dificuldades esteve bastante presente nas narrativas de dois modos: as dificuldades ligadas diretamente ao cotidiano e as dificuldades

relacionadas com o universo cultural. As primeiras foram enfatizadas, principalmente, por aqueles que viviam “no interior”, já o entrevistado que morava na sede do município se referiu, primeiramente, ao impacto cultural.

Obviamente, a pergunta geradora da entrevista, que partiu da Segunda Guerra, acabava apontando esse caminho, já que o período foi marcado por dificuldades. Mas os entrevistados não se restringiram ao período perguntado, ao contrário, falaram de muitas outras dificuldades bem anteriores ao período focado (até do tempo da imigração), como também posteriores às décadas de 30 e 40.

Dos problemas restritos ao período da Segunda Guerra, a proibição do falar alemão foi unânime (embora exista divergência entre os entrevistados quanto à proibição de falar pomerano em público).

Sem se relacionar, necessariamente, com o contexto da guerra, os entrevistados salientaram as dificuldades para frequentar a escola, para conseguir documentos pessoais, assim como a falta de estradas, medicamentos, médicos, boas sementes, querosene e sal. Os três entrevistados “pomeranos” que viviam no interior do município deram maior ênfase às dificuldades cotidianas.

Assim, para os entrevistados, a vida não foi árdua somente na época pesquisada, pois a necessidade de ultrapassar obstáculos a fim de alcançarem uma cidadania plena sempre existiu.

Dito isso, é preciso ressaltar que não se pretende aqui reforçar os discursos que colocam o imigrante como vítima indefesa da propaganda enganosa e do descaso do governo brasileiro. Objetiva-se, somente, salientar que os imigrantes e descendentes também enfrentaram as dificuldades que assolavam, de modo geral, a população brasileira que habitava as regiões mais distantes e rurais (com o agravante de que muitos não sabiam se expressar em português).<sup>656</sup>

Com exceção de um entrevistado, que buscou realçar a sua “brasilidade”, os outros entrevistados não demonstraram grande preocupação em demarcar essa identidade. Talvez, o contexto vivido hoje em Domingos Martins, isto é, a valorização da herança cultural dos imigrantes, auxilie nessa postura.

Outro ponto a ser levantado é a presença da Religião Luterana como algo que fazia parte da vida cotidiana. Percebe-se que, para essas populações,

---

<sup>656</sup> Sobre o questionamento do “mito do imigrante abandonado”, ver: CORTEZE, Dilse Piccin. História, historiografia e mito: o imigrante no sul, seduzido e abandonado. In: DALMOLIN, Kátia. **Mordaça verde e amarela**: imigrantes e descendentes no Estado Novo. Santa Maria: Pallotti, 2005. p. 19-35.

antes da década de 30, religião, educação e língua alemã não se separavam. O primeiro impacto sofrido por essa tríade veio com a campanha de nacionalização. Assim, alguns entrevistados lembraram o fechamento das escolas, mas não conectaram o fato à campanha de nacionalização (um relacionou com a guerra, mesmo sabendo que o fechamento das escolas foi anterior a ela). Para os demais, a razão da proibição de funcionamento das escolas alemãs permaneceu obscura.

Em seguida, veio a repressão ao integralismo e, por fim, as restrições impostas no período da Segunda Guerra que impactaram mais fortemente a Igreja Luterana. O reflexo disso não foi sentido apenas pelos pastores, mas por toda a comunidade. Talvez, a própria proibição em relação à língua alemã tenha sido mais sentida por atingir a vida religiosa. Assim, não há como falar dos impactos da guerra sem mencionar a Igreja Luterana. O depoimento de um casal sobre o período de proibição do culto em alemão expressa de forma clara esse sentimento:

Ele (o pastor) fazia algo em português ao seu jeito, mas saía tudo de cabeça para baixo. Ele não teve estudo (língua portuguesa). O povo também não entendia nada. O que ele fazia estava tudo certo para eles. Eu já era um destes. Uma vez, então, ele fez algo em alemão. Isso foi como o sol a brilhar gloriosamente. As pessoas estavam todas fora de si. Ele disse apenas uma palavra: 'Bem-aventurados os que ouvem a palavra e a guardam'. Apenas esta única palavra. Aí todos se assustaram.<sup>657</sup>

Sobre a ligação da Igreja Luterana com o nazismo e o integralismo, há posturas diferenciadas entre os entrevistados. Enquanto dois afirmaram que a Igreja não se envolvia com política, outros dois falaram, claramente, sobre o apoio dado ao nazismo por parte de alguns pastores, bem como a simpatia explícita pela AIB.

A postura dos entrevistados sobre estes dois assuntos – nazismo e integralismo – também variou. Nenhum afirmou ter sido partidário desses movimentos, embora um tenha confirmado o envolvimento de seu pai na AIB. Dois entrevistados expressaram, enfaticamente, a sua postura contrária ao nazismo e ao integralismo, considerando que os adeptos foram iludidos. Um entrevistado preferiu manter-se neutro sobre essa questão e o último colocou-se contra o nazismo, mas, por outro lado, qualificou bastante positivamente o movimento integralista.

Parece que, após a perseguição, a experiência integralista ganhou diferentes sentidos nas memórias daquele período. Ao lado de uma AIB religiosa,

---

<sup>657</sup> KUHN, 2003.

ordeira, patriótica e que unia a comunidade, encontra-se uma AIB que fazia falsas promessas, trazendo conflitos e desgostos para a comunidade. É possível que essa memória esteja reatualizada, já que, desde a perseguição de Vargas à AIB, o integralismo foi rotulado de “extremismo de direita” ao lado do nazifascismo e, depois do resultado da Segunda Guerra, é difícil, para alguns, admitir que o integralismo era uma opção para aquele momento.

Outro fato ligado à guerra, mencionado por dois entrevistados, foi a afirmação de que os navios brasileiros, na verdade, não foram torpedeados pela Alemanha, mas, sim, pelos Estados Unidos como forma de pressionar a entrada do Brasil na guerra. Tais afirmações, surgidas espontaneamente, parecem sugerir que ainda hoje parece ser desconfortável para os descendentes de alemães e pomeranos pensar que a Alemanha pudesse ter torpedeado navios brasileiros, o que demonstra ainda a ligação com o país de origem de seus ancestrais.

Por fim, os receios. Ao que parece, não há mais o temor de falar sobre essas questões. Apenas um entrevistado demonstrou desconfiança em relação ao modo como seu relato seria interpretado, mostrando também receio em ser visto como nazista ou racista, pontuando o seu discurso com muitas ressalvas, porém esse receio não se estendeu ao integralismo, cuja visão positiva defendeu. Já a dificuldade de se ater ao tema e às palavras “neutras” escolhidas por outro entrevistado parece sinalizar o seu desconforto de falar sobre o assunto.

Embora os quatro entrevistados não tenham comentado sobre a existência de um sentimento de medo em se colocar contra o governo estabelecido, causado, principalmente, pela repressão à AIB, essa situação é destacada numa das entrevistas realizadas por outro entrevistador em 2003:

Depois papai sempre dizia: ‘ninguém deve votar contra o governo. Ninguém mais deve fazer isso. Uma vez eu ‘queimei o nariz’. Nunca mais. Por isso os pomeranos sempre têm tanto medo de um novo governo como o de Lula. Quando Lula estava para ganhar alguns estavam se borrando.<sup>658</sup>

Medo da repressão, medo de ser iludido novamente, vergonha de ter feito algo considerado errado. Assim, a experiência da AIB pode ter tido como consequência a redução da busca pela participação política entre os descendentes de alemães e pomeranos.

---

<sup>658</sup> KUHN, 2003.

Além dos receios, deve-se registrar também o ressentimento. Essa situação ficou bastante clara na fala de todos os entrevistados: quando se referiram aos problemas cotidianos enfrentados na “roça”; quando falaram da proibição do ensino em língua alemã e a opção posterior pelo ensino da língua francesa; quando mencionaram a queima das camisas verdes e a apreensão de suas armas; quando declararam que nem mesmo as poucas palavras do pastor em português eram capazes de entender... Em vários momentos, as entrevistas foram entrecortadas por esses sentimentos expressos em palavras, num sorriso irônico ou marcado apenas pelo silêncio.

Deve-se ressaltar também que, pelas entrevistas, a violência durante e logo após o término da Segunda Guerra, verificada em outras localidades, como Afonso Cláudio e Vila Pavão, não teve paralelo em Domingos Martins. Não foram relatados saques, depredações, nem violência física. Ao menos duas hipóteses podem ser levantadas para explicar essa diferença: a proximidade de Domingos Martins com Vitória, o que poderia inibir violências mais explícitas e contatos políticos resultando na troca das autoridades locais, como relatou um dos entrevistados.

Ainda é necessária uma última constatação: a ligação do integralismo com o período da Segunda Guerra.

Dos quatro entrevistados, dois falaram sobre o movimento integralista de forma espontânea, isto é, nenhuma pergunta ou comentário foi feito sobre o assunto. Outro entrevistado apenas mencionou o nome do prefeito do município pela AIB, então foi perguntado sobre a existência de integralistas na região. Mas, em 2003, esse mesmo entrevistado, ao ser questionado sobre a AIB, acabou se referindo ao período da guerra, quando afirmou que, ainda durante o período da Segunda Guerra, procuravam-se os documentos que confirmassem a participação no movimento integralista. Como já foi dito, para o governo, das suas listas de filiados poderiam sair suspeitos de ser “quinta-colunas” ou contrários ao governo Vargas. O último entrevistado não se referiu ao movimento integralista, quando questionado sobre a Segunda Guerra, mas depois de ser perguntado sobre a AIB, enfatizou que, para os moradores da região, a relação entre nazismo e integralismo era bastante clara. Em sua entrevista, em 2003, o entrevistado também falou dos dois assuntos separadamente.



De todo modo, nas memórias de Domingos Martins, os temas Segunda Guerra, nazismo e integralismo não permaneceram separados. Por certo, a ligação Segunda Guerra e nazismo é praticamente direta, mas a vinculação ao integralismo não. Este pareceu surgir pela suposta similaridade com o nazismo.

Analisando a memória dos moradores de Ijuí (RS), Weber também percebeu, na fala de um deles, a junção entre integralismo-nazismo-Segunda Guerra, situação qualificada pela autora como uma justaposição cronológica:

Num exemplo de justaposição cronológica entre integralismo e nazismo, ele afirma, sobre a velhinha aprisionada, que 'ela era muito integralista; e era muito a favor do Hitler, né?' na seqüência do relato, ele fala de acontecimentos do período da 2ª Guerra Mundial.<sup>659</sup>

Pelas fontes escritas pesquisadas e pelas memórias, parece que essa ligação não é apenas o resultado de uma justaposição cronológica, ao menos para os moradores de Domingos Martins. Talvez essa vinculação integralismo-nazismo tenha sido reforçada pela quase ausência da atuação dos partidos nazistas e fascistas no Espírito Santo. De todo modo, a experiência de Domingos Martins pode ser um exemplo localizado de identidade entre etnia e integralismo.<sup>660</sup>

De qualquer modo, a junção tecida pela memória entre Segunda Guerra e integralismo também pode ser resultado da experiência da repressão que marcou esses dois momentos da história dessas populações.

Para encerrar, vale mencionar que as narrativas de dois dos entrevistados – Afrânio e Francisco – fazem lembrar Benjamin, quando este fala que “O senso prático é uma das características de muitos narradores natos”.<sup>661</sup> Assim, conforme o autor, a verdadeira narrativa seria aquela que carregaria uma dimensão utilitária, seja uma sugestão prática, seja um provérbio, seja um ensinamento moral.

Embora, para Benjamin, esse narrador já não mais exista, a narrativa desses entrevistados foi repleta de ensinamentos úteis e conselhos àqueles dispostos a ouvi-los.

---

<sup>659</sup> WEBER, Regina. **Os operários e a colméia**: trabalho e etnicidade no Sul do Brasil. Ijuí: Unijuí, 2002. p.161.

<sup>660</sup> Sabe-se, contudo, que não apenas os descendentes de alemães/pomeranos se envolveram com o integralismo no município de Domingos Martins, como bem mostram as fotografias da AIB no município.

<sup>661</sup> BENJAMIN, 1994, p. 200.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho partiu da leitura dos processos criminais que chegaram ao TSN. Os processos sugeriram que os conflitos ocorridos no Espírito Santo, no contexto da Segunda Guerra, não se explicavam somente pelo viés da etnia, como inicialmente se supunha, mas também eram motivados por um sentimento nacionalista e, principalmente, por confrontos que ainda tinham a AIB como explicação.

Tentou-se perceber, a partir da ligação integralismo e Segunda Guerra suscitada pelos processos, quais discursos e práticas estavam em evidência num Estado caracterizado pela forte atuação da AIB e com significativo número de imigrantes e descendentes, mas que se encontrava nas franjas da visibilidade nacional.

Ao tentar se aproximar desse contexto, algumas perguntas relacionadas com a AIB tiveram de ser respondidas. Em primeiro lugar, como a AIB se relacionou com a população de imigrantes alemães/pomeranos e italianos e seus descendentes no Espírito Santo? As fontes escritas e a memória indicaram que no Espírito Santo houve uma ligação entre AIB e etnia.

As motivações para as adesões dessas populações à AIB não devem ser entendidas como uniformes, pois, se foi possível perceber que, entre os imigrantes alemães/pomeranos e seus descendentes, a atração passou pela semelhança com o nazismo, também podem ser apontados como atrativos as promessas de melhorias na vida do campo, os rituais, a simpatia dos pastores luteranos pelo partido e a sociabilidade promovida pela AIB.

Já entre os imigrantes italianos e seus descendentes, a proximidade do integralismo com a Igreja Católica exerceu papel central nas adesões. Mas, outros motivos se aliaram a esse, como o medo do comunismo, a imagem do chefe Plínio Salgado, assim como os rituais e a sociabilidade promovida pela AIB que parecem ter sido ainda mais fortes entre os italianos e descendentes do que entre os alemães/pomeranos e descendentes.

Ainda que a ligação entre AIB e etnia seja bastante visível, apenas uma análise detalhada da vida política dos diferentes municípios permitiria dizer qual o peso da etnia dentre outras variáveis.

Assim, embora não fosse objetivo inicial deste trabalho discutir a AIB no Espírito Santo, sua presença se impôs à medida que as fontes eram analisadas, ficando claro que a atuação da AIB não deveria ser subestimada, ao contrário, deveria ser entendida como uma das principais fontes geradoras de conflitos nos anos de guerra.

A análise de diferentes fontes sobre a repressão nos anos 40, vinculada à situação de guerra, além de verificar a existência da violência física e simbólica no Espírito Santo, levou a questionar a difusão do discurso do “perigo alemão”. As fontes consultadas sugeriram que o discurso do “perigo alemão” teve pouca ressonância no Estado encontrando-se, ao contrário, discursos que apontavam para a criação da imagem de um “alemão ignorante”. O baixo nível de cultivo do germanismo entre os alemães/pomeranos e seus descendentes no Estado, aliado ao fato de não serem, econômica ou politicamente, representativos, foram elementos identificados para explicar esse contexto. Todavia, é necessário salientar que a existência do discurso do “alemão ignorante” não anulou a experiência da violência que, embora de forma localizada, deixou marcas e ressentimentos.

O contexto capixaba também pode sugerir que as práticas culturais diferenciadas das populações de imigrantes e descendentes não eram consideradas tão perniciosas ao governo Vargas, quando acompanhadas de representatividade econômica ou política, caso encontrado no Sul do País.

Os processos criminais permitiram uma aproximação da escala de observação que, por sua vez, deixou à mostra situações que dificilmente apareceriam em outros tipos de fontes. Dessa forma, foi possível verificar que as notícias da guerra e os discursos nacionalistas veiculados pelo governo suscitaram debates e geraram conflitos, mesmo em pequenas localidades. Como já assinalado, constatou-se, também, que, além do nacionalismo, os conflitos surgidos pela situação de guerra vincularam-se às questões étnicas (de forma menos representativa do que se esperava) e também ao integralismo.

As interações conflituosas visualizadas nos processos também mostraram a existência de diferentes percepções da ideia de patriotismo. Assim, para o governo, ser patriota significava defender as atitudes do próprio governo. Já para os integralistas, ser patriota era sinônimo de ser integralista. Para muitos imigrantes e descendentes, integralistas ou não, ser patriota parecia significar

trabalhar para o crescimento do Brasil sem, necessariamente, deixar para trás sua cultura diferenciada ou cortar os laços com o país de origem de seus ancestrais.

Os processos do TSN também permitiram perceber que, além de denúncias, houve, por outro lado, atitudes de autoproteção nas comunidades. Em muitos casos, foi possível verificar uma solidariedade étnica e/ou política (entre os membros da AIB), noutros casos a própria polícia fez parte da rede de proteção. A ausência de processos no TSN em lugares que poderiam ser considerados duplamente problemáticos nesse contexto (etnia e forte ação da AIB) também sinaliza em direção à autoproteção da comunidade.

De todo modo, os processos do TSN originados no Espírito Santo permitem afirmar que as problemáticas relacionadas com o integralismo tiveram mais força do que aquelas ligadas à etnia, fato talvez explicado pela forte atuação da AIB e pela fraca disseminação do discurso do “perigo alemão”.

Sobre a ação do TSN, deve-se ressaltar que o acolhimento das denúncias trazidas pela população tinha mais por objetivo difundir a vigilância e o medo do que, efetivamente, condenar. Assim, as denúncias eram acatadas tanto nas delegacias, quanto pelo TSN, porém não resultavam em condenação, com raras exceções.

Por fim, as entrevistas realizadas com os moradores de Domingos Martins demonstraram que já não há mais o medo de falar sobre o período da Segunda Guerra.

Também é significativo o fato de que alguns entrevistados, quando perguntados sobre a guerra, falaram de forma espontânea sobre a AIB. Ao que parece, a memória conectou a Segunda Guerra ao nazismo e esse ao integralismo. Isso talvez se explique pelo fato de que hoje é praticamente impossível falar da Segunda Guerra sem mencionar Hitler ou o nazismo, e o integralismo, nesse contexto, surgiu pela suposta similaridade com o nazifascismo. Contudo, para além da semelhança, a experiência da repressão também parece ser responsável pela junção desses acontecimentos na memória dos entrevistados, já que tanto a repressão ao integralismo, quanto a repressão no tempo da Segunda Guerra são lembrados com ressentimentos.

As entrevistas também sugeriram que a experiência integralista foi ressignificada. Quando o discurso do “extremismo” ganhou contornos mais definidos e as demonstrações de “patriotismo” proliferaram, aumentando ainda mais a

intolerância e, principalmente, depois que a guerra acabou e os horrores nazistas foram conhecidos, o integralismo não era mais visto como antes. De todo modo, a imagem negativa da AIB não foi unânime entre os entrevistados.

Anos mais tarde, antigos integralistas voltaram a se reunir em torno do Partido de Representação Popular (PRP). O partido, no Espírito Santo, contou com o apoio das lideranças católicas e boa parte de seus adeptos era composta de descendentes de italianos. O padre gaúcho Ponciano Stenzel dos Santos, antigo líder da AIB no Estado, voltou à cena política e conseguiu se eleger três vezes como deputado federal, elegendo ainda seu sobrinho, pouco conhecido no Estado, como deputado estadual. Mesmo que o PRP não tenha alcançado, em sua história, grande expressão na política capixaba, a sua existência já é significativa.

Embora este trabalho tenha dado visibilidade ao integralismo, entende-se que ainda são necessárias pesquisas que enfoquem especificamente a AIB no Espírito Santo atentando, por exemplo, para sua atuação nos diferentes municípios capixabas, sua ligação com a Igreja Católica, além da própria atuação do PRP.

Deve-se sublinhar também que pesquisas enfocando as representações dos imigrantes na sociedade capixaba, numa perspectiva de longa duração, poderiam trazer informações importantes e, ao mesmo tempo, comprovar ou refutar algumas ideias aqui lançadas, como a disseminação do discurso do “perigo alemão”.

Por fim, cabe reafirmar que os documentos pesquisados e a memória sugeriram que os conflitos encontrados no Espírito Santo, no contexto da Segunda Guerra, não se explicaram somente pelo viés da etnia que, na verdade, foi bem menos expressiva do que se supunha, mas foram gerados por um sentimento nacionalista exacerbado e pela forte atuação da AIB nos anos 30.

## 8 FONTES

### **Acervo do Arquivo Nacional (AN) – RJ**

TSN. Processo n° 482 (CX. 408)

TSN. Processo n° 485 (CX. 408)

TSN. Processo n° 593 (CX. 411)

TSN. Processo n° 670 (C8.0.APL.251)

TSN. Processo n° 1163 (C8.0.APL.518)

TSN. Processo n° 1425 (C8.0.APL.626)

TSN. Processo n° 1697 (C8.0.APL.742)

TSN. Processo n° 2158 (CX. 457)

TSN. Processo n° 2159 (C8.0.APL.927)

TSN. Processo n° 2172 (C8.0.APL.944)

TSN. Processo n° 2379 (C8.0.APL.998)

TSN. Processo n° 2476 (C8.0.APL.1071)

TSN. Processo n° 2509 (C8.0.APL.1063)

TSN. Processo n° 2684 (C8.0.APL.1103)

TSN. Processo n° 3011 (CX. 484)

TSN. Processo n° 3069 (CX. 485)

TSN. Processo n° 3087 (CX. 486)

TSN. Processo n° 3852

TSN. Processo n° 6124 (CX. 562)

## **Acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES)**

Fundo DOPS, Caixa nº 37 - 1934-1937

Fundo Interior e Justiça - 1942

Fundo TRE, Espírito Santo - 1935

Jornal A Gazeta, Vitória – 1942, 1999

Jornal Folha Capixaba, Vitória - 1945

Jornal Diário da Manhã, Vitória - 1936

Diário Oficial, Vitória - 1938, 1942

### **Publicações avulsas:**

NAGAR, Carlo. **O Estado do Espírito Santo e a imigração italiana** (janeiro de 1895). Relato de Carlo Nagar, cônsul italiano em Vitória. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1995.

NASCIMENTO, Orlando. **Relatório**. Serviço Nacional de Recenseamento da Delegacia Municipal – Santa Teresa, 1941.

RABELO, Fernando Duarte. **Memorial**: o problema da nacionalização do ensino no Estado do Espírito Santo. Vitória. Imprensa Oficial, 1939.

WAGEMANN, Ernest. A colonização alemã no Espírito Santo. Do original alemão Die deutschen kolonisten im brasilianischen staate Espírito Santo, Verlag von Duncker & Humblot — München und Leipzig, 1915. Tradução de Reginaldo Sant'Ana, publicada em Separata dos nºs 68-70 do **Boletim Geográfico**, IBGE, correspondentes aos meses de novembro e dezembro de 1948 e janeiro de 1949, Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1949.

**Acervo da Academia Espírito-Santense de Letras**

Revista Vida Capichaba, Vitória - 1932, 1934, 1935, 1942, 1944.

**Acervo Biblioteca Universidade Federal do Espírito Santo - Coleções Especiais**

Revista Você, Vitória - 1993.

**Acervo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - ES**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento geral do Brasil**, 1940. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE. Série Regional. Parte XIV. Espírito Santo, 1951.

GIEMSA, G.; NAUCK, E. G. **Uma viagem de estudos ao Espírito Santo**. Trabalho publicado pela Universidade de Hanseática, Anais Geográficos. Hamburgo, Friederichsen, 1939. Tradução de Reginaldo Sant'Ana e publicado no **Boletim Geográfico do Conselho Nacional de Geografia**, n. 88, 89 e 90, 1950. Disponível em: <[www.estacaocapixaba.com.br/textos/imigracao/giemsna\\_nauck /prefacio.html](http://www.estacaocapixaba.com.br/textos/imigracao/giemsna_nauck/prefacio.html)>. Acesso em: 18 abr. 2005.

**Acervo do Arquivo Geral da Assembleia Legislativa Estadual do Espírito Santo**

Anaes do Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo – 1920, 1923. v. 1, 1923. v. 2.

Anaes da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo – 1936. v. 1.

Mensagens da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo – 1936, 1937.

Pasta Cadastro de Deputados – Regime Republicano Federativo.



## Entrevistas

MEYERFREUND, Hélmur, 70 anos. **As consequências da Segunda Guerra Mundial no Espírito Santo**. 2006. Entrevista concedida à autora, Vitória, 14 abr. 2006.

KAUTSKY, Roberto Anselmo, 81 anos. **As consequências da Segunda Guerra Mundial no Espírito Santo**. Entrevista concedida à autora, Domingos Martins, 10 mar. 2006.

Sr. GILBERTO, 81 anos. **As consequências da Segunda Guerra Mundial no Espírito Santo**. 2006. Entrevista concedida à autora, Domingos Martins, 6 jun. 2006. Transcrição de Edimar Pereira das Neves.

Sr. AFRÂNIO, 80 anos. **As consequências da Segunda Guerra Mundial no Espírito Santo**. 2007. Entrevista concedida à autora, Domingos Martins, 13 jan. 2007. Transcrição de Edimar Pereira das Neves.

Sr. FRANCISCO, 86 anos. **As consequências da Segunda Guerra Mundial no Espírito Santo**. 2007. Entrevista concedida à autora, Domingos Martins, 20 jan. 2007. Transcrição de Edimar Pereira das Neves.

Sr. BRENO, 85 anos. **As consequências da Segunda Guerra Mundial no Espírito Santo**. 2007. Entrevista concedida à autora, Domingos Martins, 20 jan. 2007. Transcrição de Edimar Pereira das Neves.

GRILLO, José Marcelo. **Anauê! A apaixonante saga integralista numa colônia de imigrantes italianos**. 2007. Entrevista concedida à autora, Cachoeiro de Itapemirim, 8 fev. 2007.

## 9 REFERÊNCIAS

ABREU, Fernando de. **Espumas...** discursos políticos e acadêmicos. Cachoeiro de Itapemirim: Frangraf, 1982.

ACHIAMÉ, Fernando Antônio de Moraes. **Elites políticas espírito-santenses e reformismo autoritário (1930-1937)**. 2005. 356 f. Dissertação (Mestrado em História Política) – Programa de Pós-Graduação em História Política, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra medo branco**: o negro no imaginário das elites século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BAHIA, Joana. “A lei da vida”: confirmação, evasão escolar e reinvenção da identidade entre os pomeranos. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 69-82, jan./jun. 2001.

BARROS, Thiago Zanetti de. **Imigração estrangeira no jornal *A Província do Espírito Santo (1882/1889)***. 2007. 99 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade** seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998. p.187-227.

BATE-PAUS. Direção: Jorge Kuster Jacob. Produção: Ylênia Silva. Vitória: Galpão Produções, 2005. DVD (15min).

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: \_\_\_\_\_. **Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1994. v. 1, p. 197-221.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERTONHA, João Fábio. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o fascismo italiano, o integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 85-105, 2001.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Unicamp, 2004.

BRANDI, Paulo. Plínio Salgado. In: BELOCH, Israel; ABREU, Alzira (Coord.). **DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, 2002.

BRASIL. Decreto-lei nº 431, de 18 de maio de 1938. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del0431impressaohtm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del0431impressaohtm)>. Acesso em: 2 maio 2008.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Marcia (Org.). Apresentação. In: \_\_\_\_\_. **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: UNICAMP, 2001. p. 9-13.

BRUIT, Héctor Herman. **Bartolomé de Las Casas e a simulação dos vencidos**: ensaio sobre a conquista hispânica da América. São Paulo: Iluminuras, 1995.

BUFFON, José Antônio. **O café e a urbanização no Espírito Santo**: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar. 1992. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

BULHÕES, Tatiana da Silva. **Evidências esmagadoras dos seus atos**: fotografias e imprensa na construção da imagem pública da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). 2007. 176 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

\_\_\_\_\_. As camisas-verdes e a imagem. **Revista Tempo Presente**, Rio de Janeiro. Disponível em: <[www.tempopresente.org](http://www.tempopresente.org)>. Acesso em: 2 maio 2009.

CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na era Vargas**: proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil. Campinas: UNICAMP, 2006.

\_\_\_\_\_. **Controle e normatização de condutas em Santa Catarina (1930-1945)**. 1992. 213 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

CAMPOS, Mintaha Alcuri. **Turco pobre, sírio remediado, libanês rico**: a trajetória do imigrante libanês no Espírito Santo (1910-1940) Vitória: IJSN, 1987.

CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. **Repressão judicial no Estado Novo**: esquerda e direita no banco dos réus. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência**: a polícia da Era Vargas. Brasília: EdUnb, 1993.

\_\_\_\_\_. Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 309-326.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. **Conflitos, crimes e resistência**: uma análise dos alemães e teuto-descendentes através de processos criminais (Juiz de Fora 1858/1921). 2004. 222 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 327-340.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 229-249, 1997.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2001.

CHARTIER, Roger. História e Literatura. In: \_\_\_\_\_. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: EDUFRGS, 2002. cap. 12, p. 255-271.

CORTEZE, Dilse Piccin. História, historiografia e mito: o imigrante no sul, seduzido e abandonado. In: DALMOLIN, Kátia (Org.). **Mordaça verde e amarela**: imigrantes e descendentes no Estado Novo. Santa Maria: Pallotti, 2005. p. 19-35.

COSTA Pereira: a história da cidade de Vitória contada por uma praça. Direção: Rômulo Musiello. Produção: Rômulo Musiello. Vitória: Vitória Produções, 1996. Fita de vídeo (34min).

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra**: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: EDUSP, 2000.

DALMOLIN, Kátia. **Mordaça Verde e amarela**: imigrantes e descendentes no Estado Novo. Santa Maria: Pallotti, 2005.

\_\_\_\_\_. **Mordaça Verde e amarela**: imigrantes e descendentes no Estado Novo em Santa Maria e região. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Mordaça Verde e amarela**: imigrantes e descendentes no Estado Novo. Santa Maria: Pallotti, 2005. p. 81-112.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: as artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

DEMONER, Sonia Maria. **Ângelo Cola e Catterina Monticello**: sua história: sua descendência. Cachoeiro de Itapemirim: [s.n.], 1994.

DERENZI, Luiz Serafim. **Os italianos no Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo tropical?** O partido nazista no Brasil. 2007. 378 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DUTRA, Eliana. **O ardil totalitário:** imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Os integralistas e as eleições de 1935 no ES. In: SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais...** Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: <<http://www.anpuh.uepg.br/Xxiii-simposio/anais/textos/PEDRO%20ERNESTO%FAGUNDES.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2007.

FALCÃO, Luiz Felipe. **Entre ontem e amanhã:** diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX. Itajaí: EdUNIVALI, 2000.

FAVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra:** cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Florianópolis: EdUFSC, 2004.

FERREIRA, Marieta Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano:** o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 387-415.

FISCHER, George. Imigrantes de língua alemã e as visões do paraíso da elite capixaba (1847-1862). **Revista Espaço Plural**, ano IX, n.19, p. 59-66, 2. sem. 2008.

FONSECA, Hermógenes Lima. **O carnaval capixaba.** Disponível em: <[www.clerioborges.com.br/ccapixaba.html](http://www.clerioborges.com.br/ccapixaba.html)>. Acesso em: 13 nov. 2007.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANCO, Sebastião Pimentel; HEES, Regina Rodrigues. **A República e o Espírito Santo**. Vitória: Multiplicidade, 2003.

GARCIA, Aldemir Luiz. Autoritarismo, repressão e memória: as representações sociais dos integralistas sobre a perseguição política no Espírito Santo. **Revista Sapiëntia**, Vitória, n. 3, ano 2, p. 5-10, ago. 2004. Disponível em: <[www.cesat.br/sapiëntia.asp](http://www.cesat.br/sapiëntia.asp)>. Acesso em: 1 maio 2009.

GARFINKEL, Harold. **Studies in Ethnomethodology**. Cambridge: Polity Press, 1984.

GERTZ, René. **O fascismo no sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

\_\_\_\_\_. **O perigo alemão**. Porto Alegre: EdUFRGS, 1991.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975.

\_\_\_\_\_. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GRAZZIOTTI, Marinete Simões. **Dever do Estado e direito do cidadão: as políticas públicas no governo varguista no Espírito Santo (1930-1945)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Política, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

GRILLO, José M. **Anauê! A apaixonante saga integralista numa colônia de imigrantes italianos**. Cachoeiro de Itapemirim: [s.n.], 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARCKBART, Ednéa. **Famillientreffen: encontro de famílias**. Vitória: Gráfica Espírito Santo, 2004.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Clima e raça. **Folha da Manhã**, São Paulo, 29 ago. 1950. Disponível em:

<[www.1.folha.uol.com.br/folha/almanaque/sergiobuarque\\_climara%E7a.html](http://www.1.folha.uol.com.br/folha/almanaque/sergiobuarque_climara%E7a.html)>.

Acesso em: 24 abr. 2005.

INCÊNDIO nas mentes. Direção: Amylton de Almeida. Produção: Luiz Cláudio Gobbi. Vitória: Rede Gazeta, 1990. Fita de vídeo (45min).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Contagem da população. 2007. Disponível em:

<[www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007)>. Acesso em: 20 maio 2009.

KAUTSKY, Roberto Anselmo. **Biografia de Roberto Carlos Kautsky** (14-12-1895/13-6-1953). Texto inédito cedido pelo autor.

KOIFMAN, Fábio. **Quixote nas trevas**: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KUHN, Anivaldo. **Integralismo e Segunda Guerra Mundial**: páginas sombrias. Domingos Martins, 2003. Texto inédito cedido pelo autor.

LAZZARO, Agostinho; COUTINHO, Gleci Avancini; FRANCESCHETTO, Cilmar. **Lembranças camponesas**: a tradição oral dos descendentes de italianos em Venda Nova do Imigrante. Vitória: [s.n.], 1992.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1986.

LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. O novo em construção: o edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde e a disputa do espaço arquitetável nos anos 1930. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Capanema**: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 49-71.



MAFFESOLI, Michel. **A conquista do presente**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

MAIO, Marcos Chor, CYTRYNOWYCZ, Roney. Ação integralista brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 39-61.

MARLOW, Sérgio Luiz. **Nacionalismo e Igreja: A Igreja Luterana Sínodo de Missouri nos “porões” do Estado Novo**. 2006. 168 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Política, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

MARTINS, José de Souza. O senso comum e a vida cotidiana. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 10, p. 1-8, maio 1998.

MAUAD, Ana Maria. O olho da história: análise da imagem fotográfica na construção de uma memória sobre o conflito de Canudos. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1-2, p. 25-40, 1993.

\_\_\_\_\_. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MENDONÇA, Carlos Vinicius Costa de. **O êxtase autoritário: a política educacional de segurança nacional no período Vargas e sua repercussão no Espírito Santo (1930-1940)**. 2002. 232 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MENDONÇA, Eliana Rezende Furtado de. Documentação da polícia política do Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, 1998.

MONSMA, Karl Martin. James C. Scott e a resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica. **Revista BIB**, n. 49, p. 95-121, 1. sem. 2000.

\_\_\_\_\_. Teorias interacionistas e fenomenológicas da violência, com aplicações à pesquisa histórica. **Revista Métiis**: história e cultura, v. 6, n. 11, p. 11-22, jan./jun. 2007.

\_\_\_\_\_. Histórias de violência: inquéritos policiais e processos criminais como fontes para o estudo de relações interétnicas. In: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo (Org.). **Estudos migratórios**: perspectivas metodológicas. São Carlos: EDUFSCar, 2005. p. 159-221.

MOSER, Anita. **A violência do Estado Novo brasileiro contra os colonos descendentes de imigrantes italianos em Santa Catarina durante a Segunda Guerra Mundial**. Disponível em: <[www.brazil-brasil.com/content/view/311/78/](http://www.brazil-brasil.com/content/view/311/78/)>. Acesso em: 23 out. 2007.

NARRADORES de Javé. Direção: Eliane Caffé. Produção: Vânia Catani. Brasil: Riofilme, 2003. (100min.)

OLIVEIRA, Lucia Lippi. O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo. In: BOMENY, Helena (Org.). **Constelação Capanema**: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 37-58.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **Perante o Tribunal da História**: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). 2004. 229 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2004.

PACHECO, Renato. **Os dias antigos**. Vitória: EDUFES, 1998.

PAIS, José Machado. **Vida cotidiana**: enigmas e revelações. São Paulo: Cortez, 2003.

PAYER, Maria Onice. **Memória da língua**: imigração e nacionalidade. São Paulo: Escuta, 2006.

PERAZZO, Priscila Ferreira. **O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e Literatura: uma velha-nova história. **Nuevo mundo- mundos nuevos**, Debates, 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/document1560.html>>. Acesso em: 26 out. 2008.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POMMERblad. **Informativo das Comunidades Germânicas no Brasil**, ano 9, n. 52, jan./fev. 2007. Disponível em: <[www.pommerblad.com.br](http://www.pommerblad.com.br)>. Acesso em: 2 jul. 2007.

PORT, Ido. **Os Altos de Itarana**. Itarana: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, 2004.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. **Projeto História**, São Paulo, v. 22, p. 9-36, jun. 2001.

RETZ, Sidney. **Memória, vivência e testemunho**. Santa Maria de Jetibá: Graficol, 2005.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: \_\_\_\_\_. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 15-38.

**Revista Século Diário**. 27 abr. 2007. Disponível em <[www.seculodiario.com.br](http://www.seculodiario.com.br)>. Acesso em: 5 nov. 2008.

RIBEIRO, Ivair Augusto. **O integralismo no sertão de São Paulo: um “fascio de intelectuais”**. 2004. 277 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2004.

ROCHA, Gilda. **Imigração estrangeira no Espírito Santo (1847-1896)**. 1984. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1984.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã no Espírito Santo**. São Paulo: USP, 1968.

ROELKE, Helmar Reinhard. **Descobrendo raízes**: aspectos geográficos, históricos e culturais da Pomerânia. Vitória: EdUFES, 1996.

ROSENTAL, Paul-André. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.151-172.

SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do riso**: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. A dimensão cômica da vida privada na república. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 289-365.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SCOTT, James C. **Domination and the arts of resistance**: hidden transcripts. New Haven: Yale University Press, 1990.

SEIDE, Frederico Herdmann. **Colonização alemã no Espírito Santo**. 1980. Texto produzido para a Enciclopédia Histórica Contemporânea do Espírito Santo ainda não publicada. Disponível em: <[www.estacaocapixaba.com.br/texto/texto.php?id=25&item=10](http://www.estacaocapixaba.com.br/texto/texto.php?id=25&item=10)>. Acesso em: 14 nov. 2007.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

\_\_\_\_\_. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: UNB, 1990.

\_\_\_\_\_. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 199-228.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os tribunais da ditadura: o estabelecimento da legislação de segurança nacional no Estado Novo. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa (Org.). **O corporativismo em português**: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 273-303.

SILVA, Giselda Brito. A Ação Integralista Brasileira e a ditadura de Vargas. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa (Org.). **O corporativismo em português**: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 201-238.

SILVA, Micael Alvino. Fragmentos de uma história paranaense: repressão policial na parte brasileira da tríplice fronteira (1942-1945). **História na Fronteira**, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 2, p. 27-60, jul./dez. 2008. Disponível em: <<https://www.uniamerica.br>>. Acesso em: 16 jun. 2009.

SILVA, Rogério Souza. A política como espetáculo: a reinvenção da história brasileira e a consolidação dos discursos e das imagens integralistas na revista Anauê. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 61-95, 2005.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano**: o caso da grande Vitória (1950-1980). Vitória: EdUFES, 2001.

PREFEITURA de Domingos Martins. Disponível em:  
<[www.domingosmartins.es.gov.br](http://www.domingosmartins.es.gov.br)>. Acesso em: 21 mar. 2009.

SOARES, Renato. **Spini Nei Fiori**: a nacionalização das escolas dos imigrantes no Espírito Santo na Era Vargas. Vitória: Darwin, 1997.

SOIHET, Rachel. **A subversão pelo riso**: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SOUSA, Cynthia Pereira de. Saúde, educação e trabalho de crianças e jovens: a política social de Getúlio Vargas. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Capanema**: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 221-249.

TEDESCO, Carlos João. **Paradigmas do cotidiano**: introdução à constituição de um campo de análise social. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal. Arquivos: proposta metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 233-245.

TRINDADE, Héliogio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

VARGAS, Getúlio. **As diretrizes da nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, [194-].

VASCONCELLOS, João Gualberto M. **A invenção do coronel**: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro. Vitória: EdUFES, 1995.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano**: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 351-386.

VIANNA, Marly de Almeida. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 65-105.

VOIGT, André Fabiano. O teuto-brasileiro: a história de um conceito. **Revista Espaço Plural**, Marechal Cândido Rondon, ano 9, n. 19, p. 75-81, 2. sem. 2008. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/issue/view/252>>. Acesso em: 23 abr. 2009.

VOLDMAN, Daniele. Definições e usos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 247- 265.

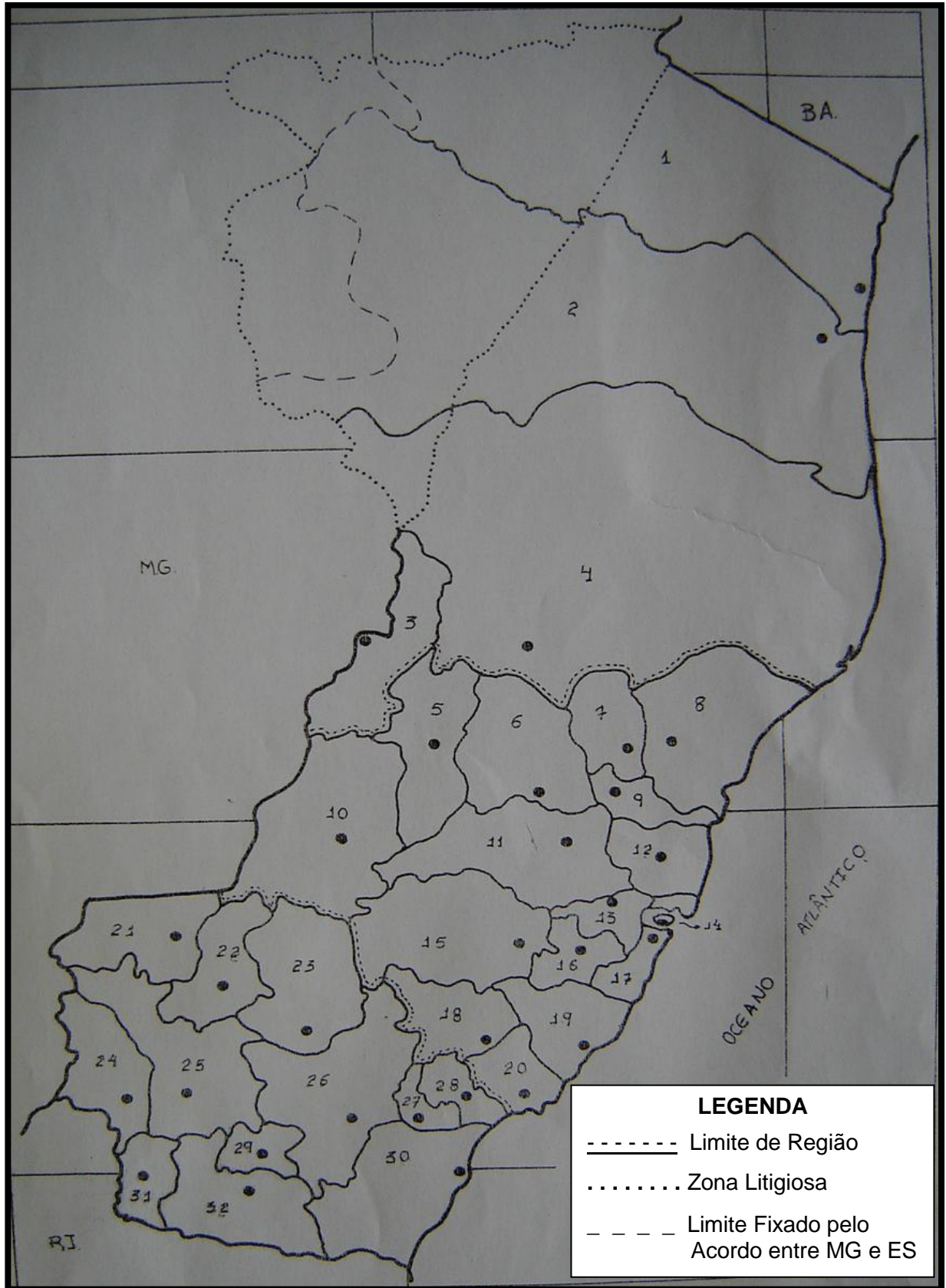
WEBER, Regina. **Os operários e a colméia: trabalho e etnicidade no Sul do Brasil**. Ijuí: EdUnijuí, 2002.

WENCESLAU JÚNIOR, J. **Der integralismus, leichtverständlich für alle**. Curitiba: Secretaria Provincial de Propaganda, 1937.

# **ANEXOS**



ANEXO A – DIVISÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA - ESPÍRITO SANTO: 1940



**REGIÃO NORTE**

1. Conceição da Barra
2. São Mateus
3. Baixo Guandu
4. Colatina

**REGIÃO CENTRAL**

5. Itaguassú (Itaguaçu)
6. Santa Teresa
7. Pau Gigante (Ibiraçu)
8. Santa Cruz (Aracruz)
9. Fundão
10. Afonso Cláudio
11. Cachoeiro de Santa Leopoldina (Santa Leopoldina)
12. Serra
13. Cariacica
14. Vitória
15. Domingos Martins
16. Viana
17. Espírito Santo (Vila Velha)
18. Alfredo Chaves
19. Guarapari
20. Anchieta

**REGIÃO SUL**

21. Rio Pardo (Iúna)
22. Muniz Freire
23. Castelo
24. Siqueira Campos (Guaçuí)
25. Alegre
26. Cachoeiro de Itapemirim
27. Rio Novo do Sul
28. Iconha
29. São João do Muqui (Muqui)
30. Itapemirim
31. São José do Calçado
32. João Pessoa (Mimoso do Sul)

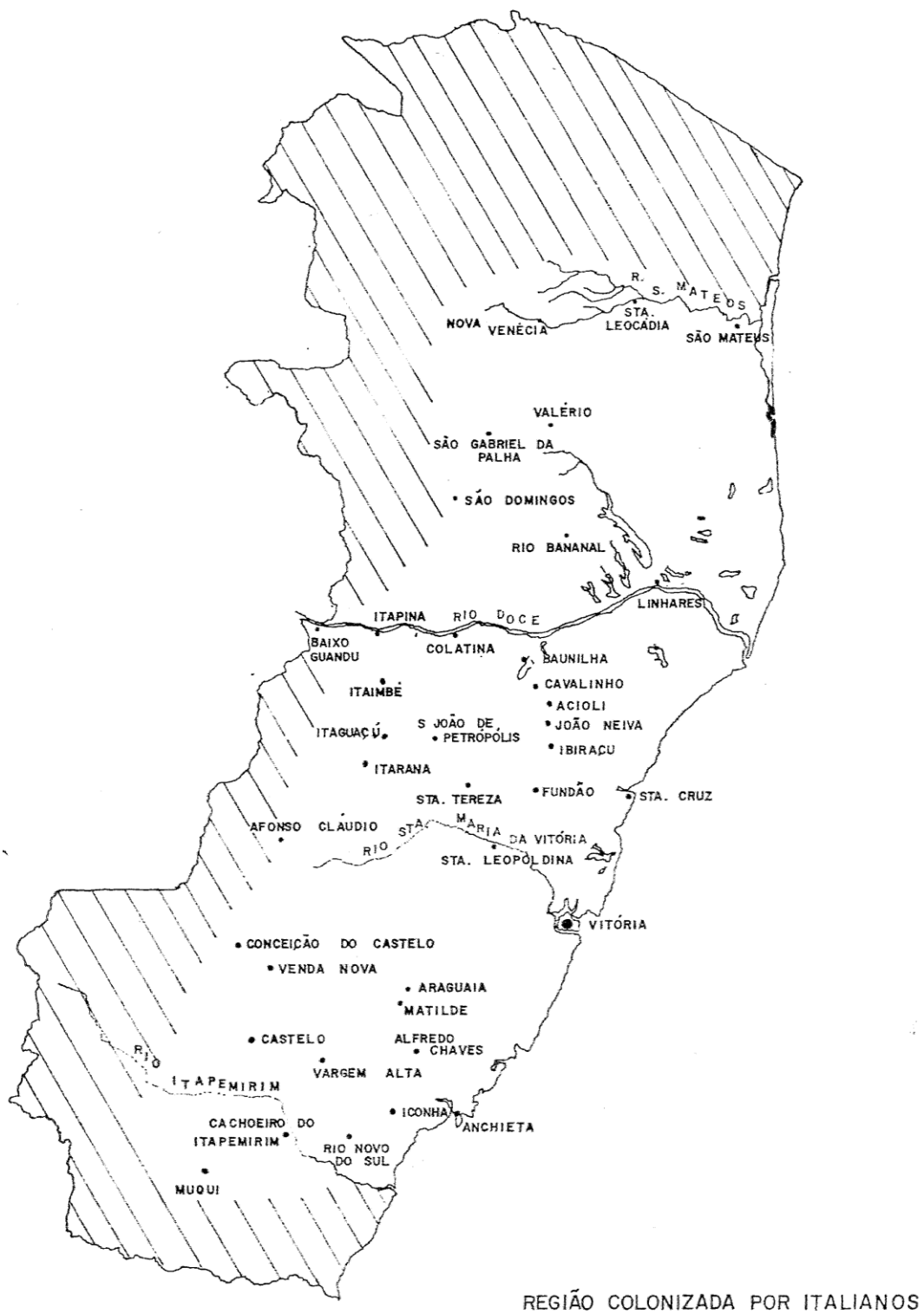
**Fonte:** Os nomes dos municípios atualizados encontram-se entre parênteses. Mapa adaptado de BUFFON, José Antônio. **O café e a urbanização no Espírito Santo:** aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar. 1992. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992. p. 306 e 306 A.

## ANEXO B – MAPA DA COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO ESPÍRITO SANTO



Fonte: ROCHE, Jean. A colonização alemã no Espírito Santo. São Paulo: USP, 1968.

## ANEXO C – MAPA DA COLONIZAÇÃO ITALIANA NO ESPÍRITO SANTO



Fonte: DERENZI, Luiz Serafim. **Os italianos no Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974, p. 63.

## ANEXO D – BRASIL

Brasil...

Caboclo bravo que andava nu  
 De beíço grande e ventre dilatado  
 Com enfeites de penna de urubú  
 Nos quadris pendurado...  
 Assim era o Brasil  
 Quando Cabral acaso o descobriu  
 Depois Cabral, não sei porque morreu  
 E tudo aquillo desapareceu!  
 Agora és um Brasil bem diferente  
 Nos usos, nos costumes e na gente!  
 É's Brasil da morena, producto genuíno  
 De belleza e frescor incomparáveis!  
 Brasil do portuguez, gordo como um suíno  
 De barriga e bigodes respeitáveis!!!  
 Brasil, onde o malandro já nasceu valente:  
 Dentro do «cocoré», pula, brinca, se espalha,  
 Dá «raspa» e «caquerada» em muita gente  
 Enquanto engofe a bala e a navalha!  
 Brasil batuta! Meu Brasil de facto!  
 Terra dos radios e auto-falantes;  
 Terra que deu ao mundo o tal boato  
 E... media aos estudantes!!!  
 Brasil! A terra da tapeação,  
 Da farra, do amor e da gandaia;  
 Terra que briga e que dá bofetão  
 Por um rabo de saia!  
 O meu Brasil! A terra da anarchia  
 Onde com muita labia e pistolão  
 Tudo se arranja e até a orthographia  
 Sofre a chamada – simplificação.  
 Brasil! A terra onde os grandes vultos  
 Usam polainas e têm modas finas  
 E vivem a discutir, trocando insultos,  
 Nas mesas dos cafés e nas esquinas.  
 Terra querida e de gente bamba  
 Que, sorrindo, a crise desafia...  
 Terra tão bôa, que até de samba  
 Temos academia!  
 Poetastros, tenores de banheiro,  
 Vivem ás duzias como as cigarras:  
 Sempre cantando, sempre sem dinheiro,  
 Mas, nem por isso desprezando as farras.  
 Assim é o Brasil actualmente  
 A terra que Pedro Álvares Cabral  
 Descobriu p'ra depois fazer presente  
 Ao rei de Portugal!  
 Agora és quasi livre, meu Brasil,  
 Quasi, pelo seguinte:  
 Ainda tens Gegê, o Código Civil  
 E a Constituinte!!!

**ANEXO E – HINO AO MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS**

Partindo vêm com fé e esperança,  
Deixando a pátria em sonhos no além mar,  
Viveram lutas e raras bonanças,  
Mas conquistaram assim um novo lar.  
Como imigrantes aqui aportaram  
O italiano e o alemão,  
E ao cultivo se lançaram,  
Plantando, assim, futuro neste chão.

Com fé em Deus, vivendo entre verdores,  
Caminham sempre em paz e união,  
São seus limites estendais de flores,  
Banha seus ares clima puro e são  
Junto ao murmúrio das cascatas  
Aves entoam cantos mil  
E o aroma em nossas matas  
Cobre as serras, vales do Brasil.

Santa Isabel de místicos pendores  
Hoje é lembrança vívida sem par.  
Onde alemães, os colonizadores,  
Ali plantaram seu primeiro lar.  
E Paraju, com suas flores.  
Melgaço, exemplo de união.  
Em Aracê, dos seus valores  
A Pedra Azul destaca-se, é Brasão

Campinho é do verde a cidade  
E do turismo grácil atração,  
Pois que nos mostra da comunidade  
As tradições do povo alemão.  
Do município é sua sede,  
É progressista em seu labor,  
Pois só se firma no princípio  
Da fé em Deus, na paz e no amor.

**Letra:** Argentina Lopes Tristão e Guilherme José Brickwede

**Música:** Guilherme José Brickwede

Lei Municipal nº 1.303, de 7 de outubro de 1993.

# APÊNDICE

**APÊNCICE A – MODELO DE FORMULÁRIO PARA ANOTAÇÃO DE DADOS**

<b>DESCRIÇÃO DO PROCESSO</b>	
Número do processo	
Cidade de origem do processo	
Data da autuação	
Data do crime	
Hora ou período do crime	
Lugar do crime	
Número de réus	
Número de testemunhas inquérito	
Número de testemunhas TSN	
Nome do juiz	
Sentença	
Resumo da acusação:	

<b>DESCRIÇÃO DO RÉU</b>	
Nome	
Sexo	
Idade	
Naturalidade	
Nacionalidade	
Pai	
Mãe	
Cor	
Estado civil	
Alfabetizado	
Profissão	
Local de moradia	
Tempo de moradia na cidade	
Estava bebendo ou alcoolizado	
Data da decisão do julgamento	
Relação com o denunciante	

<b>DESCRIÇÃO DO DENUNCIADOR</b>	
Nome	
Sexo	
Idade	
Naturalidade	
Nacionalidade	
Pai	
Mãe	
Cor	
Estado civil	
Alfabetizado	
Profissão	
Local de moradia	
Tempo de moradia na cidade	
Estava bebendo ou alcoolizado	
Relação com o denunciante	



DESCRIÇÃO DA TESTEMUNHA (um quadro para cada testemunha)	
Nome	
Sexo	
Idade	
Naturalidade	
Nacionalidade	
Pai	
Mãe	
Cor	
Estado civil	
Alfabetizado	
Profissão	
Local de moradia	
Tempo de moradia na cidade	
Estava bebendo ou alcoolizado	
Data da decisão do julgamento	
Relação com o denunciante	
Resumo do depoimento:	

**Fonte:** Ficha adaptada de MONSMA, Karl Martin. Histórias de violência: inquéritos policiais e processos criminais como fontes para o estudo de relações interétnicas. In: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo. (Org.). **Estudos migratórios:** perspectivas metodológicas. São Carlos: EDUFSCar, 2005. p. 159-221.

